

Economia

10.º ano

10



Ministério
da Educação



Manual Digital na app
EV Smart Book e em
www.escolavirtual.cv



Explora o manual digital do teu livro

Exercícios Interativos

Para resolução com *feedback* imediato.



Vídeos e interatividades

Explicam a matéria de forma motivadora.



Jogos

Exploram os conceitos curriculares de forma lúdica.



Áudios

Dão vida aos textos e ajudam a reforçar as competências linguísticas.



QuizEV

Desafiam-te a mostrares o que sabes.
Podes, também, jogar com os teus amigos.



Economia

10.º ano



Manual Revisto

O presente manual foi revisto e validado pelo Professor João Brito da Universidade de Cabo Verde.

Explora o teu manual digital



<https://escolavirtual.cv>

Acesso e condições de utilização em
www.escolavirtual.cv



**Ministério
da Educação**

Podes também aceder ao teu livro através da **app EV Smart Book**



Conhece o teu manual...

O manual está organizado de modo a que consigas ter sucesso e possas aprender de forma autónoma. Cada capítulo contribuirá para desenvolveres saberes, capacidades, atitudes e valores, que te permitirão atingir os objetivos da disciplina de **Economia** de 10.º ano.

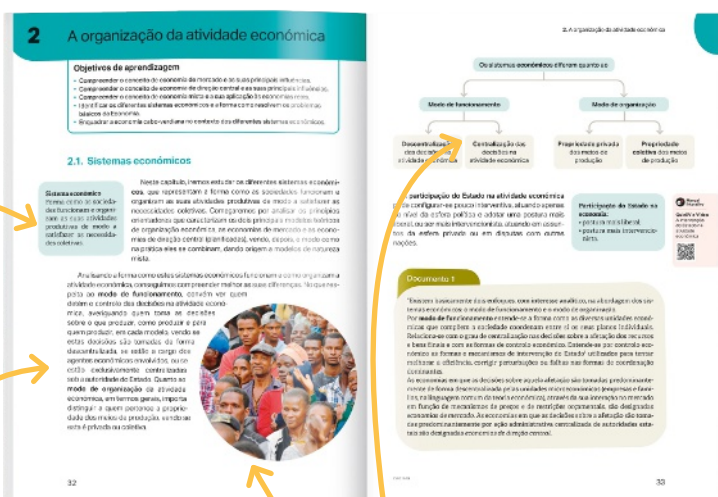
Cada tema inicia com o separador...



Designação do tema

Identificação dos capítulos a tratar

Ao longo dos capítulos, podes encontrar...



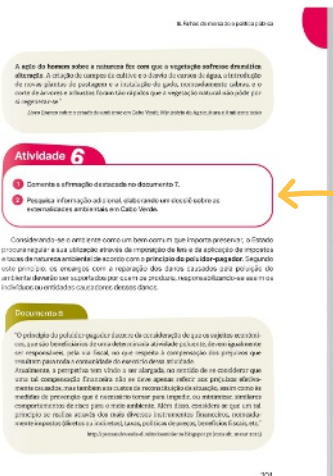
Recursos digitais

Definições de conceitos importantes

Textos explicativos de acordo com o programa

Esquemas, imagens e gráficos

Encontras também...



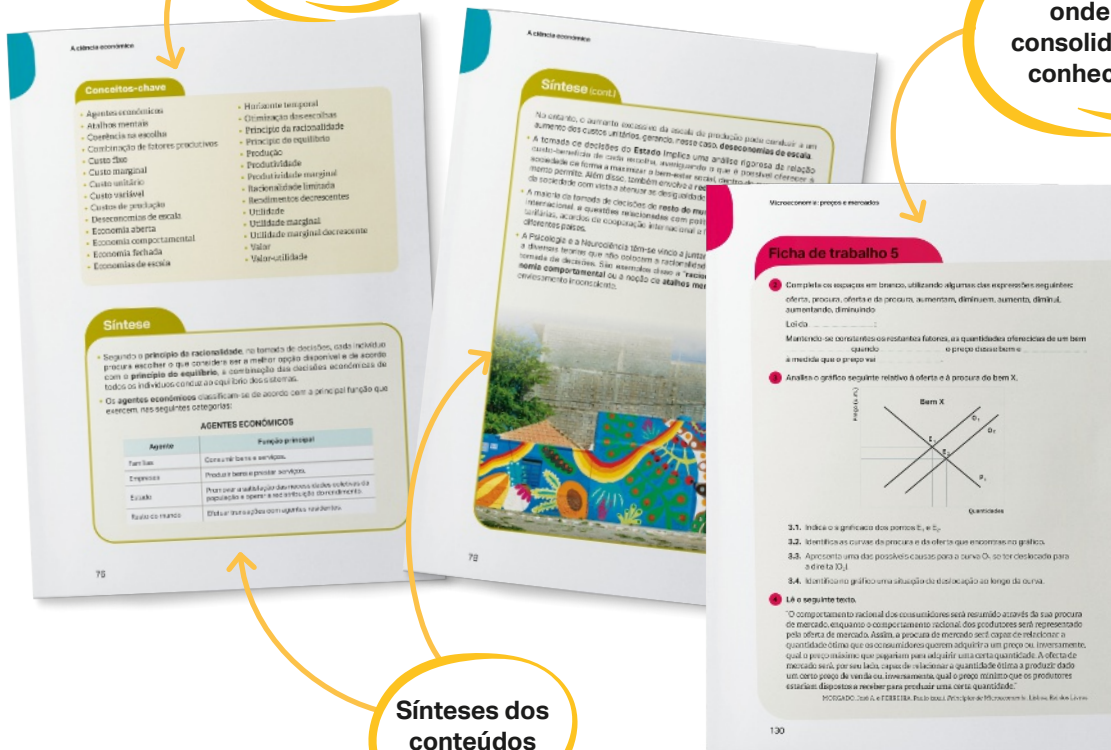
Documentos que apoiam a aprendizagem

Questões que te ajudam a estudar

Cada unidade encerra com...

Conceitos-chave

Fichas de trabalho onde podes consolidar os teus conhecimentos



Sínteses dos conteúdos

1

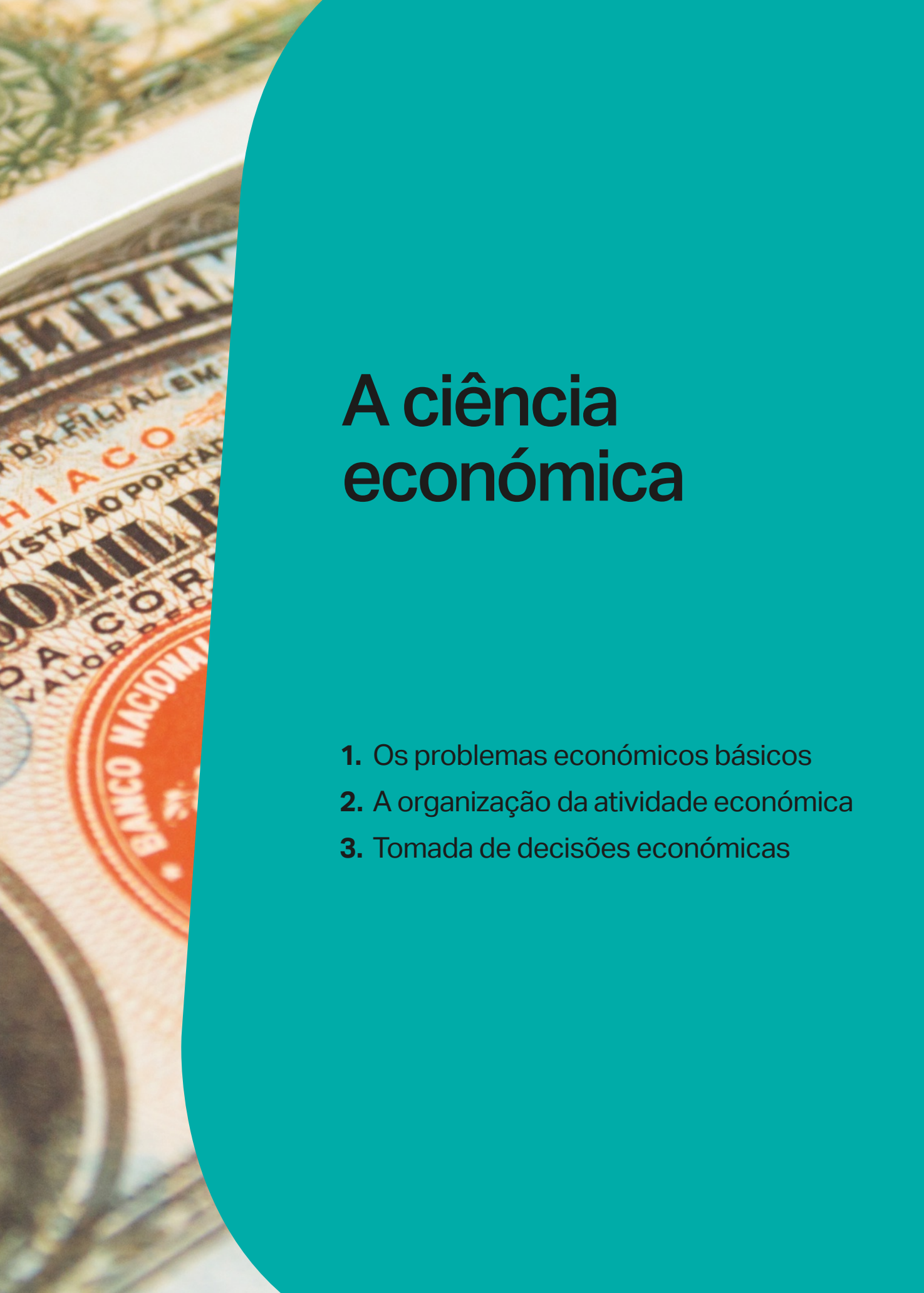
A ciência económica	6
1. Os problemas económicos básicos	8
1.1. Escassez: o problema básico da Economia	10
1.2. A escolha na sociedade atual: o custo de oportunidade	12
1.3. Fronteira de Possibilidade de Produção	15
1.4. Os instrumentos para a compreensão da Economia	20
1.5. Microeconomia e macroeconomia	25
2. A organização da atividade económica	32
2.1. Sistemas económicos	32
2.2. A economia cabo-verdiana no contexto dos sistemas económicos	46
3. Tomada de decisões económicas	58
3.1. Pressupostos da tomada de decisões	58
3.2. Os agentes económicos segundo a função que desempenham	61
3.3. Tomada de decisão dos agentes económicos	63
3.4. Outras teorias sobre a tomada de decisões	75

2

Microeconomia: preços e mercados	82
4. Procura	84
4.1. Procura	84
4.2. Fatores determinantes da procura	90
4.3. Elasticidade da procura	95
5. Oferta	111
5.1. A oferta - Lei da oferta	111
5.2. Fatores determinantes da oferta	114
5.3. Elasticidade da oferta	117
5.4. Formação do preço	121
6. Tipos de organizações empresariais	132
6.1. Formas de organização empresarial	132
6.2. Crescimento do negócio e expansão	141
6.3. Organização sem fins lucrativos	151
7. O sistema financeiro	159
7.1. Moeda	159
7.2. Sistema financeiro	164
7.3. Poupança e investimento	174
7.4. Instrumentos financeiros	180
8. Falhas de mercado e política pública	190
8.1. As falhas de mercado e o papel do Estado	190
8.1.1. Concorrência imperfeita regulação económica e políticas de concorrência	193
8.1.2. Bens públicos e suas características	197
8.1.3. Extremalidades e o ambiente	199
8.2. Distribuição do rendimento e pobreza	205



1



A ciência económica

1. Os problemas económicos básicos
2. A organização da atividade económica
3. Tomada de decisões económicas

1 Os problemas económicos básicos

Objetivos de aprendizagem

- Compreender a importância e abrangência da Economia.
- Identificar os problemas básicos da Economia.
- Explicar o modo como os problemas económicos afetam os agentes económicos.
- Compreender o conceito de escassez e a necessidade de efetuar escolhas.
- Compreender o conceito de custo de oportunidade.
- Saber interpretar uma fronteira de possibilidades de produção.
- Diferenciar economia normativa de economia positiva.
- Compreender a necessidade da estatística e do uso de modelos em Economia.
- Diferenciar microeconomia de macroeconomia.

Ao iniciar o estudo dos grandes problemas que se colocam à Economia, antes de mais, importa analisar o conceito de Economia e compreender a sua importância e abrangência.

Documento 1

“O que é a Economia? É o estudo da forma como as sociedades decidem a utilização de recursos escassos passíveis de usos alternativos, para produzir bens de índole variada e reparti-los entre os diferentes grupos.

Estuda-se a Economia por variadas razões: para compreender os problemas que afetam os cidadãos e as famílias; para ajudar os governos a promover o crescimento e a melhorar a qualidade de vida, ao mesmo tempo que evitam a depressão e a inflação, e para analisar os fascinantes padrões de comportamento social. Porque as questões económicas se colocam tanto na vida diária como a nível nacional, um conhecimento básico é imprescindível para a tomada de decisões acertadas, tanto pelos indivíduos como pelos países.”

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

A Economia tem vindo a assumir um papel de grande destaque na nossa vida. Encontramos ligações à Economia em praticamente tudo o que diz respeito à vida em sociedade, desde a inserção no mercado de trabalho, até ao modo como se produzem os bens ou como se consomem, na satisfação de necessidades.

A Economia está sempre presente na nossa vida. A toda a hora, os meios de comunicação social dão-nos conta do que se passa no nosso país e no resto do mundo. Relatam-nos acontecimentos sobre fenómenos económicos como o desemprego, os salários e condições de trabalho, a pobreza, a inflação, as taxas de juro, o crescimento da produção nacional e muitos outros.

Por outro lado, também podemos observar a presença da Economia no nosso quotidiano. Ela vislumbra-se sempre que nos debruçamos sobre aquilo que consumimos. Uma ação simples como tomar um duche, comer o pequeno-almoço ou deslocar-se para a escola pode estar associada a um grande número de atos de consumo. Para praticar estes atos, geralmente, é necessário consumir água, gás,



eletricidade, sabonete, champô, pão, manteiga, cereais, utilizar transportes públicos ou viatura própria e respetivo combustível, etc.

Todas as ciências sociais concentram a sua atenção na análise do comportamento humano em sociedade. Mas a abordagem económica distingue-se das outras abordagens relativamente ao seu objeto de estudo. A Economia também observa a realidade social, mas o seu ponto de vista é diferente: ela dedica-se ao estudo da **ação económica do ser humano**, enquanto a Geografia se interessa, entre outros assuntos, pela organização espacial da população ou a Sociologia se ocupa, por exemplo, do relacionamento social das comunidades.



Documento 2

“Para um economista, explicar o que é a Economia é algo que nem sempre é fácil. Pode-se começar pela forma tradicional de recorrer à origem etimológica da palavra. Assim, recorrendo ao grego, pode dividir-se a palavra em algo como *oikos* + *nómos* o que, literalmente, se traduz como *gestão da casa*. Mas a Economia é muito mais do que gerir a casa. [...] a Economia tem a ver com tudo o que nos rodeia.”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

A ciência económica procura encontrar respostas para problemas como a criação e distribuição da riqueza, a satisfação das necessidades coletivas, o desenvolvimento integrado dos países ou as suas relações de troca.

Atividade inicial

“A palavra economia vem do grego *oikonomia* (de *oikos*, a casa, e de *nómos*, a lei ou as regras) – Economia designava regras de conduta de uma casa. Numa perspetiva mais ampla, tratava-se da ciência da vida doméstica privada, em paralelismo com a política, cujo objeto era a gestão da cidade. A Economia define-se como uma forma particular de considerar os comportamentos humanos. Ela estuda a maneira como os agentes económicos (indivíduos, grupos, sociedades) utilizam os recursos escassos para a satisfação das suas (múltiplas) necessidades. A Economia interessa-se, por um lado, pelas operações essenciais como a produção, a distribuição e o consumo dos bens e, por outro, pelas instituições e atividades que têm por objeto facilitar estas operações.”

CAPUL, Jean-Yves e GARNIER, Olivier (1998), *Dicionário de Economia e de Ciências Sociais*, Lisboa, Plátano Editora

- 1 Procura encontrar outras definições de Economia, recorrendo a várias fontes, como livros ou Internet e debate-as com os teus colegas.
- 2 Elabora uma lista com algumas das decisões económicas com que um indivíduo se pode deparar, ao longo de um dia.

1.1. Escassez: o problema básico da Economia

A Economia tenta solucionar questões como:

O que produzir?

De que modo?

Em que quantidade?

Para quem?

Onde?

Quando?

No entanto, a principal questão que se coloca a esta ciência está relacionada com a escassez dos bens que a Natureza disponibiliza para satisfazer necessidades que crescem a todo o momento. O verdadeiro **problema económico** é saber como aplicar recursos escassos a um número ilimitado de necessidades, ou seja, como satisfazer um conjunto de necessidades que está sempre a aumentar, utilizando recursos que são finitos e manifestamente insuficientes. O problema económico coloca em evidência as relações que se estabelecem entre os bens e as necessidades que estes satisfazem.

Problema económico – a escassez
Problema que resulta da escassez dos recursos necessários para satisfazer as ilimitadas necessidades humanas. Este problema exige que, depois de estarem hierarquizadas as necessidades, se façam escolhas, pois nem todas poderão ser satisfeitas.

Uma vez que os recursos disponíveis no nosso planeta são escassos, isto é, não existem em quantidade suficiente, não se poderão satisfazer todas as necessidades que sentimos. É preciso hierarquizá-las, atribuir-lhes um valor estabelecendo prioridades, e **fazer escolhas**: decidir quais serão as necessidades que se vão satisfazer primeiro e quais deverão ser abandonadas. As opções tomadas devem permitir utilizar os recursos da forma mais eficiente e de modo a satisfazer o maior número possível de necessidades.

A **escassez** é o grande problema económico – não é possível ter tudo o que se deseja, pois mesmo que todos os recursos materiais existissem em abundância, não disporíamos de tempo necessário para usufruir de tudo. Somos, assim, forçados a fazer escolhas e fazemo-las sempre que utilizamos um determinado recurso, um bem ou uma certa quantia em dinheiro, para satisfazer uma necessidade.



Atividade 1

“Água: o “ouro azul” do século XXI

A água, celebrada mundialmente no dia 22 de março, é um bem cada vez mais precioso e escasso. Mil milhões de pessoas não têm acesso a água potável e estima-se que nos próximos 20 anos este número aumente para 3 mil milhões. Além disso, 2,5 mil milhões de pessoas não têm acesso a condições sanitárias básicas.”

www.europarl.europa.eu [consult. 24 jun 2024]



- 1 Diz em que consiste o conceito de escassez, tendo em atenção o texto.
- 2 Comenta o sentido do título.

Atividade 2

“Escassez e escolha

A escassez é um elemento fundamental para o aparecimento de um problema económico. Mas o que é a escassez? A escassez consiste na impossibilidade de os bens disponíveis satisfazerem as necessidades presentes. O conceito de escassez, como todos os outros conceitos económicos, depende centralmente das necessidades humanas. São estas que definem se um bem é ou não escasso. Assim, a situação de escassez de um bem pode ser alterada radicalmente devido apenas à alteração dos gostos das pessoas. [...]

Não há escassez de ar para respirar (embora ar puro seja escasso nas nossas cidades), ou de lugares num cinema vazio. Mas cuidado, a escassez nem sempre é o que parece e varia com as circunstâncias. Por exemplo, existem muitas pedras no mundo, e por isso elas parecem não ser escassas, mas algumas delas são escassas, porque é preciso apanhá-las, cortá-las, para fazer calçadas. O que é escasso é a pedra tratada e colocada no sítio em que é necessária.

Mas a principal razão que causa a escassez é a existência de necessidades humanas ilimitadas. Ao longo dos tempos, o progresso do bem-estar não tem eliminado a escassez, pois o ser humano tem sempre encontrado mais coisas de que necessita, depois de ver satisfeitas as necessidades básicas. Por isso, não é fácil imaginar uma sociedade sem escassez.”

NEVES, João César (2007), *Introdução à Economia*, Lisboa, Editorial Verbo

- 1 Explica em que consiste o problema económico referido no texto, apresentando as razões pelas quais é necessário efetuar escolhas.
- 2 Explicita o sentido da afirmação sublinhada.

1.2. A escolha na sociedade atual: o custo de oportunidade

A escassez de bens e a consequente necessidade de se efetuar escolhas fazem com que a sua utilização implique um determinado custo, pois quando se hierarquizam as necessidades, optando-se pela satisfação de uma em particular, as que ficam por satisfazer consideram-se um custo. Este denomina-se **custo de oportunidade**

e caracteriza-se como a melhor alternativa deixada de lado, no momento em que se fez outra escolha. De cada vez que se decide empregar um recurso na satisfação de uma necessidade, está-se a renunciar a oportunidade de o utilizar na satisfação de outra.

Custo de oportunidade

Representa o sacrifício da melhor alternativa deixada por satisfazer, resultante de uma escolha em que se dá prioridade a outra necessidade.

Documento 3

“Custo de oportunidade e decisões

A vida implica que se tomem inúmeras decisões. Ao escolher-se uma coisa tem de se abdicar de outras. Quando se vai ao cinema, não se pode ler um livro. Quando se frequenta um curso de ensino superior, está-se a perder a oportunidade de arranjar um emprego a tempo inteiro. Quando um país incorpora os seus elementos num exército, está a perder o tempo que eles poderiam utilizar a ler poesia ou a escrever programas de computador. Cada vez que uma pessoa ou um país toma uma decisão, estão-se a verificar custos por se abdicar de outras alternativas possíveis.

Quando se é forçado a escolher entre diferentes bens escassos, está-se inevitavelmente a sofrer custos de oportunidade. O custo de oportunidade de uma decisão é o valor da melhor alternativa disponível.”

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

O processo de escolha tem por base o princípio da **racionalidade económica**, no qual se presume que cada indivíduo escolhe em cada momento aquela que considera ser a melhor opção disponível, ou seja, aquela que permite a máxima satisfação com o mínimo esforço.

Em suma, podemos dizer que dado o número insuficiente de bens disponíveis para fazer face à multiplicidade de necessidades que existe, é preciso fazer **opções**. No momento da escolha deve-se ponderar sobre a importância relativa de cada necessidade. É preciso definir prioridades e **hierarquizar as necessidades** de modo a estabelecer a ordem pela qual serão satisfeitas, bem como determinar quais deverão ser abandonadas. A opção ideal, por um lado, deve proporcionar um aumento do nível de

vida dos indivíduos através da implementação de uma eficiente utilização dos recursos disponíveis – **racionalidade económica**. Por outro lado, também deve procurar satisfazer o maior número de necessidades individuais e coletivas, garantindo, assim, a libertação de recursos que permitam continuar a produzir mais bens capazes de satisfazer as necessidades das gerações futuras.

Atividade 3

A noção de custo de oportunidade é fundamental para as decisões que tomamos diariamente. Na prática, consiste em saber do que temos de abdicar para podermos executar uma ação que nos possa trazer algum benefício. Se, por exemplo, um indivíduo passar a trabalhar um maior número de horas por dia, para obter um rendimento mais elevado que possibilite a entrada dos filhos na faculdade e uma vida com mais conforto para família, em contrapartida, terá de abdicar de tempo de descanso e/ou de lazer.

- 1 Apresenta o conceito de *custo de oportunidade*, tendo em atenção o texto.
- 2 Explica a relação de causalidade que se estabelece entre os conceitos de *escassez* e *custo de oportunidade*.

Mas o processo de escolha também envolve a tomada de decisão sobre quais os bens e serviços que devem ser alocados para a satisfação de necessidades coletivas e como serão disponibilizados pela **atividade económica**, nas operações levadas a cabo pela sociedade com vista a satisfazer as necessidades da população. Os agentes económicos efetuam escolhas sempre que tomam decisões, nomeadamente, quando têm de responder a três questões fundamentais:

Atividade económica

Conjunto de operações que visam a produção de bens e serviços capazes de satisfazer as nossas necessidades.

O que produzir?

Saber quais os bens que devem ser produzidos, em que quantidades e em que momento. A escolha dos bens a produzir deve ter em consideração o seu **custo de oportunidade**, isto é, deve-se refletir sobre o que se sacrifica quando se decide utilizar determinado bem na satisfação de uma dada necessidade.

Como produzir?

Decidir quais serão os meios humanos, técnicos e logísticos a utilizar para produzir bens e serviços capazes de satisfazer as necessidades.

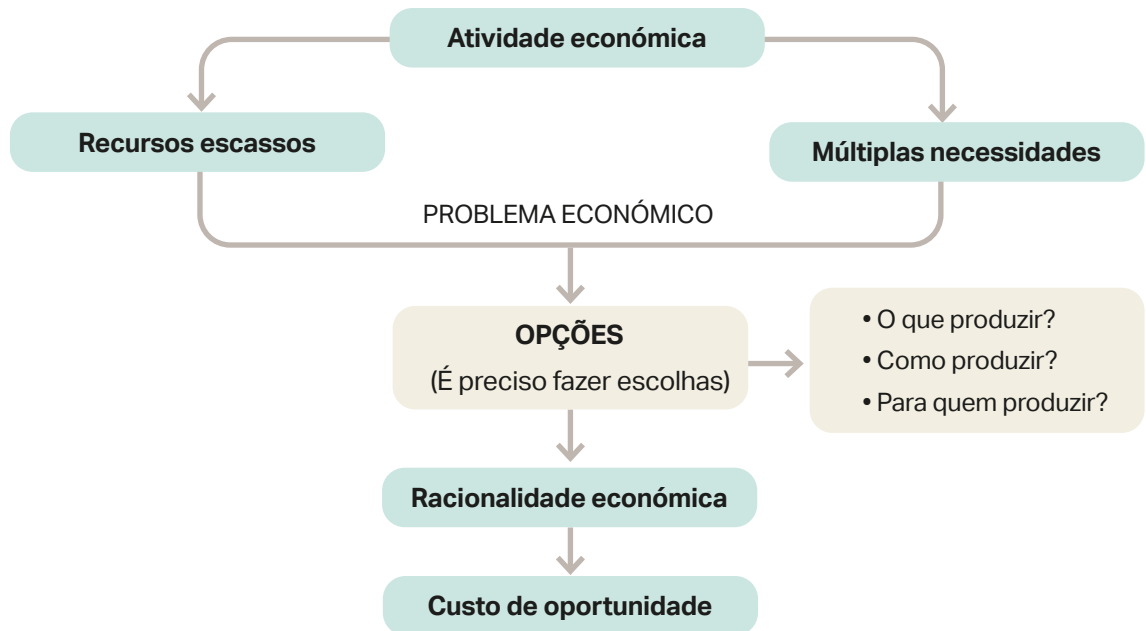


Vídeo
A atividade económica e a ciência económica



Para quem produzir?

Saber a quem se destina aquilo que é produzido num país, ou seja, compreender a forma como é repartido o rendimento de uma sociedade pelas famílias que a compõem.



Atividade 4

“Ao responder às questões “o quê?” e “como produzir?”, a Economia está a decidir a forma de aplicar os seus recursos nos inúmeros bens e serviços que todos consumimos, tendo de efetuar escolhas acerca dos fatores produtivos a utilizar (trabalho, matérias-primas, ferramentas e máquinas) e das produções. Os países estão limitados pelos recursos disponíveis e pela tecnologia que utilizam.”

NABAIS, Carlos e FERREIRA, Ricardo V. (2012), *Macroeconomia*, Lisboa, Lidel

- 1 Comenta o texto, tendo em atenção as questões fundamentais que se colocam à Economia.

1.3. Fronteira de Possibilidades de Produção

Para responder às questões fundamentais que se colocam à atividade económica, nomeadamente, saber *o que produzir* e *em que quantidades*, a Economia precisa de investigar as diferentes possibilidades de produção que a atividade produtiva pode obter com os recursos disponíveis. Por outro lado, sabemos que, cada vez que se toma uma decisão económica, se deve ter em consideração o respetivo custo de oportunidade, pois, quando decidimos alocar um determinado recurso a uma atividade, estamos a prescindir da possibilidade de o empregar noutras atividades. Assim, importa ter em atenção o custo implícito de cada decisão, quando se decide que bens vão ser produzidos e em que quantidades.

Um dos instrumentos frequentemente utilizados pela Economia, para investigar as diferentes possibilidades de produção e apresentar o problema económico de modo gráfico, é a **Fronteira (ou Curva) de Possibilidades de Produção (FPP)**. A FPP é um modelo simplificado da realidade, onde se podem observar as diferentes combinações possíveis de dois recursos, na produção de bens e serviços. Esta ferramenta permite-nos constatar que quanto maior é a alocação¹ de um recurso, menor é a alocação do outro, demonstrando, assim, que quando se aplica um recurso na produção de um bem ou serviço, se deixa de dispor da possibilidade de o aplicar na produção de outro bem ou serviço.

Trata-se de um modelo que pressupõe a **racionalidade económica** e a **eficiência produtiva**, implicando, por isso, que as escolhas efetuadas envolvam a utilização de todos os recursos disponíveis, sem desperdiçar nenhum e que estes sejam usados do modo mais eficiente possível.

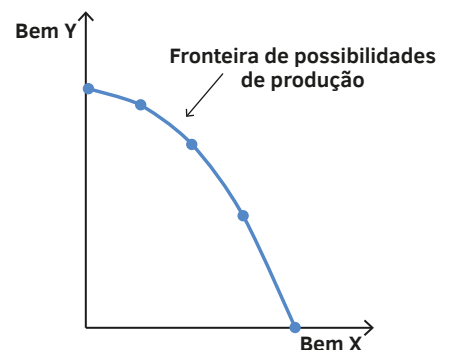
É uma representação gráfica de inclinação negativa (decrescente), que nos mostra as possíveis combinações de produção, relativamente a dois bens, em situações de plena utilização da capacidade produtiva, isto é, com todos os restantes fatores produtivos (como, por exemplo, máquinas e equipamentos) a serem integralmente canalizados para a produção desses dois bens, de modo sempre constante.

A fronteira (ou curva) é a linha formada pelos pontos que representam as diferentes situações de combinação máxima possível dos recursos em análise – cada ponto da fronteira representa a combinação que corresponde ao máximo que é possível produzir de cada bem.

Fronteira de Possibilidades de Produção (FPP)

Modelo que constitui uma simplificação da realidade, no qual se apresentam as possíveis combinações de produção de dois recursos, numa dada atividade produtiva, tendo por base a racionalidade e a eficiência.

¹ Alocar um recurso significa *empregar* um recurso, *afetar* um recurso a um dado fim – expressões sinónimas que fazem parte da terminologia própria da Economia.



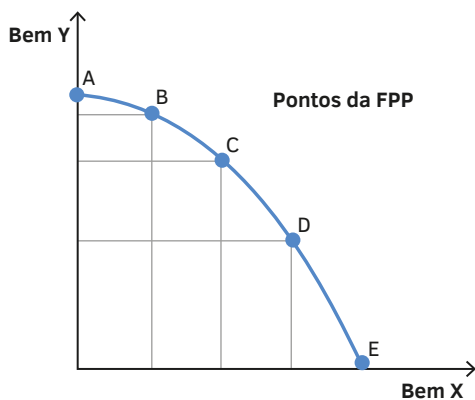
Documento 4

“A curva (ou fronteira) de possibilidades de produção (CPP) é uma curva através da qual se ilustra a forma como a questão da escassez impõe um limite à capacidade produtiva de uma sociedade e, portanto, traduz uma fronteira da máxima quantidade de bens e serviços que pode ser produzida, num determinado período de tempo, com a utilização dos recursos existentes e com a tecnologia disponível. A CPP consiste na produção de todas as combinações eficientes dos bens X e Y, de acordo com a qual a economia pode produzir mais de um bem, mas apenas se produzir menos de outro.”

DONÁRIO, Arlindo A. e SANTOS, Ricardo B. (2022), *Economia, com Destaque para a Microeconomia – Uma Visão Crítica*, Lisboa: Edições Sílabo

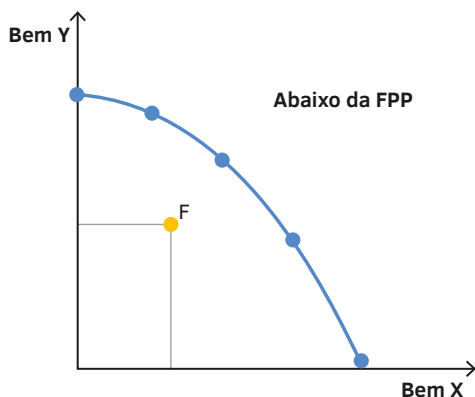
Observando o gráfico com os pontos da FPP, podemos concluir que, à medida que aumenta a possibilidade de produção de um bem, diminui a possibilidade de se produzir o outro, pois os recursos são finitos e só podem ser alocados para um fim ou para outro. No limite, vemos que, para se produzir a quantidade máxima de bem Y, que é possível fabricar nesta atividade económica, a produção do bem X teria de ser igual a zero, com todos os recursos desta atividade a serem canalizados para a produção do bem Y (situação A). E o contrário também é verdadeiro, se desejarmos obter a quantidade máxima de bem X

que é possível produzir, teremos de abdicar do bem Y, passando, nesse caso, a sua produção a ser nula (situação E).



No entanto, a racionalidade económica e a eficiência produtiva apenas se verificam nos **pontos da FPP**. Só a fronteira é que representa situações de possibilidade máxima de produção, empregando-se a totalidade dos recursos disponíveis da melhor forma possível.

Os pontos situados **abaixo da FPP**, como a situação F do gráfico, representam situações onde não se efetuam as melhores escolhas, pois como não se empregam todos os recursos disponíveis, isso faz com que haja desperdícios. Nestes casos, dizemos que não há racionalidade económica nem eficiência produtiva – situação de ineficiência.

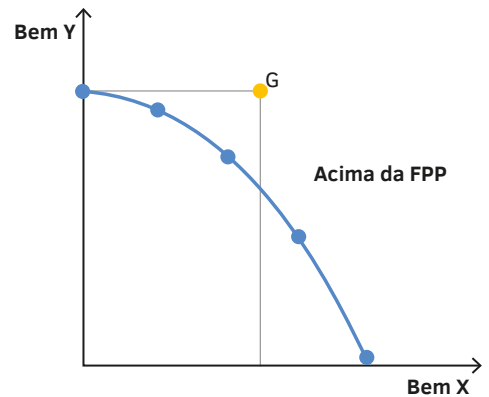


Os pontos situados **acima da FPP**, como a situação G do gráfico, apesar de corresponderem a potenciais situações de maior produção que até poderiam ser desejáveis, são combinações de produção impossíveis de alcançar, porque os recursos disponíveis não são

suficientes para realizar esses níveis de produção – situação de impossibilidade.

Podemos então concluir que:

- os **pontos da fronteira** representam situações possíveis e eficientes;
- os pontos situados **abaixo da fronteira** representam situações possíveis, mas ineficientes;
- os pontos situados **acima da fronteira** representam situações impossíveis.

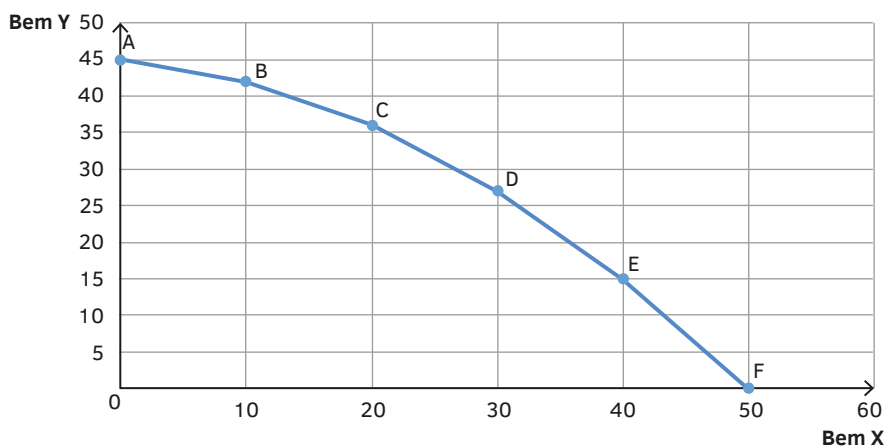


Para uma melhor compreensão, vejamos agora um exemplo da análise de uma fronteira de possibilidades de produção. Admitamos que a atividade produtiva de um determinado país se concentra em apenas dois tipos de bens (bem X e bem Y) e que todos os recursos disponíveis desse país são utilizados na produção desses bens, incluindo a sua força de trabalho e os seus bens de equipamento. Na tabela, apresentam-se diferentes situações de combinação da produção dos bens X e Y, que é possível obter nesse país, alocando-se todos os seus recursos disponíveis de modo racional e eficiente.

Situações de possibilidade de produção	Bem X	Bem Y
A	0	45
B	10	42
C	20	36
D	30	27
E	40	15
F	50	0

Representamos graficamente os dados da tabela e começamos a investigar as diferentes possibilidades de produção dos bem X e Y do país em causa:

Fronteira de Possibilidades de Produção



Analisando os dados relativos às diferentes situações de possibilidade de produção daquele país, constatamos que, na situação A, se o país quiser obter a produção máxima

de bem Y (45 unidades), terá de deixar de produzir o bem X (0 unidades). Na situação B, para obter o máximo de bem Y (42 unidades), poderá produzir até 10 unidades de bem X. Em C, para um máximo de 36 unidades de bem Y, conseguirá produzir 20 unidades de bem X. Na situação D, é possível produzir o máximo de 27 unidades de bem Y, quando produz 30 unidades de bem X. Na situação E, ainda é possível produzir um máximo de 15 unidades de bem Y, quando produz 40 unidades de bem X. E, em F, é necessário abdicar da produção de bem Y, se quiser obter a produção máxima de bem X, que é de 50 unidades.

Vemos, assim, que, cada vez que o país decidir produzir o máximo que pode de bem Y (45 unidades), perde a possibilidade de produzir 50 unidades de bem X e, pelo contrário, se optar por produzir 50 unidades de bem X, deixa de poder produzir 45 unidades de bem Y. Por outro lado, se, em vez de produzir 45 unidades de bem Y, passasse a produzir apenas 42 unidades, nesse caso, produzindo menos 3 unidades de bem Y, já conseguiria produzir 10 unidades de bem X. E se abdicasse de 9 unidades de bem Y, relativamente às 45 unidades máximas totais que poderia produzir, caso não produzisse nenhum bem X, então já seria possível obter 20 unidades de bem X, e por aí adiante.

Poderíamos tirar o mesmo tipo de conclusões em relação ao bem X. Se aquele país, em vez de tentar obter a produção máxima de 50 unidades do bem X, em regime de exclusividade, optasse, antes, por produzir 40 unidades de bem X, ao abdicar de 10 unidades desse bem, passaria a poder produzir 15 unidades de bem Y, e assim sucessivamente. O custo de oportunidade é sempre analisado de um modo relativo. Em cada situação, é preciso observar o custo implícito de um recurso, em termos do outro, vendo o que é necessário abdicar de um bem, para se poder obter mais do outro.

Analisemos agora duas novas situações de **pontos abaixo e acima** da fronteira de possibilidades de produção, adicionando ao gráfico os pontos G e H, constantes na nova tabela.

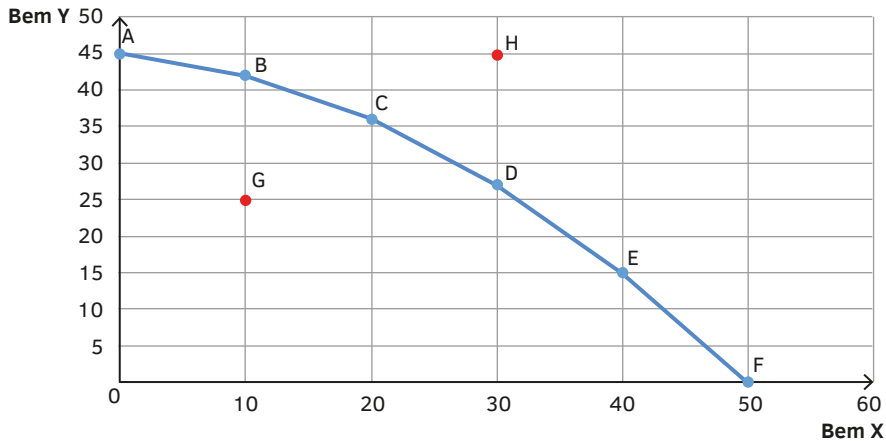
Situações de possibilidade de produção	Bem X	Bem Y
G	10	25
H	30	45

Em relação à situação G, podemos concluir que esta não constitui uma escolha racional e eficiente, pois, para o país produzir as mesmas 10 unidades de bem X que consegue produzir na situação B, apenas iria obter 25 unidades de bem Y, quando, em B, poderia obter 42 unidades. A situação G, apesar de ser possível, não seria uma boa opção para o país, que, neste caso, seria ineficiente, ao não produzir o máximo possível e desperdiçar recursos.

Quanto à situação H, verificamos que se trata de uma situação impossível, pois sabemos que, se o país optar por produzir 45 unidades de bem Y, esgota a sua capacidade de produção e já não consegue produzir nenhuma unidade de bem X, como se viu na

situação A. Assim, é impossível que, além das 45 unidades de bem Y, o país ainda possa produzir 30 unidades de bem X. Poderia ser uma situação do agrado do país, mas não é possível.

Fronteira de Possibilidades de Produção

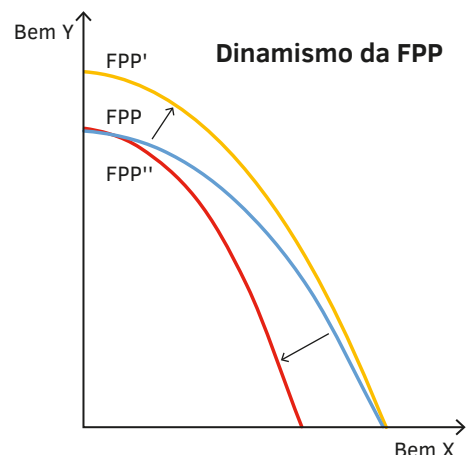
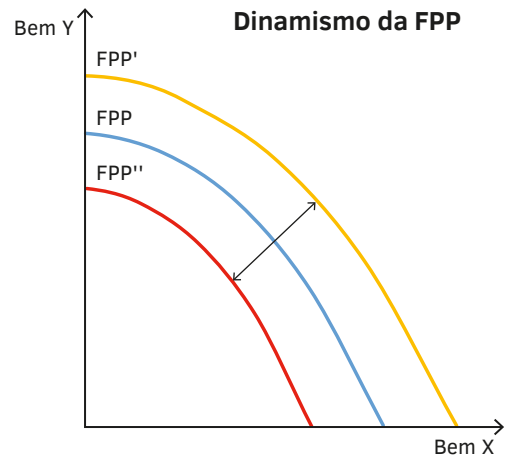


Numa situação de plena utilização da capacidade produtiva, se quisermos aumentar a produção do bem X, teremos de produzir uma menor quantidade de bem Y, pois os meios empregados na produção permanecem constantes.

Contudo, isso não significa que a fronteira de possibilidades de produção tenha necessariamente de permanecer sempre estática. A FPP pode apresentar um **comportamento dinâmico** ao longo do tempo, podendo deslocar-se, caso se alterem as suas variáveis, por qualquer motivo.

Se, por exemplo, surgir alguma evolução tecnológica que permita passar a produzir simultaneamente uma maior quantidade do bem X e do bem Y, com os mesmos recursos disponíveis, isso fará a FPP deslocar-se para a direita (FPP'), refletindo-se dessa maneira o aumento da eficiência da produção. Por outro lado, também pode ocorrer algum fenómeno que leve a fronteira a deslocar-se para a esquerda (FPP'') se, por qualquer razão, houver algum incidente que provoque uma diminuição da eficiência dos meios de produção, como a perda definitiva de um bem de equipamento importante, que faça baixar as possibilidades máximas de produção dos dois bens.

E estas alterações da FPP também podem suceder em apenas alguns pontos da curva, não têm de ter um impacto igual ao longo de toda a linha da fronteira.



Atividade 5

Sabendo que na Ilha Alfa todos os recursos produtivos são canalizados para a extração de sal ou para a captura de peixe, observe a tabela seguinte, com as diferentes possibilidades de combinação da atividade de extração de sal e da captura de peixe, em toneladas, num dado período.

Situações de possibilidade de produção	Sal (toneladas)	Peixe (toneladas)
A	0	3
B	0,5	2,8
C	1	2,3
D	1,5	1,4
E	2	0

- 1 Representa graficamente a FPP da atividade produtiva da Ilha Alfa.
- 2 Analisa as diferentes possibilidades de combinação das atividades produtivas da Ilha Alfa e comenta os seus principais aspetos.
- 3 Dá um exemplo de um ponto situado abaixo da FPP, explicando a sua situação em termos de eficiência.

1.4. Os instrumentos para a compreensão da Economia

Neste subcapítulo, iremos dedicar a nossa atenção a ver alguns instrumentos úteis e aspetos importantes que nos ajudam a compreender melhor o funcionamento da Economia.

Veremos agora:

- a importância do método científico;
- o uso de uma terminologia própria;
- a observação de padrões médios de comportamento e tendências;
- a necessidade da análise estatística;
- a distinção entre Economia normativa e Economia positiva;
- a utilidade dos modelos económicos.

A Economia, sendo uma ciência social que estuda o comportamento económico do ser humano, não é uma ciência exata, como a Matemática, a Química ou a Física. Mas isso

não quer dizer que seja menos rigorosa. A Economia utiliza o **método científico** na sua observação, através do qual procede à formulação de hipóteses e respetiva experimentação, antes de chegar a conclusões. Ao investigar os fenómenos que compõem a realidade social, a Economia formula hipóteses explicativas que, nalguns casos, dão origem a teorias ou leis económicas.

Documento 5

“O método científico adotado em economia, tal como nas restantes Ciências Sociais, envolve vários elementos:

- observação dos comportamentos no mundo real e retirada das consequências;
- formulação, a partir das observações realizadas, de associações plausíveis de causa e efeito (hipóteses);
- teste das associações, comparando os dados de eventos específicos com o resultado previsto pela hipótese formulada;
- validação, rejeição ou modificação da hipótese formulada, tendo por base as comparações realizadas;
- continuação do confronto da hipótese com a evidência empírica – quando os resultados favoráveis se acumulam, a hipótese evolui para uma teoria.”

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

Método científico

Observação da realidade

Formulação de hipóteses

Experimentação das hipóteses

Conclusões

e Manual Digital

Exercício
Conhecer o método científico



Um dos aspetos que confere o estatuto de ciência a uma disciplina, para além do uso de um método científico, é a utilização de uma terminologia própria que a caracterize de forma única. Assim, para além de utilizar o método científico, a Economia também emprega uma **terminologia própria**, sendo por isso considerada como ciência.

Como o objeto de estudo desta ciência é a vertente económica da atuação humana, a sua investigação baseia-se sobretudo na observação de **padrões** e de **tendências médias** de comportamento. Para validar uma hipótese formulada, nem sempre é necessário que se verifique exatamente o mesmo resultado em todos os casos observados, mas sim numa maioria significativa. Cada indivíduo tem um modo próprio de atuar e de tomar decisões, não sendo possível encontrar fórmulas matemáticas exatas que contemplem cada comportamento individual. A Economia foca-se em padrões e tendências gerais de comportamento.

Importa assim salientar que as teorias e leis económicas, geralmente, se fundamentam nas tendências médias e padrões, apresentados pela maioria dos agentes económicos, perante certos contextos ou variáveis. Nem todos se comportam exatamente do mesmo modo, mas se houver uma tendência relevante num determinado sentido, isso pode ser o suficiente para nos permitir chegar a uma dada conclusão.

Documento 6

“Enquanto ciência que se foca no comportamento humano, não é veleidade deste campo do saber prever de forma exata o comportamento das pessoas – esta é uma ciência social e não uma ciência exata. Sendo o ponto fulcral o facto de, em média, as pessoas reagirem de modo previsível e consistente a certos incentivos, importa ter um processo para atestar isso.”

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

Estatística

Ciência que se dedica à recolha, organização, tratamento e interpretação de dados (dados estatísticos).



Vídeo
Estatística
no dia a dia



Uma das ferramentas fundamentais a que a Economia recorre para estudar padrões e tendências comportamentais é a **análise estatística**. A Estatística é uma ciência que se dedica à recolha, organização, tratamento e interpretação de dados, sendo um instrumento essencial para a observação da realidade social.

A Economia colhe **dados estatísticos** obtidos a partir de entidades idóneas, como o Instituto Nacional de Estatística, efetuando cálculos e analisando séries completas de dados, ou amostras de dados com dimensão suficiente, que lhe permitam formular e/ou comprovar as hipóteses económicas que pretende investigar. A análise estatística é uma das ferramentas mais utilizadas no estudo do comportamento dos agentes económicos, fazendo parte integrante da Economia.

Contudo, deve-se ter atenção ao modo como se tiram conclusões a partir de dados estatísticos, sendo conveniente verificar as suas fontes e eventuais relações de causa-efeito, para evitar interpretações erróneas.

Além disso, também importa estarmos atentos à presença da subjetividade em Economia, observando quando estão a ser incluídos juízos de valor nas afirmações económicas – aquilo a que se chama **normativismo económico**.

Quando se fazem declarações com base no que se considera ser “verdade”, embora isso possa ser apenas uma opinião, baseada em considerações de tipo “certo” ou “errado”, ou se, por outro lado, estamos perante **positivismo económico**, efetuando afirmações com base na constatação de factos económicos verificáveis, que possam ser cientificamente comprovados, impera a objetividade dos factos, se efetivamente é possível comprovar, ou não, aquilo que está a ser declarado, não havendo margem para juízos de valor.

Economia normativa

Análise que tem por base juízos de valor, qualificando fenómenos de modo subjetivo.

Economia positiva

Análise que tem por base a objetividade de factos que possam ser cientificamente comprovados.

Documento 7

“Um potencial problema das análises económicas tem a ver com a subjetividade. Esta situação pode estar relacionada com o facto de se estar a falar de uma ciência social, que trabalha com pessoas e que, por isso pode implicar juízos de valor. É por isso necessário distinguir entre Economia positiva e Economia normativa. Essa distinção é feita de acordo com o tipo de afirmações efetuadas. Está-se no âmbito da Economia positiva quando a análise se foca em factos propriamente ditos, assente em metodologia científica. Numa análise normativa estão subjacentes juízos de valor. Por exemplo, ao se afirmar que “o salário mínimo num país é de 15 000 unidades monetárias”, está-se no âmbito da Economia positiva. A afirmação de que “o salário mínimo nesse país é de apenas 15 000 unidades monetárias” cai no âmbito da Economia normativa.”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros (adaptado)

Atividade 6

1 Explicita o sentido das duas últimas afirmações do texto, onde se diz:

“Por exemplo, ao se afirmar que “o salário mínimo num país é de 15 000 unidades monetárias”, está-se no âmbito da Economia positiva. A afirmação de que “o salário mínimo nesse país é de apenas 15 000 unidades monetárias” cai no âmbito da Economia normativa.”

Outra ferramenta muito importante é a utilização de modelos matemáticos aplicados à Economia, que permitem simplificar a complexidade de interações entre os agentes económicos e assim compreendê-las melhor. Os **modelos económicos** são representações simplificadas da realidade que servem para observar os fenómenos sociais e tirar conclusões sobre os aspetos que dizem respeito à Economia.

A Fronteira de Possibilidades de Produção, que vimos anteriormente, é um exemplo de modelo económico.

Os modelos económicos podem ser representados por meio de diagramas, gráficos e outras formas de modelação matemática. Eles abordam os fenómenos mais relevantes que a Economia pretende investigar, deixando de lado aspetos que possam eventualmente

Modelos económicos

Formas simplificadas de representação da realidade que permitem observar e tirar conclusões sobre certos fenómenos de natureza económica.

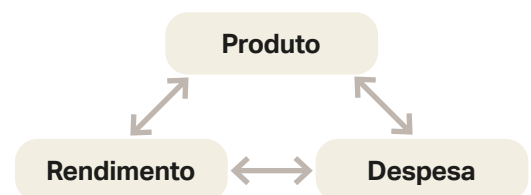


Diagrama da igualdade dos três grandes agregados macroeconómicos

ser considerados de menor importância e cuja análise apenas dificultaria a verificação das hipóteses testadas, inviabilizando possíveis conclusões.

Em Economia, quando se testam hipóteses para validar teorias, uma das metodologias mais frequentes é uso de modelos cujas representações simplificadas da realidade se focam apenas numa variável, ou em poucas, considerando que as restantes se mantêm inalteradas. Nestes casos, dizemos que se aplica a condição **ceteris paribus** (latim), que significa: “considerando tudo o resto constante”. Esta condição permite-nos observar o que acontece a uma variável, quando mais nenhuma se altera.

Documento 8

“Para facilitar a compreensão das interações que se registam, os economistas recorrem a hipóteses (i.e., conjecturas relativas à forma como os agentes na realidade se comportam), sobre as quais erguem as suas teorias. As características principais dos componentes das teorias que se propõem são representadas nos chamados modelos económicos. Estas representações, sendo simplificações da realidade, afastam muitos pormenores com o intuito de melhorar a compreensão do fenómeno, pois esses eventos são tidos como irrelevantes para a análise da questão em causa.”

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

Ao observarmos o comportamento de uma variável, ou de um número reduzido de variáveis, considerando tudo o resto constante, podemos ficar realmente a conhecer o modo como essas variáveis se comportam.

Embora os modelos não sejam uma representação perfeita da realidade, ainda assim constituem uma importante ferramenta para a sua compreensão, pois permitem estudar o comportamento do ser humano, em contexto económico, e tirar ilações, apesar das suas complexas interações.

Atividade 7

“Uma das questões a ter em conta é o estatuto estatístico das Leis económicas. Isso significa assumir que determinadas afirmações feitas em Economia são de elementos que se esperam acontecer na maior parte dos casos. Teoricamente é possível deduzir uma determinada relação entre variáveis, sendo expectável que essa relação se verifique quando estiverem cumpridas todas as hipóteses de base. Uma dessas hipóteses é a que diz respeito ao comportamento padrão dos indivíduos, podendo alguns não corresponder a esses comportamentos padrão, eventualmente porque há determinadas hipóteses que não se verificam, podendo por isso existir efeitos que não são observáveis.”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

- 1 Comenta o sentido da primeira afirmação do texto, tendo em atenção a necessidade frequente que a Economia tem de basear as suas conclusões na observação de padrões e tendências médias.
- 2 Indica a importância do uso de modelos em Economia.

1.5. Microeconomia e macroeconomia

Documento 9

“A Economia é uma ciência que estuda o comportamento individual e o comportamento coletivo, pela análise da interação entre agentes económicos.”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

Finalmente, vamos ver como a Economia observa os fenómenos segundo duas lentes diferentes, podendo apresentar uma perspetiva macroeconómica ou microeconómica.

Enquanto a **macroeconomia** observa a realidade como um todo, a **microeconomia** estuda as partes que compõem esse todo. A macroeconomia e a microeconomia analisam a mesma realidade, mas sob ângulos diferentes. A macroeconomia debruça-se sobre o estudo dos grandes agregados das nações e a microeconomia dedica-se à observação do comportamento dos indivíduos e das organizações.

Estes dois ramos da Economia distinguem-se quanto ao foco de atenção. A macroeconomia foca-se em temas mais abrangentes e coletivos relacionados com a atividade económica, como o nível de emprego de um país, a produção nacional ou a dívida pública; e a microeconomia foca a sua análise nos agentes económicos, como as empresas ou as famílias, ocupando-se de temas como o comportamento dos consumidores e dos produtores de um determinado bem ou mercado.

Macro – Grande
Micro – Pequeno

Microeconomia

Ramo da Economia que estuda o comportamento individual dos agentes económicos.

Macroeconomia

Ramo da Economia que estuda o comportamento agregado dos agentes económicos.



Documento 10

“Micro e macro

Na realidade, a Economia compreende dois assuntos. Em primeiro lugar, é a especialização técnica do estudo de como e por que razão as pessoas tomam determinadas decisões. Em segundo lugar, é o estudo mais abrangente de como os governos aumentam o crescimento, controlam a inflação, mantêm as suas finanças e asseguram que o desemprego não sobe para valores muito altos. A distinção entre microeconomia e macroeconomia é essencial para compreender a Economia. [...]

Qual a diferença? Com origem em *mikros*, que em grego antigo significa “pequeno”, microeconomia é a palavra utilizada para o estudo de como as famílias e as empresas tomam as suas decisões e interagem com o mercado. Por exemplo, um especialista em micro pode focar-se em como um tipo particular de cultivo tem subido ou descido nos últimos anos.

A palavra macroeconomia vem do grego *makros* – “grande” – e é o estudo de como a Economia como um todo funciona. Um macroeconomista está mais interessado no porquê de a taxa de crescimento ser forte num país com uma inflação baixa, [...] ou nas causas do aumento da desigualdade.”

CONWAY, Edmund (2011), *50 ideias de Economia que precisa mesmo de saber*, Alfragide, Publicações D. Quixote

Atividade 8

“Em contraposição com a microeconomia surge a macroeconomia, o ramo da Economia que estuda o comportamento das economias como um todo. Temas como a determinação do rendimento, a contabilização da atividade de um país ou a análise de agregados como o Produto Interno Bruto, desemprego ou inflação são problemas típicos estudados pela macroeconomia.”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

- 1 Comenta o texto, tendo em atenção a distinção entre microeconomia e macroeconomia.

Conceitos-chave

- Atividade económica
- *Ceteris paribus*
- Custo de oportunidade
- Economia normativa
- Economia positiva
- Eficiência produtiva
- Escassez
- Estatística
- Fronteira de Possibilidades de Produção
- Macroeconomia
- Método científico
- Microeconomia
- Modelos económicos
- Problema económico
- Racionalidade económica

Síntese

- A **Economia** é a ciência que se dedica ao estudo da vertente económica dos fenómenos sociais.
- O **problema económico** fundamental é a **escassez** de recursos perante o conjunto ilimitado de necessidades. Este problema exige que se hierarquizem as necessidades e se façam escolhas.
- O processo de escolha tem por base o princípio da **racionalidade económica**, segundo o qual se presume que cada pessoa escolhe sempre a opção mais eficiente.
- O **custo de oportunidade** representa o sacrifício da melhor alternativa deixada de lado no momento em que se efetua uma escolha.
- A Economia procura dar resposta a três grandes questões: **o que produzir? Como produzir? Para quem?**
- A **atividade económica** engloba o conjunto de operações que visam a obtenção de bens e serviços aptos a satisfazer as necessidades humanas – produção, distribuição, repartição e utilização de rendimentos.
- A **Fronteira (ou Curva) de Possibilidades de Produção (FPP)** é um modelo que constitui uma simplificação da realidade, no qual se apresentam as possíveis combinações de produção de dois recursos, numa dada atividade produtiva, tendo por base a racionalidade económica e a eficiência produtiva.

Síntese

- Os **pontos da FPP**, representam situações possíveis e eficientes, os pontos situados **abaixo da FPP**, representam situações possíveis, mas ineficientes, e os pontos situados **acima da FPP** representam situações impossíveis.
- A FPP pode apresentar um **comportamento dinâmico** ao longo do tempo, podendo deslocar-se, caso se alterem as suas variáveis, por qualquer motivo.
- A Economia utiliza o **método científico** na sua observação, através do qual procede à formulação de hipóteses e respetiva experimentação, antes de chegar a conclusões. Ao investigar os fenómenos que compõem a realidade social, a Economia formula hipóteses explicativas que, nalguns casos, dão origem a teorias ou leis económicas.
- Além de utilizar o método científico, a Ciência Económica também emprega uma **terminologia própria**, que a caracteriza de forma única.
- Como o objeto de estudo da Economia é a vertente económica da atuação humana, a sua investigação baseia-se sobretudo na observação de **padrões** e de **tendências médias** de comportamento.
- Uma das ferramentas fundamentais a que a Economia recorre para estudar padrões e tendências comportamentais é a **análise estatística**. A Estatística é a ciência que se dedica à recolha, organização, tratamento e interpretação de dados (**dados estatísticos**).
- Aplicando condição **ceteris paribus**, que significa "considerando tudo o resto constante", é possível observar o que acontece a uma variável, quando mais nenhuma se altera.
- Em Economia é importante prestar atenção à presença de subjetividade, observando quando são feitos juízos de valor nas afirmações ou se estas se baseiam em factos que possam ser cientificamente verificados, aquilo a que respetivamente se designa de **economia normativa** e **economia positiva**.
- Os **modelos económicos** são representações simplificadas da realidade que permitem observar os fenómenos que dizem respeito à Economia e retirar conclusões.
- A **microeconomia** é o ramo da Economia que estuda os fenómenos respeitantes ao comportamento individual dos agentes económicos, enquanto a **macroeconomia** analisa os fenómenos relacionados com os grandes agregados económicos.

Ficha de trabalho 1

1 Selecciona, em cada caso, a opção que consideras correta.

1.1. O problema económico resulta

- a) da escassez de bens capazes de satisfazer um conjunto ilimitado de necessidades.
- b) dos diferentes níveis de desenvolvimento dos países.
- c) da escassez de bens capazes de satisfazer um conjunto limitado de necessidades.
- d) da desigualdade na repartição dos rendimentos.

1.2. O custo de oportunidade

- a) representa o total dos encargos suportados com um negócio.
- b) corresponde ao valor que os consumidores estão dispostos a pagar por um bem material.
- c) mede-se através da melhor alternativa que é sacrificada quando se efetua uma escolha.
- d) calcula-se em função dos rendimentos gerados no ato produtivo.

2 Indica se as seguintes afirmações são verdadeiras ou falsas, justificando as que consideras falsas.

- 2.1.** A Economia estuda o modo como os recursos abundantes se empregam na satisfação das limitadas necessidades humanas.
- 2.2.** O problema económico resulta da necessidade de adequar a multiplicidade de recursos existentes às necessidades.
- 2.3.** A escassez só existe porque as necessidades são ilimitadas e os recursos são insuficientes para as satisfazer.
- 2.4.** A escolha implica a seleção das necessidades que vão ser satisfeitas em relação às que vão ser deixadas de parte.
- 2.5.** As três questões fundamentais que se colocam à Economia são: Em que setores investir? Como promover a internacionalização das empresas nacionais? Que políticas fiscais implementar?

3 Lê a seguinte afirmação:

"A Economia é a ciência que se dedica ao estudo de como utilizar recursos escassos na satisfação das necessidades humanas."

- 3.1.** Apresenta o conceito de escassez.
- 3.2.** Caracteriza o objeto da Economia.
- 3.3.** Explicita em que consiste o problema económico.

Ficha de trabalho 1 (cont.)

4 Lê com atenção o seguinte texto.

“A Economia é a ciência da escolha, estudando a decisão das pessoas sobre a utilização de recursos produtivos escassos ou limitados (terra, trabalho, equipamentos ou conhecimentos técnicos) para produzir bens variados (como trigo, carne de vaca, sobretudos, concertos, estradas, mísseis) e para os distribuir pelos vários membros da sociedade, para consumo.”

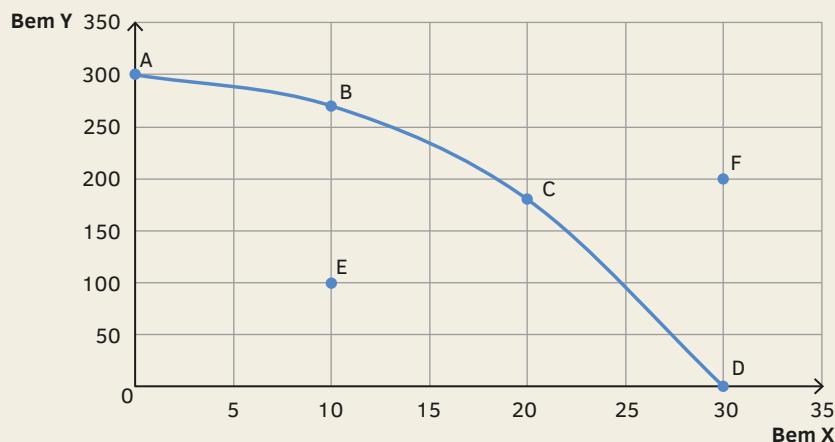
SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

4.1. Elabora um comentário ao texto, tendo em atenção a importância da escolha na Economia.

4.2. Explica em que consiste o conceito de custo de oportunidade.

5 Observa a seguinte representação gráfica sobre as combinações de produção de um país, que se dedica à produção de apenas dois bens, o bem X e o bem Y.

Combinações de produção dos bens X e Y



5.1. Diz em que consiste uma Fronteira de Possibilidades de Produção.

5.2. Representa, numa tabela, os pontos A, B, C, D, E e F que constam no gráfico.

5.3. Identifica a Fronteira de Possibilidades de Produção dos bens X e Y, no gráfico, referindo os seus principais aspetos.

5.4. Classifica as situações E e F do gráfico, em termos de eficiência produtiva.

6 Lê com atenção o seguinte texto.

“A Economia como ciência

A atividade económica é complexa e interdependente, sendo que a Economia tem um papel importante para compreender e para tomar medidas a fim de dinamizar e atingir o objetivo último de qualquer sociedade: o alcance do bem-estar. A Economia utiliza uma abordagem científica para compreender e decidir na atividade económica. Discute-se se a Economia é uma “verdadeira” ciência, tal como a Física ou a Astronomia. Recordemos que, tal como todas as ciências, que se caracterizam pelo método científico, também a Economia é conhecida por seguir um método, de igual modo dividido em cinco etapas:

- Observação dos acontecimentos económicos (o impacto do *subprime*¹ na crise financeira internacional, por exemplo) e a elaboração de estatísticas e de registos históricos;
- Formulação de hipóteses (e previsões subsequentes);
- Experimentação e verificação das hipóteses (e das previsões);
- Formulação da teoria;
- Divulgação dos resultados e sua validação pela comunidade científica.”

NABAIS, Carlos e FERREIRA, Ricardo V. (2012), *Macroeconomia*, Lisboa, Lidel

¹ Crise do *subprime* – crise financeira com elevadas consequências a nível internacional, originada nos Estados Unidos, entre 2007 e 2008, com a queda do índice Dow Jones devido à elevada concessão de empréstimos hipotecários de alto risco e a falência de um dos maiores bancos de investimento do mundo – o *Lehman Brothers*.

- 6.1.** Descreve sucintamente o método científico, comentando o facto de a Economia, apesar de não ser uma ciência exata, não deixar por isso de ser rigorosa.
- 6.2.** Justifica a importância, para a Economia, da informação estatística e dos modelos económicos.
- 6.3.** Diz o que entendes por economia positiva e economia normativa.

7 “Se, por um lado, a Microeconomia estuda o processo de escolha individual, a Macroeconomia analisa a economia, como um todo agregado.”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

- 7.1.** Comenta a afirmação anterior, tendo em atenção a distinção entre microeconomia e macroeconomia.

2 A organização da atividade económica

Objetivos de aprendizagem

- Compreender o conceito de economia de mercado e as suas principais influências.
- Compreender o conceito de economia de direção central e as suas principais influências.
- Compreender o conceito de economia mista e a sua aplicação às economias reais.
- Identificar os diferentes sistemas económicos e a forma como resolvem os problemas básicos da Economia.
- Enquadrar a economia cabo-verdiana no contexto dos diferentes sistemas económicos.

2.1. Sistemas económicos

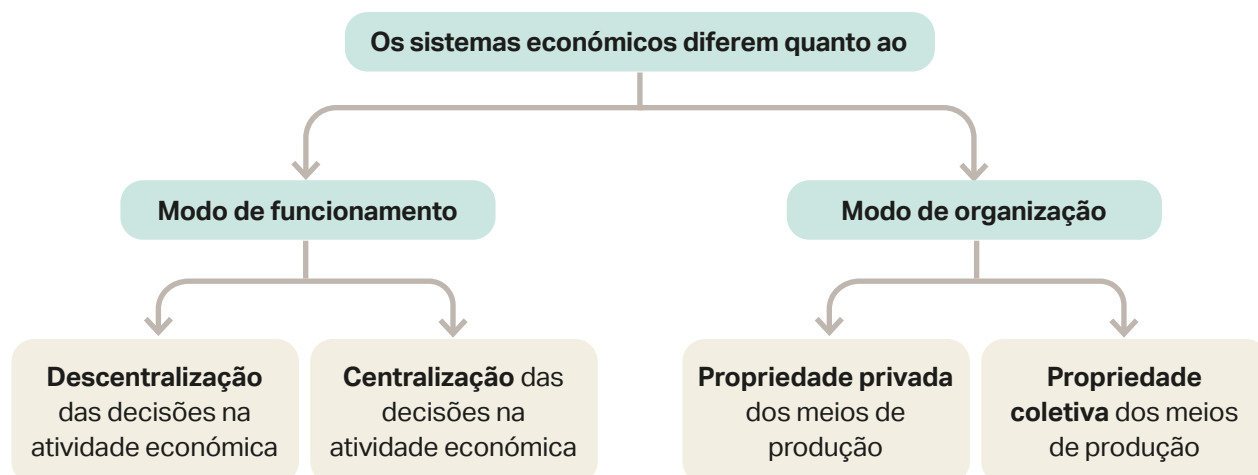
Sistema económico

Forma como as sociedades funcionam e organizam as suas atividades produtivas de modo a satisfazer as necessidades coletivas.

Neste capítulo, iremos estudar os diferentes **sistemas económicos**, que representam a forma como as sociedades funcionam e organizam as suas atividades produtivas de modo a satisfazer as necessidades coletivas. Começaremos por analisar os princípios orientadores que caracterizam os dois principais modelos teóricos de organização económica, as economias de mercado e as economias de direção central (planificadas), vendo, depois, o modo como na prática eles se combinam, dando origem a modelos de natureza mista.

Analisando a forma como estes sistemas económicos funcionam e como organizam a atividade económica, conseguimos compreender melhor as suas diferenças. No que respeita ao **modo de funcionamento**, convém ver quem detém o controlo das decisões na atividade económica, averiguando quem toma as decisões sobre o que produzir, como produzir e para quem produzir, em cada modelo, vendo se estas decisões são tomadas de forma descentralizada, se estão a cargo dos agentes económicos envolvidos, ou se estão exclusivamente centralizadas sob a autoridade do Estado. Quanto ao **modo de organização** da atividade económica, em termos gerais, importa distinguir a quem pertence a propriedade dos meios de produção, vendo se esta é privada ou coletiva.





A **participação do Estado na atividade económica** pode configurar-se pouco interventiva, atuando apenas ao nível da esfera política e adotar uma postura mais liberal, ou ser mais intervencionista, atuando em assuntos da esfera privada ou em disputas com outras nações.

Participação do Estado na economia:

- postura mais liberal;
- postura mais intervencionista.

Manual Digital

Vídeo

A intervenção do Estado na atividade económica



Documento 1

“Existem basicamente dois enfoques, com interesse analítico, na abordagem dos sistemas económicos: o modo de funcionamento e o modo de organização.

Por **modo de funcionamento** entende-se a forma como as diversas unidades económicas que compõem a sociedade coordenam entre si os seus planos individuais. Relaciona-se com o grau de centralização nas decisões sobre a afetação dos recursos e bens finais e com as formas de controlo económico. Entende-se por controlo económico as formas e mecanismos de intervenção do Estado¹ utilizados para tentar melhorar a eficiência, corrigir perturbações ou falhas nas formas de coordenação dominantes.

As economias em que as decisões sobre aquela afetação são tomadas predominantemente de forma descentralizada pelas unidades microeconómicas (empresas e famílias, na linguagem comum da teoria económica), através da sua interação no mercado em função de mecanismos de preços e de restrições orçamentais, são designadas *economias de mercado*. As economias em que as decisões sobre a afetação são tomadas predominantemente por ação administrativa centralizada de autoridades estatais são designadas *economias de direção central*.

Documento 1 (cont.)

Por **modo de organização** em sentido estrito entende-se as características das unidades económicas, aspeto que se relaciona, em termos globais, com a estrutura da propriedade, nomeadamente com o predomínio da propriedade privada ou da propriedade pública. As economias em cujo sistema económico predomina a propriedade privada dos meios de produção fundamentais são referenciadas com o termo *capitalista*. As economias em cujo sistema económico predomina a propriedade pública, basicamente estatal, dos meios de produção fundamentais são referenciadas com o termo *socialista*.”

NUNES, Ana Bela (1997), *O modo de organização e funcionamento das economias nacionais no século XX*², Estudos de Economia, XVI-XVII (3): 253-278, Instituto Superior de Economia e Gestão

¹ Note-se que a ação do estado pode ser a decisão de não intervir, deixando os mecanismos de mercado atuarem.

² Texto que serviu de base à lição de síntese apresentada em provas públicas de agregação realizadas em 1996 no Instituto Superior de Economia e Gestão.

Atividade 1

- 1 Indica, atendendo ao texto do documento 1, os principais critérios de enfoque na análise dos sistemas económicos.

A seguir, abordaremos sucintamente os dois principais modelos teóricos, quanto ao seu modo de organização económica e modo de funcionamento, observando, entre outros aspetos, as diferentes formas de **intervenção do Estado** na economia, o tipo de **planeamento** existente e a quem pertence a **propriedade dos meios de produção**.

2.1.1. Economia de mercado

As economias de mercado têm a sua génese no liberalismo. O conceito de Estado Liberal surgiu no século XVIII com as Revoluções Liberais, ocorridas em França e Inglaterra. O liberalismo opunha-se ao absolutismo, assentando em pressupostos como a propriedade privada, a redução do poder político, a ordem espontânea, a igualdade perante a lei e o funcionamento livre do mercado.

A **economia de mercado** é um sistema económico que se caracteriza pela existência de livre iniciativa e propriedade privada dos meios de produção. Este sistema é frequentemente referido como *capitalista*, por os meios de produção – que representam o capital – pertencerem a indivíduos ou entidades privadas, cabendo a posse das empresas a agentes privados e não ao Estado.

Economia de mercado

Sistema económico que se caracteriza pela existência de livre iniciativa e propriedade privada dos meios de produção.

Numa economia de mercado, são os agentes privados que tomam as decisões sobre o que produzir, como produzir e para quem produzir, havendo uma descentralização da tomada de decisão e pouca intervenção estatal. O papel do Estado é reduzido ao mínimo necessário, sendo o planeamento estatal da atividade económica meramente indicativo, uma vez que são os agentes privados que decidem e delineiam os seus próprios planos de forma independente.

Os preços e as quantidades transacionadas são ditados pelo funcionamento livre do mercado, prevalecendo o objetivo da maximização do lucro. O mercado, através da concorrência, dita o preço e as quantidades de bens que são colocadas à disposição dos consumidores em cada momento, como veremos mais à frente, quando estudarmos as leis da oferta e da procura.



Exercício
Descrever a transição para a economia de mercado



Documento 2

“Economia de mercado

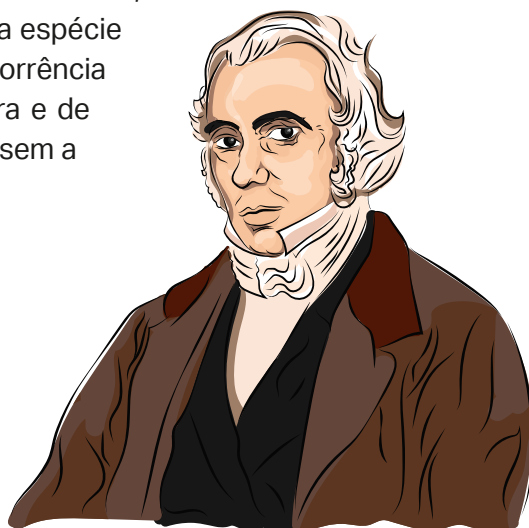
Sistema económico caracterizado pela existência de iniciativa privada, isto é, no qual entidades de carácter privado são detentoras da propriedade dos meios de produção. É evidente que tal não impede a sua coexistência com empresas de carácter estatal. No entanto, é a propriedade privada que predomina.

Refira-se ainda que este não é o único ponto de contacto possível entre os sistemas de direção central e de economia de mercado. Mais concretamente, é possível (e frequente) que uma economia de mercado possua um dos traços caracterizadores da direção central, o plano económico. Existe, contudo, uma diferença significativa: no primeiro caso, o plano é obrigatório para todas as entidades da economia, enquanto no segundo é meramente indicativo (apenas é obrigatório para as empresas que sejam propriedade do Estado). Logo, a liberdade económica (de instalação de unidades empresariais, de determinação dos produtos a produzir, de fixação de preços, etc.) é total. O Estado não intervém na vida económica nos moldes em que o faz numa economia de direção central.

Numa economia de mercado, o objetivo que move a iniciativa empresarial é o lucro. A atitude concorrencial das empresas surge como uma consequência deste desejo constante.”

Porto Editora – *economia de mercado na Infopédia*, Porto, Porto Editora
[consult. 19 jun 2024]

Adam Smith foi um importante economista escocês, do século XVIII, que defendia a existência de um liberalismo económico, advogando a não intervenção do Estado na economia e a livre iniciativa dos agentes económicos privados. Alegava que os cidadãos deveriam poder decidir produzir bens e comercializá-los, e que o mercado depois funcionaria como uma espécie de **mão invisível**. O mecanismo da livre concorrência ajustaria naturalmente as intenções de compra e de venda da iniciativa privada, autorregulando-se sem a intervenção do Estado.



Documento 3

“A **mão invisível** é sinónimo de lei de oferta e da procura e explica como a interação entre estes dois fatores serve para beneficiar a sociedade no seu conjunto. O conceito simples é o seguinte: não há nada de errado em as pessoas agirem segundo o seu interesse próprio. Num mercado livre, a força combinada de todos em busca do seu interesse individual beneficia a sociedade no seu conjunto, enriquecendo toda a gente.

Adam Smith usou esta frase apenas três vezes na sua obra-prima de 1776, *A Riqueza das Nações*, mas há uma passagem-chave que sublinha a sua importância:

[Nenhum indivíduo] pretende promover o interesse público, nem sabe em que medida contribui para ele [...] ao gerir a sua indústria de maneira tal, que o seu produto atinja o máximo valor possível, ele procura apenas o seu benefício pessoal, e ele é, nesta situação, como noutras, levado por uma mão invisível a contribuir para um fim para o qual não tinha intenção de contribuir [...]. Ao perseguir o seu interesse próprio, o indivíduo frequentemente promove o interesse da sociedade de maneira mais eficaz do que se efetivamente tencionasse promovê-lo. Nunca tive conhecimento de grandes benefícios gerados por aqueles que se dedicam ao comércio em nome do bem público.

A ideia explica porque os mercados de livre concorrência têm sido tão importantes para o desenvolvimento das complexas sociedades modernas.”

CONWAY, Edmund (2011), *50 ideias de Economia que precisa mesmo de saber*, Alfragide, Publicações D. Quixote

Atividade 2

“Suponhamos o caso de um inventor chamado Thomas que encontrou uma ideia para um novo tipo de lâmpada – um exemplar que é mais eficiente, dura mais tempo e tem maior luminosidade que os restantes. Ele fê-lo apenas tendo em vista o seu próprio interesse, na esperança de tornar-se rico e, talvez, famoso. O efeito colateral irá beneficiar a sociedade em conjunto, ao criar emprego para aqueles que irão fabricar as lâmpadas e assim melhorar as vidas (e salas de estar) dos que comprarem estas lâmpadas. Se não houvesse procura deste tipo de lâmpadas ninguém pagaria ao Thomas por inventá-la, e a mão invisível ter-lhe-ia dado uma bofetada por cometer tal erro.”

CONWAY, Edmund (2011), *50 ideias de Economia que precisa mesmo de saber*, Alfragide, Publicações D. Quixote (adaptado)

- 1 Comenta o texto, tendo em atenção a existência de livre iniciativa numa economia de mercado.

2.1.2. Economia de direção central (planificada)

O modelo teórico das economias de direção central, ou planificadas, situa-se no espectro oposto das economias de mercado, quanto ao modo de funcionamento e organização da atividade económica, advogando a propriedade coletiva dos meios de produção, a inexistência de iniciativa privada e a total intervenção do Estado na economia, de modo a eliminar as diferenças de classes.

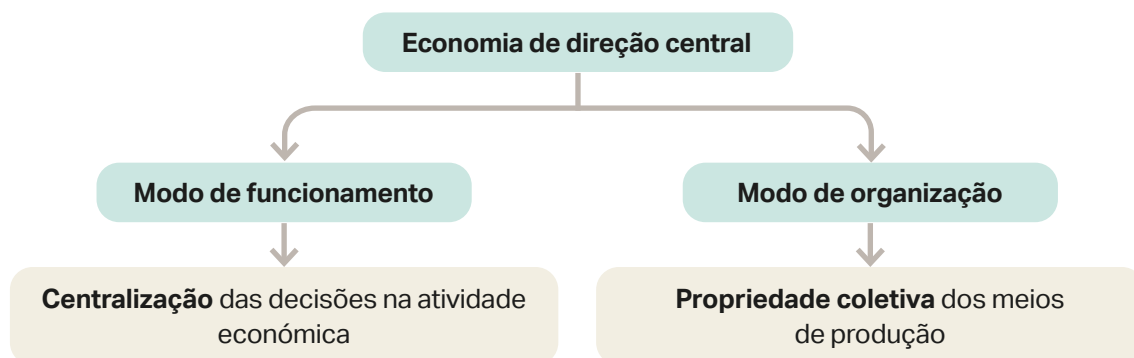
Economia de direção central

Sistema económico caracterizado pela centralização estatal da tomada de decisão na atividade económica e pela propriedade coletiva dos meios de produção.

Numa **economia de direção central**, todas as decisões sobre o que produzir, como produzir e para quem produzir se centralizam sob a autoridade do Estado, que mantém o controlo dos meios de produção, efetuando a repartição coletiva do rendimento, segundo as capacidades e necessidades de cada um.

Neste sistema, o mecanismo de regulação da economia é a planificação coletiva de carácter obrigatório – planos imperativos. Os agentes económicos são obrigados a atuar de acordo com os planos definidos pela Autoridade Económica Central, não dispondo de liberdade de decisão. Os planos têm, portanto, uma enorme relevância neste sistema, sendo toda a atividade económica organizada de acordo com eles, tendo em vista a satisfação máxima das necessidades coletivas.

O Estado assume um papel de total destaque nas economias de direção central, cabendo-lhe toda a definição e orientação da atividade económica, não havendo lugar para a iniciativa privada ou para a concorrência. Os preços são definidos pela Autoridade Económica Central e a produção também é controlada pelo Estado, ficando a cargo de empresas estatais, ou coletivas, que produzem em função do que é definido no plano. Os planos, neste caso, necessitam de contemplar todas as necessidades coletivas, atuando de forma totalmente articulada.



O sistema económico de direção central – também denominado *socialista* – defende a eliminação das desigualdades sociais através da abolição da propriedade privada. As repúblicas da ex-União Soviética e a China constituem exemplos de economias de direção central, do século XX.

Documento 4

“Economia de direção central

Sistema económico que assenta no exercício de todas as decisões de carácter económico por uma única entidade, o Estado. Este constitui-se, portanto, como a autoridade económica. Exemplos significativos encontram-se nos países do chamado *socialismo real*, como a antiga União Soviética e os países da sua esfera de influência. Toda a estruturação da orgânica e do funcionamento da economia num sistema de direção central é efetuada no Plano. De facto, sem planificação económica não existe direção central. No Plano definir-se-á a orientação a seguir em relação aos vários aspetos da vida económica do país. Mais concretamente, estipulam-se as produções a efetuar: os tipos de bens e serviços a produzir, as quantidades e as respetivas qualidades, bem como os locais onde se deverá efetuar a produção.

Para que esta tarefa seja executada convenientemente, é necessário conhecimento prévio das necessidades da comunidade, por forma a que se determine a produção daquilo que é efetivamente mais necessário à satisfação das necessidades gerais. Naturalmente, para definir corretamente os parâmetros da produção a efetuar, também é necessário saber quais são os meios de produção ao dispor da economia. Uma economia de direção central é, assim, um sistema que não concede qualquer liberdade aos agentes económicos, embora se lhe devam reconhecer os méritos de possibilitar a existência permanente de pleno emprego e a ausência das crises típicas dos sistemas de predomínio do mercado.”

Porto Editora – *economia de direção central* na Infopédia, Porto, Porto Editora [consult. 22 jun 2024]

Atividade 3

“Numa _____, a propriedade e os meios de produção (fábricas, ferramentas, matérias-primas, etc.) seriam propriedade não dos indivíduos privados ou empresas, mas de toda a gente. Inicialmente, o Estado iria tomar posse e controlar todas as empresas e instituições, gerindo-as verticalmente e assegurando que as empresas não oprimiam os trabalhadores.”

KOTLER, Philip (2015), *O capitalismo posto à prova: soluções para um sistema económico em crise*, Lisboa, Editorial Presença

- 1 Completa o espaço em branco, com o modelo de sistema económico que te parece mais adequado neste caso.
- 2 Diz o que entendes por planos imperativos, no contexto do funcionamento e organização económica das sociedades.



O modelo de direção central é inspirado no socialismo marxista. O alemão Karl Marx (1818-1883), juntamente com Friedrich Engels (1820-1895), advogava a substituição do capitalismo por um modo de produção socialista, que desenvolvesse uma consciência de classes, para mais tarde vir a criar as bases de uma sociedade comunista sem classes. Marx entendia que nas economias capitalistas havia uma classe minoritária da sociedade – que apelidava de «burguesia» – que detinha os meios de produção (o capital) visando a obtenção de mais-valias, que sujeitava a maioria população – o «proletariado» – a trabalhar, sem oferecer uma remuneração adequada. Ele criticava essa postura face aos trabalhadores, defendendo que o valor dos bens deveria ser atribuído de acordo com o esforço desenvolvido, em função do custo do trabalho.

Documento 5

e Manual Digital

Vídeo
Excerto do filme:
O Jovem Karl
Marx



“Embora a maior parte da economia diga respeito às economias de mercado livre, não se deve esquecer que, por longo período do século XX, quase um terço do mundo esteve sob alguma forma de regime comunista ou socialista. Esses estados tinham uma economia centralizada ou planificada. Os filósofos políticos procuravam ainda uma alternativa ao capitalismo quando surgiram as economias de mercado livre. Porém, um argumento realmente económico para o comunismo só foi formulado em meados do século XIX, quando Karl Marx escreveu a sua crítica ao capitalismo. [...] Com a ascensão do mercado vieram os comerciantes, e com as fábricas, o proletariado industrial. O feudalismo fora substituído pelo capitalismo, que por sua vez seria suplantado pelo comunismo. Em *O Manifesto Comunista*, de 1848, Marx disse que isso ocorreria com uma revolução. Para explicar o que considerava ser uma mudança inevitável, Marx analisou o sistema capitalista e a sua fraqueza inerente em *O Capital*, em três volumes. [...]

No centro da sua análise estava a divisão da sociedade em «burguesia» – uma minoria que possuía os meios de produção – e um «proletariado» – a maioria, que constituía a força de trabalho. Para Marx, essa divisão caracterizava o capitalismo.

Com o advento da indústria moderna, a burguesia tornou-se realmente a classe dominante, pois a propriedade dos meios de produção deu-lhe o controlo da maioria da população, o proletariado. Enquanto os trabalhadores produziam bens e serviços em troca de ordenado, os donos do capital – os industriais e donos de fábricas – vendiam esses bens e serviços para ter lucro. Se, como acreditava Marx, o valor de um produto se baseava no trabalho necessário para produzi-lo, os capitalistas deveriam dar o preço dos bens finais, primeiro somando o preço do trabalho ao custo inicial do produto e depois adicionando o lucro. Num sistema capitalista, o trabalhador deve produzir um valor maior do que o que recebe em ordenados. Assim, os capitalistas extraem uma mais-valia – o lucro. [...] Essa exploração da mão de obra, vista por Marx como imprescindível do capitalismo, recusa aos trabalhadores tanto uma recompensa financeira adequada quanto a satisfação no trabalho, alienando-os do processo de produção.”

Vários autores, (2019), *O Livro da Economia*, Lisboa, Marcador Editora

2.1.3. Economia mista

Os sistemas económicos que acabámos de analisar são, na verdade, conceções teóricas, pois nenhuma sociedade real opera exclusivamente segundo as leis do mercado ou com total ausência de propriedade privada, conforme preconiza o modelo de direção central. Na prática, houve sempre uma combinação dos dois sistemas, tendendo cada sociedade mais para um, ou para o outro. Daí que na realidade não possamos falar em modelos puros, mas sim, em modelos mistos com componentes de mercado e de direção central.

No quadro a seguir, apresentam-se as principais características de cada modelo, para facilitar a sua compreensão e servir como base de comparação, relativamente às economias reais.

Caracterização dos sistemas económicos

Aspetos principais	Economias de mercado	Economias de direção central
Sistema de base:	Capitalista	Socialista / Comunista
Finalidade principal:	Obtenção de lucro, com vista a criar melhores condições de vida	Extinção de classes e abolição da iniciativa privada, com vista a eliminar as desigualdades sociais
Propriedade dos meios de produção:	Privada	Coletiva / Estatal
Tipo de planeamento:	Indicativo	Imperativo
Controlo / tomada de decisão económica:	Agentes económicos	Autoridade Económica Central do Estado
Mecanismo de fixação de preços:	Mercado de livre concorrência / leis da oferta e da procura ("mão invisível")	Planeamento central do Estado
Forma de repartição do rendimento / Participação dos agentes na atividade económica:	Repartição do rendimento de acordo com a participação de cada agente na atividade económica (salários, rendas, juros ou lucros)	Repartição coletiva de rendimentos e participação dos agentes na atividade económica de acordo com as necessidades e capacidades de cada um.

Atividade 4

- 1 Pesquisa exemplos de países com uma organização económica próxima do modelo de economia de mercado e exemplos de países que se aproximem do modelo de direção central.

Tanto as economias de mercado como as de direção central sofreram críticas.

As **economias de mercado**, apesar de estimularem o desenvolvimento económico e tecnológico, levando as sociedades, em geral, a viverem com condições económicas mais favoráveis, ainda assim conduziam a situações de grande desigualdade social.

O Estado Liberal começou a entrar em crise a partir do fim do século XIX, não sendo capaz de dar resposta às questões sociais. Isso acentuou-se ainda mais com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Grande Depressão de 1929. O mecanismo de mercado não conseguia resolver todos os problemas através da autorregulação. A crise económica que teve origem nos EUA devido a um excesso de produção, que os produtores não conseguiam fazer escoar, provocou um aumento do desemprego que se fez sentir em todo o mundo. John Maynard Keynes, em resposta à crise, defendeu a ideia de que o Estado deveria alargar a sua intervenção a determinadas áreas de natureza social. Um investimento efetuado pelo Estado poderia contribuir para criar emprego e assim gerar mais rendimento.



Vídeo
A transição para
a economia de
mercado



Documento 6

“A obra-prima de Keynes – *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936) – foi uma resposta direta à Grande Depressão. Ele argumentou que os governos têm o dever, negligenciado até então, de ajudar a manter a economia em funcionamento em tempos de crise. Foi uma refutação [...] de que até à Grande Depressão a economia tinha sido, em larga medida, autorregulada – isto é, que a “mão invisível”, entregue a si mesma, iria automaticamente aumentar o emprego e a produção económica para níveis ótimos. Keynes discordava veementemente. Durante a recessão, disse ele, a quebra na procura de bens podia causar uma depressão séria, uma contração na economia e o aumento do desemprego. Era da responsabilidade do governo dar um incentivo à economia através da contração de dívidas para gastos públicos, contratação de pessoal para o setor público e afetação do dinheiro vivo em projetos públicos de infraestruturas – por exemplo, construindo estradas e linhas ferroviárias, hospitais e escolas. [...] Segundo Keynes, o dinheiro extra gasto pelos governos iria infiltrar-se na economia. Por exemplo, construir uma nova autoestrada cria trabalho para as empresas de construção civil, cujos seus trabalhadores gastam o seu salário em comida, bens e serviços o que, por seu turno, ajuda a manter a economia mais vasta em funcionamento. A chave do argumento era a ideia de multiplicador.”

CONWAY, Edmund (2011), *50 ideias de Economia que precisa mesmo de saber*, Alfragide, Publicações D. Quixote

No período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Estado passou a ter um papel muito mais interventivo na vida dos cidadãos. Começou pela nacionalização de vários setores importantes da economia, nomeadamente, os setores relacionados com bens essenciais para a sociedade como a eletricidade, o gás ou o carvão.

O papel do Estado foi-se alterando em grande parte das nações, surgindo assim o conceito de Estado-providência, segundo o qual o Estado ocupava o papel de garante dos cidadãos, procurando assegurar condições de vida condignas a todos. De um modo geral, o Estado passou a assumir a responsabilidade de garantir melhores condições sociais aos indivíduos, em especial aos mais carenciados, criando sistemas de previdência social e efetuando uma redistribuição dos rendimentos dos cidadãos. Numa tentativa de promover uma maior justiça social, muitas sociedades passaram a atribuir subsídios do Estado aos cidadãos em situações de incapacidade como, por exemplo, por motivos de doença ou de desemprego.



Vídeo
Instrumentos de intervenção do Estado na esfera económica e social



Documento 7

“Depois do [livro] *Teoria Geral*, os governos em todo o mundo aumentaram de forma dramática, os seus níveis de despesa, em parte por razões sociais, para construírem Estados-providência que lidassem com as consequências do desemprego elevado, em parte porque a economia keynesiana sublinhava a importância de os governos recuperarem o controlo de parcelas significativas da economia.”

CONWAY, Edmund (2011), *50 ideias de Economia que precisa mesmo de saber*, Alfragide, Publicações D. Quixote

Atividade 5

“Os keynesianos creem que o desempenho da economia é influenciado tanto pelas decisões públicas como pelas privadas e que, por vezes, o seu comportamento é errático.”

CONWAY, Edmund (2011), *50 ideias de Economia que precisa mesmo de saber*, Alfragide, Publicações D. Quixote

- 1 Comenta a afirmação, tendo em atenção o conceito de economia mista.

As **economias de direção central**, apesar de promoverem uma maior equidade social e potencialmente chegarem a situações de pleno emprego, em termos económicos, não eram eficientes. Como não estimulavam a economia pela via da livre iniciativa, acabavam por não se desenvolver, ficando atrasadas em relação às economias onde a liberdade de atuação dos agentes lhes permitia a respetiva recompensa.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, marcou o fim de uma era, revelando as fragilidades dos modelos de direção central. Gradualmente, temos vindo a assistir a uma cada

vez maior incorporação de medidas de mercado, como a existência de concorrência e a participação dos agentes privados na economia, em sociedades que antes eram marcadamente de direção central, fechadas à iniciativa privada. No século XXI, a maioria destas economias tem-se vindo a reconfigurar, mantendo um grande peso da autoridade central, mas admitindo uma maior participação do mercado.

Documento 8

“As experiências comunistas do século XX sublinharam as falhas inerentes da teoria [marxista]. A mais importante delas foi o facto de o controlo centralizado da economia se ter revelado imensamente difícil de conseguir – se não mesmo impossível. Quando a Cortina de Ferro caiu nos anos 1990 e os Estados da antiga União Soviética se abriram para os olhos ocidentais, tornou-se claro que [...] se encontravam subdesenvolvidos.

Ao passo que as forças da oferta e da procura criaram economias dinâmicas que geraram riquezas a um ritmo acelerado, os sistemas sóbrios de controlo centralizado da União Soviética e da China sufocaram a inovação. Sem concorrência entre as empresas – a força motriz das economias de mercado – a economia rola, impulsionada por burocratas. Houve apenas uma área em que os soviéticos realmente se excederam: inovação militar e aeronáutica. Sintomaticamente, esta era verdadeiramente a única área em que existia concorrência direta – neste caso, com o Ocidente durante a Guerra Fria.”

CONWAY, Edmund (2011), *50 ideias de Economia que precisa mesmo de saber*, Alfragide, Publicações D. Quixote

Atividade 6

- 1 Comenta o impacto que a concorrência pode ter no desenvolvimento económico de uma sociedade.

Documento 9

“O comunismo soviético acabou por ruir e a União Soviética desintegrou-se em vários países independentes, ficando assim a Rússia entregue ao seu próprio destino. Cada um destes novos países precisou de desenvolver a sua própria versão de um sistema económico, apoiando-se maioritariamente no seu legado comunista.

A China também começou por ser um regime comunista sob a liderança do presidente Mao Tsé Tung, com a criação da República Popular da China, em 1949. O período mais autoritário ocorreu durante a Revolução Cultural, iniciada em 1966 e prolongando-se durante dez anos, até à morte de Mao, em 1976. Em 1978, foram finalmente introduzidas reformas económicas. A China é hoje uma das mais importantes economias, com um dos crescimentos mais rápidos do mundo. [...] O país tornou-se a fábrica que abastece o mundo inteiro. Nunca houve na sua história tantos cidadãos a sair da pobreza num período de tempo tão curto. Os dados atuais divulgados pelas autoridades chinesas referem que o país tem 350 milhões de milionários, o que, em termos numéricos, representa uma classe média mais vasta do que a existente nos Estados Unidos. A China continua a intitular-se um sistema comunista, mas o milagre do seu desempenho ocorreu depois de ter adotado aquilo que pode ser designado por “capitalismo autoritário”.

A opinião generalizada é que nos nossos dias praticamente todas as nações gerem uma economia de mercado de orientação capitalista.”

KOTLER, Philip (2015), *O capitalismo posto à prova: soluções para um sistema económico em crise*, Lisboa, Editorial Presença (adaptado)

Ao estudarmos estes temas, apesar de poder haver uma tendência natural de associação ideológica relativamente a cada modelo económico, convém realçar que, para a Economia, o que interessa é a observação dos factos independentemente das questões partidárias. Importa analisar de forma objetiva o modo como os agentes económicos tomam as suas decisões sobre a atividade produtiva, nomeadamente, quanto à intervenção do Estado e à propriedade dos meios de produção. Seja qual for a nomenclatura utilizada, o objetivo é observar cada economia real como sendo uma combinação de diferentes doses dos dois modelos de organização económica – umas com mais componentes de um lado, e outras, com mais componentes do outro.

2.2. A economia cabo-verdiana no contexto dos sistemas económicos

Depois de conhecermos os contornos principais dos dois grandes tipos de sistemas económicos e de sabermos que as economias reais resultam sempre de uma combinação de diferentes doses de cada modelo, passaremos agora a analisar a situação de Cabo Verde quanto à sua organização e funcionamento económico.

A seguir à independência, Cabo Verde caracterizava-se como uma economia com um elevado grau de intervenção estatal, aproximando-se o seu modelo de um sistema de direção central. No entanto, o país dependia grandemente da ajuda externa para apoiar o elevado número de cidadãos a viver com apoios do Estado. O forte peso do Estado também se fazia sentir no investimento público, e nas obras públicas, como no meio rural, visando criar emprego. Mas as despesas públicas não eram complementadas por grandes níveis de desempenho da atividade produtiva, havendo uma pobreza elevada e um baixo nível de desenvolvimento da sociedade, com uma taxa de alfabetização reduzida. Por outro lado, houve uma forte aposta no aumento do emprego do setor estatal, tanto na função pública, como nas empresas do Estado, bastante dependentes de subsídios e, muitas vezes, a empregar demasiadas pessoas como forma de absorver um maior número de desempregados.

No início da década de 90, houve alterações na esfera política cabo-verdiana, que passou a ser multipartidária, trazendo ao país uma vaga de mudanças graduais que levaram Cabo Verde a adotar algumas medidas de natureza mais liberal, acabando por se vir a abrir a diversos flancos externos, como forma de garantir a assistência. Desde então, o seu modelo económico tem-se vindo a modificar, introduzindo componentes de mercado que lhe têm permitido obter um maior desenvolvimento, progredir em termos económicos e sociais e atrair mais investimento direto estrangeiro.

Atualmente, o nível de desenvolvimento humano cabo-verdiano é bastante superior, continuando a desenvolver-se com vista a melhorar as condições de vida dos cidadãos e a combater as desigualdades.

A seguir, apresenta-se um dossiê com informação complementar sobre a evolução da estrutura do funcionamento e organização económica de Cabo Verde nas últimas décadas.

Documento 10

“A constituição de 1980 atribuía ao Estado as mais amplas prerrogativas económicas. Segundo o texto da lei fundamental eram “propriedade do Estado o subsolo, as águas, as riquezas minerais, as principais fontes de energia, os meios básicos da produção industrial, os meios de informação e comunicação, os bancos, os seguros, as infraestruturas e os meios de transporte”. O desempenho do papel assistencial implicou, além disso, o controle dos preços dos produtos e serviços essenciais e o estabelecimento de monopólios estatais. [...]

Outra faceta do assistencialismo é a expansão do emprego público. Tanto na Função Pública como nas empresas do Estado, ou mesmo nas fontes de assalariamento de camponeses vitimados pela seca, o número de empregados não cessa de crescer. Convém sublinhar, a despeito das suas fraquezas, que o modelo económico-social, assente na distribuição dos donativos do Estado, alcançou inegáveis êxitos. Citemos alguns emblematicamente: a reflorestação, a redução acentuada da taxa de analfabetismo, a formação de quadros, o aumento da esperança de vida e queda pronunciada da mortalidade infantil.”

SILVA, António L. C., *Cabo Verde: desafios económicos e a estruturação do Estado*, e VIII Congresso Luso-Brasileiro 2004 – A Questão Social no Novo Milénio

Atualmente:

ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Artigo 90.º

(Princípios gerais da organização económica)

1. A exploração das riquezas e recursos económicos do país, qualquer que seja a sua titularidade e as formas de que se revista, está subordinada ao interesse geral.
2. O Estado garante as condições de realização da democracia económica, assegurando, designadamente:
 - a) a fruição por todos os cidadãos dos benefícios resultantes do esforço coletivo de desenvolvimento, traduzida, nomeadamente na melhoria quantitativa e qualitativa do seu nível e condição de vida;
 - b) a igualdade de condições de estabelecimento, atividade e concorrência dos agentes económicos;
 - c) a regulação do mercado e da atividade económica;
 - d) o ambiente favorável ao livre e generalizado acesso ao conhecimento, à informação e à propriedade;
 - e) o desenvolvimento equilibrado de todas as ilhas e o aproveitamento adequado das suas vantagens específicas.

3. As atividades económicas devem ser realizadas tendo em vista a preservação do ecossistema, a durabilidade do desenvolvimento e o equilíbrio das relações entre o ser humano e o meio envolvente.
4. O Estado apoia os agentes económicos nacionais na sua relação com o resto do mundo e, de modo especial, os agentes e atividades que contribuam positivamente para a inserção dinâmica de Cabo Verde no sistema económico mundial.
5. O Estado incentiva e apoia, nos termos da lei, o investimento externo que contribua para o desenvolvimento económico e social do país.
6. É garantida, nos termos da lei, a coexistência dos setores público e privado na economia, podendo também existir propriedade comunitária autogerida.
7. São do domínio público:
 - a) as águas interiores, as águas arquipelágicas, o mar territorial, seus leitos e subsolos, bem como os direitos de jurisdição sobre a plataforma continental e a zona económica exclusiva, e ainda todos os recursos vivos e não vivos existentes nesses espaços;
 - b) os espaços aéreos sobrejacentes às áreas de soberania nacional acima do limite reconhecido ao proprietário;
 - c) os jazigos e jazidas minerais, as águas subterrâneas, bem como as cavidades naturais, existentes no subsolo;
 - d) as estradas e caminhos públicos, bem como as praias;
 - e) outros bens determinados por lei.
8. É, ainda, do domínio público do Estado, a orla marítima, definida nos termos da lei, que deve merecer atenção e proteção especiais.
9. A lei regula o regime jurídico dos bens do domínio público do Estado, das autarquias locais e comunitário, na base dos princípios da inalienabilidade, da imprescritibilidade, da impenhorabilidade e da desafecção.

Artigo 91.º
(Planos de desenvolvimento)

O desenvolvimento económico e social de Cabo Verde pode ser orientado por planos de médio prazo e de carácter indicativo.

Atual Constituição da República, aprovada pela lei constitucional n.º 1/IV/92, de 25 de setembro

Documento 11

“Da independência em 1975 até 1990, o país foi marcado por forte intervenção direta do Estado na economia. Nos finais dos anos oitenta surgiram alterações profundas a vários níveis em Cabo Verde que, culminaram com a abertura política e com a eleição multipartidária em 1991. A partir de 1991, o país começou a empreender importantes reformas económicas, visando a criação de um quadro legal e institucional, característico de uma economia de base privada, regulada pelos mecanismos do mercado.”

SEMEDO, Claudino M. M. (2010), *A qualificação da despesa pública: o instrumento de desconcentração orçamental, Caso Cabo Verde*, UNICV-UFRGS (texto adaptado)

<https://www.mf.gov.cv> [consult. 26 jun 2024]

Documento 12

“Investimento direto estrangeiro e as parcerias público-privadas

O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) tem tido um papel importante no crescimento da economia cabo-verdiana a partir da abertura económica no início da década de 90 do século passado. Cabo Verde tem feito, nos últimos anos, um esforço notável de atração de IDE, pela melhoria da eficiência e eficácia dos seus serviços de facilitação dos investidores através do Balcão Único do Investidor (BUI) gerido pela Cabo Verde TradeInvest em estreita ligação com várias estruturas do Estado, incluindo as Câmaras Municipais.

Fruto da melhoria do ambiente de negócios e das várias iniciativas legislativas visando tornar o país mais atrativo e competitivo, designadamente através da criação do Centro Internacional de Negócios de Cabo Verde e de um pacote competitivo de benefícios fiscais, o país atingiu níveis recorde de projetos contratados nos últimos anos.”

Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável – Pilar Economia

<https://peds.gov.cv> [consult. 21 jun 2024]

Documento 13

“O Relatório de Desenvolvimento Humano 2023-2024, apresentado a 28 de março, em Luanda, indica que Cabo Verde, na 131.^a posição, é o país lusófono com melhor classificação no “Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH)”.”

<https://www.forbesafricalusofona.com> [consult. 21 jun 2024]

Evolução da Previdência Social

De 1954-1978

Este período foi, essencialmente, marcado pela criação da Caixa de Previdência dos Empregados do Comércio e Ofícios Correlativos e a de Transportes Marítimos e Correlativos. O objetivo era assegurar aos seus beneficiários proteção nas situações de reforma e morte, doença e maternidade e prestações familiares.

De 1978-1990

Após a independência, através do Decreto-Lei n.º 39/78 de 2 de maio, criou-se o Instituto de Seguros e Previdência Social – ISPS, cuja finalidade era o exercício das atividades de Seguros e Previdência Social.

1991

Criação do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, através do Decreto-Lei n.º 135/91, de 2 de outubro.

De 1992-2000

Neste período, os regimes de proteção social foram sendo aperfeiçoados, sempre na perspectiva de alcançar maior eficácia na prossecução dos seus objetivos. Em 1994, através do Decreto-Lei n.º 61/94, foram aprovados os Estatutos do Instituto Nacional de Previdência Social.

2001

Aprovação da lei que define as bases da proteção social, que assentam num dispositivo permanente estruturado em Rede de Segurança, Proteção Social Obrigatória e Proteção Social Complementar – Lei n.º 131/V/2001 de 22 de janeiro.

De 2002 – 2010

Em 2004, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 5/2004, de 16 de fevereiro, que veio reformular e sistematizar as bases de aplicação dos Sistema de Proteção Social Obrigatória dos Trabalhadores por Conta de Outrem, articulando dois vetores complementares: uma proteção social mais justa e equilibrada com a sustentabilidade financeira do sistema.

Documento 14

“O setor de proteção social em Cabo Verde

Em Cabo Verde, a segurança social constitui um dos direitos fundamentais dos cidadãos e é considerada como um dos instrumentos indispensáveis para o desenvolvimento económico, e o garante do equilíbrio, equidade, tranquilidade e justiça social. O sistema de segurança social de Cabo Verde é regido pela Lei n.º 131/V/2001 de 22 de janeiro de 2001, que estabelece três regimes diferentes, a saber, a Rede de Segurança, a Proteção Social Obrigatória e a Proteção Social Complementar. [...]

De referir que, para além dos regimes previstos na Lei de bases, o sistema de proteção social de Cabo Verde inclui ainda um sistema de saúde de cobertura nacional e programas de assistência social de apoio à educação, habitação, alimentação, nutrição e aos deficientes, entre outros, assegurando uma cobertura abrangente da população.”

Documento 15

“Reforma do setor empresarial do Estado

Estamos a empreender uma profunda reforma do Setor Empresarial do Estado e temos assim uma nova agenda de privatizações, concessões e parcerias público-privadas que deverá contribuir para a recuperação económica, mas também para a diversificação da economia cabo-verdiana.

Reforço da regulação

O Governo está ciente de que a regulação tem um papel importante a desempenhar na criação de um contexto de previsibilidade, de transparência e de confiança duradoura, essenciais para o investimento e os negócios, e que o âmbito material e a complexidade da regulação vão crescer com as concessões para a promoção de setores catalíticos, a nova agenda de privatizações, parcerias público-privadas, concessões e licenciamentos, o desenvolvimento empresarial, a implementação das Zonas Económicas Especiais, a aceleração da transição energética e o desenvolvimento da economia digital. O Governo está a concluir a reformulação do Regime Jurídico das Entidades Reguladoras Independentes, à qual se seguirá o processo de Avaliação do Impacto das Decisões Regulatórias, com base num conjunto de indicadores e procedimentos universalmente consagrados.”

Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 – PEDS II, <https://www.mf.gov.cv/-/plano-estrategico-de-desenvolvimento-sustentavel-2022-2026-peds-ii> [consult. 15 nov 2024]

Documento 16

“O desafio do setor privado – A transformação digital das empresas

Com a abordagem de um novo mercado digital, é importante entender o comportamento do consumidor. A transformação digital não é apenas sobre tecnologia, mas também sobre como uma empresa pode competir melhor utilizando a tecnologia. Para que a transformação seja bem-sucedida, as empresas necessitam de orquestrar uma sintonia perfeita dos agentes que compõem o ecossistema: os clientes, a concorrência e o Estado.”

Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável – Pilar Economia, <https://peds.gov.cv> [consult. 21 jun 2024]

Atividade 7

- 1 Analisa os documentos anteriores, destacando os aspetos que consideras mais relevantes.
- 2 Pesquisa informação adicional nos meios de comunicação social, em *sites* de organismos de referência e em *sites* oficiais, realizando o teu próprio dossier sobre a realidade cabo-verdiana, para compreenderes melhor a sua estrutura organizativa.

Alguns *sites* que te podem interessar:

- **Governo Cabo Verde:** <https://www.governo.cv/>
- **Instituto Nacional de Estatística:** <https://ine.cv>
- **Instituto Nacional de Previdência Nacional:** <https://inps.cv>
- **Banco Mundial:** <https://www.worldbank.org/pt/country/caboverde>
- **Nações Unidas:** <https://caboverde.un.org/pt>
- **A Nação:** <https://www.anacao.cv>
- **Expresso das Ilhas:** <https://expressodasilhas.cv>
- **Inforpress:** <https://inforpress.cv>

Conceitos-chave

- | | | |
|--------------------------------|---|------------------------|
| • Autoridade Económica Central | • Economia de direção central (planificada) | • Planos imperativos |
| • Centralização | • Economia de mercado | • Planos indicativos |
| • Descentralização | • Economias mistas | • Propriedade coletiva |
| • Economia cabo-verdiana | • Liberalismo económico | • Propriedade privada |
| | • “Mão invisível” | • Sistema económico |
| | | • Socialismo marxista |

Síntese

- Os **sistemas económicos** representam a forma como as sociedades funcionam e organizam as suas atividades produtivas de modo a satisfazer as necessidades coletivas.
- Para compreender as **diferenças entre os diferentes sistemas económicos**, podemos observar o modo como funcionam e organizam a atividade económica.
- Quanto ao **modo de funcionamento**: averiguar quem detém o controlo das decisões na atividade económica, analisando quem toma as decisões sobre o que produzir, como produzir e para quem produzir, em cada modelo, vendo se estas decisões são tomadas de forma descentralizada, estando a cargo dos agentes económicos envolvidos, ou se são centralizadas, estando sob a autoridade do Estado.
- Quanto ao **modo de organização** da atividade económica: em termos gerais, importa distinguir a quem pertence a propriedade dos meios de produção, observando se esta é privada ou coletiva.
- A **participação do Estado** na atividade económica pode configurar-se pouco interventiva, atuando apenas ao nível da esfera política e adotar uma postura mais liberal, ou ser mais intervencionista, atuando em assuntos da esfera privada.
- A **economia de mercado** é um sistema económico que se caracteriza pela existência de livre iniciativa e propriedade privada dos meios de produção.
- Numa economia de mercado, são os agentes privados que tomam as decisões sobre o que produzir, como produzir e para quem produzir, havendo uma **descentralização** da tomada de decisão e pouca intervenção estatal.
- Os preços e as quantidades transacionadas são ditados pelo **funcionamento livre do mercado**, com o objetivo de criar melhores condições de vida pela via da maximização do lucro.
- O liberalismo económico foi inspirado por **Adam Smith**, o economista do século XVIII, que defendia a não intervenção do Estado na economia e a livre iniciativa dos agentes económicos privados. Acreditava que o mercado atuaria como uma espécie de "**mão invisível**", um mecanismo de livre concorrência que ajustaria naturalmente as intenções de compra e de venda da iniciativa privada, autorregulando-se sem a intervenção do Estado.
- A **economia de direção central** é um sistema económico caracterizado pela **centralização** da tomada de decisão na atividade económica sob a autoridade do Estado e pela propriedade coletiva dos meios de produção.
- A repartição coletiva do rendimento é efetuada em função das capacidades e necessidades de cada um.
- Neste sistema, o mecanismo de regulação da economia é a **planificação coletiva de carácter obrigatório** – planos imperativos. Toda a atividade económica é organizada de acordo com os planos, tendo em vista a satisfação máxima das necessidades coletivas.

Síntese (cont.)

- O modelo de direção central foi inspirado pelo socialismo marxista. **Karl Marx** (1818-1883) defendia a substituição do capitalismo por um modo de produção socialista, que desenvolvesse uma **consciência de classes** e, mais tarde, criasse as bases de uma sociedade comunista sem classes. Acreditava que o **valor dos bens** deveria ser atribuído de acordo com o esforço desenvolvido, em função do custo do trabalho.
- A **Economia mista** é o sistema económico das sociedades reais, compostas por uma combinação dos modelos de mercado e de direção central.

Aspetos principais:	Economias de mercado	Economias de direção central
Sistema de base:	Capitalista	Socialista / Comunista
Finalidade principal:	Obtenção de lucro, com vista a criar melhores condições de vida	Extinção de classes e abolição da iniciativa privada, com vista a eliminar as desigualdades sociais
Propriedade dos meios de produção:	Privada	Coletiva / Estatal
Tipo de planeamento:	Indicativo	Imperativo
Controlo / tomada de decisão económica:	Agentes económicos	Autoridade Económica Central do Estado
Mecanismo de fixação de preços:	Mercado de livre concorrência / leis da oferta e da procura ("mão invisível")	Planeamento central do Estado
Forma de repartição do rendimento / Participação dos agentes na atividade económica:	Repartição do rendimento de acordo com a participação de cada agente na atividade económica (salários, rendas, juros ou lucros)	Repartição coletiva de rendimentos e participação dos agentes na atividade económica de acordo com as necessidades e capacidades de cada um

- Os dois modelos sofreram críticas: as **economias de mercado**, apesar de estimularem o desenvolvimento económico e tecnológico, levando a condições económicas mais favoráveis, ainda assim, conduziam a situações de grande desigualdade social; as **economias de direção central**, apesar de promoverem uma maior equidade social e poderem atingir situações de pleno emprego, não eram eficientes, acabando por não se desenvolver e sofrerem atrasos em relação às economias com iniciativa privada.
- Após a independência, Cabo Verde era uma economia com um elevado grau de intervenção estatal, aproximando-se de um sistema de direção central. A partir do início dos anos 90, a sua esfera política alterou-se, começando gradualmente a introduzir algumas medidas de natureza mais liberal, tendo vindo a modificar a sua configuração em termos de estrutura organizativa.

Ficha de trabalho 2

1 Selecciona, em cada caso, a opção que consideras correta.

- 1.1. O modelo económico que defende a autoridade estatal nas tomadas de decisão sobre a produção e o consumo é
 - a) o liberalismo económico.
 - b) o capitalismo.
 - c) a economia descentralizada.
 - d) a economia centralizada.
- 1.2. Uma economia de mercado caracteriza-se por
 - a) liberdade de atuação económica dos agentes privados.
 - b) inexistência de livre concorrência.
 - c) propriedade pública dos meios de produção.
 - d) incentivar a nacionalização dos meios de produção.
- 1.3. Numa economia mista
 - a) a propriedade dos meios de produção é coletiva.
 - b) o mecanismo exclusivo de regulação é a concorrência.
 - c) podemos encontrar diferentes graus de intervenção.
 - d) predominam as empresas públicas.
- 1.4. Numa economia de direção central
 - a) a maioria das empresas são geridas por entidades privadas.
 - b) o planeamento da atividade económica, sendo da responsabilidade do Estado, não necessita de grande articulação.
 - c) as empresas que não forem lucrativas extinguem-se naturalmente.
 - d) o capital é maioritariamente público.
- 1.5. O conceito de Estado-providência prende-se com
 - a) medidas de natureza fiscal, como a cobrança de impostos sobre o trabalho.
 - b) a aplicação de medidas sociais com vista a garantir condições de vida condignas aos cidadãos.
 - c) o incentivo à aplicação de poupanças como forma de precaver o futuro.
 - d) a repartição do rendimento em função da participação de cada agente económico na atividade.

2 Distingue as economias de mercado das economias de direção central, quanto ao tipo de planeamento e à articulação dos planos.

Ficha de trabalho 2 (cont.)

3 Lê o seguinte texto:

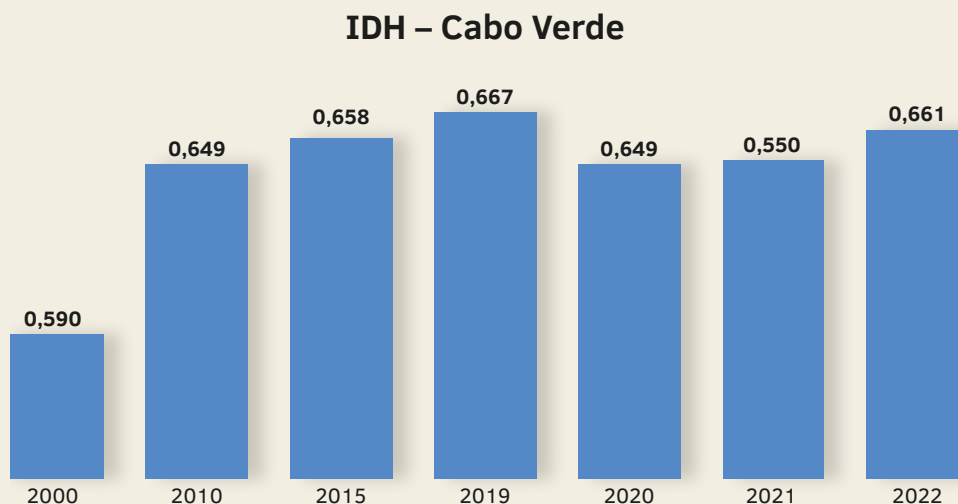
“A ideia de desigualdades estruturadas em torno do Estado é também analisada por Barros, coordenador do mestrado em Ciências Sociais da Uni-CV que resultou na obra *“Desigualdades Sociais e Dinâmicas de Participação em Cabo Verde”*, para quem a presença do Estado é o elemento que permite o acesso a recursos.

Afinal o Estado continua a ser o maior empregador, ainda que o estudo *Balanço social do capital humano da administração pública cabo-verdiana*, de 2015, revele que o número de funcionários públicos em Cabo Verde diminuiu 16% numa década, passando de quase 22 mil em 2006 para mais de 18 mil em 2015.”

Expresso das Ilhas, n.º 766, 3 de agosto de 2016

- 3.1. Indica as diferentes formas de participação do Estado nas economias de mercado e nas economias de direção central.
- 3.2. Identifica, no texto, uma passagem relacionada com a participação do Estado na economia.
- 3.3. Comenta a evolução do número de funcionários públicos, entre 2006 e 2015, patente no texto.
- 3.4. Explica as repercussões na sociedade, pelo facto de o Estado ser o maior empregador.

4 Observa o seguinte gráfico, sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Cabo Verde, entre 2000 e 2022.



PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano, 2023-2024
<http://hdr.undp.org> [consult. 26 jun 2024]

- 4.1. Comenta a evolução do IDH, no período em análise.
- 4.2. Refere o modelo de organização económica que, na tua opinião, contribui mais para o desenvolvimento tecnológico. Justifica.
- 4.3. Indica o modelo de organização económica que te parece ser mais equitativo, em termos de distribuição de rendimento. Justifica.
- 4.4. Explica em que consiste uma economia mista.

5 Lê com atenção o seguinte texto:

“Hoje em dia, o capitalismo tem a supremacia absoluta. Mas durante setenta anos, desde 1917 até 1989, esteve em guerra com outro sistema, o comunismo. No dia 9 de novembro de 1989, o Muro de Berlim começou a ser derrubado. No plano simbólico, este acontecimento representou o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A economia da União Soviética era inteiramente administrada e controlada pelo Estado, operava com base numa série de planos quinquenais que estipulavam o volume de alimentos, aço, bens de consumo e bens de investimento que deveria ser produzido, bem como o número de autoestradas, redes elétricas, sistemas de tratamento de resíduos e outros itens de valor material. Tratava-se de uma economia planificada e centralizada.”

KOTLER, Philip (2015), *O capitalismo posto à prova: soluções para um sistema económico em crise*, Lisboa, Editorial Presença

- 5.1. Explica por que se diz no final do texto que se tratava de uma “economia planificada e centralizada”.
- 5.2. Comenta os possíveis efeitos que a globalização e o progresso tecnológico, movidos pelas economias de mercado, podem ter tido nas economias de direção central que entraram em queda, como as repúblicas da ex-URSS.

3 Tomada de decisões económicas

Objetivos de aprendizagem

- Identificar a função principal de cada agente económico.
- Compreender o conceito de racionalidade na tomada de decisões económicas.
- Identificar os principais aspetos relativos à tomada de decisões dos agentes económicos.
- Reconhecer a existência de teorias que não colocam a racionalidade económica no centro da tomada de decisões.

3.1. Pressupostos da tomada de decisões

Segundo a teoria económica clássica, os agentes económicos, quando têm de efetuar escolhas, de um modo geral, tomam as suas decisões de acordo com o princípio da racionalidade e o princípio do equilíbrio, que se sintetizam da seguinte forma:

- O **princípio da racionalidade**, conforme vimos antes, pressupõe que cada indivíduo escolhe sempre o que considera ser a melhor opção disponível, ou seja, aquela que permite obter a máxima satisfação com o mínimo esforço.
- O **princípio do equilíbrio** parte da noção de que todas as decisões económicas interagem entre si. As escolhas, ao se condicionarem umas às outras para poderem combinar-se da melhor forma possível, acabam por levar ao equilíbrio dos sistemas.

Documento 1

“Como é que se tomam as decisões?”

Na decisão do agente económico, dois pontos particulares merecem atenção especial: como se fazem as escolhas, e que sistema resulta dessas escolhas. Daqui saem as duas hipóteses fundamentais que nos vão ocupar ao longo de todo o estudo de economia:

- Os agentes são racionais;
- Os sistemas equilibram.

Estas são as hipóteses-base de toda a teoria económica e delas saem praticamente todos os teoremas da economia. A teoria económica estuda o que há de comum nessas decisões. Elas respeitam a hipótese essencial, pois a resolução económica exige a racionalidade.

À primeira vista, a hipótese da racionalidade parece algo estranha, mas ela representa algo que é eminentemente humano, e por isso foi escolhida como base da ciência humana que é a economia. Não se trata de exigir grandes capacidades intelectuais, mas simplesmente de que as decisões sejam tomadas com razões.”

NEVES, João C. (2023), *Introdução à Economia* (12.ª edição), Cascais, Principia

Neste capítulo, abordaremos os aspetos essenciais relativamente à racionalidade na tomada de decisões dos agentes económicos e, nos capítulos seguintes, daremos atenção ao equilíbrio dos sistemas.

Em Economia, a racionalidade é uma **simplificação teórica** efetuada por conveniência de análise, na qual se assume que, na maioria das vezes, o ser humano toma decisões por um motivo, qualquer que seja, havendo, portanto, uma razão para cada decisão. E independentemente de o motivo poder ser considerado “bom” ou “mau”, o facto de haver uma razão por trás de cada decisão, permite encontrar uma linha condutora que serve de base à análise do processo de decisão dos agentes económicos.

Por outro lado, este princípio pressupõe que os agentes económicos escolhem sempre a melhor opção possível em cada decisão, efetuando a **escolha ótima**, em termos da relação custo-benefício, além de manterem uma certa **coerência** entre as escolhas que fazem.

Documento 2

“O primeiro elemento da racionalidade é procurar escolher a melhor alternativa, evitar desperdício, tirar partido de uma melhoria. Cada pessoa, na vida real, vai tentando orientar as suas decisões segundo as suas preferências, os seus objetivos e as suas finalidades. Assim fazendo, otimiza as coisas o melhor possível.

Note-se que as palavras «ótimo» ou «melhor» dependem da situação em que se está. O ótimo pode ser péssimo, mas é a melhor alternativa. Equivale a supor que não se escolhe uma má solução quando estão disponíveis outras melhores. [...]

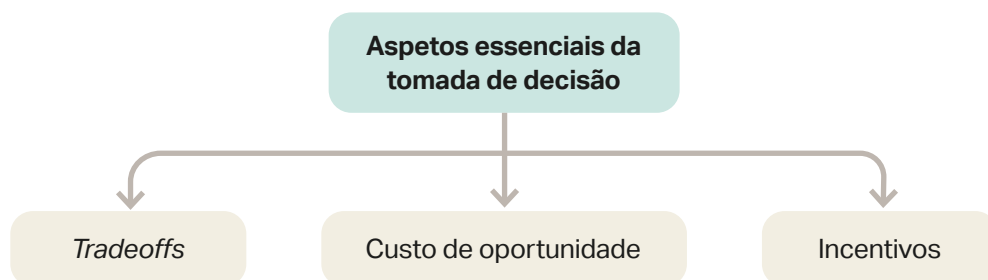
O segundo elemento da racionalidade é a coerência: se entre duas alternativas, uma pessoa escolhe uma, de todas as vezes que estiver nas mesmas circunstâncias e com os mesmos gostos, deverá manter essa escolha.

Aqui o elemento fundamental é a questão de saber o que significa «as mesmas circunstâncias». É claro que pode preferir chá no verão e café no inverno, ou chá, se não tiver açúcar e café com açúcar. Isso são situações diferentes, avaliadas de maneira diferente pelas mesmas preferências. E na diferença de circunstâncias podem ser incluídas diferentes preferências. Uma pessoa pode mudar de gostos, ao longo do tempo, e isso não implica falta de coerência, desde que, quando tem certas preferências, elas sejam coerentes.

Estes são os elementos fundamentais da racionalidade: a **otimização** e a **coerência**. A utilização da hipótese da racionalidade traz à economia uma ordem e uma lógica de raciocínio que são a sua característica essencial.”

NEVES, João C. (2023), *Introdução à Economia* (12.ª edição), Cascais, Principia

Mas há outros aspetos a ter em conta, quando analisamos a tomada de decisões dos agentes económicos, nomeadamente, a possibilidade de haver decisões conflitantes (**tradeoffs**) entre si; o facto de cada escolha representar um **custo de oportunidade**; ou a existência de **incentivos** (positivos ou negativos) são fatores que podem influenciar a tomada de decisões.



Por um lado, na tomada de decisões, muitas vezes há necessidade de se abdicar de algo importante, quando se efetua uma dada escolha – aquilo a que os anglo-saxónicos chamam de *tradeoff* –, a tomada de uma decisão implica que se prescinda de outra escolha, ou se opta por uma, ou se opta pela outra. Paralelamente, já vimos que cada escolha corresponde a um custo (de oportunidade), equivalente ao valor da melhor alternativa deixada de lado. Ou, se surgir algo que possa ser considerado um incentivo (reforço positivo ou negativo), isso também pode influenciar a tomada de decisões.

Atividade 1

“As pessoas enfrentam *tradeoffs*¹ entre objetivos alternativos; o custo de qualquer ação é medido em termos de oportunidades abandonadas; as pessoas racionais tomam decisões depois de comparar custos marginais e benefícios marginais; e os indivíduos mudam o comportamento quando há incentivos.”

MANKIW, N. Gregory (2013), *Introdução à Economia*, tradução da 6.ª edição americana, Cengage Learning

¹ Em economia, *tradeoff* é um termo que define uma situação de escolha conflitante, isto é, quando uma ação económica que visa a resolução de determinado problema, acarreta, inevitavelmente, outros.

- 1 Comenta, tendo em atenção o texto, os aspetos essenciais que é necessário ter em consideração relativamente ao modo como as pessoas tomam decisões.

3.2. Os agentes económicos segundo a função que desempenham

Todos nós participamos de algum modo na atividade económica, quer seja porque consumimos, quer porque contribuimos para a produção ou porque estabelecemos relações de troca com outros países. Para uma melhor compreensão de todo o processo, os vários intervenientes são agregados em categorias diferentes de acordo com a principal **função** que desempenham. No entanto, convém salientar que, embora cada indivíduo possa exercer mais do que uma função em simultâneo, ele só poderá pertencer a uma categoria: aquela que melhor representa a sua função principal.

Agentes económicos

Entidades individuais ou coletivas que se agregam numa categoria, por desempenharem a mesma função na atividade económica com autonomia de decisão.

Os **agentes económicos** são, assim, todas as entidades individuais ou coletivas que se agregam numa certa categoria, por desempenharem a mesma função na atividade económica com autonomia de decisão. Os agentes económicos classificam-se de acordo com a principal função que exercem, nas seguintes categorias:

- **Famílias:** categoria que dá especial atenção ao consumo, isto é, agrega os indivíduos enquanto representantes do consumo de um país. Embora neste agente também se incluam indivíduos que desempenham outras funções como, por exemplo, os trabalhadores que entregam a sua força de trabalho às empresas ou os empresários que aplicam a sua capacidade de empreendimento à produção de bens e serviços, a principal função que caracteriza as famílias é o consumo, pois uma grande parte dos seus rendimentos é utilizada para consumir.
- **Empresas¹:** nesta categoria englobam-se todos os agentes económicos que se dedicam à produção de bens e serviços. Aqui incluem-se todas as unidades produtivas de um país que geram bens e serviços, sendo a sua principal função a produção.
- **Estado (Administração Pública):** engloba a Administração Central (Ministérios, Secretarias de Estado, Direções-Gerais), a Administração Local (Autarquias) e os serviços e fundos autónomos, tendo como função principal promover a satisfação das necessidades coletivas. O Estado dedica-se à produção de bens e serviços que os particulares normalmente não estão dispostos a oferecer e que, por várias razões, têm de ser prestados por entidades isentas. São exemplo disso a educação, a saúde, a justiça, a defesa, entre outros.

Por outro lado, para além de fornecer bens e serviços com vista à satisfação das necessidades coletivas, o Estado também intervém na economia através da redistribuição dos rendimentos. O Estado cobra impostos e outras contribuições a quem

¹ Mais à frente, quando abordarmos o conceito de circuito económico, iremos decompor o agente Empresas em dois: Empresas não Financeiras e Instituições Financeiras.

tem fontes de rendimento, para os entregar aos mais carenciados sob a forma de prestações sociais como, por exemplo, os subsídios de desemprego ou as pensões.

- **Resto do mundo:** abrange todos os agentes não residentes que efetuam transações com os agentes residentes de um país. Este agente representa as relações económicas que se operam entre um país e o resto do mundo. Também pode ser denominado como Exterior. Aqui registam-se as transações realizadas entre os agentes nacionais e os agentes estrangeiros.



Vídeo

Os agentes económicos e a atividade económica



Agentes económicos

Agente	Função principal
Famílias	Consumir bens e serviços.
Empresas	Produzir bens e prestar serviços.
Estado	Promover a satisfação das necessidades coletivas da população e operar a redistribuição do rendimento.
Resto do mundo	Efetuar transações com agentes residentes.

Atividade 2

- 1 Diz o que entendes por agente económico.
- 2 Apresenta alguns exemplos de agentes económicos que existam na tua localidade.
- 3 Faz corresponder uma letra a cada número:

A. Estado	1. Empresário cabo-verdiano.
B. Famílias	2. Agente económico que tem como função principal a satisfação das necessidades coletivas.
C. Empresas	3. Empresa de nacionalidade portuguesa que efetua transações comerciais com Cabo Verde.
D. Resto do mundo	4. Frescomar, S.A.



3.3. Tomada de decisão dos agentes económicos

Vejamos agora os aspetos essenciais relativamente ao modo como os agentes económicos tomam as suas decisões, focando-nos especialmente nas escolhas relacionadas com o consumo e a produção, procurando compreender o que cada agente valoriza.

Documento 3

“Teoria do valor: agentes racionais

O estudo do valor parte das decisões dos agentes económicos. Consumidores, empresas, trabalhadores, investidores são as entidades que, pelas suas escolhas e opções, dão sentido à atividade económica. Por isso, a primeira peça da teoria do valor tem de ser a análise dos fundamentos dessas escolhas. Dois grandes grupos podem ser distinguidos nessas decisões: os consumidores e os produtores.”

NEVES, João C. (2023), *Introdução à Economia* (12.ª edição), Cascais, Principia

3.3.1. Famílias (Indivíduos)

Acabámos de ver que as Famílias são o agente económico que representa a função consumo, englobando todos os indivíduos de uma sociedade. Mas, para entender como se processa a tomada de decisões deste agente, necessitamos de colocar a seguinte questão:

O que valorizam os consumidores?

Documento 4

“Ao estudarmos o problema do consumidor, a principal questão, aquela que ocupava a maior parte do tempo dos economistas clássicos, Smith, Ricardo e os seus discípulos, consiste em saber «o que dá o valor às coisas». Porque é que umas coisas valem mais do que as outras e como se sabe quanto? Daqui nasceu aquilo a que esses autores chamam teoria de valor.”

NEVES, João C. (2023), *Introdução à Economia* (12.ª edição), Cascais, Principia

Importa assim termos presente a conceção de valor que pode estar por trás de uma decisão de consumo, na medida em que isso irá influenciar grandemente as escolhas dos consumidores.

Valor-utilidade (teoria do consumidor)

Para o consumidor, o valor de um bem mede-se em função da sua utilidade, isto é, a satisfação ou benefício que o bem lhe trás.

Utilidade

Em economia, a utilidade representa o grau de satisfação em termos da hierarquia das necessidades, sendo um conceito subjetivo que varia de pessoa para pessoa.

De acordo com a teoria do consumidor, o valor de um bem (ou serviço) pode ser entendido como a utilidade que esse bem proporciona ao consumidor, sendo este um conceito subjetivo, que varia de indivíduo para indivíduo. Neste caso, o conceito de **valor** é atribuído pelos consumidores, de acordo com a utilidade que retiram de cada bem – **valor-utilidade**.

O conceito de **utilidade** está associado à noção de satisfação das necessidades existentes e ao facto de os recursos serem, em geral, insuficientes para satisfazer as inúmeras necessidades que existem, exigindo que estas sejam hierarquizadas de acordo com o grau de satisfação, benefício ou utilidade, de cada uma.

Documento 5

“Escolha e teoria da utilidade

Ao explicar o comportamento do consumidor, a economia baseia-se na premissa fundamental de que as pessoas escolhem os bens e serviços que mais valorizam. Para descrever a forma como os consumidores escolhem entre as diferentes possibilidades de consumo, os economistas desenvolveram, há um século, a noção de **utilidade**. O que entendemos por “utilidade”? Numa palavra, utilidade significa satisfação. Mais precisamente, refere-se a como os consumidores hierarquizam os diferentes bens e serviços.

Se, para o Silva, a cesta de bens A tem maior utilidade do que a cesta B, essa ordem indica que Silva prefere A a B. Frequentemente, é conveniente pensar na utilidade como o prazer subjetivo ou o proveito que uma pessoa obtém com o consumo de um bem ou de um serviço. Mas devemos evitar totalmente a ideia de que a utilidade é uma função psicológica ou um sentimento que possa ser observado ou medido. A utilidade é, antes, uma construção científica que os economistas usam para compreender como os consumidores racionais tomam decisões.”

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (2012), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

Outra noção importante é o conceito de **utilidade marginal**, isto é, a dose de utilidade adicional que se vai obtendo, à medida que se vão consumindo mais unidades de um bem (ou serviço). Quando estamos a satisfazer uma necessidade, como, por exemplo, quando

sentimos sede, se bebermos um copo de água, a sede vai começar a diminuir gradualmente.

Se continuarmos a beber mais copos de água, essa dose adicional de água vai proporcionar ainda algum grau de satisfação, até ao momento em que nos sentirmos satisfeitos e sem sede. A partir desse momento, deixa de nos interessar beber mais água. Cada dose adicional de água, dos copos que se beberam a seguir ao primeiro, corresponde a um determinado grau de satisfação adicional – **utilidade marginal** – que vai diminuindo à medida que formos ingerindo mais copos de água. Nisto consiste a **lei da utilidade marginal decrescente**.

Utilidade marginal

Dose extra de satisfação que é obtida cada vez que se consome uma unidade a mais do bem em causa. Em geral, a utilidade marginal vai diminuindo à medida que se aumenta a quantidade de bem consumida – **lei da utilidade marginal decrescente**.

Documento 6

“Considere que o consumo da primeira unidade de sorvete lhe dá um certo grau de satisfação ou utilidade. Agora, imagine que consome uma segunda unidade. A sua utilidade total aumenta porque a segunda unidade lhe dá alguma utilidade adicional. E o que aconteceria com uma terceira e uma quarta unidades do mesmo bem? Se tomasse muitos sorvetes, acabaria por ficar doente em vez de aumentar a sua satisfação ou utilidade! Isso conduz-nos ao conceito económico fundamental de **utilidade marginal**. Quando tomar uma segunda unidade de sorvete irá obter alguma satisfação ou “utilidade adicional”. O incremento da sua utilidade designa-se utilidade marginal. A expressão “marginal” é um termo chave em economia e significa “adicional” ou “extra”.

A utilidade marginal indica a utilidade adicional que se consegue com o consumo de uma unidade adicional de um bem.

Uma das ideias fundamentais subjacente à teoria da procura é a lei da utilidade marginal decrescente. Essa lei afirma que, à medida que uma pessoa consome cada vez mais de um bem, a utilidade adicional, ou marginal, diminui. Para compreender essa lei, recorde-se, primeiro, que a utilidade tende a aumentar quando se consome mais de um bem. Contudo, ao consumir cada vez mais, a utilidade total crescerá a uma taxa cada vez menor. Isso é o mesmo que dizer que a sua utilidade marginal (a utilidade adicional acrescentada pela última unidade consumida do bem) diminui com o aumento do consumo do bem. Segundo a **lei da utilidade decrescente**, à medida que a quantidade consumida de um bem aumenta, a utilidade marginal desse bem tende a diminuir.”

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (2012), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

Atividade 3

“A primeira ideia essencial é a introdução do conceito de utilidade. Trata-se apenas da noção, para nós elementar, de que a satisfação que cada ser humano tira do uso do bem é o que dá valor às coisas. É devido ao gosto, subjetivo, pessoal, variável de todas e cada uma das pessoas, que se dá o consumo dos bens e que eles são avaliados. [...]

Um pão, um poema, um passeio com um amigo, uma ida ao cinema ou uma cadeira dão satisfação à multiplicidade de sensações a que chamamos «necessidades humanas». Ao grau com que esses bens dão satisfação a essas necessidades chamamos «utilidade».”

NEVES, João C. (2023), *Introdução à Economia* (12.ª edição), Cascais, Principia

- 1 Comenta o conceito de utilidade referido no texto.
- 2 Explica o que entendes por utilidade marginal, referindo a evolução do seu comportamento à medida que se vão consumindo unidades adicionais de um bem.

3.3.2. Empresas

Produção

Atividade onde são gerados bens através de processos de transformação das matérias-primas, dando origem a produtos acabados. Os principais aspetos que influenciam as decisões de produção, de modo a permitir a combinação ótima dos fatores produtivos, são: a produtividade, os custos de produção e as escalas de produção.

O agente **empresas**, representa todas as unidades que geram bens e serviços, sendo a produção a sua principal função. A **produção** é a atividade onde são gerados bens através de processos de transformação das matérias-primas, que dão origem a produtos acabados.

A tomada de decisão de um produtor geralmente é bastante influenciada pelos fatores que possam contribuir para uma melhor combinação dos fatores produtivos na respetiva unidade de produção, pois isso lhe permitirá obter maiores ganhos.

A seguir veremos alguns fatores que influenciam as decisões económicas dos produtores, centrando-nos sobretudo no que pode conduzir a uma combinação ótima dos fatores de produção, como a **produtividade**, os **custos de produção** e as **escalas de produção**.

A combinação dos fatores de produção

Para se produzir bens e serviços é necessário utilizar os fatores de produção, mas o modo como estes são conjugados condiciona os resultados de uma unidade produtiva. Assim, para otimizar a sua produção, devem ser analisadas as várias combinações possíveis de fatores e, em seguida, escolher-se a melhor opção.

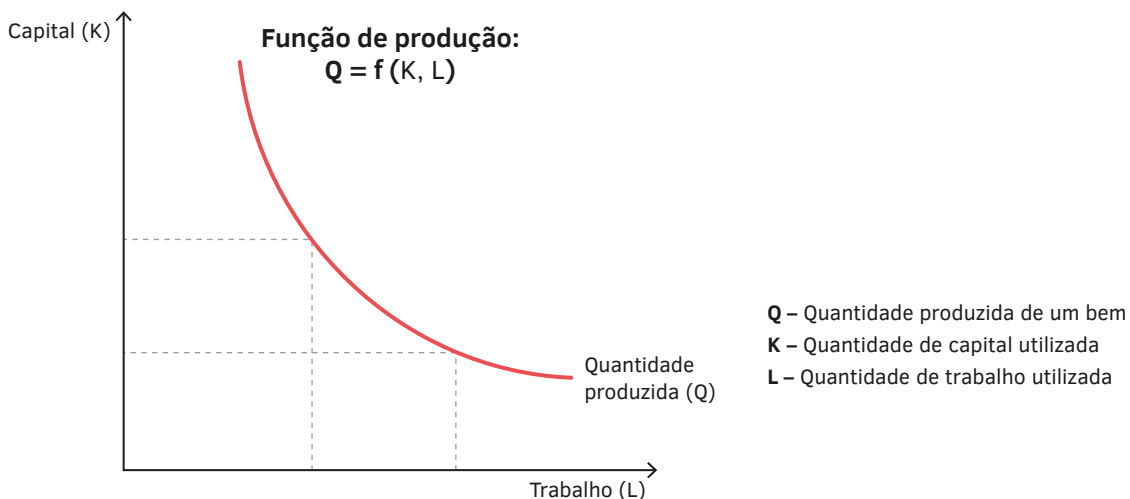
Documento 7

“A função de produção

A função de produção é uma relação técnica que indica qual o montante máximo de produção que se pode obter com cada conjunto determinado de fatores produtivos.”

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (2005), *Economia*, McGraw-Hill

É possível obter a mesma quantidade de um bem através de diferentes combinações: basta alterar as quantidades de cada fator de um modo ajustado, como, por exemplo, aumentar um número certo de máquinas (fator capital) e reduzir um número adequado de trabalhadores (fator trabalho).



Horizonte temporal

Ao analisarmos as diversas combinações possíveis dos fatores produtivos, também devemos ter em consideração o seu horizonte temporal. Trata-se do período de tempo necessário para se poder proceder à alteração de um fator.

Horizonte temporal

Curto prazo

Longo prazo

Geralmente, quando se tem de implementar uma mudança a **curto prazo**, apenas se conseguem alterar alguns dos fatores produtivos, mas, à medida que aumenta o período de implementação da mudança, passa a ser possível alterar um maior número de fatores, sendo expectável que, a **longo prazo**, se possam modificar todos os fatores. Quer isto dizer que nem todos os fatores podem ser alterados no curto prazo, há fatores que só podem ser modificados após um prazo mais longo, pois dependem de um conjunto de circunstâncias que não é possível controlar. Quando se pretende aumentar a dimensão de uma empresa, normalmente é necessário ampliar as suas instalações, adquirir novos equipamentos, contratar mais recursos humanos, entre muitos outros aspetos, e cada um destes fatores necessita de um período de tempo diferente para ser alterado. Sabe-se, por exemplo, que é mais demorado construir um edifício do que contratar trabalhadores.

Produtividade

Produtividade

Medida da eficiência da combinação dos fatores produtivos que traduz a relação entre o que é produzido e o que é gasto para se obter essa produção.

A eficiência da combinação dos fatores produtivos pode ser medida através da **produtividade**, que é o indicador económico que permite calcular o valor de produção gerada por cada unidade de fator utilizada, isto é, traduz a relação entre o que se produz e os meios que se gastam para se obter essa produção. As decisões de produção também são influenciadas pela produtividade, na medida em que permitem obter ganhos de produção.

A produtividade é uma forma de avaliação da eficácia da produção e tanto pode ser calculada para o conjunto total de fatores empregados, como para cada um dos fatores em separado, sendo também possível efetuar os cálculos em quantidade ou em valor.

$$\text{Produtividade (em termos físicos / monetários)} = \frac{\text{Volume / Valor da produção}}{\text{Quantidade / Valor dos fatores produtivos}}$$

Produtividade marginal

Rácio que mede o acréscimo de produção obtido, cada vez que se adiciona uma unidade suplementar de um fator produtivo, mantendo-se tudo o resto constante.

Outro conceito importante é o de **produtividade marginal**, que permite medir o acréscimo de produção obtido de cada vez que se adiciona uma unidade de fator produtivo, ou seja, o impacto de uma unidade suplementar de fator no resultado final.

$$\text{Produtividade marginal} = \frac{\text{Acréscimo na produção}}{\text{Acréscimo do fator utilizado}}$$

Há, no entanto, alguns fatores que são determinantes para o nível de produtividade.

Por um lado, deve haver uma grande aposta na qualidade do trabalho através da valorização do capital humano e da adequação das condições de trabalho; por outro, é

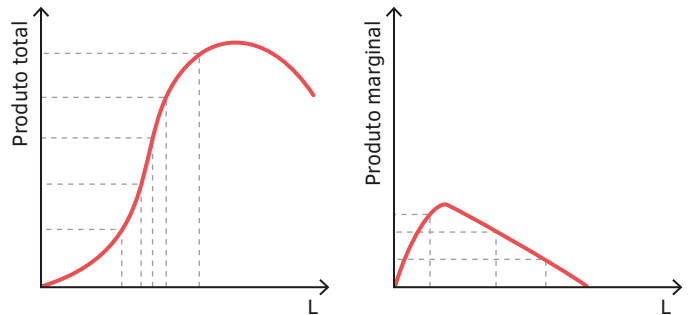
fundamental investir em investigação e desenvolvimento, desenvolver as infraestruturas, utilizar máquinas e matérias-primas apropriadas e promover a eficiência da Administração Pública.

Em síntese, podemos afirmar que é possível aumentar a produtividade:

- aumentando a produção sem aumentar a quantidade de fatores de produção utilizados;
- ou produzindo a mesma quantidade de bens, utilizando menos fatores de produção.

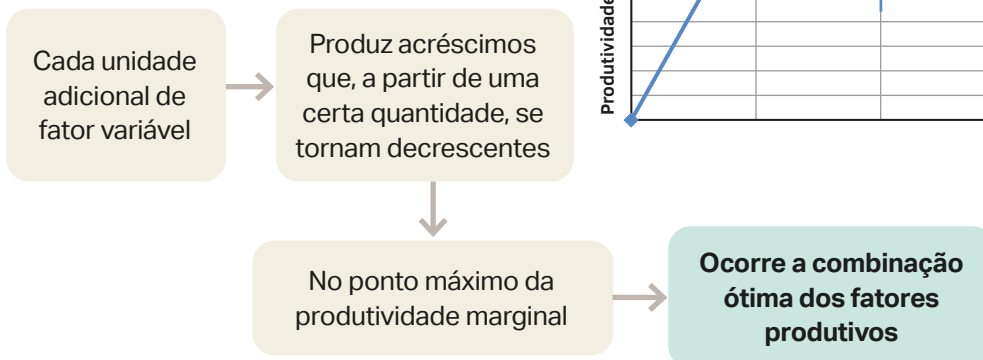
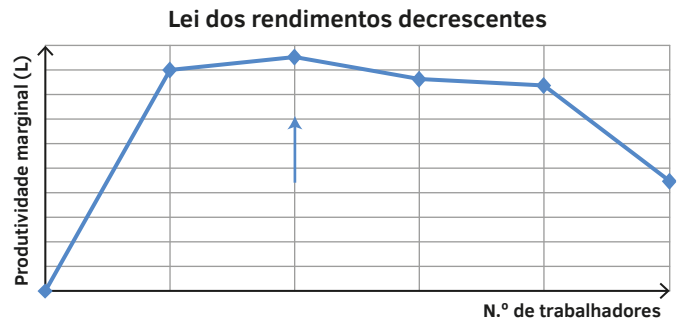
Lei dos rendimentos decrescentes

A melhor combinação possível dos fatores é a que permite realizar a máxima produção através de uma eficiente utilização dos recursos. Ao analisarmos os fatores produtivos de forma isolada, alterando apenas um de cada vez, podemos observar o modo como se processa a lei dos rendimentos decrescentes. De acordo com a **lei dos rendimentos decrescentes**, quando se aumentam regularmente as quantidades de um fator (capital ou trabalho), mantendo o outro fixo, a partir de um certo ponto, a produção suplementar resultante desse aumento vai diminuindo progressivamente, isto é, os acréscimos de produção obtidos começam a ser cada vez menores – diminuição marginal da produção.



Lei dos rendimentos decrescentes

Aumentando regularmente a quantidade de um fator produtivo e mantendo o outro constante, a partir de um determinado momento, a produtividade marginal começa a decrescer.



Após termos estudado como é possível efetuar diferentes combinações de fatores produtivos num horizonte temporal de curto prazo, vamos agora ocupar-nos com as possibilidades de alteração de fatores a longo prazo. Para isso iremos analisar o comportamento dos custos de produção e os conceitos de economias e deseconomias de escala.

Atividade 4

Observa o quadro seguinte, relativo ao estudo de diferentes possibilidades de combinação dos fatores produtivos da empresa Alfa.

Capital (K) (máquinas)	Trabalho (L) (trabalhadores)	Produção mensal	Acréscimo de produção (Produto marginal)	Produtividade marginal (L)
2	0	0	–	–
2	2	1800	$1800 - 0 = 1800$	$(1800 - 0) : (2 - 0) = \mathbf{900}$
2	4	3700	$3700 - 1800 = 1900$	$(3700 - 1800) : (4 - 2) = 950$
2	6	5430	a	$(5430 - 3700) : (6 - 4) = \mathbf{865}$
2	8	7000	$7000 - 5430 = 1670$	b
2	10	7900	$7900 - 7000 = 900$	$(7900 - 7000) : (10 - 8) = \mathbf{450}$

- 1 Analisa os dados da produtividade marginal do fator trabalho (L), para cada combinação de fatores, completando os espaços em branco com os cálculos de a e b.
- 2 Indica qual é a situação que representa a combinação ótima dos fatores de produção nesta situação, explicando o seu significado.
- 3 Diz o que entendes por lei dos rendimentos decrescentes, indicando o valor da produtividade marginal a partir do qual se verifica a referida lei.
- 4 Explica como o conhecimento da produtividade marginal pode influenciar a decisão dos produtores.

Custos de produção

Outro fator que influencia as decisões dos produtores são os custos de produção.

Para produzir bens é necessário suportar várias despesas, como o custo das matérias-primas, a energia para as máquinas trabalharem ou os salários dos trabalhadores.

Os encargos com a produção de bens e serviços denominam-se **custos de produção** e representam o custo total que uma unidade produtiva tem de desembolsar para o desenvolvimento da sua atividade. Os custos de produção incluem os custos fixos e os custos variáveis.

$$\text{Custo total} = \text{Custos fixos} + \text{Custos variáveis}$$

Custos fixos (CF)

Encargos suportados pelas empresas pelo processo de fabrico de bens, que não variam em função das quantidades produzidas.

Os **custos fixos** (CF) correspondem às despesas suportadas pela empresa, independentemente da quantidade de bens que produziu. Se, por exemplo, tiver instalações arrendadas, terá de pagar o valor da renda, quer produza muito ou

pouco, pois, mesmo que não produzisse nada durante algum tempo, este encargo tinha de ser pago.

Os **custos variáveis (CV)** são os encargos que variam em função das quantidades produzidas, isto é, quando as despesas aumentam à medida que aumenta o volume de produção. As matérias-primas são um exemplo disso, pois variam na mesma razão da produção: quanto maior for a produção maior é a sua utilização e o valor dos seus encargos.

Podemos calcular também o **custo unitário** ou **custo médio (CM)** de cada unidade produzida, dividindo o total de encargos da produção pela quantidade de bens produzidos. Para isso, aplicamos a seguinte fórmula.

Outro conceito a salientar é o de **custo marginal**, que corresponde ao total de encargos acrescidos que é necessário suportar por cada unidade adicional produzida.

Custos variáveis (CV)

Encargos suportados pelas empresas pelo processo de fabrico de bens, que variam em função das quantidades produzidas.

Custo unitário ou custo médio (CM)

Custo individual de cada bem produzido.

$$\text{Custo médio} = \frac{\text{Custo Total}}{\text{Quantidade de bens}}$$

Atividade 5

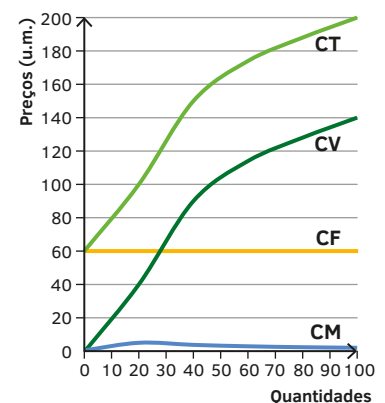
Sabendo que uma empresa apresenta a seguinte estrutura de custos:

Unidades produzidas	Custos fixos (u.m.)	Custos variáveis (u.m.)
1000	200	1800

- 1 Calcula o custo médio de cada unidade produzida.

A escolha da combinação ótima de fatores produtivos também deve ter em atenção os diversos custos que as empresas acarretam no decurso do seu processo produtivo. No que respeita ao período de tempo necessário para introduzir alterações nos fatores produtivos, podemos dizer que é diferente, conforme se trata de fatores associados a custos fixos ou variáveis. Normalmente, os fatores produtivos que constituem custos fixos só se podem alterar a longo prazo. A **longo prazo** há uma grande flexibilidade,

Representação gráfica dos Custos



Observando um exemplo de uma representação gráfica dos custos, vemos que a curva do custo total (CT) revela um comportamento idêntico ao da curva dos custos variáveis (CV), dada a semelhança das duas formas. Verifica-se ainda uma diminuição progressiva dos custos médios (CM) à medida que a produção vai aumentando.

todos os fatores são variáveis, sendo possível escolher a combinação ótima de todos os fatores e inclusive beneficiar de economias de escala, como veremos a seguir.

Economias de escala

As empresas procuram constantemente reduzir os custos de produção para melhorar as suas *performances*. Uma das estratégias para rentabilizar a sua atividade a longo prazo é aumentar a escala de produção, pois assim podem vender mais produtos e reduzir os seus custos unitários. No seu total, os encargos aumentam, mas reduzem-se em termos unitários, o que permite uma subida das margens de lucro sem prejudicar a competitividade dos preços no consumidor.

Economia de escala

Poupança obtida através da diminuição dos custos unitários, quando uma unidade produtiva aumenta a sua escala de produção.

Uma **economia de escala** é a poupança que ocorre quando o aumento da dimensão de uma unidade produtiva provoca uma diminuição dos seus custos unitários. As economias de escala podem ser internas ou externas, conforme têm origem dentro ou fora da empresa.

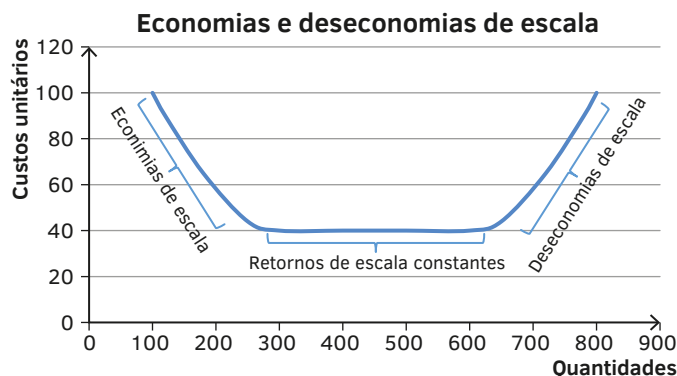
As empresas podem obter essas poupanças por vários processos: o aumento da especialização do trabalho, de modo a melhorar a produtividade; o planeamento adequado da atividade, permitindo uma redução dos desperdícios dos recursos materiais e humanos; o aumento do poder negocial com fornecedores, assegurando melhores condições de compra; as parcerias e subcontratações de serviços de outras empresas, concentrando esforços para reduzir custos; a utilização de tecnologias mais eficientes, etc.

Deseconomia de escala

Situação que ocorre a partir do momento em que o aumento da dimensão da empresa se torna excessivo; a escala de produção aumenta tanto que os seus custos unitários começam a subir.

No entanto, este aumento progressivo da dimensão da empresa pode, a partir de um certo ponto, gerar **deseconomias de escala**, isto é, a empresa aumenta tanto que os seus custos unitários começam a aumentar, tornando-se os processos de gestão demasiado complexos.

Saber se uma dada escolha a longo prazo, pode conduzir a economias ou deseconomias de escala – é bastante importante nas tomadas de decisão das empresas.



Observando a representação gráfica, verifica-se que as economias de escala ocorrem durante a fase em que os custos unitários vão diminuindo, à medida que aumentam as quantidades produzidas. Por outro lado, as deseconomias de escala surgem a partir do momento em que os aumentos sucessivos das quantidades produzidas provocam um aumento dos custos unitários de produção.

Conforme se pode observar, a curva do custo total unitário de produção de bens tem um formato semelhante a um U. Isso acontece, porque quando o nível de produção das empresas é baixo, até um certo ponto, é possível a empresa beneficiar da especialização do trabalho. Por outro lado, quando o nível de produção é muito elevado, já não é possível tirar partido daquela especialização, surgindo, por vezes, alguns problemas de controlo devido ao aumento da complexidade dos processos de gestão.

Atividade 6

“A forma da curva de custo médio no longo prazo contém informações importantes em relação à tecnologia aplicada à produção de um bem. Quando o custo total médio de longo prazo declina enquanto a produção aumenta, diz-se que existem economias de escala. Quando o custo total médio de longo prazo aumenta enquanto a produção aumenta, diz-se que existem deseconomias de escala. Quando o custo total médio de longo prazo não varia com o nível de produção, diz-se que existem retornos constantes à escala.”

MANKIWI, Nicholas G. (2001), *Introdução à Economia*, tradução da 2.^a edição americana, Rio de Janeiro, Elsevier

- 1 Explica porque é importante analisar as alterações da escala de produção de uma unidade produtiva quando se vai tomar uma decisão de produção.
- 2 Apresenta o conceito de economias de escala.
- 3 Diz o que entendes por deseconomias de escala, tendo em atenção o texto.

Acabámos de ver os aspetos essenciais quanto à tomada de decisões do agente Empresas, no que se refere à produção de bens e serviços – a sua principal função. No entanto, no seu dia a dia, os empresários têm de lidar com muitas outras decisões, nomeadamente:

- decidir como devem efetuar investimentos;
- decidir como vão obter financiamentos;
- decidir quem devem contratar, entre outros.

3.3.3. Estado

O agente Estado (ou Administração Pública) tem como função principal promover a satisfação das necessidades coletivas. Por um lado, o Estado ocupa o papel de produtor ao **fornecer bens públicos** à sociedade, produzindo bens e serviços que os particulares normalmente não produzem ou que, por diversos motivos, têm de ser prestados por entidades isentas. A tomada de decisões deste agente implica uma análise rigorosa da relação custo-benefício de cada escolha, averiguando o que é possível oferecer à sociedade de forma a maximizar o bem-estar social, dentro do que o seu orçamento permite.

Documento 8

“Quando se constrói uma estrada, por exemplo, como não se vai pagar nada para a usar, o preço é zero. Parece um almoço grátis, mas o Estado tem de pagar. Assim, o custo da construção da estrada é claro, mas difícil de avaliar o seu benefício. Daí que a única maneira de saber quanto vale a estrada seja calcular o excedente do consumidor. E o excedente deve ser comparado com o custo, para ver se vale a pena.

O benefício de viver em cidades vem precisamente daqui. Nas cidades, alguns bens essenciais podem ser fornecidos em grandes quantidades a baixo preço. Água canalizada, iluminação, policiamento, transportes, estando disponíveis para muita gente em pouco espaço, podem ser muito baratos. Mas precisamente por serem muito úteis, esses bens têm um enorme excedente do consumidor. [...] Esses “almoços grátis”, que a sociedade paga (pagamos com impostos), são muito valiosos e constituem uma das grandes vantagens de viver em comunidade, embora no dia a dia lhes prestemos pouca atenção.”

NEVES, João C. (2023), *Introdução à Economia* (12.ª edição), Cascais, Principia

Atividade 7

- 1 Salienta os aspetos do texto relativos às implicações da tomada de decisões do Estado.

Por outro lado, o Estado também se encarrega da **redistribuição dos rendimentos** da sociedade como forma de atenuar as desigualdades sociais, cobrando impostos e outras contribuições a quem obtém rendimentos, para os entregar a pessoas mais carenciadas, sob a forma de prestações sociais, como, por exemplo, os subsídios de desemprego ou as pensões. Neste caso, as decisões do Estado prendem-se com a aplicação de medidas que promovam uma maior equidade social. No próximo ano letivo, abordaremos o tema da redistribuição de rendimentos com maior profundidade.

3.3.4. Resto do mundo

Economia fechada

Economia que praticamente não estabelece relações de troca com agentes de outros países.

O agente **resto do mundo** abrange todos os agentes não residentes que efetuam transações com os agentes residentes de um país. Este agente reflete a abertura das economias nacionais à comunidade internacional, apresentando as relações económicas que se operam entre um país e o resto do mundo.

Atualmente, quase não se pode falar em **economias fechadas**, pois, é praticamente impossível viver sem estabelecer relações de troca com outros povos. A maioria das nações estabelece relações económicas com outros países, vivendo, assim, em modelos de **economia aberta**.

Economia aberta

Economia que estabelece relações económicas com agentes de outros países.

A maioria da tomada de decisões deste agente diz respeito ao comércio internacional, a questões relacionadas com políticas comerciais, cambiais e tarifárias, acordos de cooperação internacional e fluxos de investimento entre diferentes países, temas que também iremos abordar no próximo ano letivo, quando estudarmos as relações económicas internacionais.

3.4. Outras teorias sobre a tomada de decisões

Ao longo deste capítulo, analisámos os aspetos de maior relevo relativamente à tomada de decisões dos agentes económicos, tendo como panorama de fundo o princípio da racionalidade económica, entendendo-se que, na maioria das vezes, os seres humanos tomam as suas decisões com base em determinadas razões – sejam elas quais forem.

No entanto, a Psicologia e a Neurociência têm-se vindo a juntar à Economia, surgindo diversas teorias que não colocam a racionalidade económica no centro da tomada de decisões. O psicólogo e economista Herbert Simon (1916-2001) foi uma das pessoas que sugeriu uma nova forma de olhar para as decisões económicas, introduzindo o conceito de **"racionalidade limitada"**, segundo o qual se deveriam reconhecer limitações de natureza cognitiva e ambiental, que poderiam influenciar as escolhas dos agentes económicos, entendendo que era importante considerar-se o facto de nem sempre os indivíduos fazerem as suas escolhas de modo racional, por não terem capacidades cognitivas infinitas, por falta de acesso a toda a informação, por não terem tempo suficiente para ponderar as suas escolhas ou por não terem os meios necessários, não tendo, por exemplo, o dinheiro suficiente ou a energia mental necessária.

A **Economia comportamental** defendia que o *homo economicus*, proposto nas teorias clássicas, deveria ser substituído pelo ser humano com emoções, convidando a Economia a interligar-se com as Neurociências. Novos contributos têm vindo a ganhar importância, como, por exemplo, o de Daniel Kahneman (1934-2024), um economista e psicólogo, galardoado com o Prémio Nobel da Economia, em 2002, que defendia que o ser humano geralmente opera segundo certos **"atalhos mentais"** inconscientes, que podem introduzir o enviesamento de ideias na tomada de decisões, nomeadamente, o hábito de se percecionar de forma diferente os ganhos e as perdas, valorizando-se mais a ideia de evitar perder do que o desejo de ganhar; entre outros enviesamentos.

Conceitos-chave

- Agentes económicos
- Atalhos mentais
- Coerência na escolha
- Combinação de fatores produtivos
- Custo fixo
- Custo marginal
- Custo unitário
- Custo variável
- Custos de produção
- Deseconomias de escala
- Economia aberta
- Economia comportamental
- Economia fechada
- Economias de escala
- Horizonte temporal
- Otimização das escolhas
- Princípio da racionalidade
- Princípio do equilíbrio
- Produção
- Produtividade
- Produtividade marginal
- Racionalidade limitada
- Rendimentos decrescentes
- Utilidade
- Utilidade marginal
- Utilidade marginal decrescente
- Valor
- Valor-utilidade

Síntese

- Segundo o **princípio da racionalidade**, na tomada de decisões, cada indivíduo procura escolher o que considera ser a melhor opção disponível e de acordo com o **princípio do equilíbrio**, a combinação das decisões económicas de todos os indivíduos conduz ao equilíbrio dos sistemas.
- Os **agentes económicos** classificam-se de acordo com a principal função que exercem, nas seguintes categorias:

Agentes económicos

Agente	Função principal
Famílias	Consumir bens e serviços.
Empresas	Produzir bens e prestar serviços.
Estado	Promover a satisfação das necessidades coletivas da população e operar a redistribuição do rendimento.
Resto do mundo	Efetuar transações com agentes residentes.

Síntese (cont.)

- O conceito de **valor** é atribuído pelos consumidores, de acordo com a utilidade que retiram de cada bem – **valor-utilidade**.
- A noção de **utilidade** está associada à noção de satisfação das necessidades existentes e ao facto de os recursos serem, em geral, insuficientes para satisfazer as inúmeras necessidades que existem, exigindo que estas sejam hierarquizadas de acordo com o grau de satisfação, benefício ou utilidade de cada uma.
- A **utilidade marginal** consiste na dose adicional de satisfação que é obtida, cada vez que se consome uma unidade a mais de um bem. Em geral, a utilidade marginal vai diminuindo à medida que se aumenta a quantidade de bem consumida – **lei da utilidade marginal decrescente**.
- Os principais fatores que influenciam as decisões de produção de forma a permitir a combinação ótima dos fatores produtivos são: o **horizonte temporal**, a **produtividade**, os **custos de produção** e as **escalas de produção**.
- Geralmente, quando se tem de implementar uma mudança a **curto prazo**, apenas se conseguem alterar alguns dos fatores produtivos, mas, à medida que aumenta o período de implementação da mudança, passa a ser possível alterar um maior número de fatores, sendo expectável que, a **longo prazo**, se possam modificar todos os fatores.
- A eficácia da combinação dos fatores produtivos pode ser medida através da **produtividade**, que é o indicador económico que traduz a relação entre o que se produz e o que se gasta para se obter essa produção. A produtividade pode ser calculada em valor ou em volume de quantidade.
- A **produtividade marginal** é o rácio que mede o acréscimo de produção obtido cada vez que se adiciona uma unidade suplementar de um fator produtivo, mantendo-se tudo o resto constante.
- De acordo com a **lei dos rendimentos decrescentes**, quando se aumentam regularmente as quantidades de um fator produtivo e se mantém tudo o resto constante, a partir de um certo ponto, a produtividade marginal começa a diminuir. O ponto máximo da produtividade marginal corresponde à combinação ótima dos fatores produtivos.
- Os **custos de produção** são os encargos que as unidades produtivas têm de suportar com a produção de bens e serviços. Os custos totais podem ser **variáveis** ou **fixos**, conforme oscilam em função da produção, ou não. Os custos também podem ser classificados em termos **médios** (ou **unitários**) e em termos **marginais**.
- Existem **economias de escalas** quando uma unidade produtiva consegue diminuir os custos unitários, devido a um aumento da sua escala de produção.

Síntese (cont.)

No entanto, o aumento excessivo da escala de produção pode conduzir a um aumento dos custos unitários, gerando, nesse caso, **deseconomias de escala**.

- A tomada de decisões do **Estado** implica uma análise rigorosa da relação custo-benefício de cada escolha, averiguando o que é possível oferecer à sociedade de forma a maximizar o bem-estar social, dentro do que o seu orçamento permite. Além disso, também envolve a **redistribuição dos rendimentos** da sociedade com vista a atenuar as desigualdades sociais.
- A maioria da tomada de decisões do **resto do mundo** diz respeito ao comércio internacional, a questões relacionadas com políticas comerciais, cambiais e tarifárias, acordos de cooperação internacional e fluxos de investimento entre diferentes países.
- A Psicologia e a Neurociência têm-se vindo a juntar à Economia, dando origem a diversas teorias que não colocam a racionalidade económica no centro da tomada de decisões. São exemplos disso a "**racionalidade limitada**", a **Economia comportamental** ou a noção de **atalhos mentais** motivados por algum enviesamento inconsciente.



Ficha de trabalho 3

1 Selecciona, em cada caso, a opção que consideras correta.

1.1. A produtividade

- a) mede a quantidade de horas de trabalho prestadas por cada indivíduo.
- b) é a quantidade de bens que uma unidade produtiva consegue produzir num determinado período de tempo.
- c) é um indicador económico que se destina a medir a eficiência da utilização dos fatores de produção.
- d) é a informação que é fornecida aos trabalhadores através de ações de formação.

1.2. Quando diminuem os custos unitários de uma unidade produtiva, devido a um aumento da sua dimensão, diz-se que há

- a) economias de escala.
- b) poupança bruta.
- c) redução dos encargos.
- d) deseconomias de escala.

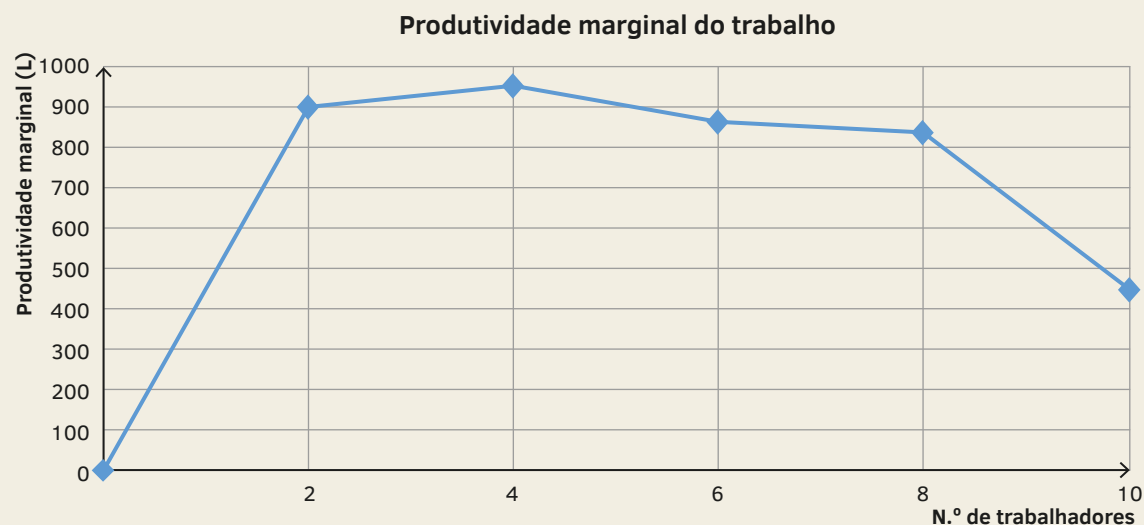
1.3. Podemos medir o acréscimo de produção obtido, por cada vez que se adiciona uma unidade de fator produtivo, através

- a) da produtividade total.
- b) da produtividade marginal.
- c) da produtividade do fator capital.
- d) da produtividade do fator trabalho.

1.4. Os custos de produção

- a) são compostos por uma parte fixa e outra variável.
- b) são proporcionais à dimensão da unidade produtiva.
- c) são os custos correspondentes a uma utilização eficiente dos recursos que viabiliza a maximização da produção.
- d) incluem os salários, as rendas, os juros e os lucros.

Ficha de trabalho 3 (cont.)



1.5. De acordo com o gráfico, relativo à produtividade do trabalho da empresa Beta, podemos afirmar que nesta situação

- a) a produtividade marginal atingiu o seu ponto máximo nos 900.
- b) a produtividade marginal atingiu o seu ponto máximo quando se empregavam 10 trabalhadores.
- c) não é possível comprovar a lei dos rendimentos decrescentes.
- d) é possível comprovar a lei dos rendimentos decrescentes.

2 Indica as principais funções de cada agente económico.

3 Lê o texto que se segue.

“Certamente conhece o provérbio: “Nada é de graça”. Ele expressa uma grande verdade. Para conseguirmos algo que queremos, precisamos de abrir mão de outra coisa de que gostamos. A tomada de decisões exige escolher um objetivo em detrimento de outro.”

MANKIWI, N. Gregory (2001), *Introdução à Economia*, tradução da 2.ª edição americana, Rio de Janeiro, Elsevier

3.1. Explicita o sentido da expressão “nada é de graça” presente no texto.

4 Lê o seguinte texto.

“A teoria da escolha do consumidor examina os *tradeoffs* com os quais as pessoas se deparam no papel de consumidores. Quando um consumidor compra uma maior quantidade de um bem, tem de comprar menos de outros bens. Quando despende mais tempo a desfrutar de lazer e menos tempo a trabalhar, tem um rendimento menor e pode consumir menos. Quando gasta mais do seu rendimento no presente e poupa menos, deve aceitar um nível de consumo mais baixo no futuro. A teoria da escolha do consumidor examina como os consumidores que se deparam com esses *tradeoffs* tomam decisões e como respondem a mudanças no seu ambiente.”

MANKIWI, N. Gregory (2001), *Introdução à Economia*, tradução da 2.ª edição americana, Rio de Janeiro, Elsevier

4.1. Diz o que entendes por *tradeoff*.

4.2. Comenta o texto, atendendo aos aspetos essenciais a ter em conta na tomada de decisões.

5 Numa empresa com 200 trabalhadores e 8 máquinas, são produzidas mensalmente 1000 unidades do bem X. Se a empresa contratar mais um trabalhador, mantendo-se tudo o resto constante, a produção eleva-se para 1020 unidades mensais.

Determina a produtividade marginal do trabalho, comentando o valor encontrado.

6 Observa os valores do quadro que se segue.

Capital	Trabalhadores	Produção	Produtividade marginal
4 máquinas	20	300	---
	21	350	a
	22	420	b
	23	500	c
	24	550	d
	25	590	e

6.1. Completa o quadro, indicando os cálculos efetuados de **a** a **e**.

6.2. Indica, justificando, qual a combinação ótima dos fatores.

6.3. Define produtividade marginal.

6.4. Diz em que consiste a lei dos rendimentos decrescentes.

7 Explica o conceito de economias de escala.

2





Microeconomia: preços e mercados

- 4. Procura
- 5. Oferta
- 6. Tipos de organizações empresariais
- 7. O sistema financeiro
- 8. Falhas de mercado e política pública

Objetivos de aprendizagem

- Definir o conceito económico de mercado.
- Compreender o conceito de procura.
- Distinguir procura individual de procura agregada.
- Relacionar a procura e o preço de um bem – lei da procura.
- Representar graficamente a curva da procura.
- Compreender os principais fatores determinantes da procura.
- Distinguir movimentos ao longo da curva da procura de deslocações da própria curva.
- Compreender o conceito de elasticidade.
- Conhecer os vários tipos de elasticidade da procura e saber interpretar os seus valores.

4.1. Procura

4.1.1. Conceito de mercado

Documento 1

“O conceito de escolha racional diz respeito ao comportamento individual. Mas uma economia é composta por inúmeros indivíduos que, não só tomam decisões individualmente, como interagem entre si. O local privilegiado para tal encontro é o mercado, onde as trocas se realizam.”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

Depois de termos observado a tomada de decisões de cada agente económico, tendo como base o princípio da racionalidade, agora iremos analisar o modo como se agregam as suas decisões individuais e como interagem uns com os outros.

Mercado

Local, em sentido físico ou abstrato, no qual a procura e a oferta de um bem são confrontadas, originando a formação do preço de mercado desse bem.

Os agentes confrontam os seus interesses no mercado, que é o local, em sentido físico ou figurado, onde os compradores e os produtores de bens e serviços realizam trocas. O **mercado** representa o confronto entre as intenções dos produtores (a oferta) e as solicitações dos compradores (a procura), a partir do qual resulta a definição do preço (de mercado) dos produtos, ou seja, o mercado é onde a oferta e a procura de um bem se compatibilizam a um determinado preço.

Documento 2

“Um mercado é um grupo de compradores e vendedores de determinado bem ou serviço. Os compradores, como grupo, determinam a procura pelo produto e os vendedores, também como grupo, determinam a oferta do produto.”

MANKIW, N. Gregory (2001), *Introdução à Economia* (tradução da 2.ª edição americana), Rio de Janeiro, Elsevier



e Manual Digital

Vídeo

Mercado de bens e serviços e de fatores produtivos



Para se analisar o processo de conjugação dos interesses de ambas as partes e compreender como funciona o **mecanismo de formação de preços**, antes, é preciso conhecer o funcionamento de cada uma das partes intervenientes. Assim, começaremos por observar individualmente a procura e a oferta, para depois as podermos conjugar e analisar as suas leis em conjunto.

4.1.2. A procura e a lei da procura

A procura representa o lado dos compradores, estando fortemente associada ao consumo, que é, como já vimos, a principal função do agente Famílias na atividade económica. O ato de consumir faz parte do nosso dia a dia – consumimos cada vez que bebemos um sumo, utilizamos água para lavar a louça ou acendemos um candeeiro. Através do consumo satisfazemos necessidades, que vão dando lugar a outras sistematicamente, à medida que são eliminadas. E os bens são os meios que utilizamos para satisfazer essas necessidades. O consumo consiste, então, na utilização de bens com o objetivo de pôr fim a determinados estados de carência e satisfazer necessidades.

Apesar de haver alguns bens, chamados bens livres, que existem em abundância na Natureza e cuja obtenção não exige qualquer dispendio de dinheiro ou força de trabalho, como, por exemplo, o ar que respiramos ou o sol e o mar de que disfrutamos num dia de praia, a maioria dos bens são relativamente escassos. Como existem em quantidades limitadas, é necessário imputar-lhes um custo – bens económicos. Se os bens fossem infundáveis, bastaria recolhê-los, mas, como são escassos, a sua utilização tem um preço.



O estudo da procura permite-nos compreender o ponto de vista dos consumidores, no que respeita às suas intenções de compra, ao relacionar as quantidades de bens que os compradores estão dispostos a adquirir perante cada preço.

Observando o comportamento do mercado do lado dos compradores, constata-se que a quantidade de bens que procuram em cada momento depende, entre outros fatores, do seu rendimento, das suas preferências, do preço de outros bens, da dimensão do mercado e, sobretudo, do preço dos próprios bens que pretendem comprar. Portanto, quando se registam alterações no preço dos bens que os compradores desejam adquirir, geralmente, isso reflete-se nas quantidades procuradas desses bens.

Procura

Quantidade de bens que os compradores estão interessados em adquirir a um determinado preço. Representa-se por **P**.

A **procura (P)**¹ representa, então, a quantidade de bens que os compradores estarão interessados em adquirir a um determinado preço. Por norma, à medida que vai diminuindo o preço de um bem, aumentam as quantidades procuradas do mesmo e vice-versa, isto é, quando o preço do bem aumenta, a quantidade procurada desse bem diminui. A razão pela qual isso acontece é o facto de, em geral, os

consumidores revelarem uma propensão para consumir maiores quantidades de bens quando o preço destes é baixo, invertendo-se essa tendência quando o preço começa a aumentar.

Documento 3

“A função procura de um bem indica a quantidade que os consumidores estão dispostos a comprar desse bem para cada preço unitário, num determinado período de tempo, *ceteris paribus*, isto é, assumindo como constantes todas as outras variáveis que influenciam a quantidade procurada do bem, para além do seu preço.”

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

Lei da procura

A quantidade procurada de um bem vai diminuindo à medida que aumenta o preço desse bem.

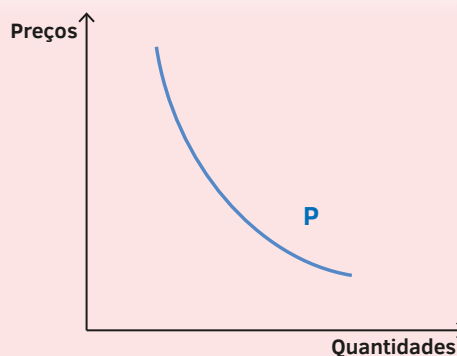
O preço e a quantidade procurada variam, assim, em sentido inverso. Este comportamento tendencial entre o preço e a quantidade procurada de um bem denomina-se **lei da procura** e pode ser representado graficamente através de uma curva descendente.

¹ A procura também pode ser representada por D (*Demand*).

Lei da procura:**Lei da procura**

↑ Preço $\Rightarrow$ ↓ Quantidade procurada

↓ Preço $\Rightarrow$ ↑ Quantidade procurada

**Documento 4**

“A curva da procura é a curva que relaciona o preço de cada unidade de um bem com a quantidade desse mesmo bem que os consumidores estão dispostos a adquirir.

De acordo com a «lei da procura decrescente» esta curva tem, normalmente, uma inclinação negativa dado que, quanto mais baixo for o preço, maior será a quantidade que os consumidores estão dispostos a adquirir (inversamente, quanto mais alto for o preço, menor será a quantidade que os consumidores estão dispostos a comprar).”

SOUSA, Maria E. F. e GOMES, Orlando (2011), *Análise Económica*, Lisboa, Edições Sílabo

Atividade 1

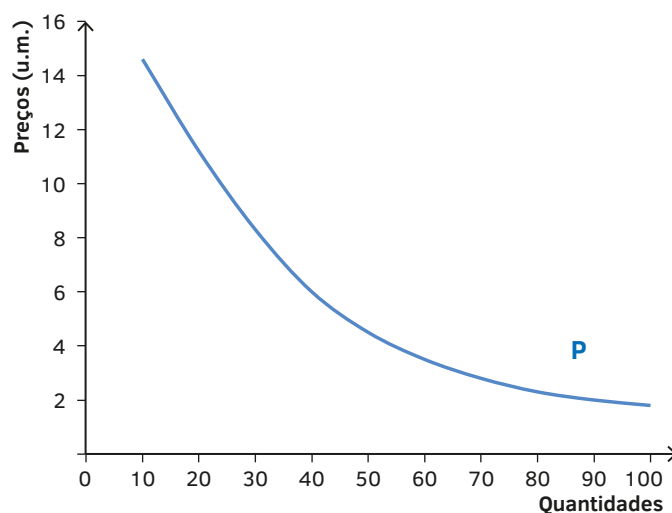
1 Comenta a afirmação: “a quantidade procurada evolui na razão inversa do seu preço”.

Apresenta-se, em seguida, um exemplo com uma tabela e um gráfico sobre o comportamento da procura de um certo bem (bem X). A tabela fornece-nos diferentes níveis de preços do bem X e as respetivas quantidades procuradas. Por seu lado, o gráfico representa a informação contida na tabela através de uma curva que corresponde à procura do bem X.

Através da análise da tabela e do gráfico da procura do bem X, podemos comprovar a lei da procura, concluindo que a quantidade procurada daquele bem vai aumentando à medida que o

Bem X	
Preço (u.m.)	Quantidade procurada
1,80	100
2,00	90
2,30	80
2,80	70
3,50	60
4,50	50
6,00	40
8,30	30
11,20	20
14,60	10

Procura do bem X



seu preço diminui. Quando o preço do bem X apresenta um valor mais elevado (14,60 u.m.), os compradores apenas desejam comprar 10 unidades do produto, mas, à medida que o seu preço começa a diminuir, vai aumentando o interesse dos compradores naquele bem, chegando a uma situação em que a quantidade procurada pelos compradores passa a ser de 100 unidades quando o preço é 1,80 u.m.

Atividade 2

- 1 Dá a tua opinião sobre qual seria o preço que os compradores estariam dispostos a pagar para adquirir 110 unidades do bem X e qual seria a quantidade procurada ao preço de 15 u.m., tendo em atenção a tabela e o quadro anteriores.

Procura individual

Quantidade procurada por cada consumidor.

No entanto, quando se fala em procura, é possível identificar dois tipos diferentes: a **procura individual** e a **procura agregada** (ou procura de mercado). A primeira representa a procura de cada consumidor vista separadamente e a segunda corresponde ao somatório de todas as procuras individuais.

Procura agregada

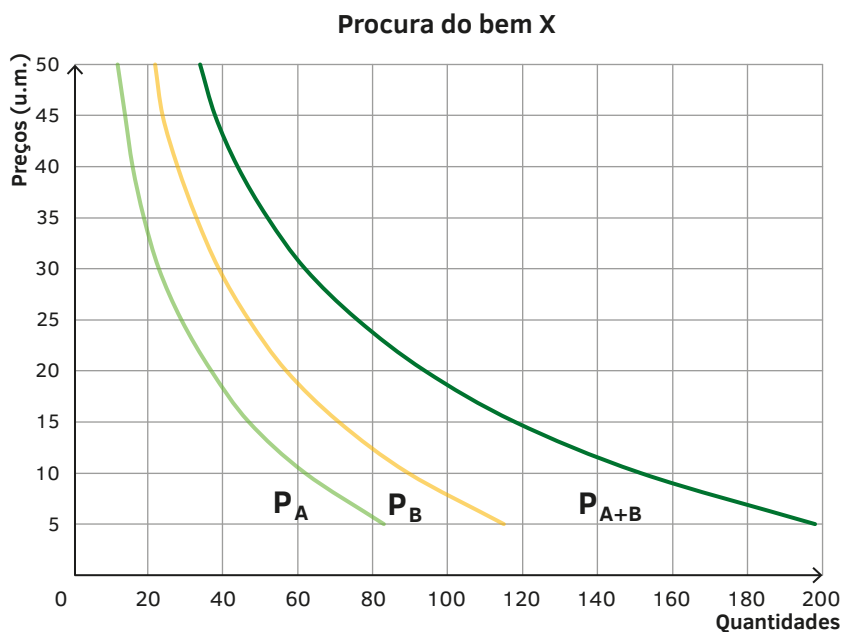
Somatório de todas as procuras individuais.

Para se compreender melhor estes conceitos, apresenta-se a seguir uma tabela e um gráfico com um exemplo de duas procuras individuais do bem X (P_A e P_B), e a procura agregada de ambas (P_{A+B}).

Conforme se pode observar, a procura agregada do bem X obtém-se através da soma das duas procuras individuais ($P_A + P_B$).

Bem X			
Preço (u.m.)	Procura individual P_A	Procura individual P_B	Procura agregada P_{A+B}
5	83	115	198
10	62	90	152
15	47	71	118
20	37	57	94
25	29	47	76
30	23	39	62
35	19	33	52
40	16	28	44
45	14	24	38
50	12	22	34

Assim, facilmente se conclui que a procura agregada varia de acordo com as procuras individuais que representa, aumentando quando a soma destas é maior e diminuindo na situação inversa. A configuração da curva da procura agregada é semelhante à das procuras individuais que a compõem porque resulta do seu somatório.



Atividade 3

“A curva da procura de mercado de um bem como o chá obtém-se pela adição das quantidades de chá procuradas por cada consumidor. Cada consumidor possui uma curva da procura, ao longo da qual se pode representar a quantidade procurada em relação ao preço do chá.

De um modo geral, esta curva apresenta-se com uma inclinação para baixo e para a direita. Se as procuras de todos os consumidores fossem precisamente iguais e se existisse um milhão de consumidores, podia-se, então, conceber a curva da procura do mercado como uma ampliação, no montante de um milhão, da curva da procura de cada um dos consumidores.”

SAMUELSON, Paul. A e NORDHAUS, William D. (2005), *Economia*, Lisboa, Mc Graw-Hill

- 1 Estabelece a diferença entre procura individual e procura agregada.
- 2 Comenta o texto, salientando os seus aspetos mais relevantes.
- 3 Analisa a evolução das procuras individuais (A e B) e da respetiva procura agregada apresentadas na tabela e no gráfico.

4.2. Fatores determinantes da procura

Conforme foi dito anteriormente, a procura depende de diversos fatores para além do preço do próprio bem. Existem várias condições determinantes do nível da procura, nomeadamente o rendimento dos consumidores, as suas preferências, a dimensão do mercado e o preço dos outros bens.

• Nível de rendimento dos consumidores

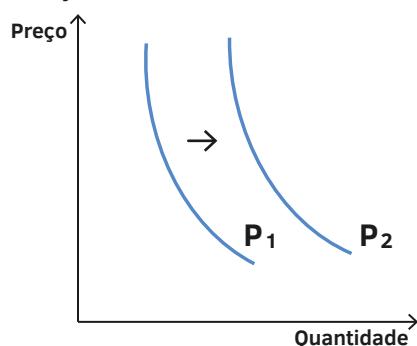
Facilmente se compreende que um dos principais fatores que influenciam o consumo é o rendimento dos consumidores, pois, geralmente, uma mudança no seu nível de rendimento traduz-se numa variação do seu consumo. Acontece, frequentemente, os agregados familiares passarem a consumir mais, após o seu rendimento ter aumentado e vice-versa, isto é, diminuir o consumo quando o seu rendimento baixa.

Constata-se que, quando o nível de rendimento dos consumidores aumenta, mantendo-se tudo o resto constante, o consumo de bens normalmente também aumenta. Nestas circunstâncias, a curva da procura desloca-se para a direita, conforme se observa no gráfico da situação 1, com P_1 a deslocar-se para P_2 .

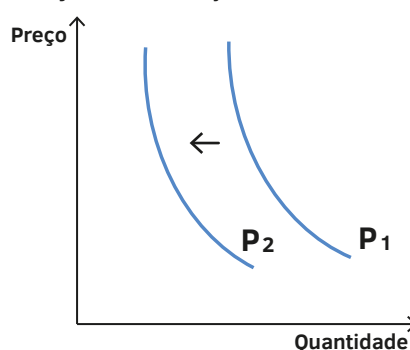
Por outro lado, é natural verificar-se uma diminuição do nível de consumo nas situações contrárias, ou seja, quando o rendimento é menor, pois nessas situações reduz-se

o poder de compra dos consumidores. Nesse caso, ocorre uma deslocação da curva da procura da direita para a esquerda, como se pode observar no gráfico da situação 2.

Situação 1: Aumento de rendimento



Situação 2: Diminuição de rendimento



De um modo geral, podemos dizer que, quando o rendimento aumenta, o consumo dos bens normais¹ também aumenta. No entanto, existem algumas exceções, como, por exemplo, o consumo de **bens inferiores**, que apresenta um comportamento contrário. Um bem inferior geralmente caracteriza-se por ter uma qualidade inferior, associando-se, por norma, a sua procura a um nível de rendimento mais baixo.

Bens inferiores

Bens de qualidade inferior, com uma maior procura em situações de menor rendimento.

Quando o rendimento médio de uma população aumenta, normalmente, o consumo de bens inferiores diminui. Esse comportamento deve-se ao facto de os bens inferiores serem bens de menor custo, sendo maior o seu consumo nas situações em que o rendimento é menor.

Geralmente, quando o rendimento médio da população aumenta, os consumidores substituem o consumo de bens inferiores pelo consumo de outros bens de qualidade superior.

Documento 5

“Bem inferior é aquele cuja procura diminui quando se verifica um aumento do rendimento dos consumidores, na medida em que estes começam a comprar bens de melhor qualidade e deixam de comprar os bens considerados inferiores. A sua variação foi estudada por Ernst Engel. Segundo a lei de Engel, a procura dos bens varia com o rendimento. Estamos em presença de bens normais quando o consumo aumenta, quando o rendimento aumenta. No caso dos bens superiores, o aumento do rendimento determina um aumento mais do que proporcional do consumo (ex.: lazer e cultura).”

SOARES, José C. (2008), *Dicionário de Economia*, Lisboa, Plátano Editora

¹ Bem normal é um bem cuja quantidade procurada varia na razão inversa do preço, mantendo-se tudo o resto constante.

No século XIX, **Ernst Engel** dedicou-se ao estudo dos padrões de consumo das famílias em relação ao seu rendimento. Uma das conclusões a que chegou foi que, à medida que o rendimento aumenta, diminui a percentagem do rendimento total gasto com bens de primeira necessidade (embora possa ser maior a quantidade de moeda despendida em alguns desses bens). Isto é, quanto maior é o rendimento, menor é a proporção destinada às despesas com bens elementares e, quanto menor é o rendimento, maior será a proporção destinada às despesas com bens elementares.

• Preferências e hábitos dos consumidores

Outro fator determinante da procura diz respeito às preferências e aos hábitos dos consumidores, que os fazem alterar o seu consumo. Existem determinadas circunstâncias que podem influenciar a procura, levando os consumidores a modificar os seus padrões de consumo por diversas razões, nomeadamente devido às tradições, à publicidade ou à moda.



As tradições são, muitas vezes, associadas ao consumo de bens, dado que frequentemente se dá o aumento do consumo de determinados bens em algumas épocas festivas, como o Natal, a Páscoa, o Carnaval, o Dia de S. Valentim, entre outras. A publicidade também tem um grande impacto na procura, devido à sua capacidade de apelo ao consumo.

Atualmente, desenvolvem-se campanhas publicitárias bastante sofisticadas com o objetivo de induzir os consumidores a aumentar a sua propensão para o consumo. Por outro lado, a moda também pode exercer uma grande influência sobre os hábitos de consumo dos indivíduos. Geralmente, quando o uso de um determinado bem está na moda, durante essa fase, a sua procura é elevada, mas a partir do momento em que se deixa de usar esse bem, a sua procura diminui.

No entanto, as preferências dos consumidores podem-se modificar ao longo dos tempos, tendo como consequência o respetivo aumento ou diminuição da procura.

• Dimensão do mercado

A dimensão do mercado é outro fator que influencia a procura, pois, mesmo que cada consumidor continue a consumir as suas quantidades habituais e se mantenha a procura individual de cada agente, se houver uma alteração no número de consumidores de uma região, a procura agregada dessa região deverá evoluir no mesmo sentido.

Ou seja, permanecendo inalterados os restantes fatores, verifica-se que a procura tem tendência a aumentar quando há um aumento da dimensão do mercado e, pelo contrário, diminui quando a dimensão do mercado também diminui. Se a taxa de natalidade



de uma dada localidade aumentar, é natural que aí aumente também a procura de bens de puericultura.

Por outro lado, se a população de um país for mais envelhecida, é normal que a procura de bens que incorporem um elevado nível de tecnologia seja mais reduzida, dado que geralmente este tipo de bens é procurado sobretudo pelos indivíduos mais jovens.

• Preço dos outros bens

O preço dos outros bens também pode ser um fator determinante da procura de um bem, sobretudo se os bens estabelecerem relações recíprocas entre si. Em determinados casos, quando apenas ocorrem variações nos preços de alguns produtos, os consumidores tentam substituir o consumo dos seus bens habituais por outros, os chamados **bens sucedâneos ou substituíveis**, que cumprem a mesma função, mas são mais baratos. O azeite e o óleo alimentar são um exemplo de bens sucedâneos.

Bens sucedâneos (ou substituíveis)
Bens que cumprem a mesma função.

Normalmente, quando aumenta o preço de um bem, que pode ser substituído por um sucedâneo, a procura desse bem diminui, transferindo-se para outro bem, cujo preço não seja tão elevado. Assim, no caso dos bens sucedâneos, o aumento do preço de um bem pode conduzir a um aumento da procura de outro bem. Por outro lado, uma diminuição do preço de um bem pode fazer deslocar para este a procura de outros bens de preço superior.

Outro caso diferente é o dos **bens complementares**, que se caracterizam pelo seu funcionamento em conjunto, necessitando um do outro para cumprirem as suas atribuições, e, por isso, geralmente, o aumento do preço de um provoca uma diminuição do consumo de ambos. No que respeita aos bens complementares, em regra, o aumento do preço de um leva à diminuição da procura de ambos, uma vez que os dois funcionam em conjunto. O aumento do preço da gasolina pode contribuir para haver uma diminuição da utilização do automóvel. Por sua vez, uma diminuição do preço de um bem complementar pode fazer aumentar a procura de ambos, pois, mesmo que o preço do outro bem permaneça inalterado, o consumo de ambos fica mais barato.

Nas situações em que o aumento do preço de um bem leva à sua substituição por outros mais baratos, verifica-se um **efeito-substituição**, e está-se perante um **efeito-rendimento** quando o aumento do preço de um bem provoca uma redução da sua quantidade de consumo, resultando numa diminuição do poder de compra (equivalente a uma diminuição do rendimento).

Bens complementares
Bens que necessitam de ser usados em conjunto, para cumprir a sua função.

Documento 6

“Efeito-rendimento e efeito-substituição

O efeito-rendimento e o efeito-substituição representam duas soluções alternativas para um agente económico colocado em certas situações. Tomemos primeiro o caso de um consumidor que dispõe de um rendimento constante e que deve retificar a sua escolha de consumo quando o preço de um bem que ele deseja varia. Uma subida do preço deste bem corresponderia, se ele continuasse a desejar adquiri-lo, a uma diminuição do seu poder de compra. Este consumidor tem, pois, a opção entre comprar uma quantidade inferior deste bem (é o efeito-rendimento, que diz respeito à evolução desta grandeza ou, aqui, do seu poder de compra) ou substituir este bem por outros cujos preços não se alteraram (é o efeito-substituição, consequência de uma variação dos preços relativos).

O aumento do preço de um bem pode, portanto, conduzir a uma diminuição da procura, mais ou menos acentuada consoante a ação combinada destes dois efeitos.”

CAPUL, Jean-Yves e GARNIER, Olivier, (1998) *Dicionário de Economia e de Ciências Sociais*, Plátano Editora

Atividade 4

“Um aumento no rendimento monetário é um fator que, normalmente, contribuirá para aumentar a quantidade que estamos dispostos a comprar de qualquer bem.

Os bens de primeira necessidade tendem a reagir menos às variações de rendimento. Os artigos de luxo tendem a reagir mais acentuadamente.”

SAMUELSON, Paul. A e NORDHAUS, William D. (2005), *Economia*, Lisboa, Mc Graw-Hill

- 1 Indica qual o fator patente no texto que pode exercer influência sobre a procura.
- 2 Explicita o sentido da afirmação destacada.
- 3 Dá um exemplo de um bem cuja procura seja influenciada pelas preferências ou hábitos dos consumidores.
- 4 Comenta o impacto que o aumento da população, pela via da imigração, pode ter na procura de um país.
- 5 Explica de que forma o preço de outros bens pode afetar a procura de um bem.

Importa ainda referir que podem existir dois tipos diferentes de deslocações relativamente às curvas. Por um lado, pode haver **movimentos ao longo da curva**, correspondendo estes a oscilações nas quantidades procuradas (ou oferecidas), mas, por outro lado, também pode ocorrer uma **deslocação da própria curva**, movendo-se toda a curva para a direita ou para a esquerda. No primeiro caso, falamos em aumento ou diminuição das quantidades procuradas (ou oferecidas). No segundo caso, dizemos que houve um aumento ou uma diminuição da procura (ou da oferta), porque, nessa situação, toda a curva se desloca, enquanto nos movimentos das quantidades procuradas (ou oferecidas) apenas se dá uma deslocação ao longo da curva, conforme se pode observar a seguir.

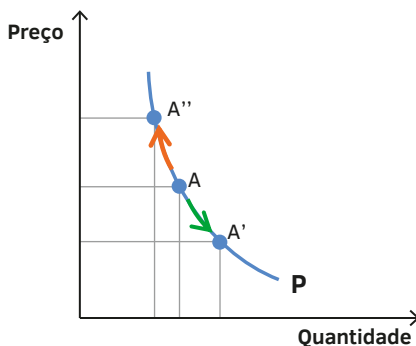
Movimentos ao longo da curva

Oscilações nas quantidades procuradas (ou oferecidas) que provocam uma deslocação dos pontos situados em cima da curva.

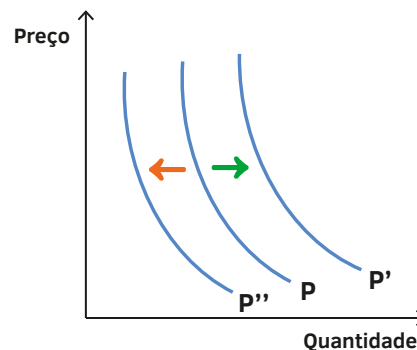
Deslocação da curva

Alterações na procura (ou oferta) que provocam uma deslocação de toda a curva.

Movimentos ao longo da curva da procura



Deslocações da curva da procura



Manual Digital

Avaliação
A procura

4.3. Elasticidade da procura

Documento 7

“Quando estudamos a procura, observamos que os consumidores geralmente compram mais quantidades de um bem quando o preço deste está mais baixo, quando o seu rendimento é maior, quando os preços dos bens substitutos do bem estão elevados ou quando os preços dos bens complementares estão baixos. Essa abordagem sobre a procura é qualitativa, não quantitativa. Ou seja, aponta-nos a direção em que a quantidade procurada se move, mas não a dimensão do movimento. Para medirem o quanto os consumidores reagem às mudanças dessas variáveis, os economistas usam o conceito de **elasticidade**.”

MANKIWI, N. Gregory (2013), *Introdução à Economia* (tradução da 6.ª edição americana), São Paulo, Cengage Learning (adaptado)

Elasticidade

Indicador do grau de sensibilidade de uma variável relativamente a alterações de outras variáveis.

Ao observar eventuais modificações das quantidades procuradas face a alterações de variáveis, como, por exemplo, o preço, interessa compreender a amplitude dessas modificações, averiguando o grau de sensibilidade da procura relativamente a alterações de outras variáveis.

Uma alteração numa variável pode gerar uma reação maior ou menor na procura. Convém assim analisar a sua **elasticidade**, que é o indicador do grau de sensibilidade de uma variável (neste caso, as quantidades procuradas de um bem) perante alterações de outras variáveis, como: o preço do bem, o preço de outros bens correlacionados ou o rendimento dos consumidores. A elasticidade é a medida da sensibilidade entre diferentes variáveis, dando-nos a conhecer o impacto percentual que a modificação de uma variável pode ter sobre as outras.

Elasticidade da procura

Medida do grau de sensibilidade da quantidade procurada de um bem, perante alterações do preço desse bem, do rendimento dos consumidores ou do preço de bens correlacionados.

A elasticidade de uma variável relativamente a outras obtém-se através do quociente entre a variação percentual da primeira variável e a variação percentual da outra variável que levou a essa variação. Assim, para se calcular a **elasticidade da procura** de um bem, relativamente a outras variáveis, determina-se o quociente entre a variação percentual da quantidade procurada do bem e a variação percentual da outra variável que levou a essa variação da quantidade procurada.

$$\text{Elasticidade da procura} = \frac{\text{variação percentual da quantidade procurada}}{\text{variação percentual de outra variável}}$$

Relativamente à segunda variável da elasticidade da procura (o denominador), veremos a seguir que pode ser uma variação do preço do bem, uma variação do rendimento ou uma variação do preço de outros bens que sejam sucedâneos ou complementares.

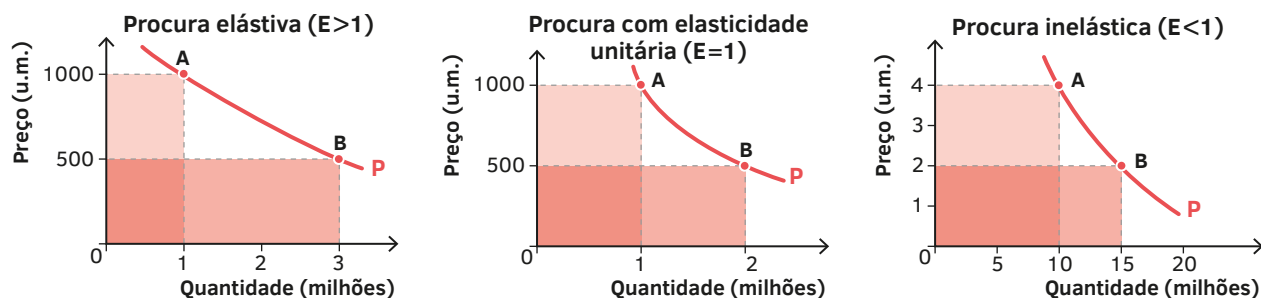
Relativamente à interpretação dos valores da elasticidade, em linhas gerais, podemos classificar a procura como **elástica** quando a sua elasticidade assume valores maiores que 1, significando neste caso que a procura é razoavelmente sensível a variações da outra variável; a procura é **inelástica**, se a elasticidade for inferior a 1, sendo, portanto, pouco reativa em relação a variações da outra variável; e dizemos que estamos perante uma procura com elasticidade **unitária** se a elasticidade for igual a 1, ou seja, se as duas variáveis reagirem na mesma medida.

Interpretação dos valores

Procura elástica > 1

Procura inelástica < 1

Procura com elasticidade unitária = 1



SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (2012), *Economia*, Lisboa: McGraw-Hill (adaptado)

Vejamos um exemplo:

Sabendo que a quantidade procurada do bem X diminuiu 1% após o seu preço ter aumentado 5%, podemos determinar a elasticidade da procura do bem X, face ao seu preço, da seguinte forma:

$$\text{Elasticidade da procura de X} = \frac{\text{variação percentual da quantidade procurada de X}}{\text{variação percentual do preço de X}} = \frac{-1\%}{5\%} = |-0,2| = 0,2$$

Nota: o valor da elasticidade que aparece no final do cálculo não deve ser apresentado com nenhuma unidade de conta, por se tratar do resultado de um quociente entre duas percentagens. Além disso, neste caso, por conveniência, analisa-se o resultado em valor absoluto ($| |$), retirando-se assim o sinal “-”, por ser uma elasticidade-preço da procura que, conforme veremos mais à frente, assume quase sempre valores negativos (uma vez que a quantidade procurada varia inversamente ao preço), ao contrário de outros tipos de elasticidade.

Neste exemplo, podíamos verificar que se tratava de uma situação inelástica ($0,2 < 1$), pois a quantidade procurada do bem X não reagiu muito à alteração do preço, tendo diminuído 1%, perante um aumento do preço de 5%. Se, porventura, a quantidade procurada daquele bem tivesse diminuído 10%, nesse caso já estaríamos perante uma situação elástica, sendo a sua elasticidade então igual a dois ($2 > 1$). Na segunda hipótese, a quantidade procurada de bem X era mais sensível a alterações do preço, do que na primeira hipótese, em que a elasticidade era inferior a 1.

Documento 8

“Um bem tem procura elástica quando a quantidade procurada varia mais, em termos percentuais, do que a variação do preço. O que acontece, por exemplo, se o preço de um bem variar 1% e, em consequência, a quantidade procurada variar 2%. Por seu turno, um bem de procura inelástica é aquele em que a quantidade procurada varia menos do que o preço, em termos percentuais. Um exemplo é a situação em que, se o preço variar 1%, a quantidade procurada varie 0,5%, em consequência. O outro caso dá-se quando a variação percentual da quantidade procurada é igual à variação do preço (por exemplo, uma situação em que, se o preço variar 1%, a quantidade procurada varia também nessa proporção).”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

Atividade 5

“A elasticidade diz-nos qual a variação do montante relativo da quantidade procurada em resposta a uma variação do preço de um determinado bem X. Por exemplo, considere-se que uma subida de 10% do preço do combustível leva a uma redução da quantidade procurada de 1%.”

DONÁRIO, Arlindo e SANTOS, Ricardo B. (2014), As Elasticidades

<https://repositorio.ual.pt>

- 1 Diz o que entendes por elasticidade da procura.
- 2 Determina, atendendo ao texto, a elasticidade da procura do bem X relativamente ao preço do combustível e interpreta o valor obtido.

Existem, então, três tipos de elasticidade da procura de um bem:

- relativamente a variações do preço do bem (**elasticidade-preço**);
- relativamente a variações do rendimento (**elasticidade-rendimento**);
- relativamente a variações do preço de outros bens – sucedâneos ou complementares (**elasticidade-cruzada**).

A **elasticidade-preço da procura** mede a sensibilidade das quantidades procuradas de um bem, perante oscilações do preço desse bem, indicando o quanto reage a procura às mudanças de preço do bem. A elasticidade-preço determina-se dividindo a variação percentual da quantidade procurada de um bem pela variação percentual do preço do bem.

Documento 9

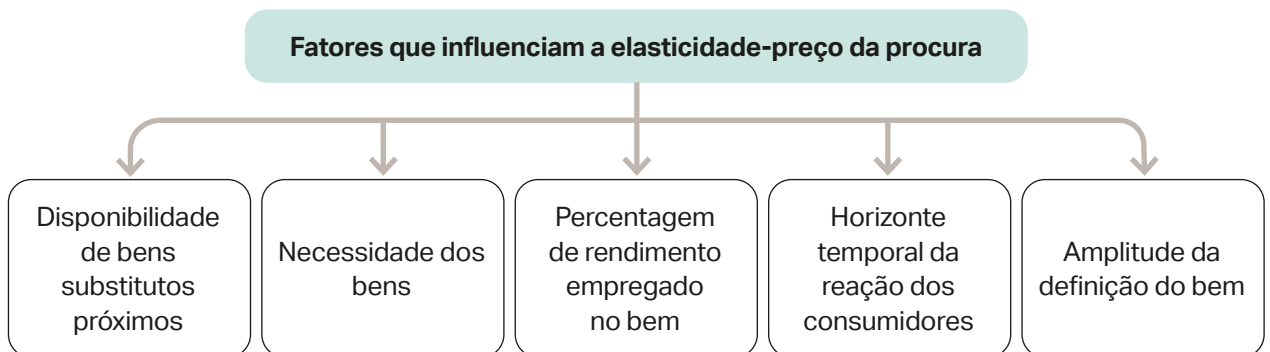
“A elasticidade-preço da procura mede a variação percentual na quantidade procurada de um bem em resultado da variação de 1% no preço desse mesmo bem, ceteris paribus. Algebricamente, a elasticidade-preço da procura de um bem X é dada pelo rácio entre a variação percentual na quantidade procurada do bem e a variação percentual do preço do bem.

Uma vez que o preço de um bem e a quantidade procurada desse bem variam em sentido contrário, *ceteris paribus*, (Lei da Procura), o rácio da elasticidade-preço da procura seria sempre negativo. Convenciona-se, assim, adotar o valor absoluto da elasticidade, pelo que o sinal (–) é introduzido na fórmula da elasticidade. Assim, quanto maior é a sensibilidade da quantidade procurada do bem às variações do preço do bem, maior é a elasticidade-preço da procura, em valor absoluto.

Consideremos o seguinte exemplo: quando o preço do bem X aumenta 2%, a quantidade procurada do bem diminui 6%. Neste caso, o valor da elasticidade-preço da procura é igual a 3. Significa isto que, se o preço do bem X variar 1%, *ceteris paribus*, a quantidade do bem varia 3%, em sentido contrário.”

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo [consult. 5 out 2024]

A elasticidade-preço da procura de um bem é influenciada por diversos fatores, nomeadamente, pela disponibilidade de **bens substitutos (ou sucedâneos) próximos** desse bem, isto é, bens com características muito aproximadas do bem em causa. A existência de bens substitutos próximos faz aumentar a facilidade de substituição do bem, aumentando também a elasticidade da sua procura. Assim, a elasticidade-preço da procura de um bem, tem tendência a ser elástica, quando há bens substitutos próximos desse bem e tende a ser inelástica, se não houver bens substitutos próximos. Havendo bens substitutos próximos, a procura do bem original tende a reagir mais, perante oscilações de preço, do que se não houver bens substitutos próximos.



Documento 10

“Disponibilidade de substitutos próximos

Bens com substitutos próximos tendem a ter procura mais elástica porque é mais fácil para os consumidores trocá-los por outros. Por exemplo, a manteiga e a margarina são facilmente substituíveis uma pela outra. Um pequeno aumento no preço da manteiga, supondo que o preço da margarina se mantém constante, fará com que a quantidade vendida de manteiga tenha uma grande diminuição. No entanto, como os ovos não têm substitutos próximos, a procura por ovos é menos elástica do que a procura por manteiga.”

MANKIW, N. Gregory (2013), *Introdução à Economia* (tradução da 6.ª edição americana), São Paulo, Cengage Learning (adaptado)

Por outro lado, os **bens de maior necessidade** geralmente são mais inelásticos que os bens considerados menos essenciais, como os bens supérfluos, cuja elasticidade é, por norma, superior a 1. A elasticidade dos bens essenciais é habitualmente mais rígida do que a dos bens não essenciais, sendo menos sensível a procura de bens essenciais a variações de preço, do que a procura de bens não essenciais. Bens de primeira necessidade como, por exemplo, medicamentos essenciais que não tenham substitutos muito próximos, geralmente têm uma elasticidade da procura bastante inelástica, mesmo em situações de aumento de preço, por serem imprescindíveis para satisfazer necessidades vitais.

Documento 11

“Bens de primeira necessidade tendem a ter uma procura menos elástica do que os que não são de primeira necessidade. A própria natureza do bem impõe restrições à sua substituição no caso de um aumento do preço.”

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

Além disso, a **percentagem de rendimento empregado num bem** também pode influenciar a elasticidade da sua procura, perante oscilações do preço. Quanto maior for o peso relativo dos encargos com a aquisição desse bem, em termos do orçamento do consumidor, maior será a volatilidade da sua procura, sendo, portanto, bastante sensível a variações de preço. Um bem como, por exemplo, o sal, que geralmente não representa um grande coeficiente orçamental no total das despesas de uma família, muito provavelmente terá uma elasticidade-preço da procura inelástica, reagindo pouco a oscilações de preço, enquanto um bem que represente uma maior fatia do rendimento da família, como as despesas com um automóvel, possa ser mais sensível a variações de preço.

Documento 12

“O peso que um determinado bem tem no total da despesa de consumo pode ser também importante para explicar a elasticidade de um bem: quanto mais relevante for esse bem no total do orçamento, maior tenderá a ser a elasticidade, pois as pessoas começam a preocupar-se com o seu padrão de gastos. Claramente a troca por outro bem só pode acontecer se houver disponibilidade de outros bens. O exemplo da carne fresca pode ser utilizado neste âmbito. Considere-se uma família que gasta, digamos, 20% do seu rendimento em carne. Se a carne aumentar de preço, devido ao peso que exerce no orçamento, muito provavelmente haverá uma deslocação para outro tipo de bens (por exemplo, conservas).”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

Outro fator que pode influenciar a elasticidade-preço da procura é o **horizonte temporal** de que os consumidores dispõem para ajustar a sua procura perante variações de preço. As alterações dos hábitos de consumo, que ocorrem como resposta a oscilações de preço, são diferentes conforme os consumidores dispõem de um período mais longo ou menos longo. Se monitorizarmos alterações ocorridas em horizontes temporais mais longos, por norma, constatamos que nesses casos a procura de bens tende a ser mais elástica do que nas alterações da procura que são monitorizadas em períodos de tempo mais curtos. Quando o preço de um bem sobe, nos primeiros tempos, a quantidade procurada desse bem, geralmente, decresce menos, do que ao fim de mais tempo, quando os consumidores já tiveram oportunidade de fazer maiores ajustes ao seu consumo, tendo possibilidade de diminuir bastante o consumo desse bem ou de o substituir por outros.

Documento 13

“Quando o preço da gasolina sobe, a quantidade procurada desse combustível cai pouco nos primeiros meses. No entanto, com o passar do tempo, as pessoas compram carros que consomem menos gasolina, passam a usar transportes públicos e mudam-se para mais perto do lugar onde trabalham. Em alguns anos, a quantidade procurada de gasolina cai substancialmente.”

MANKIWI, N. Gregory (2013), *Introdução à Economia* (tradução da 6.ª edição americana), São Paulo, Cengage Learning (adaptado)



Finalmente, podemos ainda constatar que o maior ou menor grau com que especificamos o bem procurado, em termos de mercado ou da categoria do bem, também pode influenciar a sensibilidade da procura da nossa análise. A **amplitude da definição de um bem** pode ser determinante em relação à sua elasticidade da procura, perante variações de preço. Quanto mais especificamente definido for um bem, mais elástica é a sua procura, e quanto menor for o grau da sua definição, mais inelástica é a sensibilidade da sua procura. Uma maior definição do bem abre mais possibilidades de se encontrar substitutos, aumentando a elasticidade da sua procura. É diferente falarmos, por exemplo, num bem como um pente ou a categoria de bens de cuidados pessoais. Provavelmente é mais elástica a procura de pentes do que a procura da categoria inteira de bens de cuidados pessoais, que talvez seja mais difícil de substituir. No caso de haver uma definição mais ampla e menos específica, não é tão simples encontrar verdadeiros substitutos.

Documento 14

“Mercados definidos de forma restrita tendem a ter uma procura mais elástica do que mercados definidos de forma ampla, uma vez que é mais fácil encontrar substitutos para bens definidos de maneira restrita. Por exemplo, os alimentos, uma categoria ampla, têm uma procura bastante inelástica, porque não há bons substitutos para eles. O sorvete, uma categoria restrita, tem uma procura mais elástica, porque é fácil substituí-lo por outras sobremesas. O sorvete de baunilha é uma categoria muito mais restrita, tem uma procura muito elástica, porque os outros sabores de sorvete são seus substitutos quase perfeitos.”

MANKIW, N. Gregory (2013), *Introdução à Economia* (tradução da 6.ª edição americana), São Paulo, Cengage Learning (adaptado)

Atividade 6

“Quanto mais essencial for um bem, mais rígido é o comportamento do consumidor em relação a uma possível variação do preço.”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

- 1 Explicita em que consiste a elasticidade-preço da procura.
- 2 Justifica porque é que a procura de bens de maior necessidade geralmente se considera menos elástica.

Uma vez compreendido o conceito de elasticidade-preço da procura, agora iremos ver os principais aspetos relativamente à elasticidade-rendimento. Em termos algébricos, podemos calcular a **elasticidade-rendimento da procura**, efetuando o quociente entre a variação percentual da quantidade procurada de um bem e a variação percentual do rendimento dos consumidores, medindo assim o impacto de uma variação do rendimento dos consumidores sobre a procura de um determinado bem. A elasticidade-rendimento pode assumir valores positivos ou negativos, contrariamente ao que acontece com a elasticidade-preço da procura, que, como vimos, regista quase sempre valores negativos, motivo pelo qual se convencionou apresentar o seu resultado em valor absoluto, isto é, retirando-se o sinal “-”.

Por outro lado, conforme já foi referido, o nível de rendimento dos consumidores influencia o seu consumo, afetando, no entanto, de modo diferente conforme se trate do

consumo de **bens normais**, **bens inferiores** ou **bens de luxo** (ou **superiores**)². Vimos que, quando o rendimento dos consumidores aumenta, geralmente, o seu consumo de bens normais também aumenta e na situação contrária, quando o rendimento diminui, o consumo de bens normais também diminui.

Elasticidade-rendimento

Bens inferiores < 0

Bens normais > 0

Bens superiores > 1

Mas, nas situações de aumento de rendimento, o consumo de bens inferiores, normalmente, diminui, apresentando um comportamento diferente dos outros bens. Por outro lado, quando há uma diminuição do rendimento, normalmente, o consumo dos bens inferiores aumenta, por estes serem mais baratos e permitirem satisfazer uma maior quantidade de necessidades, embora tenham, subjacentemente, uma menor qualidade.

Assim, a elasticidade da procura, em termos de rendimento, também se faz sentir de forma diferente quando se trata de bens normais ou de bens inferiores. Geralmente, a elasticidade-rendimento da procura é mais elástica nos bens normais do que nos bens inferiores, cuja procura é bastante mais rígida. A elasticidade-rendimento da procura de bens inferiores assume valores negativos, enquanto a de bens normais regista valores maiores que 0.

Quanto aos bens superiores (ou de luxo), estes são uma subcategoria de bens normais que se caracterizam por ter uma elasticidade-rendimento superior a 1. Nestes bens, um aumento da variação percentual do rendimento traduz-se numa variação percentual da sua procura maior do que a variação percentual do rendimento, assumindo, por regra, estes bens uma elasticidade-rendimento mais elevada que a dos outros bens normais (**bens necessários**), cuja elasticidade se situa acima de 0 e abaixo, ou igual, a 1.

Documento 15

“Os bens normais são aqueles que, quando o rendimento aumenta, o consumidor tem tendência a aumentar a sua procura. Como tal, o primeiro elemento da fórmula da elasticidade procura-rendimento é positivo. Como o rendimento e a procura são também positivos, então esta elasticidade para os bens normais será também positiva.

Mesmo com uma elasticidade procura-rendimento positiva, é possível distinguir duas situações distintas: valores da elasticidade inferiores ou iguais à unidade e valores superiores à unidade.

² A classificação em bens inferiores e normais (necessários/superiores) não é uma classificação estanque, é relativa. Pode diferir de consumidor para consumidor, traduzindo, em cada caso, o modo como o consumo varia em função do respetivo nível de rendimento. O que uns consideram ser um bem inferior pode ser considerado, por outros, como um bem normal (necessário), assim como o que para uns é um bem superior, para outros, pode ser um bem necessário.

Documento 15 (cont.)

No primeiro caso têm-se situações em que, quando o rendimento aumenta 1%, a quantidade procurada aumenta menos do que essa proporção (ou no limite, exatamente 1%). No segundo caso, face a um aumento de 1% no rendimento, a quantidade procurada aumenta mais do que 1%. Esses casos particulares são identificados pelos economistas como bens superiores (ou de luxo) e normalmente estão associados ao consumo de bens não essenciais ou que são, inclusivamente, supérfluos.

Por seu turno, os bens inferiores são aqueles que, face a um aumento do rendimento, o consumidor vai procurar menos. São bens que são geralmente substituídos por outros de melhor qualidade. Ora, sendo o tal primeiro elemento negativo, então a elasticidade procura-rendimento para estes bens também será negativa.”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros (adaptado)

Atividade 7

“Não se pode afirmar, *per se*, que um bem é inferior, necessário ou superior, pois estas classificações dependem da relação do nível de rendimento do consumidor com a procura por esse bem. Um bem pode ser considerado como superior para um indivíduo de baixo nível de rendimento, um bem necessário para um indivíduo com mais elevado rendimento e um bem inferior para um indivíduo de elevado nível de rendimento.”

DONÁRIO, Arlindo A. e SANTOS, Ricardo B. (2022), *Economia, com Destaque para a Microeconomia – Uma Visão Crítica*, Lisboa, Edições Sílabo

- 1 Explica o que é a elasticidade-rendimento da procura, justificando porque são negativos os valores da elasticidade-rendimento dos bens inferiores.
- 2 Comenta o sentido do texto, distinguindo os diferentes tipos de bens mencionados.

Por último, abordamos a **elasticidade-cruzada da procura** que mede o grau de sensibilidade da procura de um bem, perante variações de preço de outro bem. Para se efetuar o cálculo da elasticidade-cruzada da procura de um bem, em relação a variações de preço de outro bem, determina-se o quociente entre a variação percentual das quantidades procuradas de um bem e a variação percentual do preço do outro bem. Já vimos que o outro bem tanto pode ser um **substituto (sucedâneo)**, como um bem **complementar**, pois estes dois tipos de relação entre bens podem influenciar a procura de um bem. Um bem cuja procura seja independente do outro não influenciará a sua procura, pelo que

aqui interessa-nos estudar os bens que se inter-relacionam uns com os outros e para os quais a procura de uns possa ser influenciada pelas oscilações percentuais do preço dos outros.

A elasticidade-cruzada da procura também pode assumir valores positivos ou negativos, refletindo a variação percentual da quantidade procurada de um bem, relativamente à variação percentual do preço de outro bem. Esta elasticidade é positiva, no caso dos bens substitutos, porque, mantendo-se tudo o resto constante, quando o preço de um bem aumenta, a quantidade procurada do seu substituto também aumenta, variando assim as duas grandezas no mesmo sentido. Quanto aos bens complementares, a elasticidade-cruzada da sua procura é negativa, variando as suas componentes em sentido inverso, pois, quando o preço de um aumenta, em geral, diminui a quantidade procurada de ambos.

Elasticidade-cruzada

Bens substitutos > 0

Bens complementares < 0

Documento 16

“Considere-se inicialmente o exemplo da manteiga e da margarina, que são substitutos próximos. Se o preço da manteiga aumentar, sabe-se que a quantidade procurada de manteiga tenderá a diminuir. No entanto, esta elasticidade mostra o efeito do aumento do preço da manteiga na quantidade procurada de margarina. Neste caso, estando a falar de bens substitutos, se o preço da manteiga aumenta, então a procura de margarina deverá aumentar (considerando que tudo o resto se mantém constante). Neste caso, a elasticidade procura-preço cruzada será positiva.

Se esta elasticidade é positiva para os bens substitutos, facilmente se conclui que será negativa para os bens complementares. Importa, no entanto, compreender esse raciocínio. Como tal, considere-se o exemplo da procura de ratos de computador sem fios, que funcionam com pilhas. Se o preço destes ratos aumentar, então aumenta a procura de ratos com fio (que é substituto dos ratos sem fio) e diminui a procura de pilhas, que é bem complementar. Portanto, a elasticidade procura-preço cruzada entre as pilhas e os ratos sem fio será negativa, enquanto será positiva entre ratos sem fio e ratos com ligação por fio.”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo
(2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa,
Rei dos Livros



Atividade 8

“A variação do preço de um determinado bem pode afetar a quantidade procurada de um ou outros bens. Para se obter esses efeitos utiliza-se o que é denominado por elasticidade-cruzada da procura. Este conceito traduz-se no rácio da variação percentual na quantidade procurada de um determinado bem X, devido a 1% da variação do preço de outro bem, Y, *ceteris paribus*.”

DONÁRIO, Arlindo A. e SANTOS, Ricardo B. (2022), *Economia, com Destaque para a Microeconomia – Uma Visão Crítica*, Lisboa, Edições Sílabo

- 1 Comenta o texto, tendo em atenção o conceito de elasticidade-cruzada da procura.
- 2 Distingue a elasticidade-cruzada da procura de bens substitutos e de bens complementares.

Sabendo que a elasticidade corresponde à medição do grau de sensibilidade de uma variável, em termos percentuais, relativamente a variações percentuais de outra, podemos aplicar o conceito de inúmeras maneiras.

Conceitos-chave

- Bens complementares
- Bens económicos
- Bens inferiores
- Bens livres
- Bens normais (necessários/superiores)
- Bens substitutos (ou sucedâneos)
- Consumo
- Deslocação da curva
- Elasticidade da procura
- Elasticidade-cruzada
- Elasticidade-preço
- Elasticidade-rendimento
- Lei da procura
- Mercado
- Movimentos ao longo da curva
- Procura
- Procura agregada
- Procura individual

Síntese

- O **mercado** é o local, em sentido físico ou figurado, onde a oferta e a procura de um bem se compatibilizam a um determinado preço.
- A **procura (P)** representa a quantidade de bens que os compradores têm interesse em adquirir a um determinado preço. De acordo com a **lei da procura**, a quantidade procurada de um bem varia na razão inversa do seu preço. Assim, mantendo-se constantes os demais fatores, verifica-se que a quantidade procurada aumenta quando o preço do bem diminui, e diminui quando o preço do bem aumenta.
- A **procura individual** corresponde à procura de apenas um consumidor, enquanto a **procura agregada** (procura de mercado) representa a soma de todas as procuras individuais de um mercado.
- Os principais **fatores que influenciam a procura**, para além do preço do bem, são o rendimento dos consumidores, as suas preferências e hábitos, a dimensão do mercado e o preço dos outros bens.
- O **rendimento dos consumidores** é um dos determinantes da procura, pois, geralmente, uma mudança no seu nível de rendimento traduz-se numa variação do seu consumo. Quando o rendimento aumenta, por norma, o consumo dos bens normais também aumenta, enquanto o consumo de bens inferiores apresenta um comportamento contrário.
- As **preferências e hábitos dos consumidores** fazem alterar o seu consumo, havendo determinadas circunstâncias que podem influenciar a procura, levando os consumidores a modificar os seus padrões de consumo por diversas razões, nomeadamente, devido às tradições, à publicidade ou à moda.
- A **dimensão do mercado** influencia a procura, pois, mesmo que se mantenha a procura individual de cada agente, se houver uma alteração no número de consumidores de uma região, a procura agregada dessa região deverá evoluir no mesmo sentido.
- O preço dos outros bens também é determinante da procura de um bem, quando os bens estabelecem relações recíprocas entre si, como os **bens sucedâneos ou substituíveis**, que cumprem a mesma função, mas são mais baratos, ou os **bens complementares**, que funcionam em conjunto, necessitando um do outro para cumprirem as suas atribuições.
- Quando o aumento do preço de um bem leva à sua substituição por outros mais baratos, verifica-se o **efeito-substituição**, e quando o aumento do preço de um bem provoca uma redução da sua quantidade de consumo, sendo equivalente a uma diminuição do poder de compra, está-se perante o **efeito-rendimento**.

Síntese (cont.)

- Importa distinguir **movimentos ao longo da curva da procura**, que correspondem a oscilações nas quantidades procuradas, de **deslocações da própria curva**, que são as situações em que toda a curva da procura se move para a direita ou para a esquerda.
- A **elasticidade** é a medida da sensibilidade entre diferentes variáveis, dando-nos a conhecer o impacto percentual que a modificação de uma variável pode ter sobre as outras.
- A **elasticidade da procura** de um bem, relativamente a outras variáveis, determina-se através do quociente entre a variação percentual da quantidade procurada do bem e a variação percentual da outra variável que levou a essa variação da quantidade procurada. A segunda variável pode ser uma variação do preço do bem, uma variação do rendimento ou uma variação do preço de outros bens que sejam sucedâneos ou complementares.
- A **elasticidade-preço da procura** mede a sensibilidade das quantidades procuradas de um bem, perante oscilações do preço desse bem, indicando o quanto reage a sua procura a mudanças de preço. Calcula-se dividindo a variação percentual da quantidade procurada de um bem pela variação percentual do preço do bem. A elasticidade-preço da procura é **elástica** quando assume valores (em termos absolutos) maiores que 1, **inelástica** quando é menor que 1 e **unitária** quando é igual a 1.
- Os **principais fatores que influenciam a elasticidade-preço da procura** são: disponibilidade de bens substitutos próximos, o grau de necessidade dos bens, a percentagem de rendimento que é despendida no bem, o horizonte temporal de ajustamento da procura perante oscilações de preço e a amplitude da definição de um bem, em termos do seu mercado ou categoria.
- A **elasticidade-rendimento da procura** mede o impacto de uma variação do rendimento dos consumidores sobre a procura de um determinado bem, sendo calculada através do quociente entre a variação percentual da quantidade procurada de um bem e a variação percentual do rendimento dos consumidores. A elasticidade-rendimento da procura de **bens inferiores** assume valores negativos, enquanto a de **bens normais** regista valores superiores a 0. Os bens normais subdividem-se em duas categorias: **bens necessários** e **bens superiores**, sendo, por norma, a elasticidade-rendimento dos bens necessários maior que 0 e menor, ou igual, a 1, e a dos bens superiores maior que 1.
- A **elasticidade-cruzada da procura** mede a sensibilidade da procura de um bem, perante variações de preço de outro bem com o qual esteja relacionado. Calcula-se através do quociente entre a variação percentual das quantidades procuradas de um bem e a variação percentual do preço do outro bem. Esta elasticidade geralmente é superior a 0, no caso dos **bens substitutos** e menor que 0 quando se trata de **bens complementares**.

Ficha de trabalho 4

1 Selecciona, em cada caso, a opção que consideras correta.

- 1.1.** Consideram-se fatores determinantes da procura de um bem
- a) o preço desse bem e o nível de rendimento dos consumidores.
 - b) os impostos e contribuições sociais.
 - c) a regulação da concorrência e os direitos dos consumidores.
 - d) as taxas de juro de médio e longo prazo.
- 1.2.** A procura de um bem corresponde
- a) à quantidade desse bem que os vendedores estão dispostos a vender a um determinado preço.
 - b) à quantidade desse bem que os compradores estão dispostos a adquirir a um determinado preço.
 - c) ao preço que os compradores estão dispostos a pagar por esse bem.
 - d) ao preço que os vendedores estão dispostos a receber por esse bem.
- 1.3.** Uma diminuição da procura de margarina terá sido motivada
- a) pelo aumento do preço da manteiga.
 - b) pela diminuição da procura do óleo.
 - c) pelo aumento da procura de pão.
 - d) pela diminuição do preço da manteiga.
- 1.4.** A elasticidade-preço da procura
- a) indica o quanto a procura agregada reage perante alterações de rendimento.
 - b) mede a variação percentual da quantidade procurada de um bem relativamente a variações percentuais do preço de outros bens.
 - c) diz-se inelástica quando assume valores menores que 1.
 - d) diz-se elástica quando assume valores menores que 1.
- 1.5.** Quando existem bens substitutos próximos de um bem,
- a) aumenta a quantidade procurada desse bem.
 - b) aumenta a elasticidade da sua procura.
 - c) diminui a elasticidade da sua procura.
 - d) a procura deste tende a reagir menos a oscilações do preço dos outros bens.

Ficha de trabalho 4 (cont.)

2 Lê com atenção o seguinte texto:

“Preferências: o que o consumidor quer

A restrição orçamental é uma parte da análise: ela mostra quais as combinações de bens que o consumidor pode adquirir, dado o seu rendimento e o preço dos bens.

As escolhas do consumidor, contudo, não dependem apenas da sua restrição orçamental, mas também das suas preferências em relação aos bens.”

MANKIW, N. Gregory (2013), *Introdução à Economia*, São Paulo, Language Learning

2.1. Identifica os fatores determinantes da procura patentes no texto.

2.2. Indica duas formas como a procura de um bem pode ser influenciada pelo preço de bens inter-relacionados com esse bem.

3 Observa a tabela seguinte:

3.1. Diz o que entendes por procura de um bem.

3.2. Indica as procuras individuais do bem X, para cada consumidor, quando o preço assume o seu valor máximo e mínimo.

Preço (u.m)	Quantidade procurada do bem X	
	Consumidor A	Consumidor B
15	400	1000
30	300	800
45	200	600
60	100	400

3.3. Calcula a procura agregada do bem X relativamente aos preços apresentados na tabela.

3.4. Representa graficamente a situação e comenta os resultados apurados.

3.5. Explica o impacte que pode haver na procura agregada do bem X, se os dois consumidores tiverem um aumento do seu rendimento.

4 Lê com atenção o seguinte texto:

“A variação do preço de um bem traduz-se numa alteração do rendimento real, cujo impacto na procura desse bem depende da percentagem do rendimento disponível do consumidor gasta nesse bem e da elasticidade da procura-rendimento em relação a esse bem.”

DONÁRIO, Arlindo A. e SANTOS, Ricardo B. (2022), *Economia, com Destaque para a Microeconomia – Uma Visão Crítica*, Lisboa, Edições Sílabo

4.1. Explicita o conceito de elasticidade.

4.2. Caracteriza a forma de elasticidade referida no texto.

4.3. Comenta o texto, explicando o seu sentido.

4.4. Identifica outras formas de elasticidade da procura.

Objetivos de aprendizagem

- Compreender o conceito de oferta.
- Distinguir oferta individual de oferta agregada.
- Relacionar a oferta e o preço de um bem – lei da oferta.
- Representar graficamente a curva da oferta.
- Compreender os principais fatores determinantes da oferta.
- Compreender o conceito de elasticidade-preço da oferta e saber interpretar os seus valores.
- Reconhecer os fatores que influenciam a elasticidade da oferta.
- Compreender o mecanismo de formação de preços – lei da oferta e da procura.
- Identificar formas como o Estado intervém na formação de preços.



Vídeo
A relação entre oferta e preço



5.1. A oferta – Lei da oferta

Após termos analisado o comportamento dos consumidores, procurando compreender o modo de funcionamento da procura, passamos agora à análise do ponto de vista dos produtores, observando como se comporta a oferta.

A **oferta (O)**¹ representa a quantidade de produtos que os vendedores desejam vender a um determinado preço. À semelhança do que acontece com a lei da procura, a **lei da oferta** traduz a relação existente entre a quantidade oferecida de um bem e o seu respetivo preço. De acordo com esta lei, quanto maior é o preço de um bem, maior é a quantidade oferecida e vice-versa, isto é, quanto menor é o preço de um bem, menos interesse têm os produtores na sua venda, sendo, portanto, menor a quantidade oferecida desse bem. A representação gráfica da lei da oferta é feita através de uma curva ascendente, como se pode observar no gráfico.

Oferta

Quantidade de bens que os produtores estão dispostos a vender por um certo preço. Representa-se por **O**.

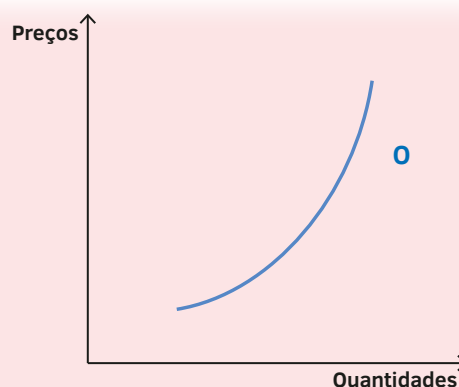
Lei da oferta

A quantidade oferecida de um bem vai aumentando à medida que aumenta o preço desse bem.

Lei da oferta

Lei da oferta

- ↑ Preço ⇒ ↑ Quantidade oferecida
- ↓ Preço ⇒ ↓ Quantidade oferecida



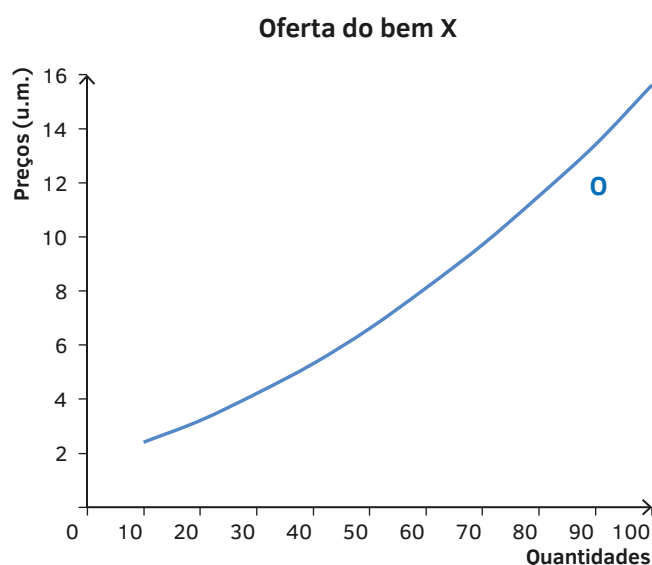
¹ A oferta também pode ser representada por S (Supply).

Analisando um exemplo sobre o comportamento da oferta do bem X, observemos com atenção a tabela e o gráfico que se seguem.

De acordo com a tabela e o gráfico apresentados, podemos constatar que as quantidades do bem X que os produtores estão dispostos a vender vão aumentando à medida que aumenta o seu preço.

Este exemplo evidencia a lei da oferta, pois, quando o preço é 2,40 u.m., os produtores apenas desejam vender 10 unidades do produto X, mas quando o preço atinge os 15,60 u.m., os produtores já estão dispostos a vender 100 unidades daquele produto.

Bem X	
Preço (u.m.)	Quantidade oferecida
15,60	100
13,40	90
11,50	80
9,70	70
8,10	60
6,60	50
5,30	40
4,20	30
3,20	20
2,40	10



Atividade 1

- 1 Diz, na tua opinião, qual seria o preço a que os produtores estariam dispostos a vender 5 unidades do bem X e que quantidade de bem X ofereceriam a um preço de 17 u.m., tendo em atenção a tabela e o gráfico anteriores

Oferta individual

Quantidade oferecida por cada produtor.

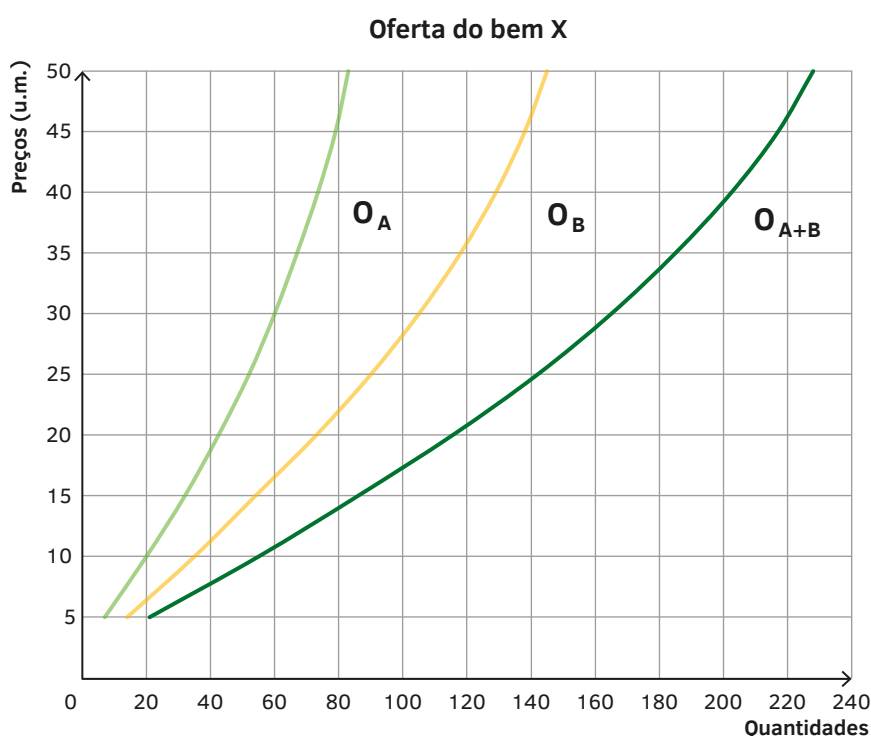
Por outro lado, também podemos falar em dois tipos de oferta: a **oferta individual** e a **oferta agregada**. A primeira representa a oferta isolada de cada produtor e a segunda corresponde ao somatório de todas as ofertas individuais de cada bem.

Oferta agregada

Somatório de todas as ofertas individuais.

Tal como foi feito na procura, apresentam-se, em seguida, uma tabela e um gráfico com um exemplo de duas ofertas individuais (**A** e **B**) do bem X, assim como a oferta agregada das duas (**O_{A+B}**).

Bem X			
Preço (u.m.)	Oferta individual A	Oferta individual B	Oferta agregada A + B
5	7	14	21
10	20	35	55
15	32	54	86
20	43	73	116
25	52	90	142
30	60	105	165
35	67	118	185
40	73	129	202
45	79	138	217
50	83	145	228



Analisando os dados, facilmente se verifica que a curva O_{A+B} se obteve através da soma dos valores da curva O_A e da curva O_B . Quando o preço do bem X era 5 u.m., o produtor A tinha interesse em vender apenas 7 unidades e o produtor B estaria disposto a vender 14 unidades, podendo-se afirmar que a oferta agregada era de 21 unidades, ou seja, a soma das duas ofertas individuais.

Mas, ao preço de 50 u.m., o produtor A já desejava vender 83 unidades do bem X e o produtor B estava disposto a oferecer 145 unidades, fazendo com que a oferta agregada para esse preço fosse 228 unidades de X.

Acrescenta-se ainda que a configuração da curva da oferta agregada resulta da configuração das curvas das ofertas individuais que a compõem, tratando-se de uma situação idêntica à que ocorria nas curvas da procura que vimos anteriormente.

Atividade 2

Apresenta-se em seguida uma tabela com os dados referentes à oferta do bem X de dois produtores (A e B) e à oferta agregada de ambos.

Bem X			
Preço (u.m.)	Oferta individual A	Oferta individual B	Oferta agregada A + B
100	50	150	—
200	150	—	600
300	—	600	900

- 1 Completa a tabela.
- 2 Representa graficamente a situação apresentada.
- 3 Comenta os resultados obtidos.

5.2. Fatores determinantes da oferta

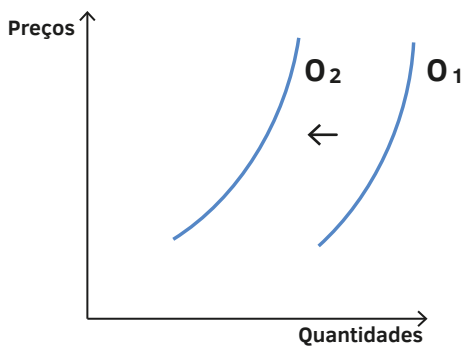
Assim como acontece no caso da procura, além do preço do próprio bem, existem vários fatores que podem fazer aumentar ou diminuir a oferta, nomeadamente os custos de produção, a evolução tecnológica, o preço dos outros bens, as expectativas dos produtores e ainda fatores como as condições climáticas.

• Custos de produção

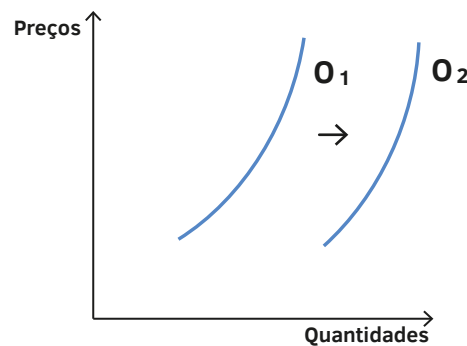
Aumentando o preço das matérias-primas ou o custo da mão de obra, aumenta o total de encargos com a produção de bens. Quando isso acontece, os empresários têm duas alternativas: aumentar os preços de venda dos bens, perdendo capacidade concorrencial e correndo o risco de vender menos, ou então reduzir a sua margem de lucro, tendo menos proveitos. Como nenhuma das alternativas resolve verdadeiramente o problema, quando os custos de produção aumentam, geralmente, o interesse de venda dos produtores diminui.

O aumento dos custos de produção faz deslocar a curva da oferta da direita para a esquerda (situação 1: O_1 passa para O_2), pois, para o mesmo nível de preço, os produtores passam a ter menos interesse em vender os bens. Por outro lado, quando os custos de produção diminuem, ocorre a situação inversa, ou seja, a curva da oferta desloca-se da esquerda para a direita (situação 2). Isso sucede porque os vendedores, perante uma situação de diminuição dos custos de produção, podem vender os seus bens a um preço inferior, aumentando a sua capacidade concorrencial, sem terem de reduzir a sua margem de lucro.

Situação 1: Aumento dos custos de produção



Situação 2: Diminuição dos custos de produção



• Evolução tecnológica

A evolução tecnológica também pode ser um fator determinante da oferta, pois permite gerar aumentos de produtividade. A tecnologia aumenta o interesse dos produtores na venda de bens, ao promover o aumento da eficiência dos processos de fabrico, passando a ser possível produzir maiores quantidades a um menor custo unitário devido a esse acréscimo de eficiência.

Neste caso, a curva da oferta deslocar-se-ia para a direita, porque, para o mesmo preço, os produtores passavam a desejar vender uma maior quantidade de bens. Esta situação é idêntica à de uma diminuição dos custos de produção.

• Preço dos outros bens

Os preços dos outros bens também podem influenciar a oferta, em especial os preços dos bens que estabelecem relações entre si. Algumas das decisões estratégicas de produção são tomadas com base no comportamento do mercado, podendo, eventualmente, um produtor decidir deixar de produzir um bem, para passar a produzir outro com uma margem de lucro superior.



As impressoras e os tinteiros são complementares



A energia elétrica, eólica e energia solar são sucedâneas

No caso dos **bens complementares**, quando aumenta o preço de um bem, o interesse dos produtores é maior, logo dá-se um aumento da oferta, aumentando também geralmente a oferta dos bens complementares, uma vez que funcionam em conjunto. Quanto aos **bens sucedâneos**, quando o preço de um bem aumenta, normalmente, diminui a oferta do outro.

• Expectativas dos produtores

As expectativas dos produtores também são determinantes da oferta, pois quando se antecipa uma alteração dos preços no futuro, os produtores tomam medidas, no momento presente, para lidarem com a situação previamente.

Se as previsões apontarem para uma subida dos preços, os produtores terão tendência a aumentar a produção de bens, de modo a poderem vender futuramente uma maior quantidade dos mesmos; se a expectativa for uma diminuição dos preços, os produtores, em princípio, deverão reduzir as quantidades produzidas, pois não terão interesse em vender tanto no futuro.

• Condições climáticas

As condições climáticas são outro fator que pode ter efeito sobre a oferta, sobretudo sobre a oferta de bens em que a produção dependa do clima, como é o caso dos produtos agrícolas.

Nestas situações, como a quantidade produzida e a qualidade dessa produção dependem das condições meteorológicas, uma boa produção agrícola pode conduzir a um aumento da oferta. Isso sucederá se, por exemplo, as condições do clima proporcionarem uma maior produção agrícola, mantendo-se constantes os custos de produção.

Atividade 3

Uma mudança que provoque o aumento da quantidade de bens que os produtores desejam vender a um determinado preço faz deslocar a curva da oferta para a direita e vice-versa.

- 1 Comenta a afirmação, apresentando sucintamente os principais fatores que podem originar uma deslocação da curva da oferta.
- 2 Dá um exemplo de um fenómeno que possa levar a curva da oferta a deslocar-se para a direita.

Manual Digital

Avaliação
A oferta



5.3. Elasticidade da oferta

Documento 1

“Claro que o consumo não é a única coisa que varia quando os preços aumentam ou diminuem. As empresas também reagem aos preços nas suas decisões sobre quanto produzir. Os economistas definem a elasticidade preço da oferta como o grau de resposta da quantidade oferecida de um bem ao seu preço de mercado.”

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (2012), *Economia*, Lisboa, McGraw.Hill

Tal como vimos anteriormente, ao abordar a procura, também é possível medir o grau de sensibilidade da oferta de um bem, em relação a oscilações do seu preço, isto é, analisar a **elasticidade da oferta**. E, apesar de se poder aplicar o conceito de elasticidade a qualquer relação entre duas variáveis, neste caso, apenas interessa analisar a **elasticidade-preço da oferta**, que nos indica a variação percentual da quantidade oferecida de um bem, perante variações percentuais do preço desse bem, à semelhança da elasticidade-preço da procura.

Elasticidade da oferta

Medida do grau de sensibilidade da quantidade oferecida de um bem, perante alterações do preço desse bem.

Documento 2

“A elasticidade-preço da oferta mede a variação percentual na quantidade oferecida de um bem em resultado da variação de 1% no preço desse mesmo bem, ceteris paribus. Assim, a elasticidade-preço da oferta de um bem X é dada pelo rácio entre a variação percentual na quantidade oferecida do bem X e a variação percentual no preço desse mesmo bem.

Consideremos o seguinte exemplo: quando o preço do bem X aumenta 3%, *ceteris paribus*, a quantidade oferecida do bem aumenta 6%. Neste caso, o valor da elasticidade-preço da oferta é igual a 2. Significa isto que, se o preço do bem X variar 1%, *ceteris paribus*, a quantidade oferecida do bem varia 2%, no mesmo sentido.”

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

Dada a configuração habitual da curva da oferta, com um declive positivo (crescente), a elasticidade-preço da oferta assume, por norma, valores positivos.

No que respeita à interpretação de valores, a elasticidade-preço da oferta também se analisa de forma idêntica à elasticidade-preço da procura. A oferta considera-se elástica quando a sua elasticidade assume valores superiores a 1, sendo a oferta razoavelmente

Interpretação dos valoresOferta elástica > 1 Oferta inelástica < 1 Oferta com elasticidade unitária $= 1$ **Fatores que influenciam a elasticidade-preço da oferta**

Horizonte temporal da reação dos produtores a variações de preço

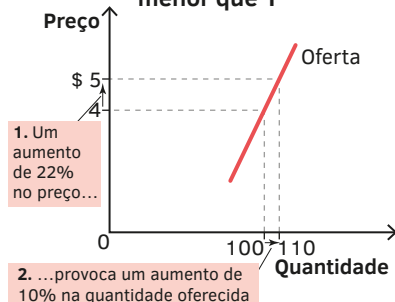
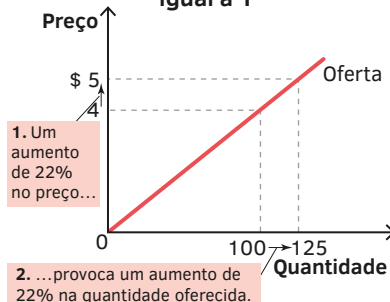
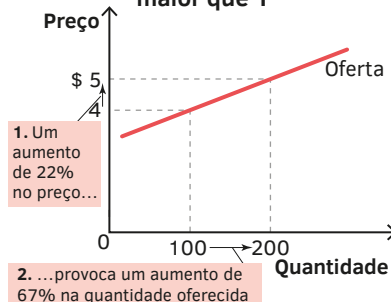
Facilidade com que se conseguem modificar os fatores de produção

Ritmo de crescimento dos custos de produção face a alterações do volume da produção

sensível a variações de preço; a oferta classifica-se como inelástica se a elasticidade for inferior a 1, reagindo pouco a variações de preço; e a oferta tem elasticidade unitária nas situações em que é igual a 1, isto é, quando a quantidade oferecida do bem e o preço do mesmo reagem na mesma medida.

A elasticidade-preço da oferta pode ser influenciada por diversos fatores, como o horizonte temporal da reação dos produtores a variações de preço, a maior ou menor facilidade com que se conseguem modificar os fatores de produção e o ritmo de crescimento dos custos de produção face a alterações do volume da produção.

O **horizonte temporal da reação dos produtores a variações de preço** pode influenciar a oferta, tendendo as variações de preço a produzir um maior impacto nas retificações das quantidades produzidas ocorridas em horizontes temporais mais longos. Perante horizontes temporais mais curtos, geralmente, as empresas têm um menor poder de reação às variações de preço, não conseguindo ajustar os fatores produtivos da mesma maneira que conseguiriam caso tivessem mais tempo de resposta. Em períodos mais longos, a elasticidade-preço da oferta será então mais elástica, por já ser possível as empresas alterarem uma maior variedade de fatores, como, por exemplo, aumentar a capacidade produtiva adquirindo mais equipamentos, mudar ou ampliar as instalações, contratar mais recursos humanos, entre outros. Em períodos mais curtos, a elasticidade-preço da oferta tenderá a ser menos elástica porque, habitualmente, a curto prazo, as empresas só conseguem ajustar alguns dos seus fatores produtivos, mantendo-se os restantes inalterados. Quanto maior for o período de tempo de resposta dos produtores a variações de preço, maior tenderá a ser a elasticidade-preço da oferta.

Oferta inelástica: elasticidade menor que 1**Oferta inelástica: elasticidade igual a 1****Oferta inelástica: elasticidade maior que 1**

MANKIW, N. Gregory (2013). *Introdução à Economia* (tradução da 6.ª edição americana), São Paulo: Cengage Learning (adaptado)

Documento 3

“No caso da oferta, o tempo que a empresa tenha para responder a estímulos externos é importante para determinar a elasticidade. Por exemplo, a curto prazo uma empresa pode não conseguir reafetar por completo os seus recursos para se poder adaptar a diferentes condições de mercado. Neste caso apresenta uma oferta mais rígida. Com o passar do tempo é possível que essas adaptações sejam mais fáceis, o que, tendencialmente, fará com que a oferta a longo prazo seja mais elástica.”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

Outro fator que pode influenciar bastante a elasticidade da oferta é a maior ou menor **facilidade com que as empresas conseguem modificar os seus fatores de produção**. Uma empresa que consiga aumentar rapidamente o volume dos seus *stocks* de produtos finais, podendo reagir, em pouco tempo, a situações de aumento de preço dos bens, aumentando as suas quantidades oferecidas, será muito mais competitiva, do que outra empresa que não consiga responder tão rapidamente a uma eventual necessidade de aumentar as suas quantidades oferecidas. Todas as circunstâncias que permitam aumentar a rapidez de reação das empresas em relação a variações de preço, provavelmente, levarão a um aumento da sua elasticidade-preço da oferta.

Cada empresa possui diferentes características que condicionam a sua maior, ou menor, facilidade de reajustar os fatores de produção, face a oscilações de preço. Convém analisar, em cada caso, os fatores que possam contribuir, ou não, para haver uma maior margem de manobra, por parte das empresas, na sua resposta perante alterações do preço dos bens. Verificar, por exemplo, o tipo de bens que a empresa comercializa e o seu grau de perecibilidade; o tempo de produção dos seus bens e o tempo de reposição dos *stocks* de matérias-primas e subsidiárias dos seus fornecedores; a sua capacidade de armazenamento; o grau de tecnologia incorporado nos seus equipamentos e o investimento necessário para aumentar a sua capacidade; o nível de especialização dos seus recursos humanos e a sua maior, ou menor, facilidade de recrutamento, entre muitos outros fatores. Quanto maior for a flexibilidade da empresa para se reajustar a uma alteração de preços, maior será a sua elasticidade-preço da oferta.

Documento 4

“Uma empresa que tenha produtos em *stock* à partida terá uma elasticidade que é maior quando comparada com uma empresa que não tenha essa capacidade. Isso significa que, mesmo que o preço aumente, a empresa que tenha *stock* conseguirá fornecer o produto mais rapidamente, uma vez que não tem que produzir mais quantidade. Também a disponibilidade ou não de fatores de produção pode afetar a elasticidade uma vez que influencia diretamente a capacidade produtiva. Na realidade, outros elementos que influenciem essa capacidade produtiva podem ser relevantes: ter uma melhor tecnologia, ter mobilidade fatorial, ter um processo de produção mais simples podem permitir à empresa responder de forma mais ou menos rápida e, assim, ter um comportamento mais ou menos rígido em termos de produção, à medida que o preço aumenta.”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

Por outro lado, o **ritmo de crescimento dos custos de produção face a alterações do volume da produção** também pode influenciar a elasticidade-preço da oferta. Se as empresas aumentarem o seu volume de produção e os encargos com a mesma aumentarem a um ritmo superior, os custos unitários de produção aumentarão. Nesse caso, provavelmente não haverá muito interesse da parte dos produtores em reajustar as quantidades de bens oferecidas, perante aumentos de preço, pois nessa situação a sua margem de lucro diminuiria, em termos relativos.

Lucro = Receitas – Custos

Pressupondo que os produtores visam obter o máximo lucro na sua atividade, tentando maximizar a diferença entre o valor das receitas das suas vendas e o valor dos custos suportados, eles só terão interesse em reajustar as suas quantidades oferecidas de produto nas situações em que, perante um aumento do seu volume de produção, motivado pelo aumento de preço, o ritmo de crescimento dos custos adicionais desse incremento de produção se mantenha constante (ou diminua). Dessa forma, os produtores conseguem aumentar a sua margem de lucro, sendo-lhes vantajoso aumentar a produção perante uma situação de aumento de preço. Quanto maior for o ritmo de crescimento dos custos unitários, à medida que se aumenta o volume da produção, menos elástica será a oferta.

Documento 5

“Quando o custo de produzir uma unidade adicional do bem cresce a uma taxa constante, ou próximo de uma taxa constante, com o aumento da produção, então o aumento do preço constitui um forte estímulo ao aumento da produção, e a oferta do bem tende a ser elástica. Pelo contrário, se o custo de produzir uma unidade adicional do bem crescer a taxas crescentes com o aumento da produção, então a oferta do bem tende a ser inelástica.”

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

Atividade 4

“A elasticidade-preço da oferta é tanto maior quanto menor for a perecibilidade dos bens. Quando os bens são perecíveis, não há possibilidade de a empresa ter uma reserva de *inputs* ou de produto final em stock, logo é necessário um maior lapso de tempo para a produção ter capacidade para responder a alterações no preço do bem. Assim, bens duradouros têm uma oferta mais elástica do que bens com um elevado grau de perecibilidade.”

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

- 1 Comenta o texto, tendo em atenção os fatores que influenciam a elasticidade da oferta.

5.4. Formação do preço

5.4.1. Lei da oferta e da procura

Antes de concluirmos, importa analisar a combinação das curvas da oferta e da procura e compreender a forma como o mecanismo de formação de preços compatibiliza a oferta e a procura de modo a se encontrar um **ponto de equilíbrio (E)**, no qual, para um dado preço, a quantidade que os produtores e os compradores desejam transacionar, entre si, é a mesma.

É assim que se forma o **preço de equilíbrio (P_e)** – o preço em que a quantidade oferecida e a quantidade procurada são iguais (**quantidade de equilíbrio – Q_e**).

Ponto de equilíbrio (E)

Ponto do gráfico da lei da oferta e da procura que representa o preço e a quantidade de equilíbrio.

Preço de equilíbrio (P_e)

Preço pelo qual as quantidades oferecidas e procuradas de um bem se igualam.

Quantidade de equilíbrio (Q_e)

Quantidade que iguala a oferta e a procura de um bem a um determinado preço (preço de equilíbrio).

Documento 6

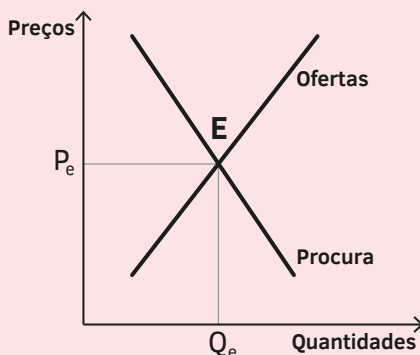
“Ponto de equilíbrio e o seu significado

O ponto de equilíbrio indica que, para o respetivo preço (P_e), a quantidade que os consumidores estão dispostos a adquirir é exatamente igual à quantidade que as empresas estão dispostas a vender (Q_e).”

SOUSA, Maria E. F. e GOMES, Orlando (2011), *Análise Económica*, Lisboa, Edições Sílabo

A **lei da oferta e da procura** representa então a análise conjunta dos comportamentos da oferta e da procura num determinado mercado, permitindo compreender o funcionamento do mecanismo de formação de preços.

Lei da oferta e da procura



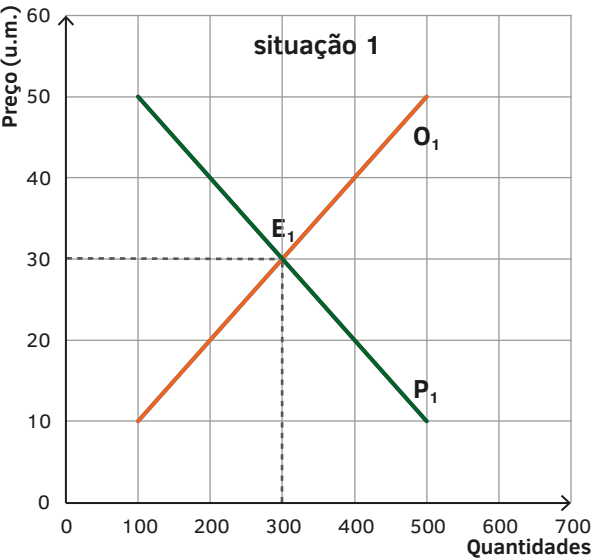
Lei da oferta e da procura

Mantendo-se tudo o resto constante, o preço varia na mesma razão que a quantidade oferecida e na razão inversa da quantidade procurada.

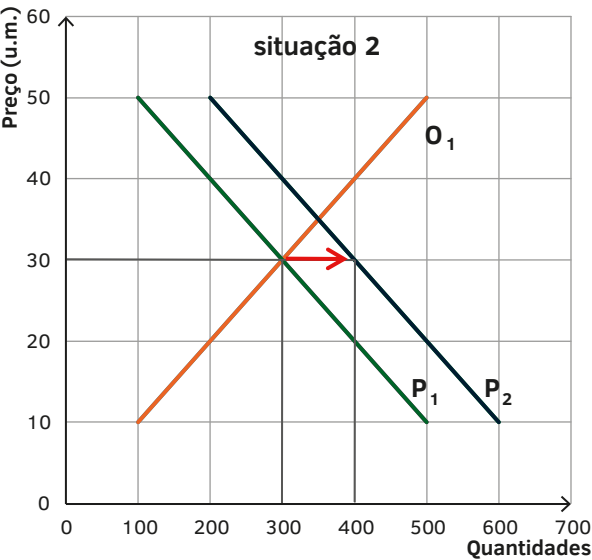
Este mecanismo atua como elemento regulador do mercado, compatibilizando os interesses da oferta e da procura, por meio de um sistema de incentivo ou desincentivo, que ocorre através da criação de lucros ou prejuízos na atividade produtiva.

Vejamos um exemplo, relativo ao mercado do bem X, para ajudar a compreender melhor o modo como funciona este mecanismo.

Preço (u.m.)	Quantidade procurada	Quantidade oferecida
10	500	100
20	400	200
30	300	300
40	200	400
50	100	500



Analisando a tabela anterior, podemos constatar que, quando o preço do bem X é 30 u.m., a quantidade procurada é igual à quantidade oferecida. Este é o ponto de equilíbrio, o ponto em que os interesses da procura coincidem com os da oferta. O ponto de equilíbrio (E_1) é representado no gráfico da situação 1 através das suas coordenadas de quantidade e preço de equilíbrio ($Q_e = 300$ e $P_e = 30$). Mas o que estamos a observar é apenas o ponto de partida de uma situação que é evolutiva. Se por acaso ocorresse um acontecimento perturbador deste equilíbrio, esta situação não se iria manter e o ponto de equilíbrio poderia sofrer uma alteração.



Imaginemos, então, que a utilização do bem X foi recomendada por um técnico profissional muito conceituado no seu ramo de atividade. Em princípio, essa recomendação iria fazer com que mais consumidores desejassem adquirir o bem X, levando, assim, a um aumento da sua procura. Observando a nova situação através de uma representação gráfica (situação 2), podemos verificar que a curva da procura se iria deslocar para a direita, gerando, assim, um **excesso de procura**.

A existência deste excesso de procura significa que a quantidade oferecida não é suficiente para fazer face à nova quantidade procurada pelos consumidores. No gráfico da situação 2, este excesso pode ser calculado através da diferença entre a nova quantidade (400) e a quantidade de equilíbrio anterior (300).

Documento 7

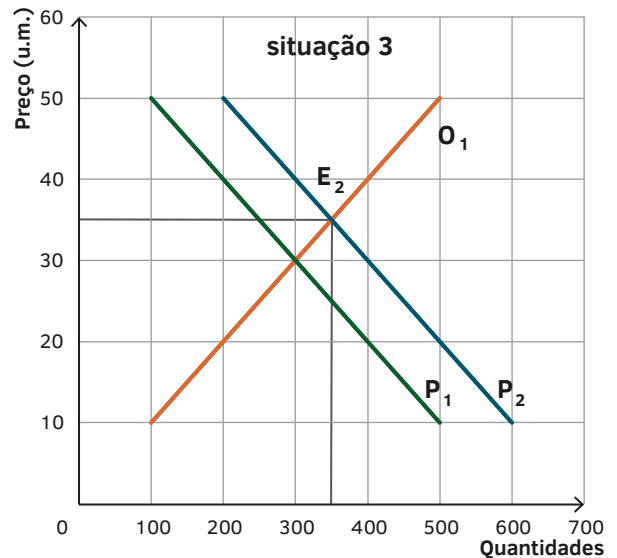
“Excesso de procura

Fixando-se um preço p , inferior ao preço de equilíbrio, a quantidade que os consumidores estão dispostos a adquirir, é superior à quantidade que os produtores estão dispostos a oferecer, verificando-se, assim, uma situação de desequilíbrio no mercado caracterizada por um excesso de procura.”

SOUSA, Maria E. F. e GOMES, Orlando (2011), *Análise Económica*, Lisboa, Edições Sílabo

Mas, nos casos em que há excesso de procura, os produtores tendem a aproveitar a situação para aumentar o preço dos bens. E quando os preços começam a aumentar, o interesse dos consumidores vai diminuindo, dando assim origem à formação de um novo ponto de equilíbrio. A formação do novo ponto de equilíbrio (E_2) é apresentada no gráfico da situação 3, cuja observação nos permite verificar que ambas as coordenadas deste ponto apresentam valores mais elevados, sendo o novo preço de equilíbrio 35 u.m. e a nova quantidade de equilíbrio 350.

Contudo, mal surgisse outro fator de desequilíbrio, o ponto de equilíbrio agora encontrado daria lugar a um novo, e assim sucessivamente, pois é esse o modo como funciona o mecanismo de mercado. Perante um aumento da oferta ou da procura, o mercado reage adequando, em cada caso, o preço e a quantidade de equilíbrio. Na situação anterior, era previsível que, em resposta ao aumento da procura, aumentasse a produção do bem X, dando origem a um aumento da oferta, cujo excesso (**excesso de oferta**) iria fazer encontrar um novo ponto de equilíbrio.



Documento 8

“Excesso de oferta

Fixando-se um preço P , superior ao preço de equilíbrio, a quantidade que os produtores estão dispostos a vender é superior à quantidade que os consumidores estão dispostos a comprar, verificando-se, assim, uma situação de desequilíbrio no mercado caracterizada por um excesso de oferta.”

SOUZA, Maria E. F. e GOMES, Orlando (2011), *Análise Económica*, Lisboa, Edições Sílabo



Exercício
Deslocação das
curvas da oferta
e da procura



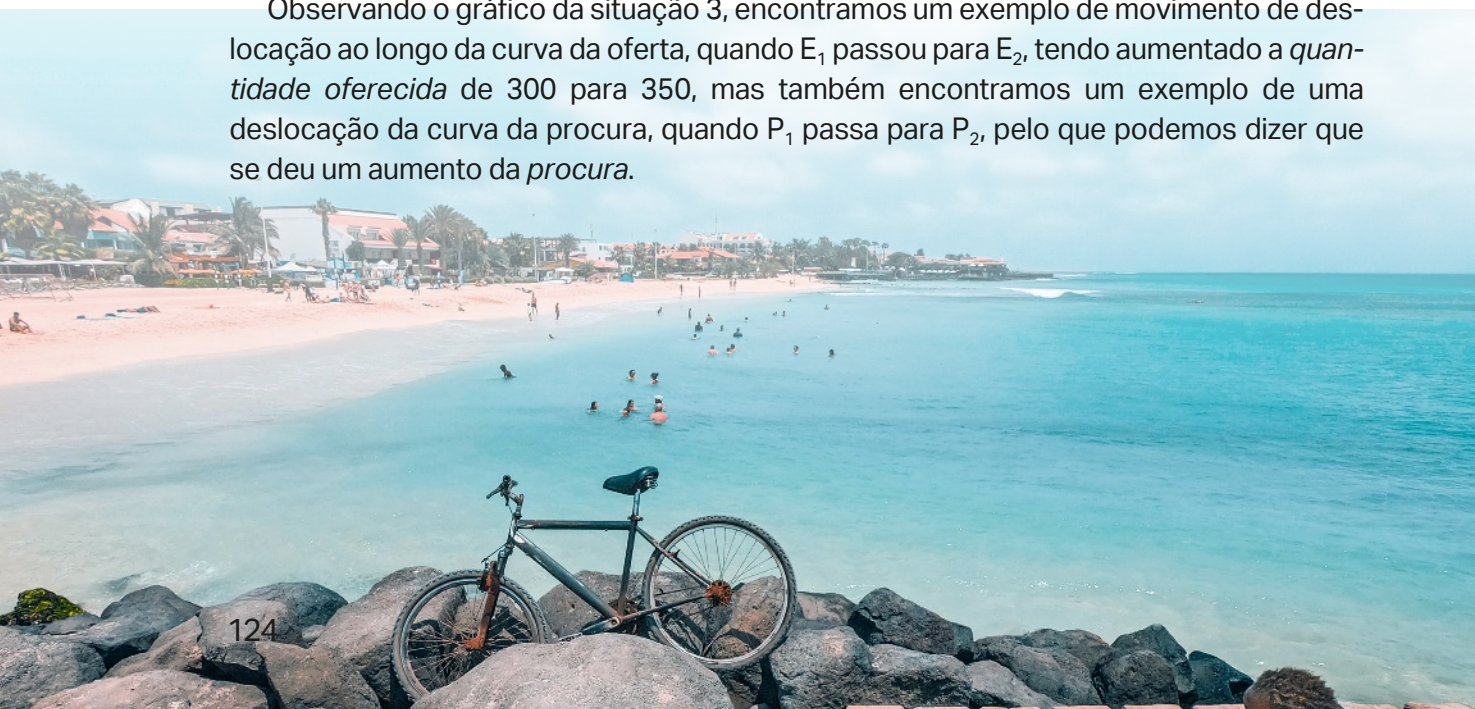
Atividade 5

- 1 Faz um esboço da representação gráfica da situação que ocorreria caso se verificasse um aumento da oferta do bem X.
- 2 Explica sucintamente o que deveria acontecer ao ponto de equilíbrio.

E, conforme vimos anteriormente, podemos encontrar dois tipos diferentes de deslocações, no que respeita às curvas:

- **movimentos ao longo da curva**, que representam o aumento ou a diminuição das quantidades oferecidas (e/ou procuradas);
- **deslocações da própria curva**, quando curva inteira se move para a direita ou para a esquerda, devido a um aumento ou diminuição da oferta (ou da procura).

Observando o gráfico da situação 3, encontramos um exemplo de movimento de deslocação ao longo da curva da oferta, quando E_1 passou para E_2 , tendo aumentado a *quantidade oferecida* de 300 para 350, mas também encontramos um exemplo de uma deslocação da curva da procura, quando P_1 passa para P_2 , pelo que podemos dizer que se deu um aumento da *procura*.



Atividade 6

“Alguns fatores particulares também perturbam certas ofertas: o clima altera a oferta de trigo ou batatas; uma laringite afeta a quantidade oferecida por parte de um cantor de ópera (mas talvez não de rock).

Também aqui uma alteração do preço provoca um **deslocamento ao longo da curva**, enquanto os outros fatores exigem a determinação de uma nova curva da oferta, existindo um **deslocamento da curva**.”

NEVES, João C. (2007), *Introdução à Economia*, Lisboa, Editorial Verbo

- 1 Comenta o texto, tendo em atenção as expressões destacadas.



Exercício
Caracterizar os princípios fundamentais do liberalismo e económico

5.4.2. Participação do Estado na formação de preços

Depois de termos visto como se formam os preços através do mecanismo de compatibilização da oferta e da procura, convém acrescentar que o Estado também intervém na fixação de preços, nomeadamente, através da fixação de **preços máximos** e/ou **mínimos** nas áreas em que considera necessário intervir, atuando de forma a corrigir um desequilíbrio e a garantir uma maior equidade social.

Além disso, o Estado também participa na formação de preços, pela via da **implementação de impostos**, refletindo-se a incidência destes no preço dos bens. Ao fazer incidir determinados impostos do lado da oferta ou da procura, o preço dos bens irá repercutir a incidência dos impostos, alterando o valor final a pagar.

Documento 9

“O preço de equilíbrio é o preço que compatibiliza as vontades dos consumidores e dos vendedores e que assegura o equilíbrio de mercado.

O mercado onde é transacionado um determinado bem está em equilíbrio quando a quantidade procurada do bem por parte dos consumidores presentes nesse mercado é igual à quantidade oferecida do bem por parte dos produtores, igual à quantidade de equilíbrio, para um determinado preço, o preço de equilíbrio no mercado.

Um preço controlado pelo governo (preço máximo ou mínimo) é um preço diferente do preço de equilíbrio, mantido administrativamente, e que pode ser um preço máximo ou um preço mínimo. Após o estabelecimento de um preço máximo ou de um preço mínimo, a quantidade transacionada no mercado e o preço em vigor no

Documento 9 (cont.)

mercado não são estabelecidos pelo confronto entre a oferta e a procura. De facto, quando no mercado vigora um preço controlado, este está em desequilíbrio, situação em que as transações são determinadas pelo lado mais curto do mercado. O controlo das rendas, os preços dos livros escolares, os preços dos combustíveis, a regulação do salário mínimo, os preços garantidos para os produtos agrícolas, entre outros, são alguns exemplos da intervenção do governo nos mercados no controlo de preços.”

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

Atividade 7

“O governo pode intervir no mercado impondo um preço máximo, que corresponde a um limite máximo legal para o preço ao qual o bem pode ser transacionado. Isto é, o preço praticado no mercado não pode estar acima do preço máximo definido, mas pode estar abaixo dele. Exemplos desta prática são o controlo das rendas no mercado de arrendamento para a habitação e o controlo dos preços dos combustíveis. O objetivo deste tipo de intervenção governamental será assegurar que o preço praticado no mercado seja inferior ao que seria se o mercado funcionasse normalmente, pelo livre confronto entre a oferta e a procura.”

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

- 1 Comenta o texto, tendo em atenção a forma de intervenção do governo referida.

Conceitos-chave

- Elasticidade-preço da oferta
- Excesso da oferta
- Excesso da procura
- Formação do preço
- Impostos
- Lei da oferta
- Lei da oferta e da procura
- Oferta
- Oferta agregada
- Oferta individual
- Ponto de equilíbrio
- Preço de equilíbrio
- Preços máximos
- Preços mínimos
- Quantidade de equilíbrio

Síntese

- A **oferta (O)** representa a quantidade de produtos que os vendedores desejam vender a um determinado preço. Segundo a **lei da oferta**, a quantidade oferecida e o preço de um bem são diretamente proporcionais. Mantendo-se inalterados os restantes fatores, quando aumenta o preço de um bem, aumenta também a quantidade oferecida desse bem, e quando o seu preço diminui, a sua quantidade oferecida também diminui.
- A **oferta individual** corresponde à oferta de cada produtor enquanto a **oferta agregada** representa a soma de todas as ofertas individuais de um mercado.
- Os principais **fatores que influenciam a oferta**, para além do preço, são os custos de produção, a evolução tecnológica, o preço dos outros bens, as expectativas dos produtores e as condições climáticas.
- Quando os **custos de produção** aumentam, geralmente, o interesse de venda dos produtores diminui, fazendo deslocar a curva da oferta da direita para a esquerda e, quando os custos de produção diminuem, ocorre a situação inversa, ou seja, a curva da oferta desloca-se da esquerda para a direita.
- A **evolução tecnológica** também pode ser um fator determinante da oferta, ao gerar aumentos de produtividade. A tecnologia faz aumentar o interesse dos produtores na venda de bens, promovendo o aumento da eficiência dos processos de fabrico e assim permitir produzir maiores quantidades a um menor custo unitário. Nesse caso, a curva da oferta desloca-se para a direita, porque, para o mesmo preço, os produtores passam a desejar vender uma maior quantidade de bens.
- Os **preços dos outros bens** também podem influenciar a oferta, em especial os preços dos bens que estabelecem relações entre si. No caso dos **bens complementares**, quando aumenta o preço de um bem, o interesse dos produtores é maior, logo, dá-se um aumento da oferta, aumentando também geralmente a oferta dos bens complementares, uma vez que funcionam em conjunto. Quanto aos **bens sucedâneos**, quando o preço de um bem aumenta, normalmente, diminui a oferta do outro.
- As **expectativas dos produtores** são determinantes na oferta, pois, quando se antecipa uma alteração dos preços no futuro, os produtores tomam medidas, lidando previamente com a situação. Se as previsões apontarem para uma subida dos preços, os produtores terão tendência a aumentar a produção de bens, para poderem vender futuramente uma maior quantidade dos mesmos; se a expectativa for uma diminuição de preços, os produtores, em princípio, deverão reduzir as quantidades produzidas, pois não terão interesse em vender tanto no futuro.

Síntese (cont.)

- As **condições climáticas** são outro fator que pode ter efeito sobre a oferta, sobretudo sobre a oferta de bens em que a produção dependa do clima, como é o caso dos produtos agrícolas. Nestas situações, como a quantidade produzida e a qualidade da produção dependem das condições meteorológicas, uma boa produção agrícola pode conduzir a um aumento da oferta.
- **Elasticidade-preço da oferta** mede o grau de sensibilidade da oferta de um bem, em relação a oscilações do seu preço.
- A oferta considera-se **elástica** quando a sua elasticidade é superior a 1, sendo razoavelmente sensível a variações de preço; classifica-se como **inelástica** se a sua elasticidade for inferior a 1, reagindo pouco a variações de preço; e tem elasticidade **unitária** (igual a 1) quando a quantidade oferecida do bem e o preço do bem reagem na mesma medida.
- Os **principais fatores que influenciam a elasticidade-preço** são: o horizonte temporal da reação dos produtores a variações de preço, a maior ou menor facilidade com que se conseguem modificar os fatores de produção e o seu ritmo de crescimento dos custos produtivos face a alterações do seu volume.
- O **ponto de equilíbrio (E)** é o ponto que combina o **preço de equilíbrio (P_e)** e a **quantidade de equilíbrio (Q_e)**, e no qual se igualam, a um dado preço, as quantidades oferecidas e as quantidades procuradas de um bem.
- A **lei da oferta e da procura** representa a análise conjunta dos comportamentos da oferta e da procura num determinado mercado, permitindo compreender o funcionamento do mecanismo de formação de preços. Segundo esta lei, mantendo-se tudo o resto constante, o preço varia na mesma razão que a quantidade oferecida e na razão inversa da quantidade procurada.
- Diz-se que há **excesso da procura** quando a quantidade procurada é superior à quantidade oferecida e diz-se que há **excesso da oferta** quando a quantidade oferecida é superior à quantidade procurada.
- As curvas da oferta também podem apresentar dois tipos de movimentos diferentes: **deslocações ao longo da curva** ou **deslocações da própria curva**.
- O **Estado também intervém na formação de preços**, nomeadamente, através da fixação de **preços máximos** e/ou **mínimos** nas áreas em que considera necessário intervir, atuando de forma a corrigir desequilíbrios e a garantir uma maior equidade social. Além disso, também influencia a formação de preços pela via da **implementação de impostos**, refletindo-se a incidência destes no preço dos bens.

Ficha de trabalho 5

1 Selecciona, em cada caso, a opção que consideras correta.

- 1.1.** Uma diminuição da oferta de mostarda pode estar associada a
- a) uma diminuição dos custos de produção das empresas produtoras de mostarda.
 - b) uma evolução tecnológica do processo de fabrico da mostarda.
 - c) uma diminuição do preço do pão de cachorro.
 - d) um aumento do preço das salsichas.
- 1.2.** Um aumento da oferta corresponde a
- a) uma deslocação para a esquerda.
 - b) um movimento ao longo da curva da oferta.
 - c) uma deslocação da curva da oferta.
 - d) um aumento da quantidade de bens que os consumidores têm interesse em adquirir.
- 1.3.** Em situações normais, quando aumenta o preço de um bem,
- a) diminui a oferta desse bem.
 - b) aumenta a quantidade que os produtores desse bem estão dispostos a vender.
 - c) aumenta a quantidade desse bem que os compradores estão dispostos a comprar.
 - d) aumenta a procura desse bem.
- 1.4.** A elasticidade-preço da oferta
- a) mede a variação percentual da quantidade oferecida de um bem relativamente a variações percentuais do preço de outros bens.
 - b) assume geralmente valores negativos.
 - c) diz-se elástica, quando assume valores menores que 1.
 - d) aumenta à medida que aumenta a facilidade com que as empresas conseguem modificar os seus fatores de produção.
- 1.5.** Fala-se em excesso de oferta quando
- a) a quantidade oferecida é inferior à quantidade procurada.
 - b) a quantidade oferecida é superior à quantidade procurada.
 - c) o preço dos bens aumenta.
 - d) o preço dos bens diminui.

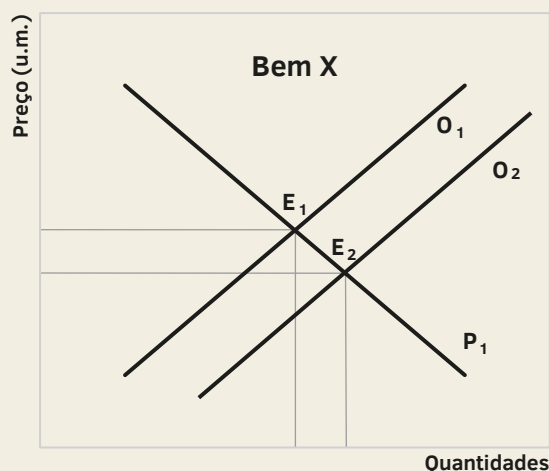
Ficha de trabalho 5

- 2 Completa os espaços em branco, utilizando algumas das expressões seguintes: oferta, procura, oferta e da procura, aumentam, diminuem, aumenta, diminui, aumentando, diminuindo

Lei da _____ :

Mantendo-se constantes os restantes fatores, as quantidades oferecidas de um bem _____ quando _____ o preço desse bem e _____ à medida que o preço vai _____.

- 3 Analisa o gráfico seguinte relativo à oferta e à procura do bem X.



- 3.1. Indica o significado dos pontos E_1 e E_2 .
- 3.2. Identifica as curvas da procura e da oferta que encontras no gráfico.
- 3.3. Apresenta uma das possíveis causas para a curva O_1 se ter deslocado para a direita (O_2).
- 3.4. Identifica no gráfico uma situação de deslocação ao longo da curva.

- 4 Lê o seguinte texto.

“O comportamento racional dos consumidores será resumido através da sua procura de mercado, enquanto o comportamento racional dos produtores será representado pela oferta de mercado. Assim, a procura de mercado será capaz de relacionar a quantidade ótima que os consumidores querem adquirir a um preço ou, inversamente, qual o preço máximo que pagariam para adquirir uma certa quantidade. A oferta de mercado será, por seu lado, capaz de relacionar a quantidade ótima a produzir dado um certo preço de venda ou, inversamente, qual o preço mínimo que os produtores estariam dispostos a receber para produzir uma certa quantidade.”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

- 4.1. Explica sucintamente o papel do mecanismo de formação de preços relativamente à compatibilização da oferta e da procura.
- 4.2. Explicita o sentido das duas últimas afirmações do texto, atendendo à lei da oferta e da procura.

5 Lê atentamente o texto.

“Um preço mínimo corresponde a um limite mínimo legal para o preço ao qual o bem pode ser transacionado. Neste caso, o preço praticado pode estar acima do preço mínimo definido, mas não abaixo dele. O objetivo da imposição de um preço mínimo é que o bem seja transacionado no mercado a um preço mais elevado do que seria se o mercado funcionasse normalmente, pelo livre confronto entre a oferta e a procura”.

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

- 5.1. Refere o tipo de participação do Estado na formação de preços mencionada no texto.
- 5.2. Indica outras formas de intervenção do Estado na formação de preços.



6 Tipos de organizações empresariais

Objetivos de aprendizagem

- Compreender o conceito de empresa.
- Identificar os principais critérios de classificação de empresas.
- Identificar os diferentes tipos de organização empresarial existentes.
- Compreender as etapas de criação de uma empresa.
- Compreender os principais processos de crescimento e expansão de uma empresa.
- Compreender o que são as organizações sem fins lucrativos e reconhecer o seu papel na sociedade.

6.1. Formas de organização empresarial

6.1.1. Conceito de empresa

Documento 1

“[...] considera-se *Empresa*, a unidade económica constituída por uma pessoa singular ou coletiva, em conformidade com a forma de organização ou gestão empresarial prevista na lei, que tenha por objeto desenvolver atividades de extração, transformação, produção e comercialização de bens ou prestação de serviços.”

Artigo 3.º, número 1, a), *Regime jurídico Especial das Micro e Pequenas Empresas – Lei n.º 86/IX/2020 de 28 de abril* (quinta alteração da Lei n.º 70/VIII/2014, de 26 de agosto)

Uma empresa é uma forma de organização cuja principal finalidade é a produção de bens, serviços ou soluções que permitam a obtenção de lucros. O conceito de empresa evoluiu muito ao longo dos tempos. Tradicionalmente, a empresa é vista como um conjunto de elementos sob a direção de uma ou mais pessoas, com o objetivo de levar a cabo a produção que, por sua vez, dará origem à criação de lucros.

De acordo com uma perspetiva mais moderna, a empresa é vista como um sistema aberto que se encontra em permanente interação com um sistema mais vasto. Esse sistema é a sociedade da qual recebe entradas ou *inputs*, sob a forma de recursos humanos, materiais e financeiros. Os funcionários, os empresários e outros agentes que prestem serviços à empresa constituem o seu elemento humano. Os edifícios, terrenos, máquinas, equipamentos, matérias-primas, matérias subsidiárias, entre outros, são o elemento material. O elemento financeiro é composto pelos capitais próprios e/ou alheios que possam ser utilizados ao serviço da empresa.

Por outro lado, a empresa também entrega à sociedade os seus *outputs*, isto é, os produtos e serviços que cria e as remunerações que faz gerar.

Uma empresa é:

- uma **célula social** – inclui o elemento humano que faz parte da sociedade;
- um **conjunto de meios** – meios humanos, materiais e financeiros;
- um **sistema aberto** de relações – está constantemente a interagir com o ambiente que a rodeia (fornecedores, clientes, concorrentes, Estado, etc.);
- um **centro de decisões** – a tomada de decisões é um elemento essencial da função dos gestores.

Uma **empresa** desenvolve um conjunto de atividades humanas, coletivas e organizadas, dirigidas por um centro de decisão que tem por função ajustar a todo o momento os meios disponíveis aos objetivos estabelecidos, visando a produção de bens e serviços. Para levar a cabo a sua missão, a empresa deve definir objetivos claros. Os seus objetivos devem ser quantificados de forma realista e relevante para a empresa, devendo ser delineados para um determinado período no tempo previamente definido.

Atividade 1

“Fundamentalmente, a empresa pode ser vista como um organismo ou organização social, ou como um sistema aberto.”

TEIXEIRA, Sebastião (2013), *Gestão das Organizações*, Lisboa, Escolar Editora

- 1 Explicita o sentido da afirmação.

6.1.2. Critérios de classificação de empresas

As empresas podem ser classificadas por diversos critérios, nomeadamente, quanto ao tipo de atividade económica, quanto à propriedade dos meios de produção, quanto à sua dimensão ou quanto à sua forma jurídica.

Segundo o **critério da atividade económica**, as empresas classificam-se de acordo com o tipo de atividade desenvolvida, sendo-lhes atribuído um código de atividade económica referente à lista da Classificação das Atividades Económicas (CAE).

A CAE apresenta a seguinte estrutura:

- a) Secções: identificam as rubricas através de um código alfabético de uma letra;
- b) Divisões: identificam as rubricas através de um código numérico de dois dígitos;



Link
Classificação
das Atividades
Económicas



Sugere-se a consulta da lista de Classificação das Atividades Económicas (CAE) de Cabo Verde.

- c) Grupos: identificam as rubricas através de um código numérico de três dígitos;
 d) Classes: identificam as rubricas através de um código numérico de quatro dígitos.

Exemplo da classificação de algumas atividades económicas de Cabo Verde

Secção	Divisão	Grupo	Classe	Designação
G				COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS
	45			COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS
		451	4510	COMÉRCIO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS
		452	4520	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS
		453	4530	COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS
		454		COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MOTOCICLOS, DE SUAS PEÇAS E ACESSÓRIOS
			4541	Comércio por grosso e a retalho de motociclos, de suas peças e acessórios
			4542	Manutenção e reparação de motociclos, de suas peças e acessórios

Relativamente ao **critério da propriedade dos meios de produção**, as empresas podem ser classificadas como públicas, privadas, mistas ou cooperativas.

Quanto à propriedade dos meios de produção

- Empresas públicas
- Empresas privadas
- Empresas mistas
- Empresas cooperativas

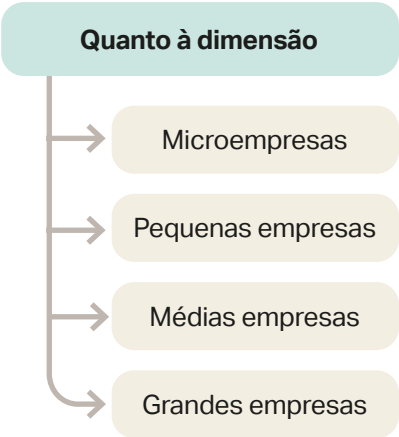
As empresas dizem-se **públicas** se a propriedade dos seus meios de produção pertence ao Estado ou outra entidade pública. A ELECTRA – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A. e a ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A. são exemplos de empresas públicas cabo-verdianas. Uma empresa considera-se **privada** se a propriedade dos seus meios de produção pertence a particulares, como, por exemplo, a UNITEL T+. Por outro lado, nos casos em que os meios de produção de uma empresa são detidos parcialmente pelo Estado e por particulares, as empresas designam-se de propriedade **mista**, dividindo entre si a sua gestão. A Cabo Verde Airlines e a Cabo Verde Telecom são exemplos de empresas mistas. Finalmente, também existem empresas constituídas sob a forma de **cooperativas**. Neste caso, os proprietários são particulares que se associam com o objetivo específico de produzir, distribuir ou utilizar bens e/ou serviços beneficiando de economias de escala. As cooperativas não são criadas com a intenção de se obter lucros, mas antes para se obter alguma vantagem, nomeadamente, reduzir alguns custos comuns.

No que respeita ao **critério da dimensão**, as empresas podem ser classificadas de várias formas diferentes, conforme o volume de negócios (por exemplo, o valor anual das

suas vendas), o número de pessoas empregadas, o montante de capital envolvido, os seus resultados líquidos (lucro ou prejuízo apurado nos exercícios anteriores), a área geográfica que abrangem (nacional, internacional), entre outros.

De acordo com a classificação de empresas cabo-verdianas, consideram-se:

- **Microempresas:** as empresas que empregam até 5 funcionários, tendo um volume de negócios não superior a 5 mil contos;
- **Pequenas empresas:** as empresas que empregam entre 6 e 10 funcionários, tendo um volume de negócios entre 5 e 10 mil contos;
- **Médias empresas:** as empresas que empregam entre 10 e 400 funcionários, tendo um volume de negócios superior a 10 mil contos;
- **Grandes empresas** ou **"grandes contribuintes"**: as empresas com um volume de negócios superior a 300 mil contos.



Convém referir que, em 2014, foi criado o Regime Jurídico Especial das Micro e Pequenas Empresas (REMPE), com a finalidade de promover a competitividade e produtividade das empresas que cumpram os requisitos e não tenham optado pelo regime de contabilidade organizada, oferecendo condições especiais que simplificam aspetos formais e facilitam o seu desenvolvimento. Quanto ao critério relativo aos grandes contribuintes, o montante de 300 mil contos, em termos de volume de negócios, foi definido por portaria, a partir de 18 maio de 2023, considerando-se anteriormente o montante de 200 mil contos.

Número de empresas, por ramo de atividade económica, segundo a dimensão da empresa

Setores de atividade económica	Tipo de empresa (PME's)				Total
	Micro-empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa	
A – Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	257	16	13	2	288
B – Indústria Extrativa	23	4	6	1	34
C – Indústria Transformadora	1 381	124	171	33	1 709
D – Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio	13	3	6	5	27
E – Captação, Tratamento e Distribuição de Água, Saneamento, Gestão de Resíduos	35	4	11	3	53
F – Construção	837	97	139	24	1 097

Setores de atividade económica	Tipo de empresa (PME's)				Total
	Micro-empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa	
G – Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos	5 465	369	581	146	6 561
H – Transportes e Armazenagem	2 076	61	76	24	2 237
I – Alojamento e Restauração	1 773	227	172	26	2 198
J – Atividades de Informação e Comunicação	208	31	36	8	283
K – Atividades Financeiras e de Seguros	22	3	7	12	44
L – Atividades Imobiliárias	349	29	38	2	418
M – Atividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares	459	76	65		600
N – Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	599	92	87	30	808
P – Educação	249	55	24	5	333
Q – Saúde Humana e Ação Social	148	43	43	3	237
R – Atividades Artísticas, de Espetáculos, Desportivas e Recreativas	205	20	18	2	245
S – Outras Atividades de Serviços	841	32	15	1	889
Cabo Verde	14 940	1 286	1 508	327	18 061

INE, VI RE 2022

Atividade 2

- 1 Identifica os critérios de classificação de empresas presentes na tabela.
- 2 Diz o que entendes por microempresa.

Outro critério importante de classificação de empresas é o **critério quanto à forma jurídica**. As empresas podem ser classificadas como singulares ou coletivas, conforme pertencem apenas a um proprietário ou se são detidas por duas ou mais pessoas.

As **empresas singulares** são formadas apenas por um indivíduo. As empresas singulares podem ser em nome individual ou assumir a forma de sociedade unipessoal (por quotas ou anónima).

- A **empresa em nome individual** abrange empresários comerciais que são pessoas singulares dotadas de capacidade jurídica, que exercem uma atividade comercial em nome próprio. O empresário individual responde pelas dívidas contraídas no exercício da sua atividade com os bens que integram a empresa e, na sua falta, ou insuficiência, com os seus próprios bens.

A **firma** de um empresário individual pode ser composta pelo seu nome civil, completo ou abreviado, de modo a permitir a sua identificação perfeita, podendo ser aditada uma alcunha, ter alguma designação de fantasia ou conter expressões alusivas à atividade desenvolvida, e integrar a expressão “Empresário Individual” ou de forma abreviada “E.I.”.

- A **sociedade unipessoal** atua como uma sociedade por quotas ou uma sociedade anónima, mas apenas com um sócio, como veremos mais adiante. Uma pessoa singular apenas pode ser sócia de uma sociedade unipessoal (por quotas ou anónima).

Quanto à forma jurídica

Empresas singulares

- Empresa em nome individual
- Sociedade unipessoal por quotas
- Sociedade unipessoal anónima

Empresas coletivas

- Sociedade por quotas
- Sociedade anónima
- Sociedade cooperativa

Atividade 3

- 1 Indica o nome da firma que escolherias, se fosses iniciar agora a tua atividade como empresário individual, numa área de negócios do teu agrado.

As **empresas coletivas** são as sociedades comerciais compostas por dois ou mais indivíduos. Estas podem assumir a forma de sociedades por quotas, sociedades anónimas ou sociedades cooperativas. A escolha do tipo de sociedade coletiva depende do volume de investimento envolvido e da finalidade. As sociedades por quotas são sobretudo direcionadas para empresas de pequena e média dimensão, enquanto as sociedades anónimas normalmente se destinam a empresas com níveis de investimento mais elevados. As cooperativas, por seu lado, destinam-se a uma determinada finalidade, em função da atividade de cooperação que desenvolvem.

Analisemos as principais características das diversas formas jurídicas:

- As **sociedades por quotas**, como o próprio nome indica, são sociedades que têm o seu capital dividido em quotas¹, que podem ter valores diferentes. Estas sociedades

¹ Uma quota é o valor de entrada que os sócios de uma sociedade por quotas têm de pagar.

são formadas, no mínimo, por dois sócios, sendo o montante de capital social fixado livremente no ato de constituição do contrato de sociedade.

No ato de constituição da sociedade é indicado o montante de capital social, o número de quotas e o respetivo valor, sendo o desdobramento do capital subscrito por todos os sócios. Pelo menos 50% do capital subscrito deve ser depositado em numerário numa instituição bancária, não podendo o diferimento remanescente ultrapassar os três anos seguintes de acordo com o que for estipulado no contrato de sociedade.

Numa sociedade por quotas, cada sócio tem responsabilidade limitada ao montante da respetiva quota. No entanto, também será solidariamente responsável perante quotas de outros sócios que tenham sido subscritas e ainda não tenham sido realizadas. Neste caso, os sócios solidários terão direito de regresso sobre o valor pago que era da responsabilidade de outros sócios. Assim, podemos dizer que, numa sociedade por quotas, apenas o património da empresa responde perante as suas obrigações.

A **firma** de uma sociedade por quotas pode apresentar-se de várias formas: pode incluir os nomes de todos os sócios da sociedade, ou o nome de apenas alguns, contendo, ou não uma sigla; pode apresentar a denominação social, tendo, por exemplo, uma expressão alusiva ao ramo de atividade; ou pode ser composta pela conjugação das opções anteriores, contendo nomes de sócios e uma denominação. Em qualquer dos casos, ainda deve ser aditada à firma a expressão "Limitada", por extenso, ou na sua forma abreviada, "Lda.". A Sol Atlântico, Lda. é um exemplo de sociedade por quotas.

- As **sociedades unipessoais por quotas** funcionam como uma sociedade por quotas composta por apenas um sócio.

As decisões do sócio único em assembleia geral têm de ser registadas em ata e assinadas por si. Todos os negócios jurídicos celebrados entre o sócio e a sociedade devem ser públicos, podendo ser sujeitos a consulta. Esta forma jurídica apresenta a vantagem de se poder passar facilmente de uma sociedade por quotas para uma unipessoal e vice-versa, reduzindo-se assim a burocracia e os custos.

A **firma** de uma sociedade unipessoal por quotas deve incluir a expressão "Sociedade Unipessoal" ou simplesmente "Unipessoal", seguida da palavra "Limitada", por extenso ou abreviada ("Lda.").

Exemplo: João Lopes, Soc. Unipessoal, Lda.

- As **sociedades anónimas** são sociedades cujo capital é dividido em ações de igual valor nominal², que não pode ser inferior a mil escudos, exceto nos casos em que o estatuto da sociedade estabelece que as ações não têm valor nominal. Estas sociedades são compostas por um mínimo de dois sócios – acionistas. Os acionistas têm a sua responsabilidade limitada ao valor das ações que subscreveram.

² O valor nominal é o valor que aparece inscrito no próprio título (ação).

O montante do capital social é livremente fixado no contrato de sociedade, que, por sua vez, deve indicar o número de ações em que se divide o capital social e, se existir, o respetivo valor nominal. Em termos de entradas, os sócios podem diferir até 70% do valor das ações subscritas, por um período até 5 anos, de acordo com o que for estipulado contratualmente. A administração é confiada a um conselho de administração composto por um número ímpar de membros, que podem ser ou não acionistas da sociedade.

A **firma** das sociedades anónimas poderá ser formada por uma denominação, pelo nome de sócios ou uma conjugação de ambas as opções, acrescida da expressão "Sociedade Anónima" ou simplesmente a sua abreviatura "S.A.", como, por exemplo, Banco Comercial do Atlantico, S.A.

As **ações** são títulos representativos do capital social cuja posse confere ao titular a qualidade de acionista, isto é, de coproprietário da empresa. O acionista tem direito a votar nas assembleias gerais, tem direito a ser informado sobre o andamento da empresa, direito de preferência em relação a aumentos de capital e direito a receber uma parte dos lucros proporcional ao número de ações que detém – dividendos.

Por vezes, as sociedades anónimas emitem **obrigações** para se financiar. As obrigações são títulos representativos de partes da dívida de uma empresa que constituem um empréstimo. O possuidor de obrigações, designado obrigacionista, é reembolsado pela cedência do seu capital num prazo fixado por meio de um contrato, recebendo em troca um rendimento periódico em função do número de obrigações subscritas.

Nota: as sociedades por quotas também podem emitir obrigações nos mesmos termos das sociedades anónimas.

- As **sociedades anónimas unipessoais** funcionam como uma sociedade anónima com apenas um sócio, devendo ser observados todos os requisitos de constituição das sociedades anónimas. Em tudo o resto, aplicam-se as condições das sociedades por quotas unipessoais, devendo as decisões em assembleia geral do sócio único ser registadas em ata e assinadas por si, e os negócios jurídicos celebrados entre si e a sociedade ser públicos, estando sujeitos a consulta. Esta forma jurídica também apresenta a vantagem de se poder transformar facilmente uma sociedade anónima unipessoal numa sociedade anónima e vice-versa, podendo uma sociedade constituir uma sociedade anónima de cujas ações ela seja inicialmente a única titular.

A **firma** de uma sociedade anónima unipessoal deve incluir a expressão "Sociedade Unipessoal" ou simplesmente "Unipessoal", seguida da expressão "Sociedade Anónima", por extenso ou abreviada ("S.A.").

Exemplo: Alfa, Soc. Unipessoal, S.A.

Ações

Títulos representativos da propriedade de uma parte do capital social de uma sociedade anónima que dão lugar à distribuição periódica de dividendos.

Obrigações

Títulos representativos da dívida de uma empresa, ficando os credores (obrigacionistas) com o direito de obter um rendimento.

- As **sociedades cooperativas** são sociedades que exercem a sua atividade com base na cooperação e entreaajuda dos sócios, podendo ter um número de sócios e capital variáveis. As cooperativas podem ser de primeiro grau ou de grau superior, conforme os sócios sejam pessoas singulares ou coletivas (primeiro grau), ou uniões, federações e confederações de cooperativas (grau superior). As cooperativas de primeiro grau necessitam de um número mínimo de seis fundadores e as cooperativas de consumo de um mínimo de vinte fundadores.

As cooperativas podem ter por objeto qualquer ramo de atividade que não esteja vedado à iniciativa privada, como, por exemplo, consumo, agrícola, crédito, habitação e construção, artesanato, pescas, ensino, solidariedade social, entre outros. Os principais princípios cooperativos são a livre adesão e exoneração; o direito de voto de cada sócio; a distribuição dos excedentes nos casos em que o contrato permite; a eleição dos órgãos sociais por sufrágio direto; o fomento do espírito de solidariedade entre sócios e da educação cooperativa dos sócios, trabalhadores e público em geral e a satisfação de necessidades económicas, sociais e culturais dos sócios, em condições de preço e qualidade compatíveis com os fins estipulados.

A **firma** de uma cooperativa deve ser precedida ou seguida de uma expressão como "Cooperativa", "União das Cooperativas", "Federação de Cooperativas", "Confederação Nacional de Cooperativas" ou uma abreviatura como "Coop.", "Fed. Coop." ou "Conf. Coop.", como, por exemplo, FENACCOOP - Federação Nacional das Cooperativas de Consumo.

Número de empresas, por forma jurídica

Classes de forma jurídica	Número de empresas		Tx. Variação (2022/2017)
	V RE 2017	VI RE 2022	
Empresa em Nome Individual e Sociedade Unipessoal por Quotas	6 943	12 093	74,2%
Sociedade por Quotas	2 308	5 359	132,2%
Sociedade Anónima e Outras	681	609	-10,6%
Cabo Verde	9 932	18 061	81,8%

RE – Recenseamento Empresarial

VI Recenseamento Empresarial 2022, INE (2024)

Atividade 4

- 1 Distingue empresas singulares e coletivas.
- 2 Indica os principais fatores a ter em conta na hora de escolher a forma jurídica de uma sociedade, antes de se criar uma empresa coletiva.
- 3 Pesquisa exemplos de firmas de cada um dos tipos de formas jurídicas estudadas.

6.2. Crescimento do negócio e expansão

6.2.1. Criação de empresas

A criação de uma empresa geralmente envolve um conjunto de etapas que é necessário percorrer. O processo inicia-se com a formulação e desenvolvimento da ideia para o negócio. Assim, é necessário testar a viabilidade deste, verificando se existe um conhecimento profundo deste, do produto e do mercado, e identificar o tipo de tecnologia associada, as instalações, os equipamentos e o pessoal necessário, a forma jurídica da sociedade, o capital que vai ser preciso investir e o modo como se irá obter esse capital.

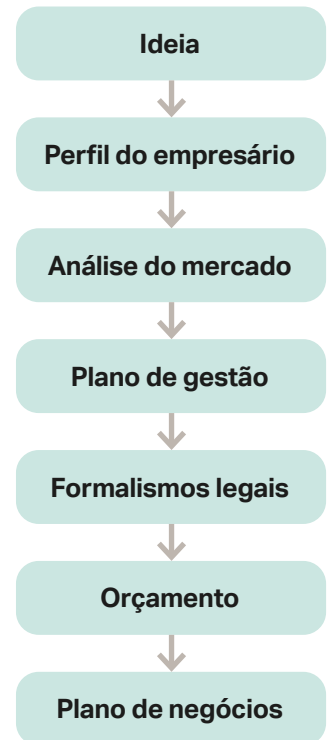
O negócio deverá ser inovador e/ou trazer alguma mais-valia para o seu mercado potencial. As qualidades pessoais dos recursos humanos deverão ser ajustadas ao negócio, sendo necessário um perfil empreendedor, certos conhecimentos de gestão e a capacidade de assumir riscos por parte do empresário, ou grupo de empresários, que o vai desenvolver.

Convém também analisar o mercado-alvo e a concorrência, nomeadamente, efetuando estudos de mercado para avaliar o potencial e a dimensão do negócio. Após ter sido escolhido o segmento de atuação, é necessário definir-se um plano de gestão que envolva todas as variáveis do negócio. Assim, deverão ser avaliadas as necessidades da empresa em termos humanos, financeiros, técnicos e materiais. Nesta etapa, devem ser equacionadas as necessidades de pessoal, em número e respetivas qualificações, as infraestruturas, os equipamentos, as matérias-primas, os fornecedores, os meios financeiros, entre outras variáveis.

Por outro lado, devem ser cumpridos todos os requisitos legais para a criação e manutenção da empresa, devendo esta ser constituída e registada de acordo a legislação em vigor. Além disso, será necessário obter todos os licenciamentos e cumprir com as normas de segurança para que a atividade se possa desenvolver em conformidade com a lei.

Para avançar, ainda é conveniente a empresa elaborar um orçamento para os primeiros anos de vida, contemplando a previsão anual de vendas, os custos fixos e variáveis previsíveis e as necessidades de fundo de maneio para se poder manter em funcionamento.

Finalmente, deverá ser efetuado um plano de negócios com o traçado de todas as envolventes, descrevendo a missão e os objetivos da empresa, o conceito do negócio, a análise do mercado, o plano de gestão, a estratégia de *marketing* utilizada para fazer chegar os produtos até aos clientes, a forma de financiamento do investimento e tudo o que possa contribuir para melhor descrever o projeto.



Atividade 5

- 1 Explica a importância de se dedicar algum tempo a estudar a ideia do negócio que se pretende criar.
- 2 Quais as principais características que o empresário deve reunir?
- 3 Diz por que razão é importante analisar o mercado antes de se criar um negócio.
- 4 Explicita em que consiste um plano de negócios, indicando as vantagens de se elaborar um.

Em Cabo Verde, o processo tradicional de constituição de empresas efetua-se através de registo em cartório, mas também existe o serviço **Empresa no Dia**, disponível nos balcões da Casa do Cidadão, que permite acelerar os trâmites de criação de uma empresa.

O processo tradicional de constituição de uma empresa por meio de registo em cartório implica alguns procedimentos específicos. Depois de se definir a forma jurídica da empresa que se vai criar, deve-se adotar uma **firma** ou designação social da empresa, que é o nome segundo o qual esta ficará registada, sendo necessário solicitar o certificado de admissibilidade de firma (CAF) no cartório. Pode-se optar por escolher o nome de firma, oferecendo três nomes possíveis para serem submetidos à aprovação, ou então escolher um dos nomes de firmas disponíveis, por meio de consulta.

Quando se submete uma firma à aprovação, existem alguns princípios que são necessários cumprir. A firma fica sujeita à admissão, devendo os elementos que a compõem observar os princípios da verdade e da novidade, correspondendo sempre a uma denominação verdadeira e única (não podem existir duas firmas com o mesmo nome). Assim, será necessário assegurar a exclusividade do nome da empresa e registar a denominação. Após o registo da firma, é concedido o direito de uso exclusivo aos seus proprietários.

O passo seguinte é dirigir-se a uma repartição das finanças para obter o **Número de Identificação Fiscal (NIF)**, que é a identificação fiscal pela qual o empresário ou a sociedade serão reconhecidos para efeitos de atos de comércio e afins. Depois de se obter o NIF da empresa que se vai criar, é necessário realizar o **capital social**, procedendo ao depósito do montante correspondente numa instituição financeira.

Os procedimentos seguintes são solicitar o **registo comercial** e obter o **despacho de registo** no cartório. Efetuado o registo comercial, será necessário pagar a **publicação** dos Estatutos da Sociedade no Boletim Oficial da Imprensa Nacional de Cabo Verde e entregar o respetivo recibo do pagamento no cartório. Finalmente, para concluir o processo, será preciso levantar a **certidão de registo comercial** no cartório.

Documento 2

“Em Cabo Verde pode criar a sua empresa em um dia através do processo acelerado oferecido pela Casa do Cidadão. Adicionalmente, em Santiago e Sal, a Casa do Cidadão oferece um serviço móvel onde pode criar a sua empresa a partir de uma viatura preparada para o efeito.”

<https://cabo Verde.eregulations.org/> [consult. 20 ago 2024]

Manual Digital

Link
eRegulations
Cabo Verde



Em síntese, os principais procedimentos do processo tradicional de constituição de uma empresa são:

- 1) Solicitar o certificado de admissibilidade de firma (CAF);
- 2) Obter o Número de Identificação Fiscal (NIF);
- 3) Realizar o capital social;
- 4) Solicitar o registo comercial;
- 5) Obter o despacho de registo;
- 6) Pagar a publicação no Boletim Oficial;
- 7) Entregar o recibo do pagamento da publicação;
- 8) Levantar a certidão do registo comercial.

A Empresa no Dia é um serviço que oferece um processo de criação de empresas mais acelerado, concentrando o processo num só local.

Os procedimentos do serviço Empresa no Dia (END) variam conforme se opta pela utilização de um nome de firma já disponível ou se opta por um nome à sua escolha.

Optando **por um nome de firma já existente**, o processo envolve duas etapas:

- 1) Criação da empresa, sendo necessário entregar documentos como o Bilhete de Identidade (BI) ou Passaporte (do requerente e dos sócios), Número de Identificação Fiscal (NIF) (de todos os sócios e/ou intervenientes), Certidão de Registo Comercial e Ata da Assembleia-geral.
- 2) Abrir conta num banco comercial, preenchendo os respetivos formulários e a ficha de assinaturas, e depositar o capital em dinheiro, cheque ou transferência.

Sugere-se a consulta do site
eRegulations
Cabo Verde.

Caso se opte **por um nome de firma à sua escolha**, o processo implica uma etapa adicional que faz demorar mais um dia, envolvendo, assim, três etapas:

- 1) Solicitar o registo do nome da firma e obter o certificado de admissão de firma (CAF), pagando a respetiva taxa de emissão.
- 2) Criação da empresa, sendo necessário entregar documentos como o Bilhete de Identidade (BI) ou Passaporte (do requerente e dos sócios), Números de Identificação Fiscal (NIF) (de todos os sócios e/ou intervenientes), Certidão de Registo Comercial e Ata da Assembleia-geral.
- 3) Abrir conta num banco comercial, preenchendo os respetivos formulários e a ficha de assinaturas, e depositar o capital em dinheiro, cheque ou transferência.

O processo tradicional de criação de empresas, além de ser mais demorado que o serviço de Empresa no Dia, também implica a deslocação a diversas entidades, sendo usado especialmente em zonas mais distantes de um balcão da Casa do Cidadão ou para a realização de atos que o serviço da Empresa no Dia ainda não abranja, como a criação de empresas cujo capital seja em espécie (bens móveis ou imóveis), a criação de associações sem fins lucrativos ou a criação de empresas que necessitem de autorizações especiais, como os bancos.

Atividade 6

Lê atentamente o texto abaixo.

“Empresa no Dia é um processo acelerado de criação [de empresas] que dura um ou dois dias conforme optar por um nome já existente na lista (1 dia) ou por um nome da sua escolha (2 dias).

O processo tradicional é a via antiga para criação que demora mais tempo e implica atos dispersos por entidades distintas. Aplica-se habitualmente nos sítios não cobertos pela Casa do Cidadão.”

<https://caboverde.eregulations.org> [consult. 20 ago 2024]

- 1 Comenta o texto, tendo em atenção os dois processos de constituição de empresas mencionados.
- 2 Indica as principais diferenças entre os procedimentos necessários para se constituir uma empresa pelo processo tradicional e pelo serviço Empresa no Dia.

6.2.2. Estrutura empresarial

Qualquer empresa em funcionamento necessita de manter uma estrutura organizada, para poder ser dirigida e controlada de forma eficiente. São muitas as variáveis que compõem a empresa, pelo que é fundamental investir na sua estrutura organizativa. A estrutura da organização deve permitir relacionar todos os meios da empresa de forma equilibrada e fluida para que se possam cumprir os objetivos predefinidos. Uma boa estrutura deverá articular todos os elementos da organização, desde os recursos humanos aos meios técnicos e financeiros, incluindo o relacionamento com terceiros, como clientes e fornecedores, permitindo assim obter a máxima eficiência produtiva.

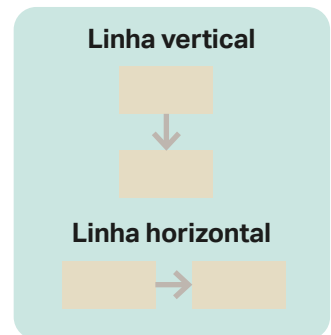
A estrutura organizativa de uma empresa deverá contribuir para fomentar a responsabilização dos seus recursos humanos, promover uma gestão eficiente dos meios, facilitar a comunicação interna, clarificar a autoridade e as funções de cada posto de trabalho, auxiliar a tomada de decisões nos diversos níveis hierárquicos, identificar os departamentos existentes, entre outros.

A estrutura de uma organização empresarial é composta por órgãos, funções e relações de dependência que podem ser representados através de um esquema denominado organigrama (ou organograma). Os diversos **órgãos** que compõem a empresa estabelecem relações entre si que dão origem às chamadas linhas hierárquicas.

As linhas hierárquicas podem ser verticais ou horizontais. As **linhas verticais** representam as relações entre órgãos de diferentes níveis hierárquicos, partindo do órgão hierarquicamente superior para o órgão hierarquicamente inferior. As **linhas horizontais** dizem respeito às relações existentes entre órgãos com o mesmo nível hierárquico, como, por exemplo, o departamento de compras e o departamento de vendas.

A estrutura organizativa varia de empresa para empresa, dependendo do respetivo grau de tecnologia, do meio onde se insere e das características dos seus recursos humanos. A estrutura deve manter-se continuamente adaptada às necessidades da empresa, evoluindo conforme vai sendo necessário. Idealmente, a estrutura de uma organização deverá ser flexível, não possuindo excessivos níveis. Assim, poderá crescer à medida das necessidades, permanecendo leve e simples.

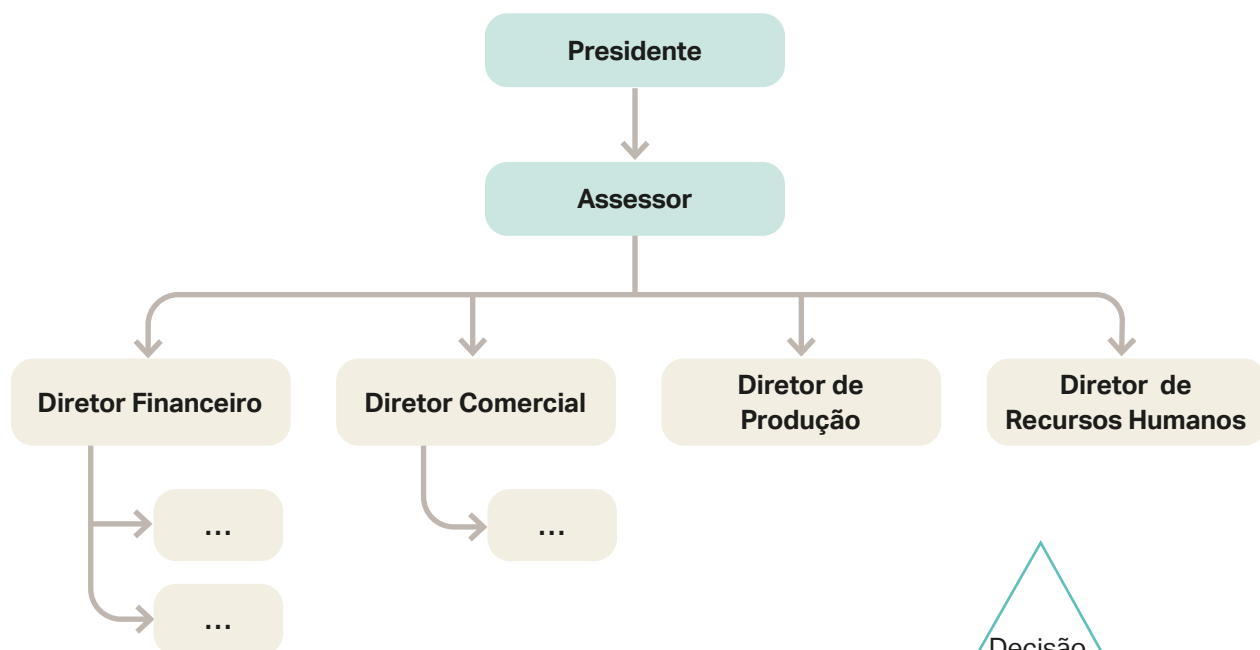
Os esquemas que representam as estruturas organizacionais chamam-se **organigramas** (ou organogramas). Estes documentos devem conter os órgãos que compõem a empresa, assim como as respetivas funções e relações hierárquicas. Os organigramas podem ser simples ou nominativos. Nos organigramas simples apenas aparece indicado o órgão em cada nível,



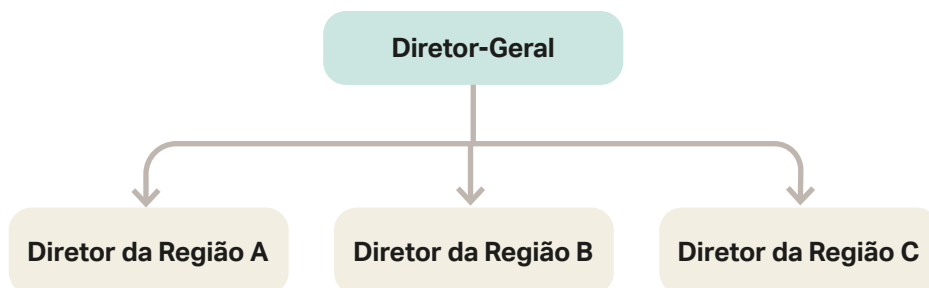
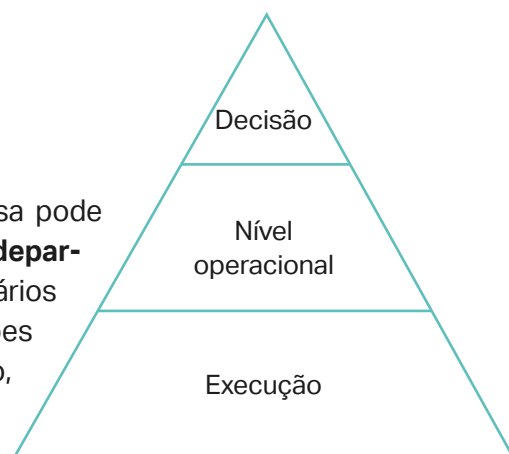
Organigrama

Documento que regista os esquemas da estrutura de uma empresa, contendo os seus órgãos e respetivas funções e relações hierárquicas.

enquanto os organigramas nominativos também incluem o nome do responsável por cada órgão.



Um organograma da estrutura de uma empresa pode incluir diversos níveis de **hierarquização** e/ou de **departamentalização**. Por um lado, pode apresentar vários níveis hierárquicos que correspondem às relações verticais existentes na empresa e, por outro lado, pode mostrar vários departamentos existentes em cada nível hierárquico. No caso da especialização vertical, os níveis hierárquicos de topo geralmente dizem-se de decisão, os intermédios designam-se operacionais ou de gestão e os da base são os de execução. Quanto à departamentalização, a especialização horizontal pode ser efetuada por funções, por produto, por cliente, por área geográfica, por projeto, entre outras.



Departamentalização
(por área geográfica)

Atividade 7

“A representação gráfica da estrutura organizacional tem como vantagens a visualização imediata dos órgãos em linha e de assessoria, mostra as relações formais entre os órgãos e possibilita o conhecimento da forma de comunicação entre eles. Como desvantagens podem apontar-se o facto de ser estático, só representar as relações formais, não conter todas as relações e situações, e poder induzir o observador em erro, quando, por razões estéticas, coloca os departamentos todos ao mesmo nível de importância, o que nem sempre acontece.”

SOTOMAYOR, Ana M., RODRIGUES, Jorge e DUARTE, Manuela (2014), *Princípios de Gestão das Organizações*, Rei dos Livros

- 1 Diz o que entendes por organigrama.
- 2 Faz o esboço de um organigrama, inventando o conteúdo.

6.2.3. Expansão da estrutura organizacional

O nível de produção de bens tem aumentado de tal forma nas últimas décadas que as empresas se debatem permanentemente com o problema do seu escoamento e a forma mais competitiva de funcionar no mercado.

Para isso, são utilizadas as mais diversas estratégias de redução de custos e obtenção de sinergias através de vários tipos de cooperação e coligação de empresas. As associações e parcerias empresariais, por vezes, dão origem a operações de concentração. Este tipo de operações possibilita uma rápida expansão das empresas através de fusões e aquisições.

Dá-se uma **aquisição** quando uma empresa compra uma parte ou a totalidade do capital de outra empresa, passando, nesse caso, a empresa adquirida a estar sob a alçada da empresa adquirente. No entanto, a empresa adquirida não se extingue, continua a existir, mas agora é controlada pela adquirente.

Aquisição

Situação em que uma empresa adquire total ou parcialmente o capital de outra.

Uma **fusão** é uma forma de associação empresarial da qual resulta uma nova empresa, que utiliza os fatores produtivos das empresas antigas. Essa nova empresa pode resultar de uma absorção de uma das empresas originais pela outra (fusão por incorporação) ou, então, pode ser uma empresa criada de novo, fundindo-se as empresas originais numa nova (fusão por concentração).

Fusão

Associação de duas ou mais empresas, dando origem a uma nova empresa, através da incorporação de uma ou da concentração de todas.

Exemplos de fusões e aquisições em Cabo Verde:

- Aquisição de 51% da Cabo Verde Airlines por Loftleidir Icelandic (2019).
- Fusão por incorporação das empresas CVMóvel, S.A. e CVMultimédia, S.A. na Cabo Verde Telecom, S.A. (2023).



Documento
Organigrama
JCV

As concentrações de empresas podem ser operadas de diversos modos. Nuns casos, são decididas de forma amigável através de fusões de mútuo consentimento e, noutros, decidem-se unilateralmente, não havendo anuência de todas as partes envolvidas. Isso acontece com as chamadas aquisições hostis.

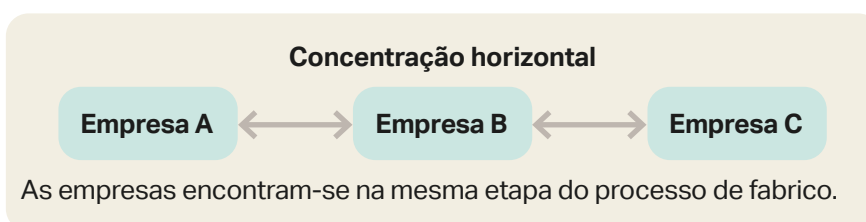
Os principais tipos de concentração existentes são a concentração horizontal, vertical e conglomeral.

• **Concentração horizontal**

Forma de concentração que reúne empresas que fabricam o mesmo produto ou que se encontram na mesma etapa do processo de fabrico. Trata-se da associação de empresas do mesmo ramo de atividade ou de ramos de atividade semelhantes que se decidem juntar para beneficiarem de economias de escala.

As vantagens deste tipo de associação são equivalentes às de um aumento de dimensão de uma empresa, pois permitem aumentar o poder negocial do grupo de empresas em relação a terceiros.

Um conjunto de empresas que se associe neste formato poderá, por exemplo, negociar melhor com os seus fornecedores e obter preços mais baixos, uma vez que as quantidades transacionadas pelo grupo são superiores às aquelas que seriam negociadas individualmente por cada empresa.

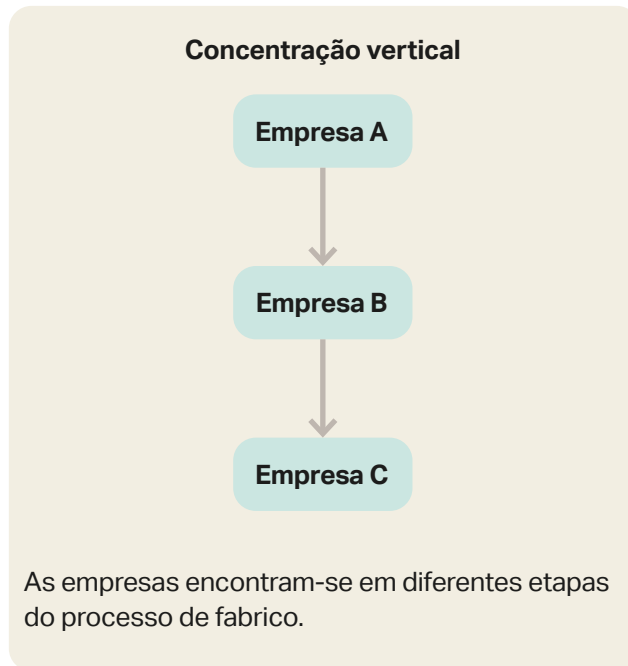


• **Concentração vertical**

Agrupamento de empresas que se complementam umas às outras, embora se encontrem em etapas distintas do mesmo processo produtivo. Trata-se de uma integração vertical que permite a redução dos encargos com a aquisição de bens intermédios.

Como, na maioria dos casos, as empresas se situam em diferentes fases de um processo de fabrico, umas funcionam como fornecedoras das outras, suprimindo-se, assim, alguns custos de intermediação.

A principal vantagem deste tipo de associação empresarial é a redução do número de intermediários, possibilitando baixar os custos de produção e aumentar a rentabilidade do grupo.



• **Concentração conglomeral (grupos económicos)**

Forma de concentração empresarial que congrega sob um centro de decisão único diversas empresas que podem ser similares ou não. O principal objetivo deste tipo de parceria é obter mais-valias através de estratégias de diversificação variadas.

Documento 3

“O que são fusões e aquisições de empresas?”

Aquisição de empresa

O conceito de aquisição de empresa respeita apenas à aquisição total ou parcial do capital de uma empresa. A aquisição pode ser minoritária ou de controlo. Quando utilizamos o termo fusões e aquisições (F&A), estamos normalmente a considerar as aquisições que conduzem à tomada de controlo de capital da empresa-alvo.

Presume-se que através de uma participação maioritária existe domínio da gestão, na medida em que quem detém esta participação pode, para além de outros direitos, nomear os órgãos de gestão e de fiscalização da sociedade.

Documento 3 (cont.)

Fusão de empresas

[...] uma fusão consiste na reunião numa só de duas ou mais sociedades. A fusão pode realizar-se por duas formas distintas:

Modalidades da fusão

Fusão – Incorporação $A + B = A$

Fusão – Concentração $A + B = C$

- **Fusão – Incorporação:** através da transferência global do património de uma ou mais sociedades para outra que se designa sociedade incorporante. A sociedade incorporante entrega por contrapartida, aos sócios ou acionistas das empresas incorporadas, quotas ou ações representativas do seu capital social, na base do valor atribuído durante as negociações ao património das empresas-alvo em relação ao valor da incorporante.
- **Fusão – Concentração:** mediante a constituição de uma nova sociedade para a qual se transferem os patrimónios das empresas fundidas e se atribuem aos sócios e acionistas da nova empresa as respetivas partes de capital em função do valor atribuído durante as negociações a cada uma das empresas a serem fundidas na nova sociedade. Para além das partes de capital, podem ser atribuídas aos sócios das empresas incorporadas ou fundidas quantias em dinheiro que não podem exceder 10%.”

IAPMEI

Atividade 8

- 1 Diz o que entendes por fusão e por aquisição.
- 2 Explica a razão de haver, cada vez mais, empresas a efetuar operações de concentração entre si.
- 3 Distingue concentração vertical de horizontal.

6.3. Organizações sem fins lucrativos

Por vezes, a sociedade civil também se organiza³, criando associações que não têm como objetivo a obtenção de lucros. Grupos de pessoas da sociedade civil reúnem-se, com a colaboração de mecenas, instituições de apoio e voluntários, para criar **organizações não governamentais (ONG)**, **associações de desenvolvimento comunitário (ADC)**, entre outras formas de organização, que ocupam um papel muito importante na sociedade, tendo como finalidade auxiliar certos aspetos importantes da sociedade que não estejam a ser cobertos, defender interesses coletivos considerados relevantes, como seja promover a melhoria das condições de vida dos cidadãos e o desenvolvimento das comunidades.

Cabo Verde possui uma grande variedade de organizações sem fins lucrativos, que visam sobretudo promover a agricultura e o desenvolvimento rural, e aspetos de natureza social, como a família, a cultura, o desporto ou a educação. Em termos legais, esta temática está amplamente coberta, havendo bastante legislação relativamente a estas iniciativas da sociedade civil, apesar de poder estar um pouco dispersa.

Legislação avulsa:

- Estatuto das organizações da sociedade civil de desenvolvimento (Lei n.º 114/VIII/2016);
- Regime jurídico da constituição de associações de fim não lucrativo (Lei n.º 25/VI/2003);
- Regime jurídico do voluntariado (Decreto-Lei 42/2010);
- Regime jurídico geral das pessoas coletivas de utilidade pública (Decreto-Lei 59/2005);
- Regime jurídico da atividade das microfinanças e respetivas instituições (Lei n.º 83/VIII/2015);
- Regime jurídico do mecenato (Lei n.º 45/VI/2004)

Os principais parceiros e fontes de financiamento destas organizações são a Administração Pública (central e local), organismos internacionais e multilaterais, como o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ou a Agência das Nações Unidas para a defesa e promoção dos direitos das crianças (UNICEF), outras ONG nacionais e o setor privado.

³OSC – Organizações da Sociedade Civil.

Documento 4

“A importância das ONG está diretamente ligada à realização de trabalhos onde o Estado não consegue chegar, para isso elas podem contar com auxílio e doações do mesmo e também colaboração por parte de instituições privadas. [...] hoje, o país já conta com mais de duas centenas de ONG e cerca de 600 outras categorias de OSC, sob forma de associações comunitárias, organizações socioprofissionais, ligas, fundações, redes, cooperativas, mutualidades e grupos, entre outras.

Na linha da frente desta caminhada, encontram-se as ONG de desenvolvimento e as associações comunitárias que, em todos os concelhos e ilhas, vêm participando, de forma significativa, para o desenvolvimento de Cabo Verde, ao mesmo tempo que concorrem para a redução da pobreza e exclusão social, implementando ações de desenvolvimento e de promoção das populações pobres e muito pobres. [...]

A maior parte dessas organizações está registada sob a forma jurídica de uma associação/ONG e umas poucas estão reconhecidas como agrupamentos profissionais, fundações e ligas, existindo, igualmente, grupos, cooperativas e organização de solidariedade internacional.

Em termos de localização geográfica, mais de metade das ONG [...] tem sede na ilha de Santiago, principalmente na Praia, e um terço encontra-se em São Vicente. Outras estão sedeadas em Santo Antão, Fogo, São Nicolau, Maio, Boa Vista, Sal e Brava, havendo uma relação direta entre essa distribuição e o grau de intervenção das ONG, cujas iniciativas, na maior parte das vezes, ultrapassam o universo do seu concelho ou ilha.

Todavia, as ONG e demais OSC deparam-se com inúmeras dificuldades na sua ação, a começar pela sua limitação em termos de condições institucionais e capacidades internas para realizar uma boa gestão dos recursos que conseguem junto de parceiros nacionais e internacionais de desenvolvimento.”

Guia das ONG, Plataforma das ONG de Cabo Verde [consult. 20 ago 2024]

A ADAD – Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento (ONG ambiental) e a SOS Aldeias Infantis Cabo Verde são dois exemplos de ONG cabo-verdianas.

Sugere-se a consulta da Plataforma das ONG de Cabo Verde (PLATONG) disponível em <http://www.platongs.org.cv> (acedido em 27/01/2025).

Documento 5

“Mapeamento da Sociedade Civil Cabo-verdiana – perfil das OSC

No Inquérito efetuado entre junho e setembro de 2019, participaram um total de 189 organizações da sociedade civil (OSC). Destas, 4 OSC (2,1%) indicaram não estar registadas oficialmente.

Relativamente ao tipo de organização e estatutos, a grande maioria das OSC participantes está constituída como Organização Não Governamental (ONG) (40,2%) e Associação de Desenvolvimento Comunitário (ADC) (34,4%), o que corresponde a 74,6% das OSC. As restantes OSC (25,4%) dividem-se entre associações recreativas e/ou desportivas, que têm o seu próprio Quadro legal e estatuto, (7,9%); Sindicatos (4,8%), Fundações (3,2%), Cooperativas (2,6%), Organizações religiosas (2,1%), Instituições de microfinanças (1,6%), OSC sem estatuto legal (2,1%) e OSC que colocaram «Outros» (1,1%) (ver gráfico).”

Tipo de OSC participante conforme o seu estatuto**Tipo de OSC participante conforme o seu estatuto**

As áreas principais de intervenção das 189 OSC participantes incluem:

- 1) a inclusão social de grupos vulneráveis, com 57,7% das OSC a trabalhar nesta área;
- 2) a educação com 54,5%;
- 3) a igualdade de género com 54%;
- 4) o desenvolvimento local e/ou rural com 51,9%;
- 5) a sensibilização com 50,3%.

Mapeamento da Sociedade Civil Cabo-verdiana, UE – Assistência Técnica e Capacitação das Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais

Atividade 9

- 1 Explica o que são as OSC, referindo o seu papel na sociedade.
- 2 Procura formar um dossiê com informações relativas a organizações sem fins lucrativos da tua localidade.

Conceitos-chave

- Ação
- Aquisição
- Associações de Desenvolvimento Comunitário (ADC)
- Capital social
- Concentração horizontal, vertical e conglomeral
- Cooperativa
- Criação de empresas
- Departamentalização
- Empresa
- Empresa coletiva
- Empresa em nome individual
- Empresa mista
- Empresa privada
- Empresa pública
- Empresa singular
- Firma
- Fusão
- Hierarquização
- Micro, pequena, média ou grande empresa
- Obrigação
- Organigrama (ou organograma)
- Organizações da Sociedade Civil (OSC)
- Organizações Não Governamentais (ONG)
- Sociedade anónima
- Sociedade por quotas
- Sociedade unipessoal anónima
- Sociedade unipessoal por quotas

Síntese

- Uma **empresa** é uma forma de organização cuja principal finalidade é a produção de bens, serviços ou soluções que permitam a obtenção de lucros. Uma empresa é uma **célula social**, um **conjunto de meios**, um **sistema aberto** e um **centro de decisões**.
- As empresas podem ser classificadas por diversos critérios: quanto ao **tipo de atividade económica**, quanto à **propriedade dos meios de produção**, quanto à sua **dimensão** ou quanto à sua **forma jurídica**.

- De acordo com o critério da propriedade dos meios de produção, as empresas podem ser classificadas como **públicas, privadas, mistas** ou **cooperativas**. Relativamente à dimensão, as empresas podem ser classificadas de várias formas diferentes sendo frequente dividi-las em: **micro, pequenas, médias ou grandes empresas**. No que respeita à forma jurídica, as empresas podem ser classificadas como **singulares** ou **coletivas**.
- As empresas singulares podem ser **em nome individual** ou **unipessoais** (por quotas ou anónimas) e as coletivas podem ser sociedades **por quotas**, sociedades **anónimas** ou sociedades **cooperativas**.
- A **criação de uma empresa** geralmente envolve um conjunto de etapas que é necessário percorrer: desenvolver e testar a ideia do negócio, garantir que o empresário tem o perfil adequado, efetuar estudos de mercado, criar um plano de gestão, cumprir com os formalismos legais, elaborar um orçamento e traçar o plano de negócio.
- Para se **constituir legalmente uma empresa** é necessário efetuar determinados procedimentos, nomeadamente, depositar o capital mínimo numa instituição bancária, criar e registar a firma, publicar os estatutos, obter o número de identificação fiscal, entre outros.
- A estrutura de uma organização empresarial é composta por órgãos, funções e relações de dependência que podem ser representados através de um esquema denominado **organigrama** (ou organograma).
- Os diversos órgãos que compõem a empresa estabelecem relações entre si que dão origem às **linhas hierárquicas**, que podem ser verticais ou horizontais.
- Atualmente, vivemos numa época de grande competitividade empresarial que leva as empresas a associar-se e formar parcerias estratégicas, nomeadamente, através de operações de concentração, como as **fusões e aquisições**.
- As principais **formas de concentração** são a concentração horizontal, a concentração vertical e a concentração conglomeral.
- As **organizações da sociedade civil (OSC) sem fins lucrativos** visam auxiliar e promover o desenvolvimento em áreas carentes das comunidades. Englobam organizações não governamentais (ONG), associações de desenvolvimento comunitário (ADC), associações recreativas e/ou desportivas, sindicatos, cooperativas, fundações, instituições de microfinanças, instituições religiosas, entre outras formas de organização, constituídas com a colaboração de mecenases, instituições privadas e voluntários, muitas vezes, com o apoio da Administração Pública Central e/ou Local, e de organismos internacionais e multilaterais (como, por exemplo, o FIDA, o PNUD ou a UNICEF).

Ficha de trabalho 6

1 Selecciona, em cada caso, a opção que consideras correta.

- 1.1.** Modernamente, considera-se que a empresa é
 - a)** uma célula social, um sistema fechado, um conjunto de valores.
 - b)** uma célula imaterial, um sistema aberto, um conjunto de meios.
 - c)** um conjunto de meios, um sistema aberto, um centro de decisões.
 - d)** uma célula material, um conjunto de valores.
- 1.2.** Segundo o critério de classificação da propriedade dos meios de produção, as empresas podem ser
 - a)** divididas de acordo com o respetivo código de atividade económica.
 - b)** industriais ou comerciais.
 - c)** públicas ou privadas.
 - d)** singulares ou comerciais.
- 1.3.** As ações de uma empresa são
 - a)** títulos representativos do capital social cuja posse confere ao titular a qualidade de acionista.
 - b)** títulos representativos de partes da dívida de uma empresa que constituem um empréstimo.
 - c)** quotas de mercado.
 - d)** as etapas que é necessário percorrer para criar uma empresa.
- 1.4.** Na estrutura de uma empresa, a hierarquização corresponde a uma
 - a)** especialização vertical e horizontal.
 - b)** departamentalização da empresa.
 - c)** especialização vertical.
 - d)** definição dos elementos que pertencem a cada nível hierárquico.
- 1.5.** Consideram-se organizações sem fim lucrativo da sociedade civil as
 - a)** sociedades unipessoais.
 - b)** empresas familiares.
 - c)** organizações governamentais.
 - d)** cooperativas.

- 2 Tendo em atenção o excerto da lista de classificação de atividades empresariais (CAE CV - Rev1) apresentado na tabela a seguir, explicita o significado de cada elemento que compõe a estrutura do seguinte código de atividade: A 0121.

Secção	Divisão	Grupo	Classe	Designação
A				AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA E PESCA
	01			AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E ATIVIDADES DOS SERVIÇOS RELACIONADOS
		...	...	...
		012		CULTURAS PERMANENTES
			0121	Cultura de frutos tropicais e subtropicais
			0122	Cultura de outros frutos (inclui casca rija)
			0129	Comércio por grosso e a retalho de motociclos, de suas peças e acessórios

- 3 Comenta a afirmação seguinte, identificando o critério de classificação de empresas mencionado:

“18 160 empresas operaram em Cabo Verde em 2022, sendo cerca de 66% micro e pequenas empresas.”

RTC, 12 de janeiro de 2024 (<https://www.rtc.cv>)

- 4 Analisa a seguinte tabela.

Volume de negócios, por forma jurídica

Classes de forma jurídica	Volume de negócios (contos)		Tx. Variação (2022/2017)
	V RE 2017	VI RE 2022	
Empresa em Nome Individual e Sociedade Unipessoal por Quotas	32 471 153	53 710 357	65,4%
Sociedade por Quotas	80 806 138	116 842 582	44,6%
Sociedade Anónima e Outras	162 977 102	187 604 024	15,1%
Cabo Verde	276 254 394	358 156 962	29,6%

RE – Recenseamento Empresarial

VI Recenseamento Empresarial 2022, INE (2024)

- 4.1. Apresenta os principais aspetos da tabela, tendo em atenção o volume de negócios das diferentes classes de forma jurídica e a taxa de variação entre os dois recenseamentos empresariais.
- 4.2. Distingue uma sociedade por quotas de uma sociedade por quotas unipessoal.

Ficha de trabalho 6 (cont.)

5 Associa os elementos de um conjunto aos elementos do outro.

A – Concentração horizontal

B – Concentração vertical

C – Concentração conglomeral

1 – Concentração de empresas que se encontram em níveis diferentes do processo produtivo.

2 – Concentração de empresas que se encontram ao mesmo nível em termos de etapa do processo produtivo.

3 – Concentração de empresas de natureza diversa cujo objetivo é a obtenção de vantagens financeiras através da diversificação de estratégias.

Objetivos de aprendizagem

- Descrever o surgimento da moeda e a evolução das suas diferentes formas.
- Caracterizar o sistema financeiro.
- Identificar formas de financiamento da atividade económica.
- Caracterizar o sistema bancário nacional e compreender o seu processo de desenvolvimento.
- Descrever diferentes formas de poupança e investimento.
- Identificar os principais tipos de instrumentos financeiros.

7.1. Moeda

7.1.1. Surgimento da moeda

Os primeiros povos eram nómadas e colhiam os bens da Natureza de acordo com as suas necessidades. A partir do momento em que se sedentarizaram, os seres humanos começaram a dedicar-se a atividades, como a agricultura, que geravam mais bens do que aqueles que eram necessários. Surgia então a divisão natural do trabalho, dando lugar à especialização das tarefas, ao desenvolvimento de instrumentos de trabalho e, consequentemente, a um aumento da produção, que tornava possível a existência de um excedente.

O excedente da produção de cada indivíduo podia ser trocado por outros bens de que necessitasse, dando-se, assim, início a um sistema de trocas. A princípio, funcionava um sistema de **troca direta** no qual os produtos eram trocados diretamente por outros que fizessem falta.

Troca direta

Troca de um produto por produto.

No entanto, este tipo de troca apresentava alguns **inconvenientes**. Por um lado, era necessário encontrar outro indivíduo que tivesse interesses compatíveis, isto é, alguém que tivesse em excesso os bens de que a outra parte necessitava e que, simultaneamente, desejasse ter os bens que esse indivíduo podia dar em troca.

Por outro lado, em determinados casos era difícil atribuir um valor aos bens que iam ser trocados, pois as valorizações eram feitas em unidades diferentes e nem sempre se chegava a um acordo, acabando por dificultar as trocas. Além disso, o facto de certos bens não serem divisíveis aumentava a dificuldade das trocas, pois tornava-se muito mais complicada a compatibilização de interesses contrários.

Produto



Produto

Troca indireta

Troca processada em duas fases: primeiro troca-se um produto por moeda, depois troca-se essa moeda por um novo produto.

Como forma de ultrapassar os inconvenientes da troca direta, surge a **troca indireta**, que inclui um novo intermediário, a moeda. A troca passa então a ser efetuada em duas

fases: primeiro troca-se um produto por moeda e, mais tarde, troca-se essa moeda por um novo produto.

A troca indireta tornou mais fácil a compatibilização de interesses contrários, dando origem a um aumento do volume das trocas, que incrementava a atividade económica. A utilização da moeda no sistema de trocas trazia mais vantagens, pois resolvia o problema de transporte de certos bens, assim como o problema dos bens de deterioração rápida.



Moeda

Bem utilizado como intermediário nas trocas, de aceitação generalizada, que serve de meio de reserva de valor e para medir o valor dos bens.

A **moeda** aparece então como bem intermediário nas trocas, aceite por todos os indivíduos, sendo utilizada para medir o valor de outros bens e serviços.

Mas as primeiras moedas não eram como as que hoje utilizamos, pois, qualquer bem que a generalidade dos indivíduos de uma comunidade considerasse útil poderia servir como moeda (por exemplo, o sal). Só mais tarde é que os metais preciosos passaram a ser usados como moeda.

Tipos de moeda

Moeda-mercadoria

Moeda metálica

Moeda de papel

- Moeda representativa
- Moeda fiduciária
- Papel-moeda

Moeda escritural

Moeda-mercadoria

Bem de aceitação generalizada que, na fase inicial da moeda, servia de intermediário nas trocas. Qualquer bem considerado útil por uma comunidade poderia servir como moeda de troca.

7.1.2. Evolução e tipos de moeda

Numa primeira fase, a moeda era um bem geralmente relacionado com a principal atividade da comunidade e que, por esse motivo, era bem aceite como meio de pagamento. Era a fase da **moeda-mercadoria**, em que cada comunidade usava como moeda de troca um bem valorizado pela generalidade dos seus membros.

Numa fase seguinte, os metais preciosos, como o ouro e a prata, passaram a ser os principais intermediários das trocas, pois apresentavam vantagens relativamente à maioria dos outros bens. Uma das vantagens era a sua divisibilidade, já que poderiam ser fracionados em submúltiplos, o que facilitava as trocas; outra vantagem era a sua conservação, pois não se deterioravam com o tempo, como acontecia com outros bens. Além disso, apresentavam uma característica especial: os indivíduos atribuíam-lhes valor, mas não lhes davam grande utilidade. Normalmente, o ouro e a prata eram usados apenas para fins decorativos – o seu uso não tinha outros fins, como acontecia, por exemplo, com o sal, que, como era utilizado para múltiplos fins na vida quotidiana, poderia eventualmente esgotar-se.

Estava-se, então, na fase da **moeda metálica**, em que, a princípio, se usavam os metais não cunhados, isto é, nos quais não tinha sido colocada uma inscrição gravada (um cunho) que fizesse corresponder a um determinado valor. Numa fase posterior, quando os metais preciosos começaram a ser cunhados, eram gravadas inscrições que indicavam o valor correspondente ao peso de cada moeda. Atualmente, ainda se usa a moeda metálica como **moeda divisionária** ou de **trocos**, embora o seu valor facial não corresponda ao seu valor real.

A moeda metálica apresentava alguns inconvenientes: os metais preciosos eram escassos, podiam tornar-se bastante pesados e acarretavam custos de extração. Assim, a partir da Idade Média surge a **moeda de papel**, substituindo-se os metais preciosos por um documento escrito. Por outro lado, os Descobrimentos contribuíram para que houvesse um incremento das trocas, de que resultava, frequentemente, o aparecimento de dificuldades inerentes ao transporte de moeda. Assim, para facilitar o transporte de valores, os cambistas e os ourives emitiam letras de câmbio e certificados de depósito no valor da moeda que lhes era entregue.

A primeira fase da moeda de papel era a **moeda representativa**, fazendo-se corresponder, através de um certificado representativo, uma determinada quantia em ouro ou prata previamente depositada. Nesta altura, a quantia representada nas notas em circulação correspondia exatamente ao valor depositado nos cofres dos bancos.

Num segundo momento, a moeda de papel passou a ser **moeda fiduciária**, tendo como base a confiança sobre os bancos. No século XVIII, como a maioria dos clientes não levantava o valor depositado em metal, o Banco de Estocolmo decidiu emitir moeda a descoberto, isto é, colocar em circulação notas num valor superior àquele que tinha sido efetivamente depositado.

Muitos bancos começaram, então, a emitir moeda a descoberto, e, a certa altura, a situação era demasiado arriscada. Como as notas eram convertíveis, isto é, podiam ser trocadas a qualquer momento pelo valor depositado em metal, corria-se o risco de, numa situação de crise (uma guerra, por exemplo), todos os clientes desejarem converter as suas notas em metal, levando os bancos à falência. O excesso de emissão de moeda conduziu ao descrédito de muitos bancos, o que exigiu a intervenção dos

Moeda metálica

Metais preciosos como moeda de troca. Inicialmente, os metais não eram cunhados, mas, mais tarde, começaram a sê-lo, tendo gravadas inscrições a indicar o valor de cada moeda. Atualmente, a moeda metálica é usada como moeda divisionária ou de trocos, embora o seu valor facial não corresponda ao seu valor real.

Moeda de papel

Documento escrito representativo de moeda que facilitava o transporte de valores. A moeda de papel teve três fases: moeda representativa, moeda fiduciária e papel-moeda.

Moeda representativa

Notas em circulação correspondentes ao valor exato que foi depositado em metal precioso nos cofres dos bancos.

Moeda fiduciária

Notas convertíveis emitidas num montante superior ao valor efetivamente depositado.

Curso forçado

Imposição do Estado pela qual passa a ser obrigatória a aceitação de notas como meio de pagamento definitivo.

Inconvertibilidade

Impossibilidade de conversão das notas em metal precioso.

Papel-moeda

Notas inconvertíveis, de curso forçado imposto pelo Estado.

Moeda escritural

Depósitos bancários movimentados através de cheques, transferências, ordens de pagamento ou cartões bancários.

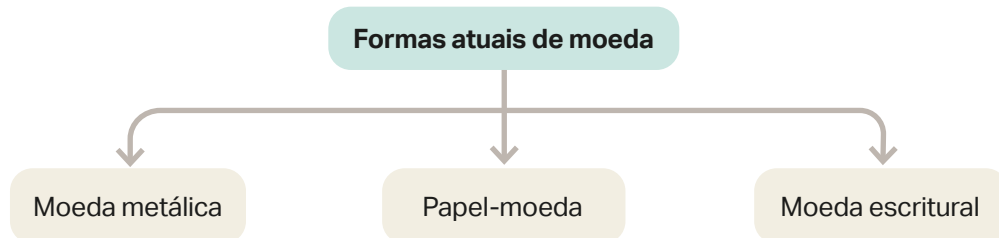
Moeda eletrônica

Inclui os cartões bancários de débito ou de crédito, que são uma das formas de movimentação da moeda escritural.

Estados, que passaram a impor o **curso forçado das notas** e a sua **inconvertibilidade**, isto é, o Estado passava a obrigar a aceitação das notas como meio de pagamento definitivo, que, por outro lado, deixavam de poder ser convertidas em moeda metálica. A emissão de moeda passou a ser confiada aos bancos emissores, que eram as instituições financeiras controladas pelos Estados, iniciando-se a fase do papel-moeda.

O **papel-moeda** vigora até aos dias de hoje e apresenta como principais vantagens a facilidade de transporte, manuseamento e guarda. As notas não têm valor intrínseco, ou seja, o valor do material de que são feitas não corresponde ao valor nelas inscrito.

Mais tarde começou a ser usada a **moeda escritural**, que é constituída pelos depósitos bancários. Os valores depositados nos bancos podem ser movimentados através de cheques, transferências, ordens de pagamento ou cartões bancários (**moeda eletrônica**). A moeda é denominada escritural porque é usada através de movimentos de escrita, isto é, quando, por exemplo, o banco recebe instruções para fazer uma transferência, debita uma certa conta bancária numa determinada quantia para em seguida a creditar noutra conta. Nos dias de hoje, também se utiliza com frequência o computador e o telemóvel para movimentar os depósitos bancários, pois é possível efetuar transferências ou dar ordens de pagamento através da Internet (**moeda informática**).



Desmaterialização da moeda

Atualmente, a forma de moeda mais utilizada em todo o lado é a moeda escritural. Os cartões bancários, os cheques e as instruções informáticas aos bancos têm sido os substitutos dos pagamentos em dinheiro "vivo". Os movimentos de escrita vêm, assim, sobrepor-se às trocas físicas de moeda, que tem vindo gradualmente a perder o seu conteúdo material. Estamos perante uma desmaterialização da moeda, em que os

seus proprietários deixam cada vez mais de possuir um bem corpóreo para passarem a ter apenas documentos comprovativos da sua posse.

Funções da moeda

As principais funções da moeda são: servir de meio de pagamento, de medida de valor e de instrumento de reserva de valor.

- **Meio de pagamento geral e definitivo** – a moeda é um bem de aceitação generalizada que é utilizado como intermediário geral das trocas, sendo considerado definitivo qualquer pagamento efetuado em moeda.
- **Medida de valor** – o valor dos bens e serviços é expresso através da moeda, que funciona como uma unidade de conta.
- **Instrumento de reserva de valor** – pode-se guardar moeda por um determinado período de tempo, conservando-se, assim, um valor. O valor reservado no momento presente pode ser usado para adquirir bens e/ou serviços no futuro.



Atividade 1

“A moeda atual pode também existir sem ter uma representação física. O dinheiro pode existir numa conta bancária sob a forma de um registo informático ou estar depositado numa conta poupança. A moeda digital ou eletrónica consiste num valor monetário registado, por exemplo, num cartão pré-pago ou num telemóvel. Os débitos diretos, os pagamentos através da Internet e os pagamentos com cartão são formas de pagamento que não envolvem numerário. Mais recentemente, surgiram até novas moedas digitais descentralizadas ou sistemas de moeda virtual, como a Bitcoin, que não estão sob a alçada de uma instância de controlo centralizada, como um banco central. Do ponto de vista jurídico, essas moedas não são consideradas dinheiro.”

https://www.ecb.europa.eu/ecb-and-you/explainers/tell-me-more/html/what_is_money.pt.html
[consult. 18 set 2024]

- 1 Explica em que consiste a moeda escritural.
- 2 Comenta o texto, tendo em atenção o conceito de moeda eletrónica.

7.2. Sistema financeiro

Documento 1

“O sistema financeiro é o conjunto de pessoas e instituições envolvidas nas diversas atividades financeiras e na sua regulação e supervisão.
A principal função do sistema financeiro é ligar os agentes deficitários da economia (os que precisam de dinheiro) aos agentes superavitários (que dispõem de recursos/ dinheiro para emprestar).”

Brochura Sistema Financeiro, <https://www.bcv.cv> [consult. 20 set 2024]

Manual Digital

Vídeo
Crédito



7.2.1. O financiamento da atividade económica – autofinanciamento e financiamento externo

Financiamento interno (autofinanciamento)

Financiamento com capitais próprios.

Financiamento externo

Financiamento com capitais alheios. Pode ser direto (mercado de títulos) ou indireto (crédito das instituições financeiras).

As empresas necessitam de capital para se manterem em funcionamento dado que têm de suportar encargos com existências, equipamentos, recursos humanos, etc. No entanto, como nem sempre dispõem do total necessário para cobrir as despesas com a sua atividade, em algumas situações, as empresas têm necessidade de recorrer a capital alheio. O seu financiamento pode então ser efetuado através de fundos próprios, o chamado **financiamento interno** (ou autofinanciamento), ou recorrendo a capitais de terceiros, isto é, por meio de **financiamento externo**.

Nas situações em que as empresas detêm os meios suficientes para o financiamento da sua atividade, diz-se que dispõem de capacidade de financiamento. Nos casos em que as empresas não dispõem de fundos próprios suficientes para financiar a sua atividade, diz-se que têm necessidade de financiamento. Nessas situações, as empresas têm de recorrer ao financiamento externo.

O financiamento externo pode ser obtido por dois processos, através de um **financiamento indireto**, recorrendo ao crédito das instituições financeiras ou então, por meio de um **financiamento direto**, acedendo ao mercado de títulos.

Financiamento da atividade económica		
Financiamento interno (autofinanciamento)	Fundo próprios	
	Indireto	Crédito
Financiamento externo	Direto	Mercado de títulos

7.2.2. Financiamento externo indireto – o crédito

As empresas, quando necessitam de fundos de que não dispõem, recorrem por vezes às instituições financeiras para obterem crédito. O **crédito** consiste na cedência temporária de uma determinada quantia tendo como contrapartida os juros. O acordo estabelecido entre o detentor do capital (mutuante) e o beneficiário do crédito (mutuário) é feito por meio de um contrato, o contrato de mútuo (empréstimo). Esse empréstimo pressupõe que o montante cedido seja devolvido ao seu proprietário nas condições acordadas, assim como lhe devem ser pagos nas datas combinadas os juros devidos.

Crédito

Cedência temporária de uma determinada quantia tendo como contrapartida os juros.

O crédito é fundamental para qualquer economia, pois permite potenciar o seu crescimento. Por um lado, o crédito **estimula a produção** viabilizando o investimento das empresas e possibilitando o seu financiamento pontual para a resolução de problemas de tesouraria e, por outro, **estimula o consumo** das famílias ao permitir-lhes adquirir antecipadamente os bens que desejam.

Conforme se apresenta na tabela a seguir, o crédito pode ser classificado de acordo com vários critérios.

Tipos de crédito		
Quanto à duração	Curto prazo: quando o período de crédito concedido é inferior a um ano.	
	Médio prazo: quando o período de crédito concedido é compreendido entre um e cinco anos.	
	Longo prazo: quando o período de crédito concedido é superior a cinco anos.	
Quanto ao beneficiário	Privado: quando o beneficiário do crédito é um indivíduo ou uma empresa particular.	
	Público: quando o beneficiário do crédito é o Estado.	
Quanto à sua origem	Interno: quando a instituição que concede o crédito reside em território nacional.	
	Externo: quando a instituição que concede o crédito reside em território estrangeiro.	
Quanto à finalidade	Crédito à produção: crédito que é concedido às empresas.	Ao funcionamento: crédito concedido para resolver necessidades pontuais de tesouraria sendo, geralmente, de curta duração.
		De financiamento: crédito para investimento que, normalmente, é de longa duração.
	Crédito ao consumo: crédito concedido às famílias para a aquisição de bens de consumo.	



Por norma, os bancos apenas concedem empréstimos quando consideram que os devedores oferecem confiança no que respeita ao cumprimento do contrato. No entanto, muitas vezes eles pedem aos seus clientes a entrega de garantias adicionais como forma de assegurar o cumprimento integral dos contratos. Estas garantias podem ser reais, se implicam uma entrega acessória de bens do património do devedor ou de terceiros, as chamadas garantias pessoais, caso corresponsabilizem mais pessoas e as envolvam no pagamento da dívida, como acontece com os fiadores.

Os bancos são as instituições que se dedicam, por um lado, à **captação das poupanças** de quem dispõe de capital excedentário, isto é, quem não necessita de utilizar todo o seu dinheiro durante um determinado período e que, por essa razão, o pode entregar àquelas instituições recebendo em troca uma remuneração, um juro. Por outro lado, os bancos utilizam uma parte das poupanças captadas para as disponibilizar aos indivíduos que necessitam de financiamento, concedendo-lhes assim **crédito**.

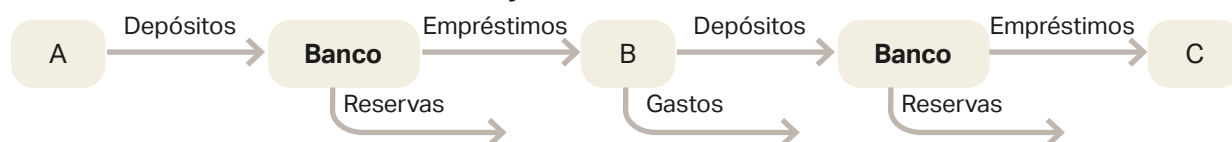
Captação de poupança e concessão de crédito



Mas os bancos desempenham outra função importante na atividade económica, eles **criam moeda**. Estas instituições, quando permitem que parte das poupanças por si captadas voltem a entrar no mercado pela via do crédito, estão a criar moeda escritural – é o chamado efeito multiplicador do crédito. Os bancos são obrigados a constituir uma reserva, isto é, guardar uma percentagem dos valores captados nos depósitos, por isso não podem aplicar todas as poupanças em crédito. Mas, a parte que é destinada ao crédito faz com que o capital que estaria, por exemplo, guardado num cofre possa ser utilizado para financiar outro agente, que, por sua vez, o pode aplicar de novo fazendo aumentar a moeda escritural, sem que, na prática, tenha havido um aumento de notas e moedas em circulação.

Como se pode observar no esquema seguinte, o processo efetua-se do seguinte modo: o cliente X deposita uma determinada quantia no banco, que, por sua vez, coloca uma parte de lado, como reserva, e outra parte empresta ao cliente Z. O cliente Z utiliza uma parte do empréstimo e deposita o restante até ser necessário utilizar. E o processo repete-se, estendendo-se a toda a atividade bancária.

Criação de moeda escritural



Como acabamos de ver, a captação de depósitos, a concessão de crédito e a criação de moeda escritural são as principais funções dos bancos. Mas os bancos também podem dedicar-se a serviços, como a guarda e administração de valores, a prestação de

serviços de consultadoria, a emissão e colocação de valores mobiliários ou a gestão de meios de pagamento como os cartões, cheques, etc.

Convém ainda referir uma modalidade de crédito com um formato diferente do habitual, o **microcrédito**. Trata-se de uma modalidade de microfinanças, que tem como principal função disponibilizar crédito de pequenos montantes a pessoas que revelem potencial para exercer uma atividade por conta própria, mas que não têm acesso a crédito devido ao seu baixo rendimento e impossibilidade de oferecer garantias.

Microcrédito

Modalidade de crédito diferente do formato habitual, através da qual se concedem empréstimos de baixo montante a pessoas com rendimentos baixos, para que possam vir a trabalhar por conta própria e assim garantir o seu sustento.

Documento 2

“O microcrédito é o empréstimo de pequenos montantes, dirigido a camadas pobres da população, sem acesso ao crédito bancário, que pretendam investir numa atividade económica e revelem capacidades que permitam antever o êxito da iniciativa. Nasceu no Bangladesh, na década de 1970, por iniciativa de Muhammad Yunus. Revolucionou o processo de crédito ao associar o carácter social e a sustentabilidade económica e transformou a vida das pessoas que passando a participar nas atividades da sociedade civil, se incluem nela. Chegou a Cabo Verde nos anos noventa do século XX. No final de 2009, doze Instituições de Microfinanças implementavam o microcrédito. Em 2008 e 2009, as duas Instituições de Microfinanças com maior carteira, a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) e a Associação de Apoio à Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento (MORABI), tiveram autossustentabilidade operacional. Em 2008 foram autossustentáveis financeiramente, mas esta diminuiu em 2009. As taxas de juro são elevadas, mas os clientes têm-se mostrado satisfeitos com os resultados obtidos. O financiamento é o principal desafio das Instituições de Microfinanças.”

SILVA, Ana Sofia Santa Rita Vieira (2012), "Microcrédito em Cabo Verde: análise da sustentabilidade de duas instituições de microfinanças em 2008 e 2009", (Dissertação de Mestrado), Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão

Atividade 2

- 1 Diz o que é o crédito, explicando as suas principais funções.
- 2 Distingue crédito de financiamento do crédito ao funcionamento.
- 3 Apresenta as principais funções desempenhadas pelos bancos.



Juros

Juro

Remuneração pela cedência temporária de moeda.

Operações passivas

Operações de captação de recursos (depósitos).

Operações ativas

Operações de cedência de capitais (empréstimos).

O **juro** consiste numa remuneração pela cedência temporária de uma determinada quantia em dinheiro. Quando um indivíduo possui capital que não necessita de utilizar durante um determinado período de tempo, pode cedê-lo, recebendo juros em troca. O juro é o preço do dinheiro, isto é, o valor que é pago a alguém pela disponibilização temporária de uma determinada quantia a outra pessoa.

Os juros são o principal motor da atividade bancária, sendo a principal forma de remuneração das suas operações. As **operações bancárias** podem ser ativas ou passivas: as **passivas** dizem respeito à captação das poupanças dos clientes e as **ativas** correspondem aos empréstimos que os bancos concedem. Em ambos os casos, a retribuição é um juro, um juro de depósito ou um juro de empréstimo, sendo os juros dos empréstimos superiores aos juros dos depósitos, porque é através da diferença entre ambos que se gera a margem de lucro dos bancos.

Os bancos têm de calcular os juros a pagar aos seus clientes pelas quantias depositadas, bem como os juros que os clientes lhes têm de pagar pelos empréstimos concedidos. Conforme se apresenta a seguir, os juros simples podem ser calculados multiplicando-se o capital inicial pelo período de tempo do depósito/empréstimo e pela respetiva taxa. Também se poderia falar em regime de juros compostos, significando, nesse caso, que, periodicamente, o capital renderia juros que iriam ser acrescentados ao capital inicialmente investido. Mas, para simplificar a compreensão, vamos apresentar apenas o regime de juros simples.

Regime de juros simples:

O **juro** (J) é função das seguintes variáveis:

- da quantia inicial: **capital** (C)
- do prazo que decorre entre o início e o fim da operação: **tempo** (n)
- da taxa de juro expressa em percentagem e referida ao período de um ano: **taxa** (i)

$$J = C.n.i$$

Vejamos alguns exemplos.

- Imaginemos que pretendíamos calcular quanto nos renderia um depósito de 1000 u.m. num banco, durante um ano, a uma taxa de juro de 7%, em regime de juros simples. Para proceder ao cálculo do juro produzido pelo referido depósito teríamos de fazer:

$$C = 1000 \text{ u.m.}$$

$$n = 1 \text{ ano}$$

$$i = 7 \%$$

$$J = 1000 \times 1 \times 0,07 = 70 \text{ u.m.}$$

- E se o período de tempo daquele depósito, em vez de um ano, fosse de três meses, qual seria o montante de juros?

$$C = 1000 \text{ u.m.}$$

$$n = 3 \text{ meses} = \frac{3}{12} \text{ ano}$$

$$i = 7 \%$$

$$J = 1000 \times \frac{3}{12} \times 0,07 = \mathbf{17,5 \text{ u.m.}}$$

- E se fosse um depósito de 181 dias, que juro renderia?

$$C = 1000 \text{ u.m.}$$

$$n = 181 \text{ dias} = \frac{181}{365} \text{ ano}$$

$$i = 7 \%$$

$$J = 1000 \times \frac{181}{365} \times 0,07 = \mathbf{34,71 \text{ u.m.}}$$

Nota: pode ser considerado o ano comercial (360 dias).

Vimos que os juros remuneram as operações bancárias (ativas e passivas) e que a margem de lucro das instituições de crédito é obtida pela diferença entre os juros de empréstimos cobrados aos devedores e os juros de depósitos entregues aos depositantes. Convém ainda referir que os juros podem, por um lado, constituir um **incentivo à poupança**. Isso acontece quando as suas taxas estão mais elevadas, pois faz com que os aforradores sejam convidados a poupar. Por outro lado, quando as taxas estão baixas, os juros também podem fornecer um **incentivo ao consumo e ao investimento**. As taxas de juro mais baixas não convidam à poupança, mas antes ao crédito, que pode ser canalizado quer para o consumo quer para o investimento.

Atividade 3

“As taxas de juro são o preço do crédito. Por outras palavras, correspondem ao valor pago por alguém ao utilizar o dinheiro de outrem durante determinado período, restituindo posteriormente o capital acrescido de um rendimento (juro).”

<https://www.bancocarregosa.com> [consult. 20 set 2024]

- 1 Comenta a afirmação, explicando de que forma os juros podem constituir um incentivo à poupança ou um incentivo ao consumo e ao investimento.

Outras instituições financeiras

Existem outras instituições de crédito para além dos bancos. Há instituições financeiras **não monetárias** – não criam moeda – que não recebem depósitos, mas concedem crédito, como, por exemplo, as sociedades de locação financeira e as sociedades de *factoring*.

Documento 3

Instituições financeiras

“Pessoas e entidades singulares e coletivas, públicas ou privadas, legalmente autorizadas pelo Banco de Cabo Verde, a exercer uma ou mais atividades financeiras.”

Lei n.º 61/VIII/2014 de 23 de abril

• Sociedades de locação financeira (ou *leasing*):

Sociedades de locação financeira

Sociedades que cedem temporariamente o uso de um bem a outrem, mediante o pagamento de uma renda. No fim do contrato o bem pode ser adquirido por um valor residual.

Estas sociedades têm por objeto o contrato de cedência temporária de um bem, móvel ou imóvel, que é celebrado entre duas partes, o locador (sociedade de *leasing*) e o locatário (pessoa ou entidade que contrata o *leasing*). O locador cede o bem ao locatário, durante um determinado período, ficando com o direito de receber uma renda. No fim do prazo, se o locatário desejar, pode adquirir o bem mediante o pagamento de um valor residual estabelecido previamente no contrato.

• Sociedades de *factoring*:

Sociedades de *factoring*

Sociedades que assumem as cobranças de empresas sobre terceiros, mediante o pagamento de uma comissão.

Estas sociedades assumem as cobranças de outras empresas, adiantando o valor dos seus créditos de curto prazo e recebendo em troca uma comissão. Nestes contratos as partes intervenientes são o *factor* (sociedade de *factoring*), o aderente (empresa que contrata a sociedade de *factoring*) e os devedores do aderente.

E ainda podemos encontrar instituições financeiras que se dedicam a outras atividades: sociedades de investimento, sociedades emissoras ou gestoras de cartões de crédito, instituições de moeda eletrónica, seguradoras, sociedades gestoras de fundos de pensões, sociedades gestoras de fundos de investimento, sociedades de capital de risco, agências de câmbio, entre outras.

Em Cabo Verde, alguns bancos comercializam produtos financeiros de locação financeira e de *factoring*, como, por exemplo, a linha de crédito para apoio de tesouraria do BCN Factoring, que se traduz na antecipação de créditos de curto prazo (faturas e/ou

notas de débito) de uma empresa (aderente), derivados da venda firme dos seus produtos ou serviços aos seus clientes (devedores) ou a modalidade de financiamento do BCA Leasing Auto, que permite ao cliente usar um automóvel (para uso pessoal ou de exploração), por um período determinado de tempo, podendo optar por adquiri-lo, no fim do contrato.

Atividade 4

“Instituição de crédito não monetária constituída na forma de sociedade anónima que tem como objetivos o apoio e a promoção do investimento e da inovação tecnológica em projetos, ou em empresas, através da participação temporária no respetivo capital social. Como objeto acessório, esta instituição de crédito pode prestar assistência financeira, técnica, administrativa e comercial às sociedades participadas.”

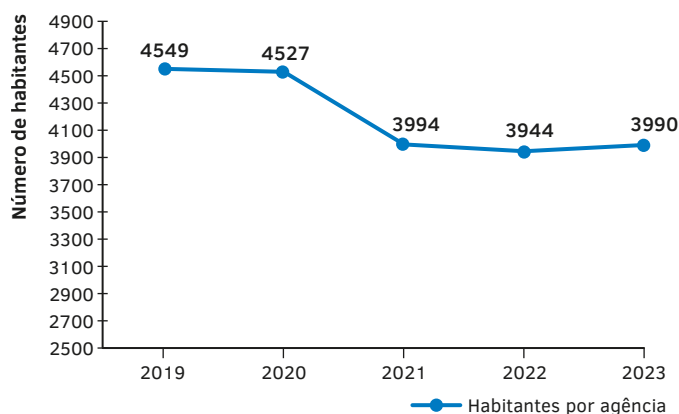
SOARES, José Carlos (2008), *Dicionário de Economia*, Lisboa, Plátano Editora

- 1 Identifica o tipo de sociedade referido no texto.
- 2 Distingue instituições financeiras monetárias de não monetárias.

7.2.3. Desenvolvimento do sistema bancário

O desenvolvimento do sistema bancário é essencial numa sociedade moderna, na medida em que permite o crescimento natural da sua economia. O sistema bancário cabo-verdiano evoluiu bastante nas últimas décadas. O Banco de Cabo Verde (BCV) surgiu em 1975, após a independência, assumindo até 1991, as funções de banco central e emissor, autoridade cambial, caixa do Tesouro e de banco comercial. A partir de então, passou a exercer apenas as funções de banco central do país, deixando de desempenhar o papel de banco comercial, cargo que gradualmente passou a ser ocupado por outras instituições. Atualmente, operam em Cabo Verde: o Banco Comercial Atlântico (BCA), a Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), o Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN), o Banco Interatlântico (BI), o International Investment Bank (IIB), o Banco BAI Cabo Verde (BAI) e o Ecobank Cabo Verde, encontrando-se dois outros em processo de liquidação.

Evolução da cobertura média da população por agência/balcão



Relatório do Sistema de Pagamentos Cabo-verdiano, 2023

Em 2023, por cada 3990 habitantes, havia 1 agência/balcão em funcionamento no país. E nota-se alguma disparidade em termos de distribuição geográfica de balcões. Praia (Santiago) é o concelho com maior representatividade bancária, havendo apenas três instituições bancárias com agências em todas as ilhas cabo-verdianas habitadas.

Documento 4

“Em 2023, o sistema bancário expandiu a sua atividade, reforçou a sua posição de solvabilidade, reduziu o nível de incumprimento, aumentou a sua rendibilidade e melhorou o quadro geral de liquidez. Apesar de robusto, o sistema apresenta dupla concentração, seja no mercado de crédito (elevada exposição a grandes devedores), seja no mercado de depósitos (dependência de grandes depositantes institucionais), bem assim uma forte exposição ao risco soberano.”

BCV, Relatório de Estabilidade Financeira 2023

Estrutura do sistema bancário por ilha, 2019 a 2023

Ilha	2019	2020	2021	2022	2023
Santiago	57	59	58	59	58
Sal	14	16	15	15	16
São Vicente	16	14	15	16	16
Santo Antão	11	11	11	12	12
Boa Vista	6	6	6	6	6
Fogo	6	6	7	7	7
São Nicolau	5	5	5	5	5
Maio	3	3	3	3	3
Brava	3	3	3	3	3
Total	121	123	123	126	126

BCV, Estatísticas do Sistema de Pagamentos, 2023

Segundo o BCV, o sistema bancário cabo-verdiano tem vindo a melhorar o seu desempenho nos últimos anos, apesar de apresentar algumas vulnerabilidades, nomeadamente, a sua elevada concentração nos mercados de crédito e de depósitos. Importa ainda referir que a supervisão prudencial do BCV e a participação da população civil, nomeadamente através dos sindicatos, têm dado um importante contributo no processo de desenvolvimento do sistema financeiro cabo-verdiano.

7.2.4. Financiamento externo direto – o mercado de títulos

Valores mobiliários

Títulos, como as ações ou as obrigações, que conferem direitos (de crédito ou de rendimento) aos seus proprietários e que podem ser transacionados, nomeadamente, em bolsas de valores.

Já vimos que a atividade económica pode ser financiada por meio de fundos próprios, o denominado autofinanciamento, ou através do recurso ao crédito das instituições financeiras. Mas, no caso das grandes empresas ou do Estado, ainda existe outra forma de financiamento que é o acesso ao mercado financeiro (ou de capitais) e mais concretamente a um segmento designado mercado de títulos.

O **mercado de títulos** é o mercado onde são transacionados os valores mobiliários como as ações ou as obrigações. No mercado de títulos, as empresas ou o Estado podem obter o capital que necessitam através da emissão de valores mobiliários. Este mercado é composto pelo mercado primário e pelo mercado secundário.

O **mercado primário** é o mercado onde os novos ativos são emitidos, gerando assim entradas de capital nos agentes que procuram financiar-se, ou seja, é o mercado onde os títulos iniciam a sua circulação, embora ainda não tenham sido admitidos à cotação em bolsa. O **mercado secundário** é o mercado onde são transacionados os títulos emitidos no mercado primário que já reúnem as condições de admissão à cotação em bolsa.

A **bolsa de valores mobiliários** é o local de encontro dos proprietários de títulos já emitidos e em circulação com os investidores que desejam adquirir esses títulos. O preço dos ativos, designado **cotação**, reflete os interesses da oferta e da procura de cada título a cada momento. Se a procura de um ativo for superior à oferta, a sua cotação sobe; por outro lado, se a sua procura for inferior à oferta, a cotação tem tendência a descer. As operações realizadas nas bolsas de valores têm de ser efetuadas por agentes credenciados – intermediários.

Mercado de títulos

Mercado onde são transacionados valores mobiliários.

Mercado primário

Mercado onde são emitidos os novos ativos.

Mercado secundário

Mercado onde se transacionam os títulos já cotados em bolsa.

Bolsa de valores

Local de encontro entre a oferta e a procura dos valores mobiliários cotados.

Cotação

Preço dos ativos em cada momento diferente.

Documento 5

“Quem são considerados os intermediários/operadores da Bolsa? Qual o seu papel?”

São, atualmente, intermediários/operadores de Bolsa as seguintes entidades: Banco Comercial do Atlântico (BCA); Caixa Económica de Cabo Verde (CECV); Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN); Banco BAI Cabo Verde (BAI); Banco Interatlântico (BI); e International Investment Bank (IIB). Os operadores de Bolsa têm as seguintes funções: receção, execução e transmissão de ordens de investimento por conta de terceiros; abertura de contas de registo das operações e depósito dos valores mobiliários; gestão de carteira de valores mobiliários; consultoria para investimento; prestação de informações sobre o mercado para que o investidor possa tomar uma decisão fundamentada.”

<https://bvc.cv> [consult. 26 set 2024]

7.3. Poupança e investimento

7.3.1. Poupança

Poupança

Parte do rendimento que não é utilizada em consumo.

A **poupança** é a parte do rendimento que não é empregada em consumo. A poupança consiste em deixar de satisfazer certas necessidades no momento presente, para ser possível satisfazer necessidades futuras. Assim, dizemos que poupar é pôr de lado uma certa quantia, num determinado momento, para a poder utilizar num momento futuro.

Principais razões que levam as famílias a poupar:

São muitos os motivos que levam as famílias a poupar, um deles pode ser o seu nível de rendimento. As famílias que obtêm rendimentos superiores ao valor dos seus encargos com consumo podem ir reservando uma parte e constituir uma poupança. Essa parte do rendimento poderá inclusivamente ser aplicada de forma especulativa de modo a gerar mais-valias. Assim, dizemos que o **nível de rendimento** e o montante de **rendimento disponível** de uma família influenciam diretamente o valor da sua poupança, pois quanto maior for o seu rendimento disponível, maior será o valor que remanesce depois de se descontarem os encargos com o consumo, ou seja, maior poderá ser a poupança.

Outro motivo pode ser o **desejo de comprar algum objeto dispendioso**, como, por exemplo, um computador ou uma moto, sendo necessário juntar dinheiro durante um certo período de tempo até se obter a quantia total. Além disso, a vontade de efetuar um determinado **investimento futuro** numa atividade que se considere lucrativa também pode ser uma motivação para a poupança.

A **incerteza quanto ao futuro** pode ser outra razão para as famílias pouparem. Estas podem recear não ter rendimentos no futuro ou quererem simplesmente precaver-se contra o aparecimento de despesas imprevistas, reservando uma quantia no presente, como meio de precaução. As **expectativas quanto ao futuro** também são um fator determinante da poupança, havendo, geralmente, uma maior tendência para poupar nas situações em que há maior incerteza quanto aos rendimentos do futuro.

Por outro lado, como vivemos numa sociedade de consumo, a poupança também depende do **grau de consumismo das famílias**. Muitas vezes, a publicidade, as técnicas de venda agressivas e as facilidades de pagamento concedidas geram necessidades de consumo nas pessoas que não são reais. Frequentemente, as famílias são tentadas a utilizar o excedente do seu rendimento em bens de consumo, não poupando tanto para situações futuras.



Vídeo
Poupança



Documento 6

“Porque poupam as famílias?”

As famílias poupam para comprar bens imobiliários a fim de se alojarem. Elas poupam também a fim de se protegerem contra certas eventualidades (desemprego, grandes despesas não previstas, etc.); trata-se, portanto, igualmente de uma poupança de precaução.

As famílias podem também decidir poupar para os seus “dias de velhice”. A teoria económica analisou as implicações de uma tal estratégia de poupança sob o nome de teoria do “ciclo de vida”. Apresentada simplesmente, esta indica que as famílias poupam durante a sua vida ativa a fim de acumular um património que “consumirão” durante a sua reforma. Esta teoria põe assim em evidência a demografia para explicar o montante da poupança das famílias numa economia. Se os ativos de um país são numerosos e os inativos em número pequeno, a poupança será elevada.

As famílias podem também decidir poupar para obter recursos regulares sob a forma de juros. A este respeito, a teoria económica apresenta duas visões opostas do fenómeno da poupança.

Para os economistas clássicos, a repartição do rendimento entre consumo e poupança explica-se pelo nível da taxa de juro; assim, uma taxa de juro elevada favorece a poupança que é então bem remunerada. Uma taxa elevada compensa o sacrifício representado pela renúncia a um consumo presente.

Para o economista John M. Keynes, as famílias escolhem de início um certo nível de consumo, sendo então a poupança o que resta do rendimento. Assim, as famílias com baixos rendimentos pouparão pouco, enquanto as famílias com rendimentos elevados pouparão uma parte mais importante dos seus recursos.”

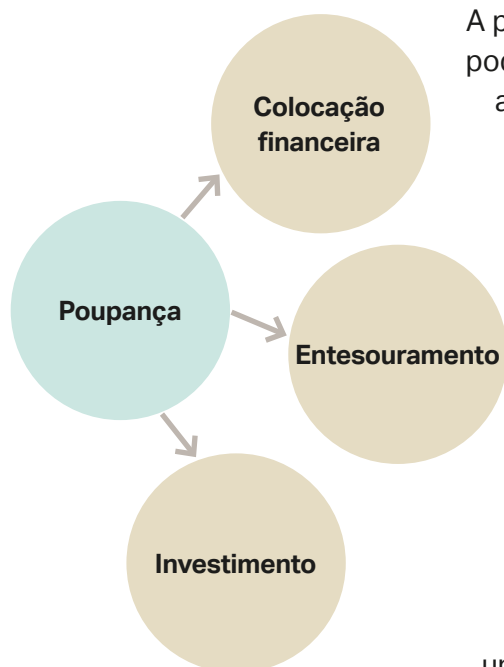
CAPUL, Jean-Yves e GARNIER, Olivier (1998), *Dicionário de Economia e de Ciências Sociais*, Lisboa, Plátano Editora

Atividade 5

- 1** Apresenta uma noção de poupança.
- 2** Identifica no documento 6 algumas das principais razões que levam as famílias a poupar.

Mas as famílias não são os únicos agentes que poupam. As empresas também colocam parte dos seus lucros de lado, poupando no presente para mais tarde investirem. Em seguida, abordaremos de forma mais aprofundada o tema do investimento.

7.3.2. Os destinos da poupança – a importância do investimento



Colocação financeira

Parte da poupança que é aplicada em produtos financeiros disponibilizados pelas instituições financeiras.

A parte do rendimento disponível que é destinada à poupança pode ser utilizada de várias formas. Genericamente, podemos apresentar três destinos possíveis para a poupança: colocação financeira, entesouramento e investimento.

Quando uma pessoa dispõe de um determinado capital e decide colocá-lo a render numa instituição financeira, diz-se que está a aplicar a sua poupança. Uma das formas de aplicar a poupança é através da sua colocação em produtos financeiros, sendo assim possível obter um rendimento adicional. Isso acontece, por exemplo, quando se coloca uma determinada quantia numa aplicação a prazo e ao fim de algum tempo se obtêm juros.

Colocação financeira

A colocação financeira consiste então na aplicação de uma poupança em produtos financeiros como as contas a prazo disponibilizadas pelas instituições financeiras. Como exemplo de produtos financeiros disponíveis nos mercados internacionais, podemos referir os depósitos a prazo, as ações, as obrigações, os fundos de investimento, entre outros. Dada a sua variedade, é importante definir um critério para a sua escolha.

Dois fatores decisivos na escolha do produto financeiro são o montante e o período de tempo que o detentor do capital – o aforrador – está disposto a renunciar à utilização do capital. No entanto, a seleção do produto mais adequado para cada aforrador deve também levar em consideração os seguintes aspetos:

- O **risco**, se o produto garante, ou não, uma determinada rentabilidade ou se a sua taxa de rentabilidade é fixa ou variável;
- A **rentabilidade**, se o rendimento esperado do produto é mais ou menos elevado;
- A **liquidez**, se o título é mais ou menos facilmente convertível em moeda;
- A **fiscalidade**, se existem benefícios fiscais associados ao produto e como são tributados os seus rendimentos.

Depois de considerar todos os aspetos anteriores, o aforrador deve escolher o produto que melhor se ajusta às suas necessidades ou então, optar pela diversificação, isto é, escolher vários produtos diferentes e “colocar os ovos em vários cestos”, minimizando assim o risco.

Entesouramento

Outro destino possível para a poupança é o entesouramento.

O entesouramento consiste em conservar consigo a poupança, ficando neste caso a poupança à guarda dos seus proprietários ou à guarda de terceiros, mas sem o objetivo de fazer aumentar o valor do capital. O entesouramento não tem como intuito a rentabilização do património. No entanto, isso não significa que, por exemplo, uma obra de arte adquirida como objeto de decoração, embora não se destine a ser revendida, não possa ser considerada entesouramento, mesmo que mais tarde se venha a valorizar.

O entesouramento pode ser realizado através da guarda de objetos e de valores em cofres ou em locais de natureza semelhante, assim como através da aquisição de bens, como, por exemplo, joias, que não se depreciam com o tempo e que não tenham sido adquiridas com intenção de posterior revenda.

Entesouramento

Parte da poupança que não é aplicada, limitando-se a ser reservada pelos seus proprietários.

Investimento

O investimento é a terceira alternativa para a utilização da poupança. Trata-se de canalizar a poupança para a atividade produtiva, de forma a permitir manter ou aumentar a sua capacidade. A poupança pode ser utilizada na aquisição ou substituição de equipamentos e na reposição dos *stocks* das matérias-primas utilizadas no fabrico de bens.

O investimento também se denomina **formação de capital**, dividindo-se em duas componentes: a formação bruta de capital fixo e a variação de existências.

- A **formação bruta de capital fixo (FBCF)** é o valor do investimento líquido realizado com a compra de bens duradouros (capital fixo) juntamente com o valor do capital fixo que, entretanto, foi consumido (amortizações). A FBCF engloba o valor total investido em bens de equipamento, edifícios, etc., incluindo assim o montante relativo à aquisição de novos bens e o valor dos encargos com a substituição ou reparação dos equipamentos já existentes. No primeiro caso, quando o investimento se relaciona com a aquisição de bens novos, estamos perante um investimento de capacidade; no segundo caso, trata-se de um investimento de substituição (ou renovação).

O Estado e as famílias também contribuem para a Formação Bruta de Capital Fixo quando realizam despesas de investimento em estradas, hospitais, habitação, máquinas, equipamentos duradouros, entre outros.

Investimento (Formação de capital)

Parte da poupança que é canalizada para a atividade produtiva.

Formação de capital

FBCF

Variação de existências

Formação bruta de capital fixo (FBCF)

Representa o valor do investimento realizado com a aquisição de capital fixo.

Variação de existências

Representa as alterações verificadas nos *stocks* de existências, entre dois períodos diferentes.

- A **variação de existências** representa as alterações dos stocks de existências entre dois períodos diferentes, calculando-se, normalmente, relativamente ao período de um ano. Apura-se o seu cálculo subtraindo-se o valor das matérias-primas, produtos semiacabados e produtos acabados existentes no final do ano civil pelo valor existente no início

desse ano. Assim se contabilizam as variações dos *stocks* de existências ocorridas ao longo do ano.

Documento 7

“A atividade produtiva exige a utilização de bens de capital, como o capital fixo – equipamento, máquinas, edifícios e capital circulante – matérias-primas e matérias subsidiárias. O capital fixo desgasta-se pela sua utilização e o capital circulante é transformado e incorporado nos produtos. Para que a produção continue, é necessário repor esse capital e aumentar a capacidade produtiva do país, isto é, os agentes económicos têm de investir.”

NABAIS, C. e FERREIRA, R.V. (2012), *Macroeconomia*, Lisboa, Lidel

Atividade 6

- 1 Distingue os três principais destinos da poupança.

Contudo, existem outras classificações do investimento.

Quanto à sua natureza, o investimento pode ser classificado em três categorias: investimento material, imaterial e financeiro.

Investimento material

Representa o valor das aquisições de bens materiais.

Investimento imaterial

Representa o valor dos gastos com bens incorpóreos, como os serviços.

- O **investimento material** diz respeito à aquisição de bens tangíveis, isto é, a compra de bens com existência física, bens corpóreos, como a aquisição de uma máquina ou de um computador;
- O **investimento imaterial** refere-se à aquisição de bens intangíveis, bens não corpóreos, como a prestação de serviços relacionados com a formação ou Investigação & Desenvolvimento (I&D), a aquisição de marcas, patentes ou *software* informático, despesas com publicidade, etc.;

- O **investimento financeiro** envolve a aquisição de ativos financeiros como, por exemplo, a compra de ações ou obrigações.

Por outro lado, o investimento também pode ser classificado de acordo com as suas funções principais:

- Assegurar a manutenção da capacidade produtiva através da reposição do capital à medida que este vai sendo utilizado – **Investimento de substituição** (ou renovação) e aquisição de existências;
- Manter os equipamentos e os processos de fabrico tecnologicamente atualizados para garantir a eficiência e competitividade das unidades produtivas – **Investimento de inovação** (ou racionalização);
- Possibilitar o aumento da capacidade produtiva da unidade de produção através da aquisição de mais bens de equipamento – **Investimento de capacidade**.

No entanto, não são só as empresas que investem, o Estado também investe ao construir infraestruturas públicas como vias de comunicação, pontes, escolas ou hospitais. O investimento pode assim ser classificado em **público** ou **privado** conforme é efetuado pelo Estado ou por agentes privados. Ambos são importantes para um país, pois permitem criar emprego e aumentar a sua riqueza, dando lugar a mais poupança que, por sua vez, gera novos investimentos e potencia um crescimento económico sustentado.

Investimento financeiro

Representa o valor das aquisições de ativos financeiros.

Investimento de substituição (renovação)

Representa o valor dos encargos tidos com a reposição da capacidade produtiva de uma unidade de fabrico.

Investimento de inovação (racionalização)

Representa o valor dos gastos com o melhoramento tecnológico dos processos de fabrico.

Investimento de capacidade

Representa o valor das aquisições dos bens de equipamento que permitem aumentar a capacidade de produção.

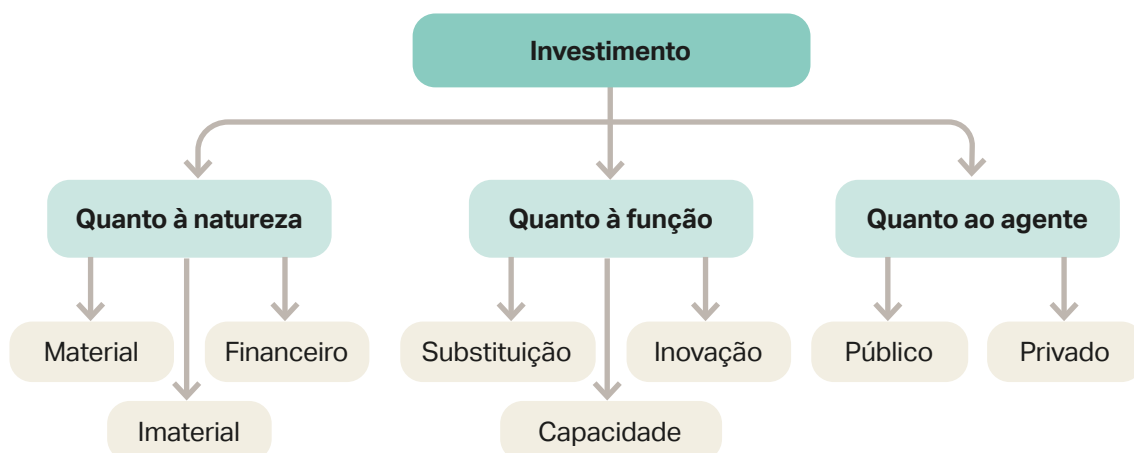
Investimento público

Investimento realizado pelo Estado.

Investimento privado

Investimento realizado pelas famílias e pelas empresas privadas.

Classificação dos principais tipos de investimento



Atividade 7

“O investimento pode ser de substituição (repor uma máquina obsoleta), de inovação (introdução de novas tecnologias) e de aumento da capacidade produtiva (construção de novos edifícios e novas máquinas). O investimento contribui para a substituição dos meios de produção e para o aumento da capacidade produtiva de uma empresa ou de um país, contribuindo, assim, para o crescimento a longo prazo de uma economia.”

NABAIS, C. e FERREIRA, R.V. (2012), *Macroeconomia*, Lisboa, Lidel

- 1 Identifica no texto diferentes tipos de investimento.
- 2 Comenta a última frase do texto.
- 3 Distingue investimento material de imaterial.

7.4. Instrumentos financeiros

Para além dos produtos financeiros tradicionais, como os depósitos bancários, os cheques, os cartões de débito e crédito, as transferências interbancárias ou os seguros, importa aprofundar o conceito de instrumento financeiro.

Segundo a Lei de Bases do Sistema Financeiro cabo-verdiano, consideram-se **instrumentos financeiros** os produtos negociáveis em mercado financeiro, englobando valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados, que são instrumentos mais complexos.

Documento 8

Instrumento financeiro

“Instrumento negociável em mercado financeiro, sob a forma de valor mobiliário ou de instrumento financeiro derivado.”

Lei n.º 61/VIII/2014 de 23 de abril

Instrumentos financeiros

Artigo 223.º

Valores mobiliários

Os valores mobiliários são regulados pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários e por legislação e regulamentação complementares.

Artigo 224.º

Conceito e tipos de instrumentos financeiros complexos

1. Consideram-se instrumentos financeiros complexos os produtos financeiros que combinem na sua estrutura características associadas a pelos menos dois dos seguintes instrumentos financeiros ou contratos:

- a) Depósitos bancários;
- b) Instrumentos financeiros;
- c) Contratos de seguro.

2. São designadamente instrumentos financeiros complexos:

- a) Os depósitos estruturados;
- b) Os seguros de vida ligados a fundos de investimento.

Lei n.º 62/VIII/2014 de 23 de abril

Vimos anteriormente que as ações e as obrigações são **valores mobiliários** que representam direitos de propriedade ou de crédito para os seus detentores.

- **Ações**

Títulos representativos do capital social das sociedades anónimas. O seu rendimento pode ser muito volátil, pois depende da evolução da situação da empresa que, por sua vez, se vai fazendo repercutir nas cotações de mercado. As ações, geralmente, apresentam um elevado grau de risco pelo facto de serem títulos com rendimento variável, podendo oferecer uma alta rentabilidade ou até dar prejuízo.

- **Obrigações**

Títulos representativos de partes da dívida de uma empresa ou do Estado, correspondendo a um empréstimo dos investidores. As obrigações são títulos de rendimento fixo ou variável, incorporando um risco de crédito, que depende dos lucros e/ou do grau de solvabilidade da entidade emissora, isto é, da percentagem de capitais próprios sobre o total dos capitais alheios – quanto menor for essa percentagem, maior é a fragilidade económico-financeira desse agente, em termos de futuro. Assim, as obrigações emitidas pelo Estado representam por norma um menor risco, dada a diminuta probabilidade de falência do Estado.

Mas há outros instrumentos financeiros que também se podem configurar como valores mobiliários, como é o caso das **unidades de participação em fundos de investimento** ou dos **títulos de participação**.

- **Unidades de participação em fundos de investimento**

Unidades em que se decompõe um fundo de investimento, que, por sua vez, é composto por diversos ativos financeiros, como, por exemplo, ações ou obrigações,



Vídeo
Fundos de investimento: ações e obrigações



formando uma carteira de investimento que pode apresentar diferentes combinações de rentabilidade e risco. Os fundos de investimento são instrumentos financeiros geridos por entidades especializadas, sendo habitualmente comercializados nos balcões dos bancos cabo-verdianos. Os participantes adquirem cada unidade de participação, pelo valor correspondente à divisão do património global do fundo, pelo número de unidades de participação que o compõem.

- **Títulos de participação**

Títulos mobiliários de longa duração que apresentam características das ações e obrigações. Estes títulos são emitidos por empresas públicas ou sociedades anónimas maioritariamente estatais, conferindo aos seus detentores uma remuneração anual, com uma componente fixa e outra variável sobre uma percentagem do seu valor nominal. Os Bilhetes do Tesouro (BT) e as Obrigações do Tesouro constituem exemplos de títulos de participação, tratando-se de valores mobiliários escriturais representativos de empréstimos da República de Cabo Verde de curto prazo (BT) e de médio e longo prazos (OT).

Documento 9

“Os Títulos de Dívida Pública ou Títulos do Tesouro (Bilhetes e Obrigações do Tesouro) são, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 59/2009 e Decreto-Lei n.º 60/2009 de 14 de dezembro, valores mobiliários escriturais. Representam produtos financeiros emitidos e garantidos pelo Estado de Cabo Verde, de rentabilidade pré-fixada, conforme o prazo determinado para a sua maturidade. Têm como principal objetivo cobrir as necessidades de financiamento do Estado, bem como incentivar a poupança e captação de investimento estrangeiro. Porém, representam ainda um instrumento de política monetária capaz de controlar o nível das taxas de juro, a expansão monetária e, consequentemente, a inflação.

Os Títulos do Tesouro são considerados um dos ativos financeiros de menor risco da economia de um país, por se tratar de um compromisso público do Estado, pelo que o risco de incumprimento é muito reduzido ou quase nulo.”

<https://bvc.cv> [consult. 20 set 2024]

Os **instrumentos financeiros derivados** são produtos mais complexos, que variam em função da evolução de outros ativos, chamados ativos subjacentes, servindo para cobrir eventuais riscos. Este tipo de investimentos exige um maior conhecimento financeiro da parte dos investidores. Apesar de poderem representar um risco elevado, geralmente, os derivados costumam oferecer uma certa liquidez.

Os **futuros** e as **opções** são exemplos de derivados financeiros que se destinam a salvaguardar a possibilidade de se realizar no futuro um determinado contrato de compra

ou de venda de ativos, tendo ainda eventualmente a opção de decidir posteriormente se vai optar pela efetivação ou não desse contrato. O mercado dos derivados ainda está em fase de desenvolvimento em Cabo Verde.

Documento 10

“Contratos de futuros ou, simplesmente, futuros **são acordos para compra ou venda de determinada quantidade de um ativo** numa data futura. Ou seja, o vendedor compromete-se a entregar ao comprador daqui a dois anos, por exemplo, algo a um preço definido hoje. Os futuros são muito utilizados para a negociação de *commodities*¹, mas exigem acompanhamento constante do mercado e altos montantes para investir.

As **opções** são um **instrumento financeiro que confere o direito de compra ou venda do ativo que lhe estiver subjacente**. Estes instrumentos permitem que alguém compre algo a um preço específico. Tal como acontece com outros derivados, não precisam de um nível muito elevado de investimento, mas **comportam um nível substancial de risco**.”

<https://www.doutorfinancas.pt> [consult. 23 set 2024]

¹ *Commodities* são mercadorias como o ouro, o açúcar ou o petróleo. São bens palpáveis com existência física. O seu preço é negociado em bolsas específicas para mercadorias.

Documento 11

“Cabo Verde já dispõe de um instrumento financeiro derivado

Trata-se da *Credit Linked Notes*, CLN, um programa de reestruturação e apoio à economia, um dos instrumentos mais inovadores no mercado de capitais em Cabo Verde.”

<https://opais.cv> [consult. 23 set 2024]

Documento 12

“Valores mobiliários condicionados por eventos de crédito (*credit linked notes*)

Os valores mobiliários condicionados por eventos de crédito, emitidos por bancos e outras entidades autorizadas pela AGMVM, têm duração limitada e conferem aos investidores o direito a receber, numa data previamente fixada, uma quantia em dinheiro ou valores mobiliários representativos da dívida de uma empresa, desde que se verifiquem determinados eventos (chamados eventos de crédito).

Os eventos de crédito podem ser, por exemplo, situações em que uma empresa não cumpra as suas obrigações de pagamento relativas a empréstimos obrigacionistas ou a determinados contratos. São valores mobiliários representativos da dívida de uma empresa, por exemplo, as obrigações.”

<https://www.bcv.cv> [consult. 23 set 2024]

Atividade 8

“Os fundos de investimento são uma das opções mais populares para investidores que buscam diversificação e gestão profissional de seus recursos financeiros.”

Revista Exame, 31/01/2024

- 1** Comenta a afirmação, tendo em atenção a rentabilidade e o risco na escolha de instrumentos financeiros.

Conceitos-chave

- Autofinanciamento
- Bolsa de valores mobiliários
- Colocação financeira
- Cotação
- Crédito
- Curso forçado
- Desmaterialização da moeda
- Entesouramento
- Financiamento externo direto e indireto
- Formação bruta de capital fixo
- Inconvertibilidade
- Instituições financeiras
- Instrumentos financeiros
- Investimento
- Investimento de capacidade
- Investimento de inovação
- Investimento de substituição
- Investimento financeiro
- Investimento imaterial
- Investimento material
- Investimento público e investimento privado
- Juro
- Mercado de títulos
- Mercado primário e mercado secundário
- Moeda
- Moeda de papel
- Moeda eletrónica
- Moeda escritural
- Moeda metálica
- Moeda-mercadoria
- Operações ativas e passivas
- Poupança
- Sistema bancário
- Sistema financeiro
- Troca direta
- Troca indireta
- Variação de existências

Síntese

- A **moeda** surgiu como intermediário das trocas, de forma a ultrapassar os obstáculos da **troca direta**, dando assim origem à **troca indireta**. A moeda foi evoluindo ao longo do tempo, tendo passado pelas seguintes fases: **moeda-mercadoria**, **moeda metálica**, **moeda de papel** (representativa, fiduciária e papel-moeda) e **moeda escritural**.
- Nos dias de hoje, com a crescente utilização de moeda escritural, verifica-se a **desmaterialização da moeda**, sendo possível constatar que, cada vez mais, a moeda tem vindo a perder o seu conteúdo material.
- As principais funções da moeda são servir como **meio de pagamento geral e definitivo**, como **medida de valor** e como **instrumento de reserva de valor**.
- A principal função do **sistema financeiro** é "ligar os agentes deficitários da economia (os que precisam de dinheiro) aos agentes superavitários (que dispõem de recursos/dinheiro para emprestar)."
- As empresas que têm capacidade de **autofinanciamento** dispõem de meios suficientes para financiar a sua atividade e as que não dispõem de meios próprios suficientes para financiar a sua atividade têm necessidade de **financiamento externo**, que pode ser **indireto** (crédito) ou **direto** (mercado de títulos).
- O crédito representa a cedência temporária de capital mediante o pagamento de juros e a obrigação do reembolso no prazo acordado. O crédito, por um lado, **estimula a produção** viabilizando o investimento e, por outro, **estimula o consumo** das famílias.
- O juro é a remuneração pela cedência temporária de uma quantia em dinheiro. As **taxas de juro** correspondem ao preço do dinheiro.
- Os **bancos** são instituições financeiras monetárias. As suas principais funções são a captação de depósitos, a concessão de crédito e a criação de moeda escritural. O **desenvolvimento do sistema bancário** é essencial para o crescimento natural de uma economia.
- São exemplo de instituições financeiras não monetárias as **sociedades de locação financeira**, que têm por objeto o contrato da cedência temporária de um bem, móvel ou imóvel, e as **sociedades de factoring** que assumem as cobranças de outras empresas, adiantando o valor dos seus créditos de curto prazo e recebendo em troca uma comissão.
- O **mercado de títulos** é o mercado onde se transacionam valores mobiliários, como as ações ou as obrigações. As **ações** são títulos representativos do capital social das sociedades anónimas e as **obrigações** são títulos representativos de partes da dívida de uma empresa que correspondem a um empréstimo dos aforradores.

Síntese (cont.)

- O **mercado primário** é o mercado onde os novos ativos são emitidos. O **mercado secundário** é o mercado onde são transacionados os títulos emitidos no mercado primário que já reúnem as condições de admissão à cotação em bolsa.
- A **bolsa de valores** é o local onde se transacionam títulos mobiliários cotados. A **cotação** é o preço de um ativo em cada momento.
- Os principais destinos da poupança são: a **colocação financeira**, que é a aplicação da poupança em produtos financeiros disponibilizados através das instituições financeiras; o **entesouramento**, que é a parte da poupança que não é aplicada, ficando à guarda dos seus proprietários sem intuito de ser rentabilizada; e o **investimento** (ou **formação de capital**), que é a parte da poupança canalizada para a atividade produtiva.
- A formação de capital divide-se em duas componentes: a **formação bruta de capital fixo**, que é o investimento realizado com a aquisição e amortização de bens duradouros, e a **variação de existências**, que contabiliza as oscilações dos *stocks* de matérias-primas, dos produtos acabados e semiacabados num dado período.
- Quanto à sua natureza, o investimento pode classificar-se como: **investimento material**, no caso da aquisição de bens corpóreos; **investimento imaterial**, relativamente à contratação de serviços (bens imateriais) e **investimento financeiro**, se diz respeito à aquisição de ativos financeiros.
- De acordo com a sua principal função, o investimento também pode ser classificado como: **investimento de substituição (renovação)**, no que se refere à reposição do capital que vai sendo utilizado; **investimento de inovação**, nos gastos com a atualização tecnológica dos processos de produção e **investimento de capacidade**, nos encargos com o aumento da capacidade de produção.
- O investimento pode ainda ser classificado como **público** ou **privado** conforme é efetuado pelo Estado ou por agentes privados.
- Os **instrumentos financeiros** são produtos negociáveis em mercado financeiro, abrangendo os valores mobiliários e instrumentos mais complexos, como os derivados. As ações, as obrigações, as unidades de participação em fundos de investimento, os títulos de participação, os futuros e as opções são exemplos de instrumentos financeiros.

Ficha de trabalho 7

1 Selecciona, em cada caso, a opção que consideras correta.

- 1.1.** A moeda de papel cuja circulação é feita tendo por base a confiança na sua convertibilidade intitula-se
- a) moeda fiduciária.
 - b) moeda representativa.
 - c) papel-moeda.
 - d) moeda cunhada.
- 1.2.** A forma de moeda representada através de um certificado correspondente a uma quantia previamente depositada, em ouro ou prata, designa-se por
- a) moeda eletrónica.
 - b) moeda escritural.
 - c) moeda fiduciária.
 - d) moeda representativa.
- 1.3.** Uma das funções da moeda é
- a) avaliar a qualidade dos bens.
 - b) atuar como intermediário da troca direta.
 - c) atuar como instrumento de política monetária.
 - d) atuar como meio de pagamento geral e definitivo.
- 1.4.** Atualmente, assiste-se cada vez mais a uma perda do conteúdo material da moeda
- a) passando, muitas vezes, os seus proprietários a deter apenas documentos comprovativos da sua posse.
 - b) verificando-se uma desvalorização monetária.
 - c) que corresponde a uma diminuição das prestações sociais do Estado.
 - d) patente na diminuição das remessas dos emigrantes.
- 1.5.** A aplicação da poupança em produtos financeiros disponibilizados por intermédio de instituições financeiras denomina-se
- a) financiamento.
 - b) investimento.
 - c) entesouramento.
 - d) colocação financeira.
- 1.6.** O investimento diz-se de substituição se
- a) se refere à aquisição de bens intangíveis.
 - b) envolve a aquisição de ativos financeiros.
 - c) visa assegurar a manutenção da capacidade produtiva.
 - d) visa aumentar a capacidade produtiva.

Ficha de trabalho 7 (cont.)

1.7. O financiamento externo de uma unidade económica pode ser obtido

- a) através de fundos próprios.
- b) de forma indireta, através do capital dos sócios.
- c) de forma direta, através do acesso ao crédito.
- d) através do recurso ao crédito ou ao mercado de títulos.

1.8. O crédito bancário permite

- a) remunerar a colocação financeira.
- b) reduzir os encargos das empresas.
- c) auxiliar o autofinanciamento das empresas.
- d) criar moeda e financiar a atividade económica.

2 Explica em que consiste a troca indireta, comentando o papel que a moeda teve no processo de transição da troca direta.

3 Diz o que significa o curso forçado das notas.

4 Lê o texto seguinte.

“A poupança é utilizada na formação de capital, através do investimento direto ou através da colocação em depósitos à ordem ou a prazo nas instituições bancárias, que posteriormente será canalizada para a atividade económica. O seu montante depende de vários fatores, nomeadamente do rendimento disponível, da taxa de juro e da conjuntura nacional e internacional.”

NABAIS, C. e FERREIRA, R.V. (2012), *Macroeconomia*, Lisboa, Lidel

4.1. Diz o que entendes por poupança.

4.2. Comenta o texto, tendo em atenção os principais destinos da poupança.

4.3. Identifica no texto alguns motivos porque se poupa.

5 “Em Cabo Verde, é notável a ação das instituições de microcrédito, que têm tido um papel relevante na dinamização das atividades neste sector com resultados visíveis e positivos em praticamente todos os concelhos do país.”

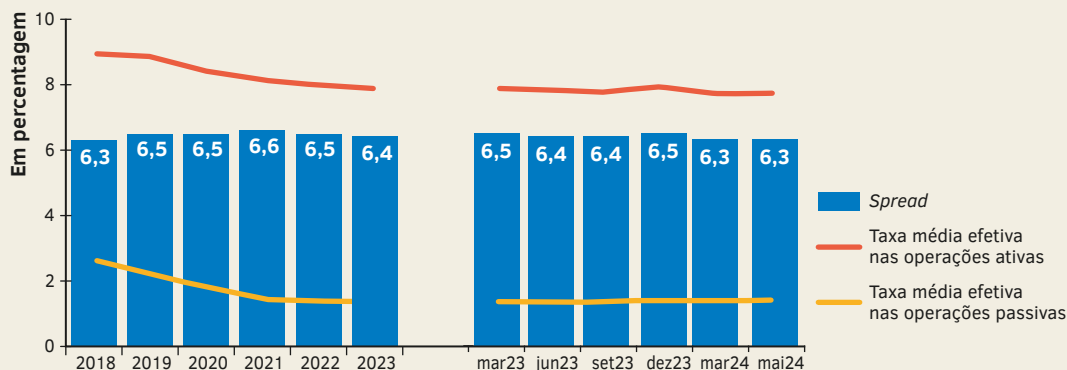
<https://www.bcv.cv> [consult. 20 set 2024]

5.1. Comenta a afirmação, apresentando uma noção de microcrédito.

5.2. Distingue crédito ao consumo de crédito à produção.

6 Analisa o gráfico que se segue.

Evolução das taxas de juro médias efetivas das operações de crédito e do spread



Fonte: Banco de Cabo Verde

Nota: o spread bancário corresponde à diferença entre a taxa de juro média efetiva ativa e a taxa de juro média efetiva passiva.

BCV, Relatório de Estabilidade Financeira 2023

- 6.1. Indica as principais funções dos bancos.
- 6.2. Diz o que é o efeito multiplicador do crédito.
- 6.3. Explica como uma taxa de juro pode influenciar a poupança.
- 6.4. Como classificas o investimento dos particulares?

7 Lê atentamente o seguinte texto.

“Porque e como começar a investir?”

Conhecer o seu perfil de investidor irá ajudar-lhe a definir o produto em que investir:

- Ações;
- Obrigações;
- Títulos do Tesouro.

Deverá ter uma conta bancária aberta junto a um dos Bancos Comerciais Cabo-verdianos autorizados a operar na Bolsa, que ficará responsável por “guardar” os seus títulos e comprar e vender títulos em seu nome, conforme sua ordem dada a eles. O Investimento em Bolsa, além de ter um potencial de valorização superior aos tradicionais produtos financeiros, tem um conjunto de vantagens fiscais atrativas.”

<https://www.doutorfinancas.pt> [consult. 22 set 2024]

- 7.1. Explica os principais aspetos que se devem ter em conta na escolha de investimentos financeiros.
- 7.2. Diz o que entendes por valores mobiliários, apresentando exemplos.
- 7.3. Distingue mercado primário de mercado secundário.

8 Falhas de mercado e política pública

Objetivos de aprendizagem

- Descrever as principais falhas de mercado.
- Identificar o papel do Estado na correção das falhas de mercado.
- Reconhecer a importância da regulação económica e das políticas de concorrência como forma de restringir o abuso de posições dominantes.
- Compreender as características dos bens públicos.
- Reconhecer externalidades ambientais.
- Relacionar a distribuição do rendimento com a pobreza humana.

8.1. As falhas de mercado e o papel do Estado

Documento 1

“Quando se discute o papel do Estado, considera-se normalmente que as regras de tráfico são por ele fixadas. Mas quais são as funções económicas específicas do Estado? Existem três: eficiência, equidade e estabilidade. As ações públicas relacionadas com a eficiência constituem tentativas de corrigir falhas de mercado como o monopólio.

Os programas públicos para promover a equidade recorrem a técnicas como a redistribuição de rendimentos, que refletem as preocupações da sociedade relativamente aos pobres e às pessoas sem perspetivas de futuro. A política de estabilização tenta reduzir as flutuações do ciclo económico, reduzindo o desemprego e a inflação e promovendo o crescimento económico.”

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

O papel do Estado foi evoluindo ao longo dos tempos. Atualmente, vivemos numa era em que a intervenção económica e social do Estado visa, essencialmente, garantir três objetivos fundamentais:

- equidade;
- estabilidade;
- eficiência.

Equidade

Objetivo de assegurar a todos os indivíduos o acesso aos bens e serviços que se consideram essenciais para se poder ter um nível de vida condigno.

Equidade

No que respeita ao objetivo da equidade, o Estado deve procurar assegurar a todos os cidadãos o acesso aos bens e serviços essenciais e a condições de vida dignas. A eficiência económica não é

sinónimo de justiça distributiva, pois a repartição primária dos rendimentos resulta do mecanismo de mercado, por vezes, gerador de desigualdades que o Estado procura minimizar através da redistribuição do rendimento.

Como veremos mais à frente, para corrigir essas situações, o Estado intervém cobrando, a quem tem fontes de rendimento, impostos e outras contribuições que se destinam a auxiliar os mais carenciados através da entrega de prestações sociais como subsídios e pensões.

Estabilidade

A estabilidade é outro grande objetivo do Estado. Este objetivo deriva do funcionamento do sistema de mercado com as suas regras de concorrência que, por um lado, permitem o desenvolvimento, mas, por outro, são geradoras de alguma insegurança e, conseqüentemente, de instabilidade.

O Estado deve assegurar estabilidade económica e social, controlando em matéria de Contabilidade Nacional as variáveis que podem ser mais instáveis e que podem gerar aumento da inflação, desemprego ou do défice externo.

As empresas, como têm de garantir a obtenção de um lucro, produzem os bens que mais lhes convêm. A existência de concorrência no mundo empresarial provoca desequilíbrios, quer ao nível do tipo de bens que são produzidos, quer ao nível dos preços pelos quais são vendidos.

Ao Estado competirá, então, agir (regular), promover o desenvolvimento económico (dinamizar), verificar como são aplicadas as normas (fiscalizar) e planear as ações futuras, para que tudo decorra como o previsto. Por isso se diz que o Estado assume as tarefas de **dinamização, regulamentação, planificação e fiscalização** da atividade económica.

Estabilidade

Objetivo de intervir na atividade económica de forma a assegurar um elevado nível de emprego, uma inflação moderada, uma taxa de crescimento razoável e o equilíbrio nas contas externas do país.

Eficiência

No que respeita ao objetivo da eficiência, o Estado atua de modo a garantir a melhor utilização dos recursos disponíveis, incentivando a sua racionalização e promovendo um desenvolvimento sustentável. Mas, geralmente, as escolhas dos agentes são feitas em função do mercado, que, por sua vez, tenta compatibilizar a todo o momento a oferta e a procura de bens e serviços.

O mecanismo de mercado, que pressupõe a não intervenção do Estado, consiste num sistema de incentivo ou desincentivo que ocorre de forma espontânea, ao gerar lucros ou prejuízos na atividade produtiva. No entanto, como este mecanismo não é capaz de solucionar todos os problemas de uma economia, devido à existência de falhas de

Eficiência

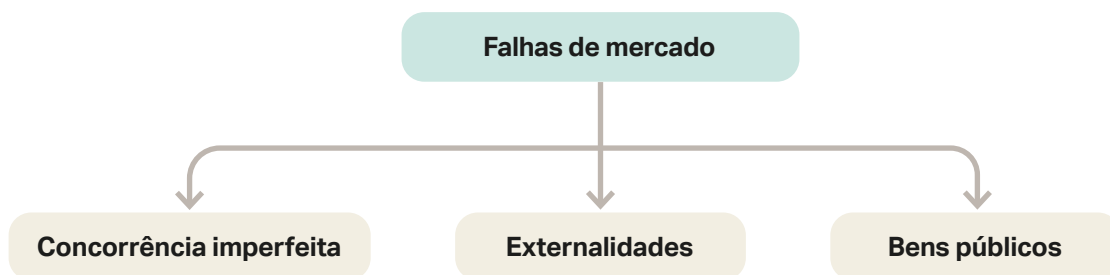
Resulta de uma ação efetuada com base numa utilização racional dos recursos, permitindo satisfazer o maior número de necessidades ao menor custo possível.

mercado, torna-se necessária a intervenção do Estado, tanto para corrigir essas falhas, como para regular a atividade económica.

Falhas de mercado

Situações em que o mecanismo de mercado não é capaz de responder de forma eficiente.

As **falhas de mercado** correspondem então às situações em que o mecanismo de mercado não é capaz de responder de forma eficiente, sendo três as principais falhas apontadas: a concorrência imperfeita, as externalidades e os bens públicos.



Atividade 1

Lê atentamente o excerto seguinte.

“Uma falha de mercado ocorre quando os mecanismos de mercado, não regulados pelo Estado e deixados livremente ao seu próprio funcionamento, originam resultados económicos não eficientes ou indesejáveis do ponto de vista social. Tais falhas são geralmente provocadas pelas imperfeições do mercado, nomeadamente informação incompleta dos agentes económicos, custos de transação elevados, existência de externalidades e ocorrência de estruturas de mercado do tipo concorrência imperfeita.”

<http://www.knoow.net> [consult. 5 out 2024]

- 1 Comenta a afirmação anterior, explicando o que entendes por falha de mercado.
- 2 Explica a necessidade de intervenção do Estado nos casos em que se verificam ineficiências do mercado.

Nos próximos subcapítulos serão analisadas as principais falhas de mercado e a resposta do Estado, isto é, o modo como as procura corrigir.

8.1.1. Concorrência imperfeita, regulação económica e políticas de concorrência

Na maioria das estruturas de mercado reais o que existe é concorrência imperfeita. A imperfeição da concorrência constitui uma falha de mercado na medida em que corresponde a uma situação em que um ou mais produtores detêm poder de mercado, o que lhes permite exercer uma influência direta sobre o preço dos bens, como acontece por exemplo nos monopólios.

O Estado deve intervir quando o mercado não funciona de modo eficiente, nomeadamente, limitando possíveis abusos das grandes empresas através da criação de políticas *antitrust* e da adoção de práticas facilitadoras da concorrência.

As políticas **antitrust** visam impedir a formação de monopólios e proibir as práticas que levantam obstáculos ao funcionamento da concorrência, como os acordos relativos à fixação de preços ou à divisão de territórios. As políticas de defesa da concorrência visam o controlo de operações em que há excessiva concentração empresarial de forma a assegurar o correto funcionamento do mercado.

O Estado deve regular a atividade económica, criando leis que lhe permitam restringir o poder de mercado das empresas e impedir **abusos das posições dominantes**. A regulação do Estado assume assim especial importância, servindo para arbitrar conflitos e definir regras, garantindo o bem-estar da população em geral.

Antitrust

Regras de concorrência aplicáveis aos acordos e práticas comerciais que restringem a concorrência e que proíbem os abusos de posição dominante.

Abusos das posições dominantes

Comportamento de uma empresa em posição dominante que mantém ou reforça a sua posição no mercado recorrendo a práticas comerciais que restringem a concorrência.

Documento 2

“Em geral, a regulação define-se como o estabelecimento e implementação de um conjunto de normas que materializam a intervenção do Estado, cuja atuação tem poder coercivo. No caso especial da regulação económica, ela é feita com o objetivo genérico de alterar a afetação de recursos que resultaria do livre funcionamento de um mercado e, portanto, o bem-estar social. A regulação económica pode ser transversal, abrangendo todos os setores da atividade, como seja aquela relativa ao ambiente ou à concorrência, mas também pode ser setorial, se for respeitante a um único setor, como seja a regulação do fornecimento de serviços públicos, como a água, a eletricidade ou as telecomunicações.”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

A **regulação económica** tem um papel relevante no equilíbrio de forças entre a eficiência do mercado e a equidade social, estabelecendo regras para o funcionamento do mercado, de modo a garantir o bem-estar social.

A regulação económica pode envolver todos os setores de atividade, sendo uma forma de intervenção continuada, que visa proteger os interesses públicos e privados, corrigindo eventuais falhas de mercado. Pode ser aplicada de diversas formas, nomeadamente, elaborando regulamentação específica, criando entidades reguladoras independentes ou atuando sobre os preços ou sobre os produtos, como no caso das políticas de promoção da utilização de medicamentos genéricos exercidas pela ERIS – Entidade Reguladora Independente da Saúde (regulação da vertente do preço).

Outro exemplo de regulação económica onde o Estado atua diretamente sobre a economia é através da definição de um salário mínimo, fixando, neste caso, um preço mínimo para o mercado de trabalho.

Mas a intervenção do Estado também envolve a definição de **políticas de concorrência**, com vista a evitar atividades de conluio da parte das empresas, como a concorrência desleal, que poderiam representar abusos de posição dominante. As políticas de concorrência têm um âmbito um pouco mais restrito, servindo para regular a concorrência empresarial, destinando-se geralmente a áreas específicas, como é o caso do setor das gasolineiras ou das telecomunicações.

Documento 3

“O que é a regulação da concorrência?”

Massimo Motta¹ define regulação da concorrência como um conjunto de políticas e leis que garantem que a concorrência no mercado não é restringida de forma a que se reduza o bem-estar social. Este tipo de regulação torna-se necessária, porque mesmo em mercados que funcionam concorrencialmente, as forças de mercado poderiam não levar ao resultado eficiente, já que as empresas podem comportar-se estrategicamente, podem criar ou fortalecer posições dominantes, ou até monopólios, através de concentrações de empresas ou podem efetuar ações que aumentem os lucros e reduzam o bem-estar social, como sejam atividades de conluio, ou comportamentos predatórios.”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

¹Massimo Motta (2004), *Competition Policy: Theory and Practice*, Cambridge University Press

Atividade 2

“A grande diferença entre regulação económica e política de concorrência gira em torno do contexto de aplicação de cada uma delas. A regulação económica aplica-se a setores onde as forças concorrenciais não funcionariam sem problemas [...]. A regulação económica tem uma atuação forte, continuada, a médio e longo prazo, regulando preços, escolhas de produtos, padrões de qualidade, etc. A política de concorrência aplica-se a setores onde as condições estruturais permitem a concorrência e pretende, genericamente, verificar a legalidade das ações das empresas, intervindo *ex post*¹ sancionando, se for caso disso, ou intervindo *ex ante*², condicionando comportamentos, como seja nas situações em que há fixação preventiva de concentração de empresas pela Autoridade da Concorrência, a entidade reguladora que tem por missão aplicar a Lei da Concorrência.”

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

¹Intervenção após o facto ter ocorrido. ²Intervenção anterior à ocorrência do facto.

- 1 Comenta o texto, tendo em atenção a diferença que existe entre a regulação económica e a política de concorrência.

As medidas de intervenção do Estado destinam-se a assegurar a **liberdade económica** dos agentes prevenindo comportamentos indevidos, defender as empresas pequenas das **posições dominantes**, promover a **sustentabilidade** e a **estabilidade política**; e sobretudo, promover o **bem-estar social**, especialmente dos compradores, que não dispõem das mesmas condições que os vendedores, para assegurar a proteção dos seus direitos.

O setor financeiro foi uma das primeiras áreas onde Cabo Verde apostou na regulação, com o Banco de Cabo Verde a passar a assumir-se apenas como banco central e emissor, em 1991, deixando de acumular a função de banco comercial e implementando medidas de natureza prudencial. Em 2003, para fazer face à ausência de regulação independente no setor das infraestruturas, Cabo Verde aprovou o Regime Jurídico das Agências Reguladoras, tendo criado a Agência de Regulação Económica.

Documento 4

“A ARE – Agência de Regulação Económica

Criada em 2003, a Agência de Regulação Económica tem como principais atribuições, nos setores energia, água e transportes coletivos urbanos e marítimos de passageiros, as seguintes:

- Regular o acesso à atividade regulada nos termos previstos na lei;
- Garantir as condições que permitam satisfazer de forma eficiente a procura dos serviços dos setores regulados;

Documento 4 (cont.)

- Proteger o equilíbrio económico-financeiro das empresas reguladas;
- Garantir aos titulares de concessões e licenças as condições que lhes permitam cumprir as suas obrigações;
- Garantir as competentes obrigações de serviço público ou de serviço universal;
- Proteger os direitos e interesses dos consumidores, designadamente em matéria de preços, tarifas e qualidade do serviço prestado;
- Assegurar a objetividade das regras de regulação e a transparência das relações comerciais entre os operadores dos setores regulados e entre estes e os consumidores;
- Velar pela aplicação e fiscalização do cumprimento das leis;
- Coordenar com a entidade competente a aplicação da lei da concorrência;
- Contribuir para a progressiva melhoria das condições económicas dos setores regulados, estimulando, nomeadamente, a adoção de práticas que promovam a utilização eficiente dos bens;
- Promover a informação e o esclarecimento dos consumidores, em coordenação com as entidades competentes.”

LIMA, João Renato, Agência Regulação Económica (2008), *Conferência Regulação de Energia na CPLP e Constituição da Associação de Reguladores*, Cabo Verde, https://relop.org/wp-content/uploads/2021/12/Intervencao_ARE1.pdf [consult. 5 out 2024]

Atualmente, as principais entidades reguladoras independentes a atuar em Cabo Verde são:

- ARME – Agência Reguladora Multissetorial de Economia
- ARES – Agência Reguladora do Ensino Superior
- AAC – Agência de Aviação Civil
- ARC – Autoridade Reguladora para a Comunicação
- ARAP – Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas
- ERIS – Entidade Reguladora Independente da Saúde

Para mais informações, sugere-se a consulta do *site* do Ministério das Finanças



Link
Ministério das
Finanças



Atividade 3

- 1 Sugere-se a pesquisa de dados, reunindo mais elementos sobre o papel das reguladoras em Cabo Verde, a regulação dos preços dos combustíveis, telecomunicações e outros produtos essenciais.

8.1.2. Bens públicos e suas características

Também se consideram falhas de mercado os **bens públicos**, que correspondem a ineficiências do mercado que o Estado procura corrigir. Ao satisfazer as necessidades coletivas, o Estado tem a seu cargo a produção de determinados bens e serviços que a iniciativa privada não pode oferecer devido à necessidade de serem oferecidos por uma entidade isenta, como o caso da justiça, ou por não ter interesse na sua produção. Geralmente, a produção destes bens e serviços não é apelativa para a iniciativa privada, porque, além de poder implicar um grande investimento, o seu preço de venda pode não ser suficientemente lucrativo.

Bem público

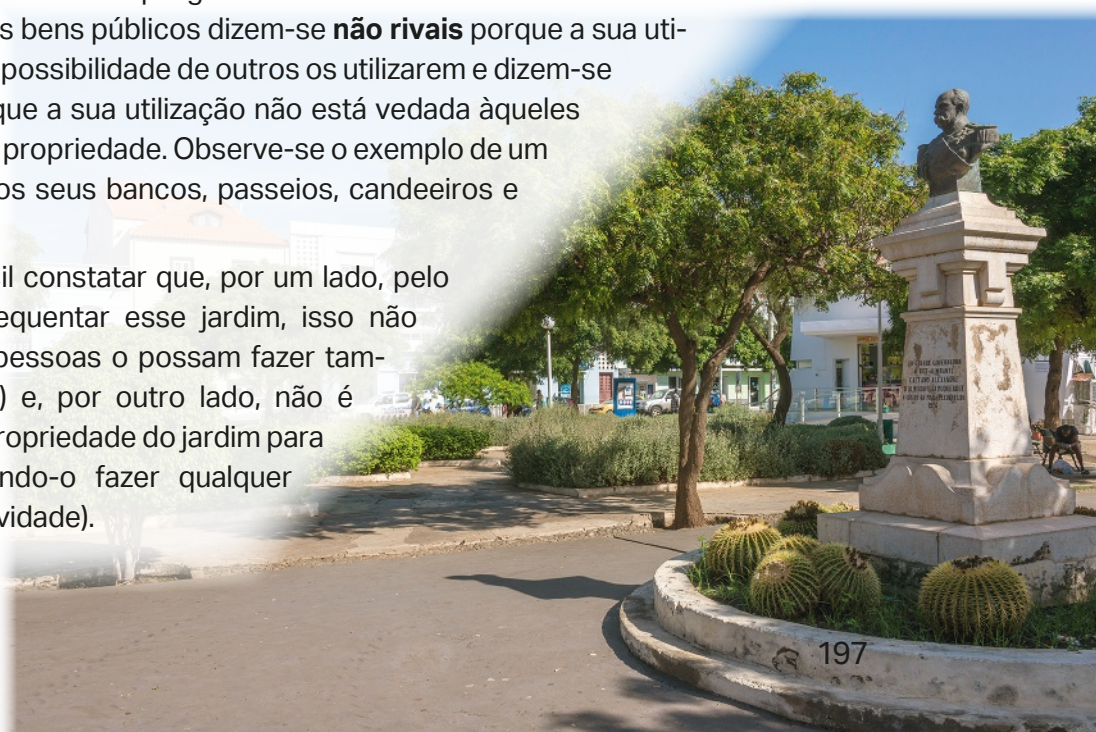
Bem cujos benefícios não podem ser negados a nenhum indivíduo de uma determinada população e que serve para o desfrute de todos, independentemente de o desejarem ou não.

Para uma melhor compreensão, será conveniente conhecer primeiro duas características básicas dos bens: **rivalidade** e **exclusividade**.

- A rivalidade é uma característica dos bens cuja respetiva quantidade disponível vai diminuindo à medida que estes vão sendo consumidos. Um bem diz-se **rival** quando o seu consumo leva a uma diminuição da quantidade disponível para utilizações futuras, podendo eventualmente esgotar-se. Um bem diz-se **não rival** na situação oposta, isto é, quando o seu consumo não faz diminuir a possibilidade de utilização por parte de outros agentes.
- A exclusividade é uma característica relacionada com os direitos de propriedade sobre os bens. Os bens dizem-se **exclusivos** quando há um impedimento ao seu livre acesso, estando estes disponíveis apenas para quem detém a sua propriedade. Os bens dizem-se **não exclusivos** quando a sua utilização não é vedada a quem não detém a sua propriedade, ou seja, não pertencem exclusivamente a uma pessoa ou entidade. Vejamos então o que são os bens públicos.

Os bens públicos são bens que gozam das características de não rivalidade e não exclusividade. Os bens públicos dizem-se **não rivais** porque a sua utilização não diminui a possibilidade de outros os utilizarem e dizem-se **não exclusivos** porque a sua utilização não está vedada àqueles que não detêm a sua propriedade. Observe-se o exemplo de um jardim público com os seus bancos, passeios, candeeiros e bebedouros.

Neste caso, é fácil constatar que, por um lado, pelo facto de alguém frequentar esse jardim, isso não impede que outras pessoas o possam fazer também (não rivalidade) e, por outro lado, não é necessário deter a propriedade do jardim para o frequentar, podendo-o fazer qualquer cidadão (não exclusividade).



Documento 5

Bens públicos

“As duas características dos bens públicos são a “não rivalidade de consumo” e a “impossibilidade de exclusão”. Não rivalidade significa que o consumo de um bem por uma pessoa não perturba o consumo do mesmo bem por outra. Uma maçã tem rivalidade de consumo, porque, se eu a comer, mais ninguém poderá comê-la. Mas um filme no cinema ou uma aula na escola não têm rivalidade, porque o facto de uma pessoa assistir não impede outras de participarem igualmente. Mas no cinema e na escola o bem não é público, porque há possibilidade de exclusão, só podendo entrar na sala quem pague bilhete ou [estiver inscrito].

Estes produtos ou serviços especiais são bens de que, embora não sendo grátis, num sistema de mercado todos podem usufruir sem pagar, pois não existe modo de o mercado cobrar o seu custo. A defesa nacional, os jardins públicos, as estradas, a rádio ou a televisão de sinal aberto são bens de que todos gozamos sem pagar.”

NEVES, João César (2023), *Introdução à Economia* (12.ª edição), Cascais, Principia

Atividade 4

“Até numa economia de mercado que funcione bem, há áreas em que os mercados falham. Um exemplo importante de falha de mercado é o fornecimento de bens públicos – bens que são gratuitos para todos ou podem ser usados mesmo por quem não paga por eles. É difícil uma empresa privada ou uma pessoa ter lucro ao fornecer esses bens.”

Vários autores, (2019), *O Livro da Economia*, Lisboa, Marcador Editora

- 1 Comenta o texto, tendo em atenção o conceito de bens públicos.
- 2 Apresenta as principais características dos bens públicos.



Os faróis são bens públicos que não podem ser tirados de quem não paga por eles e são usados por muita gente ao mesmo tempo. São invariavelmente fornecidos a todos.

8.1.3. Externalidades e o ambiente

As externalidades (em particular, as de sentido negativo) constituem outro tipo de falhas de mercado que o Estado procura corrigir.

As **externalidades** caracterizam-se como custos ou benefícios que as entidades coletivas ou individuais impõem aos outros, sem que estes sejam indemnizados ou efetuem o respetivo pagamento.

Trata-se de efeitos derivados da produção ou do consumo de bens e serviços, que podem ser benéficos ou prejudiciais, e que se repercutem positiva ou negativamente sobre terceiros, como, por exemplo, a melhoria da esperança média de vida proporcionada pela descoberta de novos medicamentos na indústria farmacêutica ou a poluição dos rios resultante das descargas de resíduos tóxicos e lixo das empresas.

As externalidades podem ser classificadas como **positivas** ou **negativas** conforme correspondem respetivamente a benefícios ou a custos que recaem sobre terceiros. O Estado procura corrigir este tipo de falha de mercado nomeadamente através de regulamentação, atuando quer ao nível dos *inputs* (entradas) do processo produtivo, proibindo, por exemplo, a utilização de gasolina com chumbo ou a pesca de certas espécies de peixes, como ao nível dos *outputs* (saídas), determinando certos limites aos níveis de produção que possam ser considerados críticos e geradores de poluição.

Externalidades

Conjunto de efeitos que a atividade produtiva exerce sobre terceiros e que podem ser de carácter benéfico (positivas) ou prejudicial (negativas).

Documento 6

“Poluição

Perturbações no ambiente causadas pela atividade humana. Existem diversas formas de poluição: poluição atmosférica, causada pelo fumo e gases industriais e pela circulação automóvel; poluição dos rios e mares devido ao lançamento de produtos poluentes (efluentes industriais, esgotos, derrames petrolíferos, etc.) e aquela que se verifica no solo devido ao abuso da utilização de fertilizantes químicos e pesticidas.”

BATOUXAS, Mariana e VIEGAS, Julieta (1998), *Dicionário de Geografia*, Lisboa, Edições Sílabo

Atividade 5

“Existem fenómenos, a que a economia chama «externalidades», que constituem influências que o mercado não consegue captar. Por exemplo, a poluição, o ruído, o impacto de certas produções noutras produções ou consumos.”

NEVES, João César (2023), *Introdução à Economia* (12.ª edição), Cascais, Principia

- 1 Diz o que entendes por externalidades.



O crescimento económico moderno conduziu a um aumento exponencial dos níveis da produção que levou, por um lado, a um **aumento da poluição e degradação ambiental** e, por outro, a uma **diminuição da base de recursos disponíveis no planeta**. Uma das principais consequências do crescimento económico moderno, associado ao forte desenvolvimento dos países, é a crescente utilização de recursos naturais que tem sido necessário canalizar para se poderem produzir os atuais níveis de produção de bens. Além disso, podemos constatar que muitas das técnicas utilizadas para levar a cabo essa mesma produção conduzem a um empobrecimento ambiental, poluindo a atmosfera, as águas e os solos de forma muitas vezes irreversível.

Documento 7

“Cabo Verde está inserido, em simultâneo, no espaço atlântico da Macaronésia e no Sahel. Pertence à zona de países que têm um clima subtropical seco, atingindo humidades abaixo dos 10%. A temperatura média anual é de 24,5 °C, com fraca amplitude térmica.

Caracteriza-se por uma curta estação das chuvas, de julho a outubro, com precipitações irregulares e por vezes torrenciais.

Os ventos fortes de nordeste permanecem de 60% a 80% do tempo ao longo do ano e aceleram a evaporação da água e a evapotranspiração. O vento leste, proveniente do Sahara, gera uma elevada secura do ar e pode trazer a *bruma* seca que aparece nas ilhas com maior frequência entre os meses de dezembro e março.

A precipitação média anual é da ordem de 250 mm a 300 mm, onde cerca de 20% da água se perde através de escoamento superficial, 13% se infiltra recarregando os aquíferos e a maior parte se perde por evaporação. Os recursos hídricos são escassos e representam grande limitação para o desenvolvimento económico.

A diminuição da pluviometria associada a sucessivos anos de seca tem implicações negativas na recarga de pontos de água. As águas subterrâneas captadas em 2017 eram de 17.378.471 m³, sendo 15.556.471 m³ em captações licenciadas.

O volume de água entrada no sistema de abastecimento de águas, incluindo as provenientes da dessalinização, eram de 17.378.471 m³. O défice hídrico tem afetado os rendimentos e as produções do sistema agropecuário e a qualidade de vida das populações. Relativamente ao recurso terra, os solos têm substrato de origem vulcânica (80% basalto). São na sua maioria esqueléticos, pobres em matéria orgânica e pouco diferenciados. Apenas 10% das terras emersas são potencialmente aráveis/cultiváveis (cerca de 40.000 ha). De entre elas 25.828 ha são utilizadas para a agricultura de sequeiro, 3.350 ha para agriculturas irrigáveis e cerca de 9.791 ha para o pastoreio.

A cobertura vegetal é predominantemente aberta, tipo estepe saheliana, mas o escalonamento em altitude gera uma diferenciação em andares bioclimáticos.

A ação do homem sobre a natureza fez com que a vegetação sofresse dramática alteração. A criação de campos de cultivo e o desvio de cursos de água, a introdução de novas plantas de pastagem e a instalação do gado, nomeadamente cabras, e o corte de árvores e arbustos foram tão rápidos que a vegetação natural não pôde por si regenerar-se.”

Livro Branco sobre o estado do ambiente em Cabo Verde, Ministério da Agricultura e Ambiente, 2020

Atividade 6

- 1 Comenta a afirmação destacada no documento 7.
- 2 Pesquisa informação adicional, elaborando um dossiê sobre as externalidades ambientais em Cabo Verde.

Considerando-se o ambiente como um bem comum que importa preservar, o Estado procura regular a sua utilização através da imposição de leis e da aplicação de impostos e taxas de natureza ambiental de acordo com o **princípio do poluidor-pagador**. Segundo este princípio, os encargos com a reparação dos danos causados pela poluição do ambiente deverão ser suportados por quem os produziu, responsabilizando-se assim os indivíduos ou entidades causadores desses danos.

Documento 8

“O princípio do poluidor-pagador decorre da consideração de que os sujeitos económicos, que são beneficiários de uma determinada atividade poluente, devem igualmente ser responsáveis, pela via fiscal, no que respeita à compensação dos prejuízos que resultam para toda a comunidade do exercício dessa atividade.

Atualmente, a perspetiva tem vindo a ser alargada, no sentido de se considerar que uma tal compensação financeira não se deve apenas referir aos prejuízos efetivamente causados, mas também aos custos da reconstituição da situação, assim como às medidas de prevenção que é necessário tomar para impedir, ou minimizar, similares comportamentos de risco para o meio ambiente. Além disso, considera-se que um tal princípio se realiza através dos mais diversos instrumentos financeiros, nomeadamente impostos (diretos ou indiretos), taxas, políticas de preços, benefícios fiscais, etc.”

<http://pensandoverde-direitodoambiente.blogspot.pt> [consult. 10 out 2024]

Atividade 7

- 1 Comenta o documento 8, explicando em que consiste o princípio do poluidor-pagador.

Em 1993, Cabo Verde aprovou a Lei n.º 86/IV/93, de 29 de julho, que definia as Bases da Política do Ambiente, estabelecendo como fins a otimização e garantia de continuidade da utilização dos recursos naturais, quantitativa e qualitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento autossustentado.

Vinte anos mais tarde, a Lei de Bases do Ambiente sofreu algumas alterações, decorrentes de uma nova consciência ambiental, nomeadamente, alterando o princípio da responsabilização para o princípio do **poluidor-pagador**, “não modificando a essência do princípio anterior, mas dando uma terminologia utilizada atualmente para referir à responsabilização do poluidor pela poluição causada e da obrigação de o mesmo assumir os custos tanto da atividade poluente como da introdução de medidas internas de prevenção e controle necessárias para combater as ameaças” e “considerando por bem a introdução de princípios de “precaução”, de **utilizador-pagador** e de **protetor-recebedor**, consagrando assim o dever do utilizador dos recursos ambientais, para fins económicos, de pagar por eles, bem como o direito de quem presta serviços ambientais relevantes, de receber compensação financeira e/ou fiscal”.

Artigo 1.º

Objeto

O presente diploma procede à primeira alteração à Lei n.º 86/IV/93, de 26 de junho, que define as Bases da Política do Ambiente.

Artigo 2.º

Alteração

São alterados os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 10.º, 23.º, 27.º, 30.º, 46.º e 50.º da Lei n.º 86/IV/93, de 26 de junho, que passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 1.º [...]

A presente Lei define as Bases da Política de Ambiente, em cumprimento do disposto no artigo 73.º da Constituição da República.

Artigo 2.º

1 – Todos têm direito a um ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incumbindo ao Estado e aos Municípios, por meio de organismos próprios, e por apelo e apoio a iniciativas populares e comunitárias, promover a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva.

2 – A Política do Ambiente tem por fim garantir o desenvolvimento sustentável através da otimização e utilização dos ecossistemas e recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, promovendo uma economia de baixo carbono, verde e circular, racional e eficiente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Artigo 3.º

[...]

i) Do poluidor-pagador: obriga o responsável pela poluição a assumir os custos tanto da atividade poluente, como da introdução de medidas internas de prevenção e controle necessárias para combater as ameaças e agressões ao ambiente;

j) Do utilizador-pagador: obriga o utilizador a suportar os custos de utilização, de recursos ambientais para fins económicos, visando a respetiva utilização racional;

k) Do protetor-recebedor: institui benefícios e compensações financeiras e/ou fiscais em favor daquele que presta serviços relevantes à defesa e melhoria do ambiente.

Artigo 4.º

[...]

p) A definição de uma política de utilização racional da água, para todos os usos, compreendendo a sua reutilização com vista à promoção da economia circular da água;

q) A definição de uma política de redução da emissão de gases de efeito estufa e de adaptação aos efeitos negativos das mudanças climáticas, com a finalidade de reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de resposta e a resiliência das pessoas, das comunidades, dos ecossistemas e das espécies animais e vegetais. [...]"

Lei n.º 23/X/2023 de 18 de abril

Por outro lado, Cabo Verde também tem vindo a apostar numa maior categorização do impacte ambiental dos projetos públicos e privados, ficando agora sujeitos a diferentes tipos de avaliação, em função do perfil de risco ambiental de cada um. Com o novo regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), os projetos potencialmente mais suscetíveis de produzir efeitos ambientais significativos passam a ter avaliações mais exigentes e os tipos de projetos com menor risco ambiental são avaliados de forma mais simplificada.

Documento 9

“Nova lei de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)

O PEDS¹ apresenta como segundo objetivo geral “Garantir a Sustentabilidade Económica e Ambiental” com a implementação dos Planos de Gestão das áreas protegidas, garantia da qualidade ambiental, promoção da cidadania ecológica e reforço dos sistemas de licenciamento e auditorias ambientais.

Por forma a dar resposta aos objetivos do PEDS e adequar os procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental à nova dinâmica do desenvolvimento do país, foi elaborado e já se encontra em vigor o novo regime de Avaliação de Impacte Ambiental, publicado pelo Decreto-Lei n.º 27/2020 de 19 de março.

Documento 9 (cont.)

O novo regime contempla um conjunto alargado de inovações e clarificações nomeadamente a **CATEGORIZAÇÃO DOS PROJETOS** que permite introduzir diferentes tipos de avaliação em função do perfil de risco ambiental dos projetos. Visa-se, desta forma, que aos tipos de projetos que tenham um maior potencial de indução de impactos ambientais significativos corresponda a avaliações mais exigentes e, inversamente, que os tipos de projetos com menor risco ambiental sejam avaliados de forma mais simplificada. [...]

As alterações estabelecidas pelo presente regime permitem tornar o processo mais justo, transparente, credível, melhor articulação entre instituições, para além de permitir a Autoridade da AIA aumentar a capacidade de resposta às suas acrescidas e mais exigentes atribuições e competências.”

<https://maa.gov.cv/index.php/min-a-a/66-ambiente/avaliacao-do-impacte-ambiental/280-nova-lei-de-avaliacao-de-impacte-ambiental-aia> [consult. 10 out 2024]

¹Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável

No entanto, a proteção ambiental é um tema que diz respeito a todos os países, pois os efeitos da poluição não ficam confinados às fronteiras de cada um. Assim, **as comunidades internacionais têm vindo a estabelecer acordos, regulamentando a questão ambiental a um nível global.**

A legislação ambiental internacional procura, de uma forma geral, assegurar, por um lado, que as atividades sob a jurisdição de cada Estado não prejudicam o ambiente tanto no seu território como no território de outras nações, adotando, por outro lado, uma perspetiva sustentável global, que vise promover a conservação e proteção ambiental tanto para as gerações atuais como para as gerações futuras, convidando todos os grupos sociais a uma utilização sustentável dos recursos naturais.

Documento 10

“Em linha com a estratégia do país e os seus compromissos internacionais, Cabo Verde submeteu a sua Contribuição Nacionalmente Determinada, NDC na sigla inglesa, no âmbito da vigésima primeira conferência das partes (COP 21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima que aprovou o Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas. Subsequentemente, no dia 27 de abril de 2017, a Assembleia Nacional, através da Resolução nº 35 /IX /2017, de 12 de maio, aprovou para ratificação, o Acordo de Paris.

As metas identificadas nesse documento estão fundamentadas em diferentes programas e estratégias do governo de Cabo Verde, tais como o Plano Estratégico de

Desenvolvimento Sustentável, o Plano Diretor do Setor Elétrico 2018-2040 e o Programa Nacional de Sustentabilidade Energética.

O Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética tem como principais eixos de intervenção os seguintes: (i) o fortalecimento institucional e melhoria do ambiente de negócio; (ii) a reforma na estrutura organizacional do mercado de energia; (iii) o investimento em infraestrutura estratégica; (iv) o desenvolvimento de energias renováveis e a promoção de eficiência energética.

Esses eixos estão por sua vez alinhados com as metas da NDC, particularmente as seguintes: compromisso incondicional de alcançar 100% de acesso à rede elétrica até 2017; alcançar 30% de energia renovável na rede elétrica até 2025; e reduzir a demanda global de energia em 10% em relação ao cenário-base para 2030.

Com apoio internacional almeja-se alcançar 50% na taxa de penetração de energia renovável até 2018-2020; alcançar 100% na taxa de penetração de energia renovável até 2020-2025; e reduzir a procura total de energia em 20% em relação ao cenário-base para 2030, estando em curso esforços para atingir essa redução indicativa já em 2025. O Plano Diretor do Setor Elétrico identifica projetos que visam dar corpo a estes compromissos no horizonte 2017-2040.”

Normas para a Emissão de Títulos Verdes em Cabo Verde,
Regulamento n.º 1/2021 de 20 de julho, <https://www.bcv.cv> [consult. 10 out 2024]

8.2. Distribuição do rendimento e pobreza

Uma das principais medidas de promoção da equidade social é o combate à pobreza. A pobreza é um flagelo que afeta a vida de muitos seres humanos, colocando em causa a sua qualidade de vida. Apesar de o nível de rendimento de um agregado familiar nos poder dar indícios do seu nível geral de vida, os indicadores monetários não permitem aferir as condições reais em que as pessoas vivem, nem captar privações que possam eventualmente sentir.

Por essa razão, importa avaliar as condições de vida dos indivíduos para além do seu rendimento, nomeadamente através do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) que entra em linha de conta com dimensões de vida mais abrangentes, como a saúde, a educação e as condições de vida.

Documento 11

“Índice de Pobreza Multidimensional

Uma atenção sobre a privação é fundamental para o desenvolvimento humano. As dimensões da pobreza vão muito além de rendimentos inadequados, abrangendo a saúde e a nutrição deficientes, um baixo nível de educação e competências, meios de subsistência inadequados, más condições de habitação, exclusão social e falta de

Documento 11 (cont.)

participação. Afetando pessoas no mundo inteiro e colocada em grande destaque pelo trabalho de campo que informa este relatório, a pobreza é multifacetada e, por isso, multidimensional.

As medidas relativas ao dinheiro são obviamente importantes, mas é necessário considerar as privações noutras dimensões e respetivas sobreposições, em especial porque as famílias com várias privações se encontram provavelmente em piores situações do que as medidas da pobreza de rendimento sugerem. [...]

O IPM é o resultado da contagem da pobreza multidimensional (o número de pessoas que são pobres em termos multidimensionais) e do número médio de privações que cada família multidimensionalmente pobre sofre (a intensidade da pobreza).

Inclui três dimensões semelhantes às do IDH – saúde, educação e padrões de vida –, que se refletem em dez indicadores, cada um com igual peso dentro da sua dimensão. Uma família é multidimensionalmente pobre se sofrer privações, pelo menos, em dois até seis indicadores (a divisão varia consoante o peso do indicador específico na medida geral). As divisões são austeras, refletindo privações agudas, e a maioria está relacionada com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.”

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2010

Uma das grandes limitações deste tipo de instrumentos é a restrição de dados, sendo um fator que dificulta muitas vezes a análise das dimensões não monetárias do bem-estar. O INE de Cabo Verde, com a colaboração do Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apresentou as bases para a elaboração de um IPM nacional, calculado com dados do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF), fornecendo informações sobre o bem-estar das famílias no âmbito da educação, saúde e condições de vida, conforme se apresenta a seguir.

IPM de Cabo Verde

Dimensão	Indicador (peso)	Limiar de privação: um agregado familiar está privado, se...
Educação	Ano de escolaridade (1/9)	Nenhum adulto com 18+ anos completou, pelo menos, o 8.º ano de escolaridade.
	Frequência escolar (1/9)	Alguma criança entre 6 e 17 anos não está a frequentar a escola.
	Atraso escolar (1/9)	Alguma criança entre 8 e 17 anos está, pelo menos, com 2 anos de atraso escolar.
Saúde	Nutrição (1/6)	Algum adulto com 19+ anos está com baixo IMC ¹ , algum adolescente está com baixo IMC-por-idade, ou alguma criança está abaixo do peso ou com problemas de crescimento.
	Obesidade (1/6)	Algum adulto com 19+ anos tem obesidade severa ou alguma criança é obesa.

Dimensão	Indicador (peso)	Limiar de privação: um agregado familiar está privado, se...
Condições de Vida	Eletricidade (1/21)	O agregado familiar não tem acesso à eletricidade.
	Água potável (1/21)	O agregado familiar não tem acesso a uma fonte segura de água potável.
	Saneamento (1/21)	O agregado familiar não tem acesso a instalações sanitárias melhoradas ou as instalações sanitárias são partilhadas com outros agregados familiares.
	Combustível de cozinha (1/21)	O agregado familiar usa combustíveis sólidos para cozinhar.
	Bens (1/21)	O agregado familiar não possui mais do que um pequeno bem (de entre TV, rádio, fogão, máquina de lavar roupa, frigorífico e moto), e não possui carro, um trator ou um terreno agrícola.
	Internet (1/21)	O agregado familiar não tem acesso à Internet e nenhum indivíduo com mais de 10 anos utiliza a Internet regularmente.
	Sobrelotação de habitação (1/21)	Existem mais de 2 membros da família por quarto.

Medindo a Pobreza Multidimensional em Cabo Verde, INE – junho 2024

¹Índice de Massa Corporal

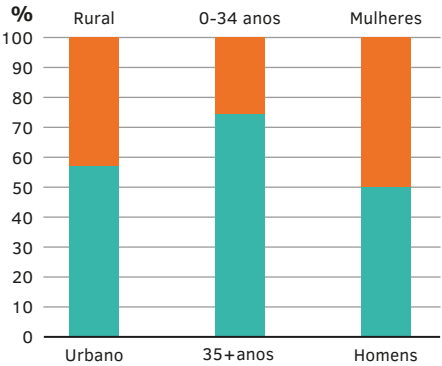
Documento 12

“Apesar de uma diminuição impressionante nas últimas décadas, em 2020, 31,6% da população vivia na pobreza contra os 26% em 2019, regressando aos níveis de 2016. A pobreza tem uma maior incidência nas zonas rurais, onde 44,9% da população é pobre (25,8% nas zonas urbanas). As diferenças de género já não são significativas: 53,6% dos pobres em 2015 eram mulheres, contra 50,1% em 2020.

A pobreza entre os idosos reduziu para metade entre 2015 e 2020, de 44,3% para 19,6%. 13,1% da população vive em extrema pobreza, dos quais 47,9% são mulheres, 40% crianças (menores de 15 anos), 37,6% jovens (15-34 anos) e 3,4% idosos. A pobreza extrema tem uma maior incidência nas zonas rurais (24,3% da população dos 56,9% muito pobres), enquanto nas zonas urbanas esta taxa é de 8,1%. 1 em cada 3 muito pobres vive em Santiago Norte, 1 em cada 5 vive na cidade da Praia, 1 em cada 6 vive na ilha do Fogo. A ilha de Boa Vista conta apenas 315 muito pobres, as ilhas do Maio e Brava com 582 e 549, respetivamente.”

Série de fichas técnicas, Desafio #3 – Pobreza, Malnutrição e Desigualdades
<https://caboverde.un.org> [consult. 12 out 2024]

Distribuição da pobreza por área geográfica, sexo e faixa etária (2020)



No âmbito da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), o Governo cabo-verdiano assumiu o compromisso de erradicar a pobreza extrema, definindo ações estratégicas para o seu combate incluídas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II), como forma de resposta à inclusão social e redução das desigualdades. A Estratégia Nacional de Erradicação da Pobreza Extrema (ENEPE) envolve medidas como a cobertura de programas sociais de transferência de rendimento geridos pelo Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social (MFIDS) de apoio a agregados familiares com crianças em situação de pobreza extrema; promover a Inclusão Produtiva (IP) através de medidas de formação e apoio à criação do próprio negócio a adultos com capacidade para trabalhar; expandir a cobertura da Pensão Social (PS), assegurando que todos os dependentes, incluindo idosos, incapacitados e crianças com deficiência, tenham direito ao rendimento e à assistência medicamentosa, e acesso às isenções e tarifas sociais de energia; entre outras medidas.

Documento 13

“O país tem sido há muito tempo considerado um exemplo de democracia e um defensor da redução da pobreza em África. A proporção da sua população que vive em pobreza extrema (com menos de 1,90 dólares por dia) diminuiu de 22,6% em 2015 para 11,1% em 2022, devido ao aumento do investimento em políticas de proteção social. Apesar dos progressos, a trajetória de redução da pobreza em Cabo Verde foi interrompida pela recessão económica resultante da pandemia da COVID-19.

Em resposta, o país desenvolveu uma **Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza Extrema (ENEPE) 2022-2026**, que apresenta um plano para abordar as causas profundas da pobreza extrema e capacitar as comunidades em todo o arquipélago. Alcançar este ambicioso objetivo requer uma abordagem abrangente: construir infraestruturas sustentáveis, disponibilizar educação e formação profissional, apoiar as empresas locais e garantir assistência crítica aos meios de subsistência dos mais vulneráveis.

<https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2023/10/12/realizing-dreams-transforming-lives-cabo-verde-ambitious-plan-to-break-the-cycle-of-extreme-poverty-by-2026> [consult. 10 out 2024]

Atividade 8

“As medidas tradicionais de pobreza monetária não são capazes de captar totalmente as privações diárias enfrentadas pelos cabo-verdianos. As medidas de bem-estar monetário definem frequentemente o bem-estar do agregado familiar pela quantidade de bens e serviços que este pode comprar ou pelo seu rendimento. Assim, olhar para além do consumo das famílias poderá ajudar a compreender plenamente as

condições de vida da população. Por exemplo, dois agregados familiares com o mesmo nível de consumo podem ter padrões de vida diferentes se tiverem diferentes acessos ao sistema público de esgotos ou a uma escola próxima (Banco Mundial, 2018).”

Medindo a Pobreza Multidimensional em Cabo Verde, INE – junho 2024

- 1 Comenta o texto, explicando a vantagem da utilização de um instrumento como o IPM na medição da pobreza de um país.

Redistribuição do rendimento

A redistribuição do rendimento é uma forma de atenuar a pobreza de um país. O Estado procura corrigir as desigualdades que ocorrem na **repartição primária** do rendimento, visando atenuar as diferenças resultantes da distribuição espontânea de rendimentos que advém da participação de cada indivíduo na economia. Através da repartição primária, cada interveniente recebe salários, rendas, juros e ou lucros na exata medida do seu contributo, prevalecendo, assim, uma lógica economicista. Contudo, se esta fosse a única forma de distribuição de rendimentos, alguns indivíduos poderiam ficar sem receber, nomeadamente, se devido a qualquer incapacidade ou outro motivo semelhante, não pudessem atuar como agentes e participar na atividade económica.

Como forma de evitar essas situações, o Estado intervém cobrando impostos e outras contribuições a quem tem fontes de rendimento, para depois os transformar em prestações sociais e entregar aos indivíduos que mais carecem. Esta operação denomina-se **repartição secundária**, sendo uma forma de redistribuir os rendimentos que foram criados a partir da repartição primária. A **redistribuição dos rendimentos** é, então, o conjunto de operações realizadas numa lógica social, com o objetivo de corrigir as desigualdades que ocorrem na repartição primária dos rendimentos.

A redistribuição tem uma função de solidariedade. Os impostos são cobrados aos indivíduos da sociedade que recebem rendimentos para, posteriormente, serem entregues sob a forma de prestações sociais aos que não recebem ou que recebem muito pouco. Por outro lado, também faz com que as gerações se solidarizem umas com as outras, cobrando-se à geração que está, presentemente, no ativo, para se entregar às

Repartição primária

Repartição do rendimento que ocorre de forma espontânea, de acordo com a participação de cada um na atividade económica.

Repartição secundária

Segunda etapa da repartição dos rendimentos. Resulta da intervenção do Estado, através da qual procura atenuar as desigualdades decorrentes da primeira etapa.

Redistribuição dos rendimentos

Conjunto de operações realizadas com o objetivo de corrigir as desigualdades que ocorrem na repartição primária dos rendimentos.

gerações anteriores que já não estão profissionalmente ativas. Outro fator que também pode contribuir para a redistribuição dos rendimentos é a existência de uma progressividade dos impostos, isto é, o imposto cobrado aumentar à medida que o rendimento dos indivíduos aumenta. Assim, o Estado cobra mais impostos a quem recebe mais.

Além disso, para reduzir a disparidade e a dispersão de rendimentos¹, o Estado impõe pagamentos obrigatórios, como os impostos ou as contribuições para a Segurança Social, para mais tarde os voltar a entregar à população de uma forma diferente, através de transferências sociais, uma forma de subsídios e pensões, procurando, dessa maneira, atenuar as desigualdades existentes.

A **política de redistribuição dos rendimentos** é então um importante instrumento de intervenção estatal, consistindo numa das principais formas de combate à pobreza. Envolve um conjunto de medidas relacionadas com o modo como o Estado aplica a redistribuição dos rendimentos, visando a satisfação das necessidades coletivas e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, estando virada sobretudo para a proteção social dos cidadãos.

A política de redistribuição dos rendimentos prende-se diretamente com:

- a forma como se aplicam as taxas dos impostos, desde a sua progressividade até à fixação de valores mais altos para bens que se consideram menos essenciais;
- a fixação dos preços dos fatores de produção, como o caso do salário mínimo e de alguns bens de consumo, designadamente, os bens de primeira necessidade. A estratégia do Estado é implementada, em alguns casos, através da concessão de subsídios e, noutros, através da cobrança de impostos;
- a orientação das políticas relativas à Segurança Social e ao auxílio social, procurando diminuir o número de pessoas que vivem em más condições de vida, nomeadamente através do aumento das transferências sociais e do apoio em termos de assistência social.

Documento 14

“Fundo MAIS

Uma iniciativa inovadora e transformadora do Governo de Cabo Verde para criar uma nova receita orçamental de luta contra a pobreza extrema.

O Programa do Governo de Cabo Verde assumiu como compromisso a eliminação da pobreza extrema até 2026.

Uma das principais medidas para o governo atingir este objetivo é o reforço do sistema de proteção social, através do aumento da cobertura dos programas sociais de transferências de rendimento, o Rendimento Social de Inclusão – RSI. Através destas

¹ No próximo ano letivo, abordaremos com mais detalhe o tema da disparidade e dispersão de rendimentos.

transferências, famílias em situação de pobreza extrema puderam ter melhorias no seu bem-estar, com investimento em pequenos negócios, melhorias habitacionais e investimentos na educação e saúde.

Como funciona

Parte do financiamento do Fundo MAIS é a Taxa Turística. Após o seu pagamento nas unidades hoteleiras, será transferida uma percentagem a uma conta do Fundo MAIS, seguidamente à Entidade Gestora, que depositará na conta bancária das famílias beneficiadas pelo Programa RSI, identificadas através do Cadastro Social Único (CSU), garantindo-lhes um rendimento mensal durante pelo menos um ano.

Quem são os beneficiários

O Fundo MAIS tem como beneficiários as pessoas em situação de extrema pobreza, abrangendo, predominantemente, aos grupos-alvo focalizados nos grupos I e II do Cadastro Social Único (CSU), nomeadamente:

- agregados familiares pobres;
- famílias pobres chefiadas por mulheres, que residem no meio rural com crianças menores de 15 anos;
- agregados familiares que tenham sob os seus cuidados crianças dos 0 a 5 anos, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, em situação de dependência;
- pessoas idosas, pessoas com deficiência e doentes crónicos;
- toxicodependentes em recuperação, ex-reclusos e retornados forçados e voluntários;
- vítimas de violência doméstica e de violência baseada no género;
- população em situação de rua e na rua;
- imigrantes pobres.”

<https://mfids.gov.cv/v2/index.php/fundo-mais> [consult. 10 out 2024]

“Rendimento Social de Inclusão – (RSI)”

É um apoio mensal em dinheiro, no valor de 5500\$00, temporário, atribuído em função da vulnerabilidade social e económica do agregado familiar.

Para que serve

Garantir aos agregados familiares um rendimento para satisfação das suas necessidades básicas de alimentação, acesso à saúde, educação, assistência social e reforçar as atividades de inclusão social e produtiva, auxiliando no processo de autonomia.”

<https://mfids.gov.cv/v2/index.php/rsi> [consult. 10 out 2024]

Atividade 9

“Redistribuição do rendimento

Processo utilizado pelo Estado no sentido de reduzir as desigualdades e corrigir os desequilíbrios resultantes da repartição pessoal do rendimento. O Estado adota políticas de redistribuição do rendimento que podemos sintetizar em: política de redução do leque salarial, políticas fiscais e políticas sociais.”

SOARES, José Carlos (2008), *Dicionário de Economia*, Plátano Editora

- 1 Explica em que consiste a redistribuição do rendimento.
- 2 Distingue repartição primária de repartição secundária dos rendimentos.

Conceitos-chave

- Abuso de posição dominante
- Bens públicos
- Concorrência imperfeita
- Eficiência
- Entidades reguladoras
- Equidade
- Estabilidade
- Externalidades
- Falhas de mercado
- Índice de Pobreza Multidimensional
- Medidas *antitrust*
- Não exclusividade
- Não rivalidade
- Políticas de concorrência
- Poluidor-pagador
- Protetor-recebedor
- Redistribuição do rendimento
- Regulação económica
- Repartição primária e secundária do rendimento
- Utilizador-pagador

Síntese

- O Estado, no desempenho das suas funções, visa, essencialmente, atingir três objetivos fundamentais: a **eficiência**, a **equidade** e a **estabilidade**.
- As **falhas de mercado** são aquelas situações a que o mecanismo de mercado não consegue responder de modo eficiente e que levam o Estado a intervir. As principais falhas de mercado são a concorrência imperfeita, as externalidades positivas ou negativas e os bens públicos.

- A **concorrência imperfeita** representa uma situação em que um ou mais produtores detêm poder de mercado, permitindo-lhes exercer uma influência direta sobre o preço dos bens, como acontece, por exemplo, nos monopólios.
- As **externalidades** caracterizam-se como efeitos benéficos (**externalidades positivas**) ou prejudiciais (**externalidades negativas**) que alguns agentes económicos exercem sobre outros, sem lhes cobrar o respetivo pagamento ou os indemnizar pelos danos causados.
- Os **bens públicos** são aqueles cujos benefícios não podem ser negados a nenhum indivíduo e que são desfrutados por todos, independentemente da sua vontade. Os bens públicos dizem-se **não rivais** porque a sua utilização não diminui a possibilidade de outros os utilizarem e dizem-se **não exclusivos** porque a sua utilização não está vedada àqueles que não detêm a sua propriedade.
- A **regulação económica** tem um papel relevante no equilíbrio de forças entre a eficiência do mercado e a equidade social, estabelecendo regras para o funcionamento do mercado, de modo a garantir o bem-estar social.
- A intervenção do Estado também envolve a definição de **políticas de concorrência**, visando evitar atividades de conluio da parte das empresas, como a concorrência desleal, que podem representar abusos de posição dominante. As políticas de concorrência têm um âmbito um pouco mais restrito, servindo para regular a concorrência empresarial.
- O princípio do **poluidor-pagador** tem por base a premissa de que os encargos com a reparação dos danos causados pela poluição do ambiente deverão ser imputados a quem os causou. Além disso, os princípios de "precaução" do **utilizador-pagador** e do **protetor-recebedor** consagram o dever de o utilizador de recursos ambientais, para fins económicos, pagar por eles, e o direito de quem presta serviços ambientais relevantes de receber compensação financeira e/ou fiscal.
- O **Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)** é um indicador que avalia as condições de vida dos indivíduos para além do seu rendimento, entrando em linha de conta com dimensões de vida mais abrangentes, como a saúde, a educação e as condições de vida.
- A **repartição primária** do rendimento ocorre, espontaneamente, de acordo com a participação de cada agente na atividade, gerando desigualdades que o Estado procura corrigir através de um conjunto de operações, a chamada **redistribuição do rendimento**. A intervenção estatal faz-se através da **repartição secundária**, pela qual são cobrados impostos e contribuições sociais a quem obtém rendimentos, para serem entregues sob a forma de prestações sociais a quem necessita.

Ficha de trabalho 8

1 Selecciona, em cada caso, a opção que consideras correta.

1.1. O Estado deve

- a) assegurar a obtenção de receitas públicas e privadas.
- b) promover a eficiência, a equidade e a estabilidade.
- c) garantir a maximização do lucro.
- d) promover a eliminação das desigualdades setoriais.

1.2. O conjunto de operações, realizadas numa lógica social, com o objetivo de corrigir as desigualdades decorrentes da repartição primária dos rendimentos designa-se:

- a) Estado de Direito.
- b) Estado social.
- c) Redistribuição dos rendimentos.
- d) Justiça social.

1.3. Uma falha de mercado

- a) representa uma diminuição da oferta.
- b) é uma situação na qual o Estado não deve intervir.
- c) ocorre quando se dá uma diminuição de *stocks*.
- d) corresponde a uma ineficiência do mecanismo de mercado.

2 De que forma pode contribuir a atribuição de subsídios ou a aplicação de impostos progressivos para a existência de uma maior equidade social?

3 Explicita a importância da promoção estatal da estabilidade económica e social.

4 Lê atentamente o seguinte excerto.

Quando o mercado não faz uma alocação eficiente de recursos de modo a atingir a maior satisfação possível dos consumidores, verifica-se a existência de uma falha de mercado.

4.1. Comenta a afirmação anterior, explicando o conceito de falha de mercado.

4.2. Explica o papel do Estado na correção das falhas de mercado, tendo em atenção o seu objetivo de promoção da eficiência.

- 5 “Os bens públicos são um tipo específico de bens cujos benefícios são usufruídos pela população em geral e de uma forma indivisível, independentemente da vontade de um indivíduo em particular de querer ou não usufruir desse bem. Um exemplo de bem público é a iluminação pública: toda a população usufrui dos seus benefícios, independentemente da vontade de cada indivíduo; por outro lado, o acréscimo de custo que ocorre por mais de um indivíduo beneficiar do bem é nulo.

Pelas suas características, os bens públicos constituem um bom exemplo de externalidade positiva pois envolvem uma imposição involuntária dos seus benefícios, constituindo, por isso, uma ineficiência de mercado. Na verdade, estes bens não podem ser comprados nem vendidos no mercado, pois os seus benefícios são tão amplamente distribuídos que nenhuma empresa tem incentivos em os produzir e nenhum consumidor individualmente tem incentivos em os comprar. Por este motivo, é necessária a intervenção do Estado produzindo ou estimulando a produção e a oferta destes bens.”

<http://www.knoow.net> [consult. 9 out 2024]

- 5.1. Comenta o texto, atendendo à noção de bens públicos.
- 5.2. Explica de que forma a poluição pode ser considerada uma externalidade.

- 6 Observa o quadro que se segue.

Pobreza de rendimentos e pobreza multidimensional, por região

Regiões	Número de países na amostra	Pobreza de rendimento (%)	Número de países na amostra	Pobreza multidimensional (%)
Estados Árabes	10	6,5	9	15,5
Ásia Oriental e Pacífico	11	12,7	10	6,4
Europa e Ásia Central	15	1,4	15	1,8
América Latina e Caraíbas	20	5,7	14	6,7
Ásia do Sul	8	30,6	7	53,4
África Subsariana	40	50,9	36	59,6

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2014

- 6.1. Diz o que entendes por Índice de Pobreza Multidimensional.
- 6.2. Comenta os principais aspetos do quadro, tendo em atenção a pobreza de rendimentos e a pobreza multidimensional.

Economia 10.º ano

Criação intelectual
Rita Pereira Gomes

Design
Porto Editora

Edição
2024

Revisão científica
Universidade
de Cabo Verde
João Brito

Créditos fotográficos
Shutterstock.com
© Stock.Adobe.com
© Pedro Moita

Cabo Verde



Brasão



Bandeira



Hino Nacional

Cântico da Liberdade

Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza.

Com dignidade, enterra a semente
No pó da ilha nua;
No despenhadeiro da vida
A esperança é do tamanho do mar
Que nos abraça,
Sentinela de mares e ventos
Perseverantes
Entre estrelas e o Atlântico
Entoa o cântico da liberdade.

Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza!